

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JÚLIA MELO AZEVEDO CRUZ

**ARMAS, PALAVRAS, AUTONOMIAS: O COMPLEXO
REPERTÓRIO DE CONFRONTO DO EXÉRCITO ZAPATISTA DE
LIBERTAÇÃO NACIONAL (1983-2005)**

Belo Horizonte
2017

JÚLIA MELO AZEVEDO CRUZ

**ARMAS, PALAVRAS, AUTONOMIAS: O COMPLEXO
REPERTÓRIO DE CONFRONTO DO EXÉRCITO ZAPATISTA DE
LIBERTAÇÃO NACIONAL (1983-2005)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: Prof^a Dr^a Adriane Aparecida Vidal Costa.

Belo Horizonte
2017

972

C957a

2017

Cruz, Júlia Melo Azevedo

Armas, palavras, autonomias [manuscrito]: o complexo repertório de confronto do Exército Zapatista de Libertação Nacional (1983-2005) / Júlia Melo Azevedo Cruz. - 2017.

240 f. : il.

Orientadora: Adriane Aparecida Vidal Costa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2. Ejército Zapatista de Liberación Nacional (Mexico)..3. México – História- 1983-2005- Teses I. Costa, Adriane Aparecida Vidal . II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



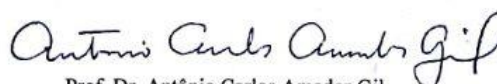
**"Armas, palavras, autonomias: o complexo repertório de confronto do Exército
Zapatista de Libertação Nacional (1983-2005)"**

Júlia Melo Azevedo Cruz

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:


Prof. Dra. Adriane Aparecida Vidal Costa - Orientadora
UFMG


Prof. Dra. Kátia Gerab Baggio
UFMG


Prof. Dr. Antônio Carlos Amador Gil
UFES

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2017.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Prof^ª Dr^ª Adriane Aparecida Vidal Costa pela paciência, envolvimento e dedicação, pela leitura e correção minuciosa de meus textos, pelos tantos ensinamentos desde 2011, por contribuir com o encanto pela América Latina. Você é um exemplo de professora e de orientadora, uma pessoa tão querida!

Ao meu pai Luizinho, que, desde sempre, me deu todo o apoio e incentivo possível. Por ter batalhado tanto e por ter me proporcionado inúmeras oportunidades. Pelo respeito ao meu trabalho, pelo bom humor diário, por ser fonte de inspiração para meus gostos culturais, intelectuais e culinários, pela amizade e companheirismo. Pense num amor!

Ao Gabriel, meu irmão, pelo companheirismo e afeto ao longo de todos esses anos, pela sabedoria e influências mil, por termos compartilhado toda a vida!

Ao Felipe, que acompanhou o processo inteiro de perto e que, acima de tudo, escutou, dialogou e compreendeu. Por ser tão leve e tão especial!

À minha tia Cláudia, que, com tanto carinho e competência, se dedicou a revisar meu texto. Você é uma fonte infinda de inspiração!

Aos amigos do curso de graduação, em especial Bárbara, Bruna, Clycia, Luisa, Nathália, Henrique, Thaís Lanna e Thaís Tanure, pela amizade leve e deliciosa, pelas reflexões históricas e políticas claras e enriquecedoras. A importância de vocês em minha vida é incomensurável.

Aos amigos da pós, em especial Mahira Caixeta, que compartilhou comigo seu tema, que tanto se mostrou disponível para me escutar, que me apoiou em minhas angústias e conquistas ao longo desta trajetória, que se tornou uma pessoa tão querida. Também à Carolinne Drummond, cuja companhia no primeiro ano de mestrado foi essencial e confortadora. Ao Marcos Vinícius, amigo que esteve presente para tantas trocas e cujo humor sempre me alegrou. Aos colegas da Comissão Organizadora do V EPHIS, com quem vivi muitos momentos de

trabalho e de prazer. Aos colegas da minha turma de mestrado e também de outros períodos da pós-graduação, com quem aprendi e dividi o trilhar deste caminho.

Aos outros amigos fora da vida acadêmica, em especial *muys*, que há anos me acompanham, me incentivam, me alegram, me confortam: todo o amor possível!

Aos envolvidos no grupo de estudos *Dimensões culturais e políticas do exílio latino-americano*, que há muitos anos alimentam ricos e divertidos debates sobre a América Latina.

Aos colegas que compartilham comigo o mesmo tema de pesquisa, que me possibilitaram trocas e inspirações. Waldo Lao, obrigada pelos ensinamentos, pelos livros, pelos intercâmbios acadêmicos na UFMG e na USP, que te transformaram em uma pessoa tão querida e estimada por mim. Ao Fábio Baião, que me auxiliou imensamente no processo seletivo do mestrado, que compartilhou comigo livros e saberes sobre o tema. Ao Aiano Bemfica, que tornou possível ricos diálogos sobre zapatismo e resistência.

Aos alunos da minha disciplina de estágio docente, que demonstraram tanto interesse pelo assunto, que aportaram com suas contribuições, que tornaram as aulas, acima de tudo, um espaço de aprendizado para mim.

À Prof^ª Dr^ª Kátia Gerab Baggio e à Prof^ª Dr^ª Regina Helena Alves da Silva, pelas aulas e diálogos ao longo da graduação, pela leitura atenciosa e pelos vários apontamentos no exame de qualificação.

À CNPq pela bolsa de fomento à pesquisa durante os dois anos de investigação e ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, que deu a infraestrutura necessária ao desenvolvimento da pesquisa.

Finalmente, aos homens e mulheres zapatistas, que nos inspiram a resistir!

ARMAS, PALAVRAS, AUTONOMIAS: O COMPLEXO REPERTÓRIO DE CONFRONTO DO EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (1983-2005)

Resumo: Este trabalho busca compreender as principais estratégias de ação política empregadas pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento indígena mexicano que surgiu na década de 1980 e luta, principalmente, a favor dos direitos indígenas e contra os efeitos da globalização neoliberal. O EZLN possui um amplo leque de maneiras de agir, mesclando luta armada, ações comumente utilizadas por movimentos sociais e estratégia de autonomia por meio da criação de territórios indígenas autônomos, localizados no estado de Chiapas e controlados pelos zapatistas. Procuramos analisar esses três grupos de *performances*, buscando compreender a opção por cada um deles, as mudanças pelos quais passaram, seus aspectos de continuidade e de inovação em relação às maneiras de agir de outros grupos e suas características em geral. Além disso, buscamos perceber como a ação política zapatista se inspira em diferentes fontes, dialoga com distintos públicos-alvo, luta em diversas frentes e se transforma quando necessário. No trabalho, utilizamos como fonte os comunicados escritos pelos zapatistas e divulgados em sua página eletrônica. Nosso recorte temporal está situado entre 1983, ano de surgimento do EZLN, e 2005, momento em que os discursos e as estratégias de ação política do grupo passaram por importantes mudanças e uma nova etapa da luta zapatista se iniciou, focada na ação *La Otra Campaña*, que não é investigada nesse trabalho.

Palavras-chave: zapatistas; estratégia de ação política; movimento social; luta armada; autonomia.

WEAPONS, WORDS, AUTONOMIES: THE COMPLEX REPERTOIRE OF CONTENTION OF THE ZAPATISTA ARMY OF NATIONAL LIBERATION (1983-2005)

Abstract: This work seeks to analyze the main strategies of political action employed by the Zapatista Army of National Liberation (EZLN), a Mexican indigenous movement that emerged in the 1980s and struggles mainly for indigenous rights and against the effects of neoliberal globalization. The EZLN has a wide range of ways of acting, mixing armed struggle, actions commonly used by social movements and autonomic strategy through the creation of autonomous indigenous territories, located in the state of Chiapas and controlled by the Zapatistas. We aim to analyze these three groups of *performances*, seeking to understand the choice for each one of them, the changes they have undergone, their aspects of continuity and innovation in relation to the ways of acting of other groups and their characteristics in general. In addition, we seek to comprehend how the Zapatista political action is based in different sources, dialogues with different audiences, struggles on several fronts and transforms itself when necessary. In this work, we use as source the documents written by the Zapatistas and published on their website. Our time frame approaches the period between 1983, the year of emergence of the EZLN, and 2005, the moment when the group's speeches and political action strategies underwent important changes and a new phase of the Zapatista resistance began, focused on the action called La Otra Campaña, which is not investigated in this work.

Key words: zapatistas; strategy of political action; social movement; armed struggle; autonomy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – AS ORIGENS DO EZLN E SUAS RELAÇÕES COM A HISTÓRIA INDÍGENA NO MÉXICO	22
1.1 – O lugar dos índios no México independente.....	24
1.2 – Revoltas indígenas e camponesas no século XIX	34
1.3 – O zapatismo na Revolução Mexicana.....	39
1.4 – Indigenismo no México no século XX	49
1.5 – As organizações indígenas em Chiapas a partir da década de 1970	56
1.6 – O surgimento do EZLN	62
CAPÍTULO II – A ESTRATÉGIA DE LUTA ARMADA ZAPATISTA COMO PARTE DE SEU REPERTÓRIO DE CONFRONTO	68
2.1 – Os sentidos da luta armada	71
2.2 – Onze anos nas montanhas	78
2.3 – A preparação do Exército Zapatista para o confronto	86
2.4 – Os primeiros comunicados rebeldes	89
2.5 – Doze dias de guerra.....	98
2.6 – As ofensivas do governo contra as comunidades zapatistas	103
2.7 – O papel que as armas continuaram a desempenhar no movimento	110
CAPÍTULO III – AS MUDANÇAS NA ESTRATÉGIA DE AÇÃO POLÍTICA DO EZLN	114
3.1 – O encontro do zapatismo com a sociedade civil.....	114
3.2 – Encontros públicos, marchas, construção de redes: ações utilizadas pelo EZLN.....	123
3.3 – O papel da <i>Internet</i> no EZLN e os discursos zapatistas.....	137
3.4 – As reivindicações indígenas passam ao centro do discurso e da ação	145
CAPÍTULO IV – AUTONOMIA EM REBELDIA: A RESISTÊNCIA AUTÔNOMICA COMO AÇÃO POLÍTICA	158
4.1 – Autonomias: contexto e conceito.....	158
4.2 – A concepção de autonomia para os zapatistas	165
4.3 – A construção da experiência autônômica por vias de fato: os MAREZ e os caracóis	172
4.4 – Avanços e limites da autonomia zapatista	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
ANEXOS	200
Anexo 1: Leis Revolucionárias Zapatistas.....	200
Anexo 2: Primeira Declaração da Selva Lacandona.....	208

Anexo 3: Lista de demandas do EZLN	210
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	225

INTRODUÇÃO

Após o levantamento armado de milhares de indígenas no dia 1º de janeiro de 1994, o mundo voltou seus olhos para Chiapas, no México. Em um momento aparentemente improvável em que as esquerdas se enfraqueciam diante do fim da Guerra Fria e as guerrilhas latino-americanas ficavam cada vez mais distantes na memória e na história, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) causou furor com suas palavras, suas demandas, seus integrantes e, sobretudo, com sua estratégia de ação política: a luta armada. Ao longo de seus mais de vinte anos de atuação, o movimento zapatista continuou a ganhar visibilidade e a despertar interesse, sobretudo, em setores mais à esquerda nos mais variados países do globo. O motivo central disso foi o dinamismo e a constante transformação de sua forma de fazer política, que ora utilizava diálogos nacionais, ora se dedicava a cuidar coletivamente da terra em comunidades autônomas, por exemplo.

Afinal, ao longo de sua história, o que caracteriza o EZLN? Qual é a sua estratégia de ação política? Para tais questões, não há resposta única. Muitos tentaram, ao interpretar os zapatistas, destacar um elemento mais importante de sua atuação: sua negação pela tomada do poder, sua guerra de palavras pela *Internet*, sua luta armada de inspiração marxista ou seus processos de autonomia em territórios indígenas. Tentar enquadrar o EZLN em uma só leitura dificulta a compreensão da complexidade de sua história, enraizada nos levantamentos indígenas do período colonial e, ao mesmo tempo, nas características do período da globalização. Situado na última década do século XX e na primeira do século XXI, fruto de velhos e novos contextos, o EZLN possui uma especificidade que se expressa, primordialmente, em suas formas de ação.

Desta maneira, este trabalho busca compreender as principais estratégias de ação política empregadas pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento indígena mexicano que surgiu na década de 1980 e luta, principalmente, a favor dos direitos

indígenas e contra os efeitos da globalização neoliberal. O EZLN possui um amplo leque de maneiras de agir, mesclando luta armada, ações comumente utilizadas por movimentos sociais e estratégia de autonomia por meio da criação de territórios indígenas autônomos, localizados no estado de Chiapas e controlados pelos zapatistas. Procuramos analisar esses três grupos de *performances*¹, buscando compreender a opção por cada um deles, as mudanças pelos quais eles passaram, seus aspectos de continuidade e de inovação em relação às maneiras de agir de outros grupos e suas características em geral. Nosso recorte temporal está compreendido entre os anos de 1983, ano de surgimento do movimento, e 2005, momento em que o EZLN divulgou a última Declaração da Selva Lacandona – as declarações são os principais documentos elaborados pelos insurgentes – divulgando o início de uma nova estratégia de confronto, chamada *La Otra Campaña*², que não é investigada neste trabalho. Nossas fontes, explicitadas mais adiante no texto, consistem em declarações, comunicados, ensaios e outros textos escritos pelos próprios integrantes do movimento ao longo dos anos e disponibilizados na *homepage* do EZLN.

O EZLN surgiu em 1983, quando um grupo urbano de inspiração marxista-leninista, próximo das concepções guerrilheiras latino-americanas das décadas de 1960 e 1970, se instalou na Selva Lacandona³ e começou, a partir da segunda metade dessa década, a estabelecer contato com as comunidades indígenas da região. Essas comunidades já estavam, por sua vez, bem estruturadas, com reivindicações coletivas definidas e dispostas a compor as fileiras do Exército Zapatista de Libertação Nacional. O estado de Chiapas, apesar de ser um dos mais

¹ Conceito cunhado pelo historiador, cientista político e sociólogo Charles Tilly, que diz respeito às maneiras de agir dos atores políticos. Analisaremos o conceito mais adiante.

² Campanha em que os zapatistas percorrem o México realizando consultas junto à sociedade, como meio de buscar soluções para criar uma nova forma de fazer política, um programa de luta nacional e uma nova Constituição. É chamada de *La Otra Campaña* em contraste com a campanha presidencial que ocorria no país em 2005. Está mais bem explicitada no terceiro capítulo.

³ Região de selva no noroeste do estado de Chiapas, cujos habitantes pertencem a diversas etnias indígenas, tais como tzotzil, tzeltal, chol e tojolabales.

ricos estados mexicanos em recursos naturais, se encontrava – e ainda se encontra – em uma situação bastante desfavorável para os indígenas, caracterizada por altos níveis de pobreza e desigualdade e por um sistema político oligárquico e clientelar.⁴ Além disso, com as reformas neoliberais que começaram a ser implantadas no México a partir do início década de 1980, com a presidência de Miguel de la Madrid (1982-1988), os povos indígenas sofreram ainda mais exclusão, ameaça de perda de terras e de trabalho. No âmbito nacional, um sistema político dominado por um mesmo partido desde 1929, o Partido Revolucionário Institucional (PRI)⁵, frustrava a esperança de quaisquer melhorias.

Tendo em vista todos esses problemas, o EZLN se manteve em “silêncio”⁶ na Selva Lacandona por onze anos, enquanto se preparava para a luta armada, que era vista pelos zapatistas como a única maneira de lograr suas reivindicações. Esta estratégia foi inspirada, como veremos no segundo capítulo, nas guerrilhas latino-americanas e nas diversas histórias de rebelião armada do país, especialmente a do Exército Libertador do Sul, liderado por Emiliano Zapata durante a Revolução Mexicana iniciada em 1910⁷. Após uma década de preparação, os rebeldes optaram por uma data simbólica para fazer sua primeira aparição pública e armada. No dia 1º de janeiro de 1994, entrava em vigor o Tratado de Livre Comércio (TLC)⁸ com os Estados Unidos e o Canadá, assinado pelo presidente Carlos Salinas de Gortari

⁴ MARTINEZ ESPINOZA, Manuel Ignacio. El movimiento zapatista: un análisis desde la teoría de movilización de recursos. *Revista Kairos*, San Luis, ano 10, n. 18, 2006, p. 4.

⁵ O partido foi criado em 1929 com o nome de Partido Nacional Revolucionário pelo presidente Plutarco Elías Calles (1924-1928). Posteriormente, em 1938, no governo de Lázaro Cárdenas, foi transformado em Partido da Revolução Mexicana e, por fim, em Partido Revolucionário Institucional em 1946, na presidência de Manuel Ávila Camacho. O PRI permaneceu no poder, ininterruptamente, até 2000, quando saiu vitorioso o candidato do Partido de Ação Nacional (PAN), Vicente Fox Quesada. O PRI é considerado um dos principais adversários do EZLN e entrave para um México mais justo e democrático. O PRI voltou ao poder em 2012, com a eleição do presidente Enrique Peña Nieto.

⁶ O EZLN somente fez sua primeira grande aparição pública em 1º de janeiro de 1994, quando, ao se levantar em armas, fez com que grande parte do México e do mundo voltasse a atenção e os olhos para Chiapas. Contudo, não devemos considerar que o grupo permaneceu escondido e sem nenhum contato externo antes desse episódio, ao contrário, ele dialogou com diversas comunidades indígenas da região na década de 1980, buscando seu apoio e participação.

⁷ O levantamento encabeçado por Emiliano Zapata, que atuou entre os anos de 1910 e 1919, consistiu em um dos episódios mais radicais do processo revolucionário mexicano. O movimento será abordado no primeiro capítulo, tendo em vista as aproximações e distanciamentos do EZLN com ele.

⁸ Também conhecido como NAFTA: *North American Free Trade Agreement*.

(1988-1994), que reafirmava o compromisso do governo mexicano com o neoliberalismo. No mesmo dia, portanto, o EZLN desceu armado da Selva Lacandona – sede do movimento localizada no estado de Chiapas – e tomou as cidades de San Cristóbal de Las Casas, Las Margaritas, Ocosingo e Las Cañadas, na região sudeste do país, iniciando um confronto com o Exército federal. Os zapatistas se insurgiram em busca da saída do então presidente neoliberal, do fim do sistema de partido de Estado, dominado pelo PRI, da realização de novas eleições livres de fraudes em todas as esferas do país e da elaboração de uma nova Constituição. Os rebeldes buscavam um novo governo que atendesse às suas reivindicações por terra, trabalho, teto, alimentação, educação, saúde, liberdade, democracia, justiça, independência e paz.

Após doze dias de confrontos violentos entre o EZLN e as tropas federais, o governo decretou cessar-fogo, seguido pelo EZLN, como resposta à intensa mobilização da sociedade civil⁹, que se mostrava em desacordo com a estratégia de luta armada.¹⁰ A partir deste momento, o conjunto de maneiras de agir do movimento se expandiu e inovou: a) contando com *performances* já familiares comumente utilizadas por movimentos sociais, tais como reuniões públicas, demonstrações e marchas; b) se apoiando na ferramenta da *Internet*, novidade para o período, para uma extensa publicidade de suas reivindicações e construção de redes de comunicação e solidariedade; c) criando territórios autônomos dentro do estado de Chiapas, onde a política, a economia, a cultura e a organização social passavam a ser controladas pelos indígenas. Essas várias ações contavam com a ampla participação da sociedade civil e tinham

⁹ Sociedade civil é por nós entendida como o “campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho”, em oposição ao Estado entendido como “o campo da política institucional: do governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação.” SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993, p. 49-50. Contudo, não defendemos a ideia de que Estado e sociedade civil são entidades completamente autônomas; ao contrário, elas se relacionam e se estruturam no interior uma da outra. Vale ressaltar também que a sociedade civil não é um campo homogêneo, mas de terreno de luta e de relações desiguais de poder, políticas, sociais, econômicas e culturais. Assim como ela representa a esfera mais importante para “organizar a contestação cultural e política”, ela também é alvo dessas contestações. ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 39-40.

¹⁰ GENNARI, Emilio. *EZLN: passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, cap. 2.

como objetivo resolver os problemas e as reivindicações das comunidades de Chiapas e dos povos oprimidos do México como um todo.

Tais maneiras de agir foram inspiradas em diversos movimentos de resistência, de diferentes temporalidades, lugares e estruturas de confronto, como veremos ao longo deste trabalho. Elas foram adotadas com maior ou menor intensidade ao longo dos anos analisados na pesquisa, a partir da leitura que os zapatistas faziam do contexto em que atuavam. As mudanças nas estratégias de ação caminharam lado a lado com transformações nos próprios objetivos, reivindicações e discursos do EZLN. Com a perpetuação dos governantes do PRI no poder¹¹ e a realização do Diálogo de San Andrés¹², a partir de 1996, os zapatistas passaram a enfatizar questões especificamente indígenas em seus comunicados e em suas ações, como a luta pelo reconhecimento jurídico do direito à livre-determinação dos indígenas e de sua autonomia. Isso culminou, durante o período analisado, na dedicação quase exclusiva dos esforços zapatistas à construção da experiência autonômica por vias de fato, entre os anos de 2001 e 2005. Vale ressaltar que os anos posteriores a esse período, embora não façam parte de nossa investigação, continuaram a ser marcados por contínuas transformações nas maneiras de agir zapatistas.

Após esta apresentação do tema de pesquisa, passamos às fontes e ao aporte teórico-metodológico do nosso trabalho, que nos leva aos objetivos e problematizações centrais da pesquisa. Para estudar as maneiras de agir do EZLN e suas mudanças, utilizamos como fontes de pesquisa documentos escritos pelos zapatistas. Ainda em janeiro de 1994, os integrantes do movimento passaram a divulgar na imprensa comunicados, declarações, notícias e outros documentos que veiculavam as reivindicações do grupo insurgente, convocavam o povo

¹¹ Em dezembro de 1994, Carlos Salinas de Gortari deu lugar a Ernesto Zedillo no âmbito federal e Eduardo Robledo Rincón assumiu o governo no estado de Chiapas. Ambos os políticos pertenciam ao PRI e não alteraram significativamente suas formas de atuação em relação a Chiapas e ao México como um todo.

¹² Mesa de diálogo realizada em Chiapas com representantes do EZLN e do governo federal, que abarcam questões de direitos e culturas indígenas, a partir da qual foram assinados os Acordos de San Andrés. Tal acontecimento está explicitado no terceiro capítulo.

mexicano à luta e explicitavam sua visão de mundo, suas leituras do passado e suas expectativas de futuro. Com a chegada da *Internet*, as demandas dos insurgentes e a realidade das populações indígenas no México começaram a circular em escala global, chamando a atenção não somente da sociedade mexicana, mas também de parte da população mundial. Os zapatistas ganharam ampla projeção nacional e internacional e estabeleceram uma intensa rede de comunicação e de solidariedade com ativistas de outras lutas e com pessoas que apoiavam suas causas.¹³ Todos esses documentos estão reunidos na atual página eletrônica do EZLN: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>.

Dentre eles, estão reunidas as Seis Declarações da Selva Lacandona¹⁴, consideradas os principais documentos referentes ao EZLN; outros comunicados que explicitam as ações e visões de mundo zapatistas; notícias sobre a realidade sócio-política e econômica de Chiapas e do México; textos sobre a luta antineoliberal no país e no mundo; cartas escritas ao governo mexicano, a outros movimentos sociais, a organizações dentro e fora do México, a intelectuais e à sociedade civil nacional e internacional em geral; contos e fábulas escritas pelos zapatistas, entre outros. No *site*, os documentos estão organizados por ano, de 1993 a 2017. Analisamos o material compreendido entre o período de dezembro de 1993, mês em que o EZLN escreveu seus primeiros textos a serem divulgados, e 2005, momento em que os discursos e as estratégias de ação política do grupo passaram por importantes mudanças e uma nova etapa da luta zapatista se iniciou, focada, como já apontamos, na ação *La Otra Campaña*. Cabe destacar que isso não implica que as outras estratégias colocadas em prática pelo EZLN, especialmente a construção da autonomia por vias de fato, tenham sido interrompidas ou abandonadas neste

¹³ Nos primeiros meses de 1995, por exemplo, as comunidades autônomas zapatistas sofreram tentativas de invasão militar por parte do governo mexicano. O EZLN respondeu não com uma ação militar, mas com uma difusão de comunicados à sociedade civil internacional, que formava uma rede virtual de comunicação e solidariedade. Abaixo-assinados, protestos eletrônicos e passeatas ocorreram em vários países e junto às embaixadas mexicanas no mundo, fazendo com que as autoridades mexicanas recuassem.

¹⁴ Seis Declarações da Selva Lacandona foram escritas e publicadas ao longo dos anos pelo movimento – em 1993, 1994, 1995, 1996, 1998 e 2005, respectivamente –, explicitando suas reivindicações e convidando a sociedade à luta.

momento; ao contrário, elas seguem até os dias atuais. Como o volume de documentos é muito extenso, nem todos os comunicados escritos durante esses doze anos são utilizados na pesquisa. As fontes foram devidamente arquivadas e lidas de acordo com a pertinência em relação à problemática do presente trabalho.

Nosso recorte temporal, como já apontamos, se inicia em 1983, ano de surgimento do grupo chiapaneco, pois acreditamos que a década de 1980 e o início da década de 1990 nos dizem muito sobre a opção pela luta armada e sobre o movimento em geral. É necessário compreendermos como era o EZLN antes de sua primeira aparição pública, em 1994, para compreendermos as mudanças pelas quais o movimento e suas estratégias de ação passaram.

É importante destacar que os primeiros comunicados escritos e divulgados pelos zapatistas foram a partir do mês de dezembro de 1993, pouco antes de sua primeira aparição armada. Embora não existam comunicados do período anterior, muitos dos textos produzidos nos anos seguintes abordam a década de 1980, momento em que o EZLN fazia contato com as comunidades indígenas de Chiapas e se preparava para a luta armada. Utilizamos essas fontes para tratar dos anos anteriores a 1993, bem como entrevistas que versam sobre o assunto, concedidas pelos membros do movimento, e uma bibliografia pertinente ao tema.

Como nossas fontes estão inseridas na *Internet*, cabe aqui colocar algumas questões sobre a mídia eletrônica, temática que também integra parte do objeto de pesquisa, ao estudarmos a utilização das novas tecnologias de comunicação como uma das estratégias de ação do grupo. Primeiramente, o uso da *Internet* como fonte é propício para temas ligados à História do Tempo Presente, por sua constante atualização e grande quantidade de informações. No nosso caso, por falta de possibilidade de ir ao México, a *Internet* tornou possível a pesquisa à distância. Entretanto, há que se tomar os devidos cuidados: um *site* pode sair do ar a qualquer momento, portanto, no caso desta proposta de trabalho, arquivamos devidamente tudo o que se encontra neste acervo *on line*. Em segundo lugar, a ferramenta da *web* como estratégia de ação

política é bastante útil aos movimentos sociais e ao nosso estudo. A mídia virtual conecta ativistas de movimentos sociais de diversos países, reduz os custos de comunicação, incrementa o campo de atuação dos movimentos e possibilita a construção de redes de comunicação e solidariedade.¹⁵ Segundo Manuel Castells, o fenômeno da *Internet* tem sido cada vez mais responsável pelo aparecimento de novos padrões de sociabilidade.¹⁶ O EZLN, por meio do uso da *Internet* como uma estratégia de ação política, foi capaz de criar uma importante rede de comunicação virtual que fortaleceu o movimento e o projetou no cenário mundial.

Para estudar os modos de agir do EZLN, utilizamos um aporte teórico baseado nas considerações sobre política confrontacional¹⁷ e nos conceitos de repertório de confronto e *performance*, pensados pelo historiador, sociólogo e cientista político norte-americano Charles Tilly. A noção de repertório apareceu pela primeira vez nos escritos de Tilly em 1977¹⁸ e passou por diversas modificações e revisões até o fim de sua vida, em 2008. A versão do conceito que nos interessa aqui é a mais recente, da década de 2000¹⁹. A princípio, quando o termo surgiu, ele era pensado para demonstrar a existência de padrões de ação coletiva compartilhados e sua relação com as oportunidades políticas. Com isso, sabemos que o autor recebeu inúmeras críticas, por apresentar uma ideia de repertório que se baseava muito no estruturalismo e deixava de lado aspectos culturais importantes para o estudo do político. O processo de apropriação pelos atores políticos, o uso das formas de ação, as mudanças pelas quais um repertório passa e a abrangência do conceito não eram detalhadas pelo autor, e só começaram a aparecer na década de 1990, quando Tilly retomou essas reflexões. A partir dos anos 2000,

¹⁵ TILLY, Charles. Los movimientos sociales entran en el siglo veinteuno. Trad. Marta Latorre Catalán. *Política y Sociedad*, v. 42, n. 2, p. 11-35, 2005.

¹⁶ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade, Volume II*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

¹⁷ Termo que diz respeito às interações conflituosas: “Quando as reivindicações em questão, se realizadas, viriam a afetar os interesses de outros atores, podemos falar em confronto.” Citação de Charles Tilly retirada do texto: ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia e Antropologia*, V. 02.03: 21 – 41, 2012.

¹⁸ TILLY, Charles. *Getting it Together in Burgundy, 1675 – 1975*. CRSO Working Paper U128, Center for Research on Social Organization, Universidade de Michigan, maio, 1977.

¹⁹ Sintetizada principalmente nas obras *Regimes and Repertoires* (2006) e *Contentious Performances* (2008).

como já apontamos, Tilly realizou uma autocrítica e revisou sua teoria, apresentando um conceito que se aproxima mais das perspectivas com as quais concordamos. Apesar de ainda ter mantido certo enfoque em questões estruturais, o historiador abriu espaço para a cultura na análise da ação coletiva e dos atores políticos, aspectos estes que procuramos enfatizar em nosso estudo. Dessa maneira, utilizamos este aporte teórico buscando aprofundar questões às quais o autor se dedicou em seus últimos escritos, relacionando-as ao nosso objeto de pesquisa.²⁰

O conceito de repertório de confronto está relacionado a várias formas de política confrontacional, tais como revoluções, guerras civis e movimentos sociais. Ele significa um conjunto reconhecido de maneiras de agir de certas estruturas de conflito, histórica e culturalmente aprendido por grupos de atores políticos. Nas palavras do autor, repertório significa um “conjunto familiar, limitado e historicamente criado de *performances* de reivindicação que, na maioria das circunstâncias, circunscreve os meios pelos quais as pessoas se engajam na política contenciosa”²¹. Explicando de outra forma, estruturas de conflito semelhantes normalmente possuem um mesmo repertório de confronto, que foi construído baseado em uma longa história de conflitos anteriores. Os movimentos sociais, por exemplo, quase sempre adotam ações como reuniões públicas, declarações na imprensa, demonstrações e petições, e se distanciam de ações violentas como tomada de reféns e utilização de homens-bomba.²² Os repertórios variam de acordo com a estrutura de conflito, o lugar e o momento histórico em que estão inseridos. São limitados, contínuos e devem ser estudados na perspectiva da longa duração. Entretanto, não são necessariamente rígidos, podendo ser abertos a inovações e mudanças.

²⁰ Para mais sobre a evolução do conceito, ver: ALONSO. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito.

²¹ Tradução livre. Versão original: “the limited, familiar, historically created arrays of claim-making performances that under most circumstances greatly circumscribe the means by which people engage in contentious politics.” TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006, p. 7.

²² TILLY. *Regimes and Repertoires*, p. 35.

De acordo com Tilly, um repertório de confronto é composto por *performances*. *Performances* são as ações propriamente ditas dos atores políticos, tais como apresentar uma petição, realizar uma marcha ou iniciar uma guerra. As *performances* colocadas em prática são baseadas na interação entre organização social, experiência cumulativa de confronto e estruturas de oportunidades políticas²³. Laços sociais, identidades e maneiras de se organizar criam reivindicações coletivas que, juntamente com uma experiência anterior de conflito (seja por envolvimento próprio dos membros ou por um aprendizado baseado em observação de outros grupos) e com as estruturas de oportunidades políticas dentro do contexto em que este grupo está inserido, influenciam na escolha das formas de ação política a serem colocadas em prática.

Como vimos, Charles Tilly utiliza duas palavras recorrentes no meio teatral para estudar a política confrontacional: repertórios e *performances*. Isso se relaciona com a ideia de um roteiro (*script*) compartilhado e aprendido pelos atores e chama atenção para o caráter improvisacional dos mesmos quando estes fazem reivindicações coletivas.²⁴ Este improviso diz respeito à agência dos atores, à sua capacidade de interpretação e inovação do *script*. Segundo o autor, inovações acontecem constantemente em um repertório flexível, porém, de modo geral, elas não rompem radicalmente com o repertório em questão, mas alargam seus limites, em pequena escala. Essas inovações podem ser efêmeras ou duráveis e, na longa duração, podem acumular-se em mudanças substanciais de repertório. Angela Alonso sustenta que o que diferencia a durabilidade de uma inovação tem a ver com o fato de ser ou não vantajosa para os atores

²³ O conceito de estruturas de oportunidades políticas diz respeito a oportunidades ou ameaças que facilitam/prejudicam a produção de ações coletivas. São características de regimes que afetam as demandas e as ações dos atores, tais como: a abertura do regime para novos atores, o grau de repressão ou de facilitação para demandas coletivas, a disponibilidade de apoiadores ou aliados influentes para os demandantes, entre outras. O modo como os atores vão aproveitar dessas oportunidades varia de grupo para grupo e de situação para situação. As estruturas de oportunidades e ameaças são fatores objetivos que podem ou não ser percebidas ou utilizadas pelos atores. MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Comparative perspectives on contentious politics. In: *Comparative Politics: Rationality, Culture, and Structure: Advancing Theory in Comparative Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 4-5.

²⁴ TILLY. *Regimes and Repertoires*, p. 35.

políticos e também com o fato de poder servir a outros atores, situações e assuntos. Ainda em sua interpretação sobre Tilly, Angela Alonso descreve a comparação que o autor faz da noção de *performance* e improviso com uma banda de jazz:

A transferência de repertórios é processo relacional e disputado (pelos agentes em interações conflituosas), histórica e culturalmente enraizado (o peso da tradição) e condicionado pelo ambiente político nacional (as estruturas de oportunidade). Experiências sociais específicas requisitam as transferências e condicionam a adoção, pois que os atores em litígio lidam com o repertório como os músicos de jazz com suas partituras: triam, mitigam, acentuam, exageram, conforme seus parceiros e seu público. Longe de espontâneo e solipsista, o improviso é calculado e orquestrado entre os membros da banda, para produzir certo efeito. O jogo entre a fórmula e a circunstância dá às performances duas caras, simultaneamente modular e singular.²⁵

A utilização de um repertório de confronto por um grupo em conflito e as mudanças pelas quais as *performances* podem passar têm a ver, portanto, com questões culturais e estruturais, ou seja, estão relacionadas com o entendimento compartilhado pelos atores políticos, suas representações de símbolos e práticas, e também com a organização social do grupo e com as oportunidades e ameaças que seu contexto oferece.²⁶ Além disso, o autor afirma que a prática de ações já empregadas por outros tipos de conflito semelhantes não está relacionada somente com uma simples repetição de formas rotineiras de agir, pois, como sustenta o autor, essa repetição não explica o padrão de inovação contínua protagonizado pelos grupos de atores em conflito. A prática de ações tampouco se relaciona com puro determinismo tecnológico, como se a tecnologia disponível criasse ou transformasse, por si mesma, as maneiras de agir.²⁷ Como aponta Tilly, as inovações tecnológicas estão subordinadas a processos políticos locais: “sim, ativistas adotam novas tecnologias quando essas servem aos seus propósitos. Mas propósitos se sobrepõem a técnicas.”²⁸ Nesses pontos, Tilly destaca a ação dos atores políticos que são capazes de fazer escolhas e de inovar em sua maneira de agir.

²⁵ ALONSO. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito, p. 31.

²⁶ TILLY. *Regimes and Repertoires*, p. 43.

²⁷ _____. *Regimes and Repertoires*, p. 41.

²⁸ TILLY. *Regimes and Repertoires*, p. 42.

Em suma, a opção pelas estratégias de ação a serem colocadas em prática por um grupo de atores políticos – que podem sofrer variações ao longo do conflito, como é o caso do EZLN – tem a ver com três aspectos centrais: a) culturais, relacionados às representações, tradições, símbolos e práticas compartilhadas que influenciam na maneira de compreender a política confrontacional; b) estruturais, que têm a ver com as possibilidades que o contexto oferece ao grupo, tanto para restringir como para facilitar certos tipos de ação; c) racionais, relativos à capacidade de escolha e de inovação dos atores e de seu protagonismo. Ao estudarmos as principais estratégias de ação do EZLN, buscamos relacionar a escolha e a prática das mesmas com todos esses elementos, pensando na cultura e na tradição de luta indígenas, nas novas características dos movimentos sociais do período, no contexto político mexicano, na repressão do governo, na potencialidade oferecida pela construção de redes de ativistas, na forte capacidade de autoanálise e transformação do grupo zapatista, entre outras questões. Ao utilizar os conceitos cunhados pelo sociólogo e historiador norte-americano, tentamos compreender, principalmente por meio da relação do EZLN com o passado, com o presente e com seu contexto, os aspectos que nortearam as escolhas, as práticas, os ideais e as mudanças da ação coletiva zapatista.

Estudar repertórios e *performances* significa analisar o confronto tendo em vista suas relações com diversas temporalidades na história. No nosso caso, escolhemos essas ferramentas a fim de relacionar o EZLN com uma história de longa duração dos povos indígenas no México e também com uma história mais ampla e recente, que abarca outros movimentos sociais da América Latina, principalmente, e do mundo. Na dissertação, relacionamos as origens do EZLN e a opção pela luta armada ao ideário do exército liderado por Emiliano Zapata no contexto da Revolução Mexicana e também dos movimentos guerrilheiros latino-americanos da segunda metade do século XX. Além disso, buscamos compreender como os zapatistas se inseriram em um processo de articulação transnacional de lutas que já vinha ocorrendo na América Latina e

no mundo desde a década de 1960, contribuindo para intensificá-lo. Ademais, ao abordarmos a estratégia de resistência por meio da autonomia, procuramos relacioná-la com tradições de organização e demandas indígenas bastante antigas no México, que existem desde o período colonial.

Após esta breve análise dos conceitos de repertório e *performances* e as considerações sobre os usos destas noções, buscaremos agora relacioná-las com o movimento zapatista, de acordo com as próprias proposições de Charles Tilly. De acordo com o autor, devemos nos perguntar: como determinado grupo chegou a tal repertório? Como os atores em conflito escolheram tais *performances* dentro do repertório disponível? Como esse repertório mudou, se alterou, inovou? Partiremos desses problemas para estudar o EZLN. Como o movimento escolheu suas maneiras de agir? Como e por que essas maneiras mudaram? E receberam influência de outros grupos? Qual sua capacidade de transformação e inovação? Estas perguntas permearam desde o início nossa pesquisa, que se centrou em três estratégias principais de ação política zapatista: a luta armada, as ações pertencentes ao repertório dos movimentos sociais e a estratégia de autonomia.

Ao tratarmos das estratégias de ação do EZLN, pensamos em como elas foram escolhidas, abandonadas, alteradas, como se relacionam com diferentes contextos e temporalidades históricas. Buscamos, ao longo da dissertação, dar mais atenção para a ação do movimento em si, como um movimento capaz de escolhas racionais e também influenciadas pela cultura e pela organização social e política. As noções de repertório e *performance* imbricam ação política e cultura e abrem espaço para o protagonismo dos atores, que fazem escolhas contínuas, improvisam e inovam. Procuramos privilegiar a voz e o espaço de fala dos indígenas mexicanos de Chiapas, sobretudo por meio da utilização e análise de fontes escritas pelos próprios chiapanecos.

Pensamos que os conceitos de repertório e *performance* são bastante ricos para a análise de movimentos sociais, sobretudo na História, por dar ênfase à longa duração, ao contexto social e político, aos aspectos culturais e à agência dos atores envolvidos. Os movimentos sociais são, em grande medida, objeto de pesquisa de outras áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Charles Tilly aponta algumas contribuições da História para a análise de movimentos sociais: rastrear e explicar as origens e transformação de suas características; identificar mudanças significativas no seu funcionamento; e chamar atenção para as condições políticas cambiantes e os processos sociais que estão relacionados a eles – que provocam mudanças, os inibem ou os tornam possíveis.²⁹

O conceito de movimento social começou a ser utilizado no final do século XVIII, para abordar movimentos operários, em oposição a ações diretas, explosivas e localizadas, como o Ludismo.³⁰ Na segunda metade do século XX, tanto os próprios movimentos sociais como a maneira de estudá-los e teorizá-los passou por grandes transformações, extrapolando os limites do movimento operário e das análises que privilegiavam as questões econômicas e de classe. Movimentos de contracultura, dos negros, das mulheres, dos homossexuais, dos indígenas, entre outros, se intensificaram e começaram a ser analisados sob perspectivas políticas e culturais – no caso da História, em uma relação com a renovação da história política e da história cultural. A renovação da história política, que ocorreu, segundo René Rémond, em ligação com as mudanças que afetaram o político em si e também com as transformações inerentes à própria dinâmica da história e ao olhar do historiador, trouxe a ideia de que o espaço político não é um domínio – entre outros – separado da vida coletiva.³¹ Ele tem importantes relações com o social, o econômico e o cultural e está intimamente ligado com os movimentos sociais.

²⁹ TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. Trad. André Villalobos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 133-160, janeiro-julho 2010.

³⁰ Para mais sobre o assunto, ver: TILLY, Charles. *Social Movements, 1768 – 2004*. London: Paradigm Publishers, 2004.

³¹ RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FVG, 2003, p. 22.

Ademais, no contexto do advento da chamada Nova História Cultural, a cultura passou a ser analisada como um complexo processo que, além da função estética, produz significados, molda experiências e relações e também está relacionada com outras esferas – política, social e econômica.³² Os fenômenos políticos passaram a ser estudados dentro de uma concepção que envolve a influência de fatores culturais como representações, imaginários, tradições, valores. Segundo Sandra Pesavento, mudanças nos paradigmas explicativos da realidade, que vinham ocorrendo desde a década de 1970, ocasionaram transformações e rupturas epistemológicas no campo da História, que passou a se centrar, na década de 1990, em um novo olhar - cultural, que se preocupava mais com as subjetividades e com “os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais”³³.

Nesse contexto, a partir da década de 1960, sobretudo na Europa, importantes autores como Alain Touraine, Alberto Melucci e Jurgen Habermas formularam teorias sobre os movimentos sociais, que partilhavam do viés político e cultural. Em geral, de acordo com esses autores, a sociedade do século XX não se centrava mais em laços de produção industrial e trabalho, mas em dominação cultural, informação, tecnologia e rápidas transformações.³⁴ Com isso, mobilizações coletivas surgiram com características distintas dos movimentos operários: demandas culturais, simbólicas, voltadas para a afirmação de identidades, defesa de autonomias e para uma modificação nas sociedades no plano dos costumes, visões de mundo e relações cotidianas. “Os novos sujeitos não seriam, então, [somente] classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural. Isto é, poderiam vir de todas as minorias

³² ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*.

³³ PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 15.

³⁴ TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. Trad. Ana Liési Thurler. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p.17-28, jan./abr. 2006, p. X.

excluídas (Touraine lista negros, hispânicos, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos, intelectuais) e teriam em comum uma atitude de oposição.”³⁵

As teorias europeias tiveram grande impacto na América Latina – diferentemente das teorias norte-americanas – por serem consideradas mais críticas, menos estruturalistas e mais articuladas aos pressupostos culturais.³⁶ Entretanto, ao utilizá-las, se faz necessário atentar para as especificidades dessa região, de seu processo histórico e de seu desenvolvimento econômico, político, social e cultural. Muitos dos movimentos sociais latino-americanos da segunda metade do século XX, por estarem inseridos em contextos de forte desigualdade social e em situações de pobreza, possuem demandas materiais e econômicas básicas, como a luta por terra e moradia. Por outro lado, não devemos colocar a América Latina em um contexto isolado do global, sobretudo quando se trata das últimas décadas, a era da globalização.³⁷ Esses movimentos lutam contra as “velhas” e também contra as “novas” formas de dominação, possuem demandas culturais, histórico-sociais e políticas. A luta zapatista é um claro exemplo disso: ao mesmo tempo em que os chiapanecos lutam por terra e por melhores condições de vida, reivindicam também o respeito à identidade étnica, à autonomia e aos direitos dos povos indígenas, à diversidade cultural, entre outras questões.

Após todas essas considerações, definimos aqui o conceito de movimento social. Alain Touraine caracteriza o movimento social como “uma ação coletiva que coloque em causa um modo de dominação social generalizada”³⁸ com atores conscientes do que têm em comum, dos mecanismos de conflitos e de interesses particulares que os definem uns contra os outros.³⁹

³⁵ ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009, p. 60.

³⁶ Para mais sobre o assunto, ver: GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

³⁷ GOHN. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, p. 216.

³⁸ TOURAINE. Na fronteira dos movimentos sociais, p. 18.

³⁹ Embora sua aplicação tradicional seja relacionada às sociedades industriais, este autor afirma que é possível utilizá-la na sociedade contemporânea, chamada de sociedade da informação ou da comunicação. Em resumo, isto se dá porque, embora nessa sociedade as forças dominantes não se definam mais por formas de vida social, os

Maria da Glória Gohn, autora que se utiliza das considerações de Touraine para pensar os movimentos sociais no contexto latino-americano contemporâneo, também afirma importantes questões em sua conceituação de movimentos sociais: um movimento social não é o mesmo que um grupo de interesses, pois, além de interesses em comum, esse grupo precisa ter uma identidade para se constituir enquanto coletivo social e necessita transformar esses interesses e demandas em reivindicações por meio de uma ação coletiva. Ademais, a autora explica que o movimento deve atuar em uma esfera não institucionalizada, nem pública nem privada.⁴⁰

De maneira geral, apoiando-nos nas teorias de Alain Touraine e Maria da Glória Gohn, em nossas palavras e de maneira sintética, definimos um movimento social como um grupo de atores políticos que constrói uma identidade coletiva e possui reivindicações comuns, realiza ações coletivas e coloca em causa um modo de dominação social. Nas palavras de Gohn,

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva em um movimento, a partir dos interesses em comum. Essa identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações na esfera pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política.⁴¹

Nas últimas décadas, os movimentos sociais na América Latina têm representado importantes formas de resistência aos rumos desenfreados do neoliberalismo e à democracia representativa limitada, trazendo novos espaços de cidadania e de participação, modificações nas relações sociais cotidianas, mais respeito à diversidade cultural e uma resignificação de noções como espaços públicos e privados, direitos, igualdade e diferença. Esta resignificação

laços que unem os movimentos coletivos são ainda sociais e seus adversários apoiam seus interesses e objetivos sobre mecanismos também sociais. TOURAINE. Na fronteira dos movimentos sociais, p. 18.

⁴⁰ GOHN. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*.

⁴¹ GOHN. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, p. 251.

tem a ver com uma luta, na contemporaneidade, que não diz respeito somente à inclusão, como enfatizam os autores Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar:

[...] os militantes negros colombianos, as feministas na ONU, os líderes do movimento Pan-Maia e os *zapatistas* não estão apenas lutando por acesso, incorporação, participação ou inclusão na “nação” ou no “sistema político” em termos pré-definidos pelas culturas políticas dominantes. Como sublinha Dagnino, o que também está em jogo para os movimentos sociais de hoje é o direito de participar na própria definição do sistema político, o direito de definir aquilo no qual querem ser incluídos.⁴²

Estudar um movimento social do tempo presente requer algumas considerações, tendo em vista que este tipo de história teve alguma dificuldade para ser reconhecida. Anteriormente, a escrita da história era permeada por certa compreensão de que era possível recuperar a verdade dos fatos, o que fazia com que o historiador buscasse manter uma distância crítica da análise de suas fontes para não impregná-la de subjetividades e opiniões.⁴³ Uma das principais faces dessa distância era a temporal - entre o historiador e o passado estudado por ele. No século XX, acontecimentos como o Holocausto, a Segunda Guerra Mundial e o fim da Guerra Fria provocaram nas sociedades mudanças na sua forma de se relacionar com o tempo, o passado, o presente e o futuro. Junto a isso, aberturas epistemológicas e metodológicas no campo da História abriram espaço para o surgimento da História do Tempo Presente.⁴⁴ Segundo Pieter Lagrou, “o historiador do tempo presente foi expulso do paraíso ilusório da extratemporalidade, da independência absoluta do pesquisador frente ao seu objeto”⁴⁵. Assim, ele passou a estudar também acontecimentos contemporâneos a ele, em que o período investigado não rompe com o tempo de sua escrita.

⁴² ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*, p. 44 – 45, grifo nosso.

⁴³ MULLER, Helena I. História do tempo presente: algumas reflexões. In: PÔRTO JR., Gilson (org.). *História do tempo presente*. São Paulo: Edusc, 2007, p. 24.

⁴⁴ Para mais sobre a contextualização do surgimento da História do Tempo Presente como disciplina, ver: MULLER. História do tempo presente: algumas reflexões.

⁴⁵ LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente. In: PÔRTO JR., Gilson (org.). *História do tempo presente*. São Paulo: Edusc, 2007, p. 44.

A História do Tempo Presente carrega importantes benefícios à prática do historiador. Segundo Chauveau e Tetárt⁴⁶, ela traz uma nova relação entre o pesquisador e o seu campo de investigação. Os historiadores desse tempo têm a necessidade de buscar uma prática mais consciente e de explicitar melhor o seu ofício, confrontados com as dificuldades desta operação historiográfica. Por carregarem mais subjetividade, por suas questões estarem mais imbuídas do presente e por não terem acesso a um futuro que ainda não ocorreu, os historiadores do tempo presente devem fazer de sua prática algo mais transparente e menos ingênuo, como aponta François Dosse.⁴⁷ Ademais, nosso olhar sobre o objeto de estudo, baseado em questões levantadas no presente, pode lançar luz capaz de contribuir para o debate e possíveis soluções dos nossos problemas contemporâneos.⁴⁸ Buscamos enfrentar essas dificuldades e incorporar esses benefícios ao trabalhar com um movimento que se configurou no tempo presente e que levanta questões sobre ele, como globalização, informatização, neoliberalismo e democracia, dentre outras.

Por fim, cabe apresentar a divisão dos capítulos, norteada a partir das estratégias de ação política zapatistas. O primeiro capítulo, de certa maneira introdutório ao tema, se dedica a analisar a dominação e agressão aos povos indígenas perpetradas, sobretudo, por parcelas dos governos mexicanos ao longo de vários séculos, ao mesmo tempo em que evidencia as diversas resistências dos índios na perspectiva de longa duração. Nossa intenção foi compreender como as demandas, estratégias de ação política e discursos do movimento zapatista de Chiapas estão relacionados a essa esfera da história mexicana, desde o período colonial até o final do século XX, passando, especialmente, pelo zapatismo da Revolução Mexicana. Nesse capítulo,

⁴⁶ CHAUVEAU, A., TETÁRT, P. (orgs.). *Questões para história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

⁴⁷ DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. *Tempo e Argumento*: Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.

⁴⁸ MULLER. História do tempo presente: algumas reflexões, p. 29.

buscamos também investigar as origens do grupo insurgente chiapaneco, articulando-as com um contexto mais imediato de Chiapas e do país.

O segundo capítulo, por sua vez, está dedicado à luta armada. Nele, nos dedicamos a estudar como se deu a opção pela estratégia e quais os sentidos da luta armada para o grupo urbano fundador do EZLN e para os povos indígenas que integram o movimento. Em seguida, procuramos analisar os onze anos de preparação para a luta armada nas montanhas chiapanecas e os primeiros comunicados rebeldes. A partir de 1º de janeiro de 1994, delineamos o desenvolvimento dos confrontos armados entre o Exército Zapatista e as tropas federais, que duraram doze dias. Mais ao final do capítulo, buscamos demonstrar como o governo federal continuou a realizar ofensivas às comunidades zapatistas mesmo após o cessar-fogo, destacando o papel que as armas continuaram a desempenhar no EZLN.

No terceiro capítulo, analisamos a mudança de estratégia de ação política pela qual o movimento passou após o fim dos confrontos armados e, com isso, também a transformação do discurso e das reivindicações zapatistas, que passaram a incluir, com mais destaque, após 1996, as questões especificamente indígenas. As *performances* em destaque nesta parte relacionam-se às maneiras de agir comuns aos movimentos sociais em geral, como marchas, encontros e declarações públicas. Assim, nosso intento é compreender a influência da sociedade civil na estratégia de ação política zapatista, o contexto de atuação dos “novos movimentos sociais” em que o grupo insurgente estava inserido e a própria contribuição do EZLN para o repertório dos movimentos sociais.

Finalmente, no quarto e último capítulo, focamos na estratégia de autonomia desenvolvida pelos indígenas chiapanecos, indicando como ela se baseou em uma antiga demanda dos índios no México e como ela se articulou com os debates e experiências mais recentes da América Latina. Em termos teóricos, abordamos o que os zapatistas entendem por autonomia e como a noção aparece em seus comunicados. Na prática, analisamos como se deu o surgimento e o

desenvolvimento dessa ação, por meio da construção de territórios controlados pelas bases zapatistas em Chiapas, pensando em seus limites e potencialidades. Assim, buscamos enfatizar como a autonomia se tornou o centro de ação e sobrevivência do movimento e, atualmente, representa uma importante forma de resistência no mundo.

CAPÍTULO I

AS ORIGENS DO EZLN E SUAS RELAÇÕES COM A HISTÓRIA INDÍGENA NO MÉXICO

No México, assim como em outros países da América Latina, os indígenas têm sofrido diversas formas de exploração, violência e discriminação que remontam ao período colonial, abarcando as esferas étnica, econômica, cultural, social, política e intelectual. O início dessa história se deu com a chegada dos europeus, que simplificaram a realidade mesoamericana e toda sua pluralidade em uma só categoria étnica: a indígena. A criação de tal categoria tinha o objetivo de diferenciar os espanhóis dos povos originários da América – que não adotavam a religião católica – e justificar sua dominação.⁴⁹ Essa diferenciação foi acompanhada por uma visão de superioridade da cultura europeia, que se manteve durante toda a colonização e que perdurou após a independência do México no início do século XIX. Desde então, os grupos que detiveram o poder no país passaram a associá-lo às ideias da cultura moderna ocidental,⁵⁰ as

⁴⁹ As categorias étnicas são, conforme sugere Navarrete, criadas e impostas desde o lado de fora, ou seja, por aqueles que não pertencem ao grupo – normalmente por um poder superior e como ferramenta de dominação. As identidades étnicas, por sua vez, são criadas pelos próprios indivíduos que se identificam, ainda que de maneira relacional, ou seja, perante a outros grupos. Atualmente, o conceito de identidade étnica possui, influenciado pela perspectiva trazida por Fredrik Barth nos anos 1960, uma característica dinâmica, isto é, não se refere a um “conjunto imutável de ‘traços culturais’ (crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua, práticas de vestuário, culinária, etc) transmitidos de geração para geração no grupo.” Ao contrário, ela é construída e está em constante transformação a partir da interação com outros grupos e com os contextos históricos e sociais. No caso dos índios, os modos como eles percebem a si mesmos, suas culturas, seus costumes e suas formas de organização não permaneceram os mesmos ao longo dos séculos; os povos indígenas redefiniram sua identidade, adaptando-se às novas realidades. Outro ponto importante a ser destacado é o de que os limites étnicos de um grupo não dependem de fatores territoriais, mas sim sociais; as etnias não dependem de espaços físicos ou geográficos delimitados, mas criam seu próprio espaço de ação. NAVARRETE, F. *Las relaciones interétnicas en México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004, p. 47-48. GIL, Antonio Carlos Amador. *O lugar dos indígenas na nação mexicana: tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX*. Vitória: Aquarius, 2013, p. 33. BARTH, Fredrik. *Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976, p. 41. DÍAZ-POLANCO, HÉCTOR. Los dilemas del pluralismo. In: *Pueblos indígenas, Estado y democracia*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005, p. 16. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101026125122/4DiazPolanco.pdf>>

⁵⁰ A *modernidade* é um conceito bastante polêmico entre os estudiosos. Não há uma definição clara e consensual no que diz respeito às suas características e também à sua origem como processo histórico: alguns dizem que a modernidade se iniciou no período do Renascimento e das grandes navegações, outros argumentam que ela teria surgido com a Revolução Industrial e o aparecimento das grandes cidades, uns sugerem sua emergência já no século XI, com mudanças na área da técnica. Não nos interessa aqui discutir sua origem, mas refletir sobre o que

quais estavam longe de incluir as comunidades indígenas e suas formas de viver, consideradas “atrasadas”.

Não obstante, desde a chegada dos colonizadores espanhóis, os índios têm resistido a esses processos de exploração, perdas territoriais e destruição de suas identidades étnicas e culturais, em um processo de mais de “500 anos de luta”, como apontam os zapatistas.⁵¹ Desde o final do século XX, especialmente após o levantamento do Exército Zapatista de Libertação Nacional, os indígenas têm colocado com maior ênfase no debate público nacional a necessidade de reverter o quadro dos vários tipos de discriminação e agressão aos seus povos, em um processo de luta contra o legado do colonialismo⁵² e a exploração capitalista neoliberal, e a favor do reconhecimento e valorização das diferenças culturais e étnicas da sociedade mexicana. Para compreendermos o repertório de confronto do movimento zapatista – foco deste trabalho –, é necessário nos debruçarmos sobre a história relacionada aos povos indígenas no México, sobretudo nos séculos XIX e XX. A dominação perpetrada pela situação colonial, a exclusão dos indígenas do projeto de nação mexicana, a crescente ofensiva capitalista contra suas terras,

ela se transformou e como ela guiou – e ainda guia – diversos processos históricos nos países latino-americanos. Como apontou Bolívar Echeverría, a partir da segunda metade do século XIX, ela se tornou um “horizonte anímico verdadeiramente determinante de la vida cotidiana.” É possível esboçar aqui alguns pontos que nos auxiliarão a compreendê-la, principalmente, como projeto do mundo ocidental. Segundo David Harvey, a modernidade é fundamentalmente um processo de rupturas constantes com as condições históricas precedentes, sempre incompleto. A narrativa dominante tem como objetivo mais que substituir o passado, mas vencê-lo, como se ele fosse inferior, na lógica do progresso. Além disso, Echeverría destaca outros elementos constituintes da modernidade: a primazia da razão e da ciência, a predominância do capitalismo na definição dos rumos políticos, as grandes cidades como *loci* primordial da modernidade e o individualismo. É possível observar que todas essas características, adotadas como projeto na construção de grande parte dos Estados nacionais da América Latina, vão, em alguma medida, contra as formas de vida indígenas, baseadas na coletividade, na espiritualidade, na valorização do passado e das tradições, no meio rural, entre outros aspectos. Aqueles que detiveram o poder no México desde a invasão dos europeus sustentaram um presente e um futuro nos termos da civilização ocidental moderna, em que não havia lugar para os indígenas. HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 22. ECHEVERRÍA, Bolívar. Qué és la modernidade? In: Seminario Universitario Modernidad: versiones y dimensiones, 2005, Universidade Nacional Autónoma do México. *Cuadernos del Seminario Universitario Modernidad: versiones y dimensiones*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2009, p. 20.

⁵¹ EZLN. Primera Declaración de la Selva Lacandona. 1º de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>> Acesso em: 10 set. 2016.

⁵² Partilhemos da perspectiva dos estudos decoloniais que trabalha com a ideia de colonialidade, isto é, que afirma existir um legado do colonialismo nas sociedades atuais, com a permanência de modos de dominação política, econômica, social, cultural e de gênero. No último capítulo, essa questão será melhor abordada.

o histórico de suas revoltas e o zapatismo da Revolução Mexicana são algumas das histórias fundamentais que nos auxiliam a compreender as reivindicações do EZLN e suas maneiras de agir na atualidade.

1.1 – O lugar dos índios no México independente

Os governos do México independente, se comparados à administração colonial, foram, em muitos sentidos, mais agressivos em relação aos índios. Isso porque, no período de dominação hispânica – não obstante toda a exploração dos indígenas, sobretudo por meio de trabalhos forçados⁵³ –, a categoria étnica dos índios era reconhecida legalmente e suas terras comunais contavam com certa proteção jurídica. Muitas vezes, na legislação ou em tribunais espanhóis, a Coroa e setores do clero aliados a ela impediam a expropriação de terras pertencentes aos índios e conservavam uma mínima autonomia local para suas comunidades. De acordo com John Tutino, essa proteção se dava em função de dois motivos centrais. Primeiramente, porque a Coroa e os clérigos temiam o poder da elite de fazendeiros e de proprietários de terra. Conservar parte do poder de comunidades indígenas, portanto, colocava-as como contrapeso a essa elite e mantinha relativo equilíbrio na sociedade colonial. Em segundo lugar, era interessante para a administração hispânica proteger as terras e a autonomia das comunidades livres indígenas, uma vez que seus habitantes representavam importantes ingressos fiscais e mão de obra barata nas propriedades comerciais.⁵⁴

⁵³ Não temos a intenção de afirmar, de nenhuma maneira, que a dominação hispânica foi branda em relação aos índios. No âmbito do trabalho, sabemos que, por meio da escravidão, servidão, *repartimiento* ou *encomienda*, os índios eram submetidos a diversas formas de exploração de mão de obra, compulsória, forçada por dívidas ou em troca de ínfima compensação financeira. Além disso, embora houvesse certa proteção jurídica sobre suas propriedades coletivas e sua autonomia política durante o período colonial, havia também leis específicas para os índios que os discriminavam e lhes davam menos direitos do que aos espanhóis. Não podemos desconsiderar também toda a imposição e dominação cultural – da língua, religião, costumes e valores europeus – que colocou os índios em posição inferior na sociedade e que deixa fortes legados até os dias de hoje.

⁵⁴ TUTINO, John. Cambio social agrario y rebelión campesina en el México decimonónico: el caso de Chalco. In: KATZ, Friedrich (comp.) *Reuelta, rebelión y revolución: la lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*. México: Ediciones Era, 2012.

É possível afirmar que a estrutura da sociedade rural colonial contou com certa estabilidade durante a maior parte da administração hispânica no México. A proteção legislativa dos índios e a mediação do Estado em seu favor nos conflitos com as elites proprietárias coloniais contribuíram para a escassez de revoltas rurais durante quase dois séculos. Antes de recorrerem às sublevações, índios e camponeses buscavam o auxílio e a intervenção da Coroa ou da Igreja. O principal fator para tal estabilidade, entretanto, se deve a questões demográficas: durante o período colonial, com a morte massiva acarretada por doenças trazidas pelos espanhóis, os índios passaram de cerca de vinte milhões a dois milhões de habitantes no México⁵⁵ e, com um número tão reduzido, as disputas por terras foram menos frequentes e revoltas menos comuns.

A partir de meados do século XVIII, entretanto, esse quadro começou a mudar. Com grande crescimento demográfico, as terras reservadas aos índios deixaram de ser suficientes e, com as Reformas Bourbônicas⁵⁶, intensificaram-se as pressões fiscais, a cobrança de impostos e a intervenção de funcionários ligados à Coroa na vida das comunidades. Esses fatores, que afetavam diretamente a terra e a autonomia dos povos indígenas, contribuíram para aumentar as tensões e levantamentos rurais, que culminaram nas guerras de independência do México nas primeiras décadas do século XIX.⁵⁷

O processo de independência mexicano, que teve início em 1810 e concretizou-se apenas em 1821, foi complexo e marcado por diversas fases e transformações. A princípio, foi um movimento rural e popular que contou com ampla participação de índios e camponeses, que buscavam livrar-se da dominação espanhola. Esse movimento foi liderado primeiramente por

⁵⁵ KATZ, Friedrich. Las rebeliones rurales en el México precortesiano y colonial. In: KATZ, Friedrich (comp.) *Revolución, rebelión y revolución: la lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*, p. 79.

⁵⁶ As Reformas Bourbônicas foram uma série de mudanças políticas e econômicas introduzidas pelos reis da Casa Bourbon no século XVIII, sobretudo após a derrota espanhola na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), com o objetivo de melhorar a economia da Espanha e aumentar seu poder sobre as colônias. Entre as medidas, podemos citar aumento de impostos, maior intervenção da administração hispânica em assuntos coloniais, tentativa de redução do poder dos *criollos* e da Igreja, criação de companhias de comércio e ampliação das forças militares.

⁵⁷ KATZ, Friedrich. Las rebeliones rurales en el México precortesiano y colonial. In: KATZ, Friedrich (comp.) *Revolución, rebelión y revolución: la lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*.

Miguel Hidalgo y Costilla e posteriormente por José María Morelos, dois padres católicos que foram presos e executados durante as guerras de independência e atualmente são resgatados com frequência pelo EZLN como símbolos de resistência indígena e popular. A partir de 1820, o processo de independência tomou outras dimensões quando a elite *criolla* da Nova Espanha tomou sua frente, numa tentativa de desvincular-se da Coroa e da burocracia peninsular, sem, no entanto, alterar significativamente a estrutura social do período colonial.⁵⁸

Após a independência do país em 1821, houve uma grande mudança na relação entre os índios e o Estado. O último deixou de proteger as terras indígenas e de intervir, por meio dos tribunais, a seu favor. Ao contrário, o Estado passou a facilitar a expropriação de terras pertencentes aos índios e a favorecer os fazendeiros e proprietários de terra, associando uma lógica capitalista de produção e de propriedade privada. A partir da década de 1820, diversos governos estaduais buscaram ordenar a repartição de terras comunais e a formação de propriedades privadas. Em 1826 em Chiapas, por exemplo, uma lei ordenava que todos os terrenos baldios – exceto *ejidos*⁵⁹ pertencentes aos *pueblos*, isto é, propriedades rurais de uso coletivo – seriam transformados em propriedade privada.⁶⁰ Essa postura do Estado intensificou-

⁵⁸ Sobre o processo de independência mexicano, ver: ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (coords.). *Inventando la nación: Iberoamérica: siglo XIX*. México, Fondo de Cultura Económica, 2003. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2001. PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSP, 1999.

⁵⁹ O termo ejido sofreu diversas variações acerca de sua concepção ao longo da história no México. Segundo Emílio Kourí, sua acepção original se refere a uma forma específica de propriedade que compunha o patrimônio espanhol na época da Conquista e que foi replicada para as comunidades indígenas durante o período colonial. Em geral, os ejidos eram terras de posse e uso coletivo, não utilizadas para agricultura, mas para pastoreio, coleta de madeira e frutos silvestres. Durante a Revolução Mexicana, no entanto, intelectuais deram à palavra ejido um significado distinto, inspirado no imaginário acerca das práticas comunais camponesas-indígenas. Após a 1917, o ejido se consolidou no principal instrumento para redistribuição governamental da terra, cujo objetivo era conter as sublevações camponesas e remediar o processo de aprofundamento de concentração fundiária ocorrido durante o porfiriato. O conceito passou a abarcar diferentes usos e atributos jurídicos: o ejido do século XX se referia a propriedades comunais de uso agrícola, desvinculadas formalmente dos governos dos *pueblos*, o que, segundo Kourí, se distanciava do projeto zapatista, como veremos adiante neste trabalho, nas páginas 53 e 54. KOURÍ, Emílio. La invención del ejido. *Revista Nexos*: 1º de en. 2015. Disponível em: <<http://www.nexos.com.mx/?p=23778>> Acesso em: 20 dez. 2017.

⁶⁰ Para mais casos, ver: KNOWLTON, Robert. El ejido mexicano en el siglo XIX. *HMex*, vol. XLVIII, n. 1, 1998.

se ainda mais com a chegada dos liberais ao poder, em meados do século, como veremos adiante.

No âmbito legislativo, a Constituição mexicana independente de 1824 deixou de reconhecer a categoria jurídica específica referente aos índios, eliminou as distinções entre os grupos étnicos e estabeleceu uma cidadania universal e igualitária, na qual todas as pessoas nascidas no país passaram a ser consideradas iguais perante a lei.⁶¹ Isso agravou ainda mais a situação de exploração e discriminação dos grupos indígenas, pois a igualdade legal instaurada em uma sociedade desigual acabou por desenvolver-se muito mais na teoria: “este tipo de régimen jurídico, al pretender ignorar las diferencias, termina por penalizarlas, generando nuevas formas de desigualdad.”⁶² Na prática, a ideia de cidadania universal estava intimamente relacionada a princípios da cultura moderna ocidental, isto é, seriam considerados cidadãos todos e somente aqueles que adotassem seus valores. Isso acabou por instaurar uma cidadania restrita, que privilegiava a cultura de um grupo específico, os *criollos*⁶³, que subiram ao poder após a independência.

Na segunda metade do século XIX, a valorização de apenas um tipo cultural no México se intensificou, em detrimento das culturas indígenas. O projeto de construção da nação mexicana foi baseado na ideia de homogeneidade cultural. Como aponta Guillermo Bonfil Batalla, a teoria em voga na época (europeia) defendia que um Estado “es la expresión de un pueblo que

⁶¹ NAVARRETE. *Las relaciones interétnicas en México*, p. 67.

⁶² NAVARRETE, F. La construcción histórica de una discriminación étnica. In: DI CASTRO, Elisabetta (coord.). *Justicia, desigualdad y exclusión*. México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2009, p. 254.

⁶³ Os *criollos*, no período colonial, eram os descendentes de europeus nascidos em território americano. Durante grande parte da administração hispânica no Novo Mundo, eles guardaram certos prestígios na sociedade colonial e ocuparam cargos políticos e administrativos. Entretanto, especialmente após as Reformas Bourbônicas que apontamos anteriormente, o poder dos *criollos* foi limitado. Eles foram impedidos de exercer certos cargos e funções em detrimento dos peninsulares, espanhóis nascidos na Espanha. Menosprezados pelos “verdadeiros” europeus, buscaram construir uma identidade que os diferenciava tanto dos espanhóis e como dos povos originários. Por terem nascido em território americano, exaltavam o fato de compartilhar um passado de gloriosas civilizações pré-hispânicas. Ao mesmo tempo, se distanciavam dos indígenas de seu presente e tinham visão de superioridade em relação a eles. BONFIL BATALLA, Guillermo. *México profundo. Una civilización negada*. México: Editorial Grijalbo, 1990, p. 146-147.

tiene la misma cultura y la misma lengua, como producto de una historia común.”⁶⁴ Tendo em vista a pluralidade de grupos étnicos que compunham o país, que falavam diferentes línguas e possuíam diferentes culturas, fez-se necessário forjar tal homogeneidade. O modelo adotado, entretanto, não foi baseado nos elementos culturais das grandes maiorias. Ao contrário, consolidar a nação significou valorizar os princípios daqueles que estavam no poder, isto é, princípios da cultura ocidental, eliminando “la cultura real de casi todos, para implantar otra de la que participaban sólo unos cuantos.”⁶⁵ Serge Gruzinski aponta que a ocidentalização foi um processo de dominação introduzido pelos europeus na América desde o século XVI, que buscou disseminar novas referências políticas, religiosas e culturais para controlar os conquistados. Como exemplo dessas referências, o autor cita a religião católica, os mecanismos de mercado, os livros e as imagens. Essa ocidentalização, que ocorreu com mais intensidade até o século XIX, tinha como objetivo a “transferência para o outro lado do Atlântico dos imaginários e das instituições do Velho Mundo. Foi uma empreitada colossal. Sob outras aparências, com outros conteúdos, objetivos e ritmos, a ocidentalização prosseguiu até os dias de hoje, ganhando progressivamente o conjunto do globo.”⁶⁶

Tendo isso em vista, na segunda metade do século XIX, o grupo privilegiado que se tornou a síntese da identidade nacional mexicana foi o dos mestiços, que assumiram o poder no lugar dos *criollos* e que encarnavam os valores da civilização ocidental. Paradoxalmente, longe de ser um grupo homogêneo, os mestiços eram muito diferentes entre si: devido à sua origem étnica, que variava de descendentes de europeus, descendentes de africanos, imigrantes e indígenas que adotaram a língua espanhola; pela pluralidade de suas crenças religiosas, pois havia mestiços católicos, ateus, protestantes, judeus, entre outros; pela diversidade de suas culturas, uma vez que havia pessoas que viviam no campo e na cidade, que levavam distintos

⁶⁴ BONFIL BATALLA, Guillermo. *México profundo. Una civilización negada*, p. 103-4.

⁶⁵ BONFIL BATALLA. *México profundo. Una civilización negada*, p. 104.

⁶⁶ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 93-94.

modos de vida; e por sua situação econômica, muito desigual. Contudo, essas diferenças foram dissimuladas pela criação de uma identidade única e coerente, a qual incorporou todos os grupos.⁶⁷ A base da identidade dos mestiços era muito semelhante àquela dos *criollos*: assim como eles, grande parte dos mestiços enaltecia o fato de compartilharem o “glorioso passado” indígena das civilizações mesoamericanas, ao mesmo tempo em que adotavam os valores culturais ocidentais.

A mestiçagem social da população mexicana foi um longo processo histórico que se iniciou no século XVI. No período de dominação hispânica, os mestiços, frutos da mistura entre brancos, negros e indígenas, constituíam um grupo social secundário na estrutura colonial. A partir de meados do século XIX, entretanto, tornaram-se o setor dominante no seio da população mexicana, ocupando as posições de poder e representando a cultura nacional. Este processo não pode ser explicado por um suposto crescimento demográfico dos mestiços ou mescla racial⁶⁸, mas, como defende Antonio Gil: “está diretamente ligado à criação e ao triunfo de uma política oficial valorizadora da mestiçagem que permitiu que um grande contingente de indígenas e de brancos abandonasse os seus referenciais identitários anteriores e assumisse a identidade mestiça.”⁶⁹ Isso porque, como sugere Navarrete, a mestiçagem se dava a partir de uma mudança de identidade cultural e étnica, em um processo em que parte dos mexicanos, ao adotar o espanhol como língua principal e ao incorporar os valores da cultura moderna ocidental, deixavam de se considerar indígenas. Ademais, como pontua o autor, a mestiçagem se deu

⁶⁷ NAVARRETE. *Las relaciones interétnicas en México*, p. 16.

⁶⁸ No início do século XIX, antes da Independência do México, os indígenas representavam a maioria da população e os mestiços a minoria. Pouco mais de cem anos depois, esse quadro havia mudado: os mestiços somavam 59% da população, enquanto os indígenas não ultrapassavam 30%. No século XX, esse processo se intensificou e, atualmente, somente 10% da população aparecem como indígena nos censos oficiais. Federico Navarrete demonstra, por meio de um estudo das taxas demográficas, que isso não pode ser explicado por crescimento populacional ou mescla racial, mas por uma mudança que diz respeito à definição de identidade étnica dos habitantes do país. NAVARRETE. *Las relaciones interétnicas en México*, p. 79-82.

⁶⁹ GIL, Antonio Carlos Amador. *O lugar dos indígenas na nação mexicana: tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX*. Vitória: Aquarius, 2013, p. 44.

como “producto de las fuerzas de desarrollo económico capitalista, del aumento de los mercados de producto y de trabajo, de la mayor integración entre indígenas y no indígenas que trajeron un mayor intercambio cultural entre ellos.”⁷⁰

É importante destacar que um dos principais critérios para que a população mexicana se considerasse mestiça, sobretudo nos censos oficiais, foi o uso da língua espanhola. Entretanto, como demonstra Navarrete, nem sempre adotar outro idioma foi, para indivíduos e para comunidades inteiras, sinônimo de abandonar identidades étnicas comunitárias ou aspectos das culturas indígenas; muitas pessoas e grupos coletivos praticavam uma identidade mestiça diferente daquela das elites governantes. Ademais, a incorporação nos circuitos econômicos capitalistas não provocou necessariamente uma mestiçagem cultural ou mudança linguística; em alguns casos, isso só fez reforçar a identidade étnica dos indígenas.⁷¹

O processo de mestiçagem social no México caminhou lado a lado com a desvalorização das culturas indígenas, pois se fazia necessário, para a consolidação da identidade mestiça, um rompimento com a identidade anterior⁷². Na visão das elites, os índios, por não compartilharem as formas de comportamento, vestimenta, religião, língua e outros valores culturais considerados civilizados, não se integravam à nação e por isso não podiam exercer sua cidadania. Essa perspectiva foi utilizada para justificar sua exclusão e as formas de controle sobre eles. No âmbito econômico, isso também serviu para justificar a instauração, a reprodução e o aprofundamento de relações de exploração e de desapropriação de terras desses povos. O principal grupo responsável pela exclusão indígena no século XIX, em termos econômicos, políticos e culturais, foi o grupo dos liberais, que em 1854 assumiu o poder temporariamente no país.⁷³

⁷⁰ NAVARRETE. *Las relaciones interétnicas en México*, p. 87.

⁷¹ _____. *Las relaciones interétnicas en México*, p. 87-88.

⁷² _____. *Las relaciones interétnicas en México*, p. 91.

⁷³ Antes disso, houve uma longa disputa com os conservadores. Os conflitos político-ideológicos entre os conservadores e liberais, dois grupos das classes altas mexicanas que após a crise do sistema colonial discordaram

Para chegar e se manter no poder, os liberais contaram com o auxílio, sobretudo militar, de índios e camponeses. Criaram alianças com os setores rurais populares e prometeram acesso à terra e autonomia política, em troca de participação nas lutas contra as tropas conservadoras e estrangeiras. Na década de 1860, a França invadiu o México, com o apoio da Espanha e Reino Unido, instalando um governo monárquico de 1864 a 1867, em função de um decreto do governo liberal de Benito Juárez (1858-1864 e 1867-1871) que suspendia os pagamentos dos juros relativos a empréstimos estrangeiros. Nesse contexto, os conservadores apoiaram as tropas francesas, em uma disputa com o governo liberal. Com o apoio militar dos indígenas e camponeses, que passaram a compor as guardas nacionais, os liberais acabaram por derrotar as tropas conservadoras e francesas, retornando ao poder em 1867.

Tendo em vista o processo de crescente perda de direitos e território que os índios vinham sofrendo desde a independência do país, participar militarmente das guardas nacionais liberais significava, para muitos, obter benefícios. As guardas consistiam em um espaço de participação política alternativa que podia ser ocupado pelos rurais e representavam uma possibilidade de maior acesso à terra, à autonomia e à cidadania. Lutas locais por justiça étnica e social davam sentido aos indígenas para participar na construção de uma nação liberal. Durante sua atuação, índios e camponeses colocaram em pauta diferentes concepções de “convivencia interétnica y de ciudadanía, centradas en temas claves como las formas de propiedad de la tierra, los derechos individuales y colectivos, y los mecanismos de participación política.”⁷⁴

sobre o México a ser construído, se estenderam por grande parte do século XIX. De modo geral, os conservadores se mantiveram no poder até meados da década de 1850, quando a Revolução de Ayutla colocou os liberais no controle do Estado. Contudo, como sublinha Bonfil Batalla, tanto os liberais como os conservadores eram afiliados à civilização ocidental e sustentaram projetos históricos nos quais não havia lugar para a “civilização mesoamericana”. As lutas entre esses grupos somente expressaram concepções distintas de como alcançar a consolidação da nação baseada em valores modernos e ocidentais. MALLON, Florencia. *Campesino y nación: la construcción de México y Perú poscoloniales*. México: CIESAS, 2003. BONFIL BATALLA. *México profundo. Una civilización negada*.

⁷⁴ NAVARRETE. La construcción histórica de una discriminación étnica, p. 255.

Florencia Mallon, ao estudar a participação dos indígenas na construção da nação mexicana, aponta que índios e camponeses reivindicavam recompensas pelos sacrifícios realizados durante os conflitos militares. Eles afirmavam que, em reconhecimento ao seu papel nas lutas – sobretudo contra os franceses, pois esse conflito dizia respeito a uma luta de defesa nacional –, deveriam ter direito à terra, educação, prosperidade econômica, participação política e autonomia, entre outros. Conectavam assim, questões locais com um discurso nacionalista emergente: os cidadãos que haviam prestado seus serviços à nação deveriam obter benefícios providos por ela - direitos que dependiam não de origem social, étnica ou regional, mas que adivinham do comportamento. Entretanto, a autora coloca o problema de que, uma vez terminado o conflito, os direitos e recompensas prometidos aos populares ficaram difíceis de se definir. No caso da invasão francesa, a esperança dos indígenas e camponeses acerca de sua participação na construção do projeto de nação liberal foi frustrada pouco após a morte do imperador Maximiliano, quando os políticos liberais deixaram de lado as promessas feitas durante os conflitos das décadas de 1850 e 1860 e endureceram as fronteiras discursivas acerca da ideia de nação liberal.

A participação dos grupos populares na construção da nação mexicana foi fundamental para o êxito contra as invasões estrangeiras, para a construção dos discursos nacionalistas e para o “triunfo” do projeto liberal.⁷⁵ Entretanto, após a vitória deste grupo, as classes dirigentes ignoraram – ainda mais – os camponeses e indígenas. Florencia Mallón sublinha que “[...] una vez utilizados, los movimientos subalternos serían políticamente excluidos de la coalición en el poder, y su contribución a la lucha acababa de terminar parcialmente marginada de la versión oficial de los hechos.”⁷⁶

⁷⁵ MALLON, Florencia. *Campeño y nación: la construcción de México y Perú poscoloniales*.

⁷⁶ MALLÓN. *Campeño y nación: la construcción de México y Perú poscoloniales*, p. 46.

Os liberais que ocuparam o poder na década de 1850 no México realizaram diversas reformas, instituindo leis anticlericais, liberdade de expressão e de imprensa, entre outras. A mais importante delas – e a que mais feriu a vida dos povos indígenas – refere-se à mudança na legislação relacionada aos direitos de propriedade. Como parte das Leis da Reforma⁷⁷, o governo nacional decretou a desamortização de bens da Igreja Católica e de propriedades comunais, com o objetivo de estimular o mercado de terras e fomentar a economia capitalista. Além disso, na nova Constituição de 1857, o Artigo 27 decretava:

Artículo 27. La propiedad de las personas no puede ser ocupada sin su consentimiento, sino por causa de utilidad pública y previa indemnización. La ley determinará la autoridad que deba hacer la expropiación, y los requisitos en que ésta haya de verificarse.⁷⁸

Sem definir o que se entendia por “causa de utilidade pública”, essa legislação permitiu a ação arbitrária do governo para decidir as expropriações.⁷⁹ Com essas reformas, os governos mexicanos liberais impulsionavam o capitalismo e buscavam destruir as formas de economia indígena e camponesa, consideradas como obstáculo à modernização do país. Ao fomentar a propriedade individual e limitar formas de propriedade comunitária, possibilitou a perda de terras coletivas indígenas e camponesas para proprietários individuais e empresas capitalistas. O número de latifúndios aumentou consideravelmente e muitos indígenas ficaram sem terras, recorrendo à *peonaje* nas fazendas - trabalho assalariado barato e mantido, muitas vezes, gratuitamente por dívida ou pela força.⁸⁰ Com essas reformas, os liberais buscavam modernizar o país.

⁷⁷ Conjunto de leis decretadas entre 1855 e 1863, por governos nacionais liberais, que estabeleceram a separação entre Igreja e Estado. A lei referente à desamortização de bens imóveis religiosos e comunais foi chamada de *Ley de Desamortización de las Fincas Rústicas y Urbanas de las Corporaciones Civiles y Religiosas de México* e ficou conhecida como *Ley Lerdo*, em referência a Miguel Lerdo de Tejada, liberal relevante em sua formulação.

⁷⁸ MÉXICO. Constituição (1857). Constitución Federal de los Estados Unidos Mexicanos. Disponível em: <http://www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/1857.pdf>

⁷⁹ KATZ, Isaac M. La Constitución y los derechos privados de propiedad. *Cuestiones Constitucionales – Revista Mexicana de Derecho Constitucional*, n. 4, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/cuestiones-constitucionales/article/view/5609/7302>

⁸⁰ BONFIL BATALLA, Guillermo. *México profundo. Una civilización negada*, p. 152-153.

1.2 – Revoltas indígenas e camponesas no século XIX

Não obstante o (não) lugar relegado aos indígenas no México desde a independência, durante todo o século XIX e especialmente na sua segunda metade, diversos movimentos indígenas e camponeses emergiram para contestar o modelo nacional político, econômico e cultural vigente, aliado aos preceitos da civilização moderna ocidental. O desenvolvimento de propriedades privadas voltadas para agricultura e exportação, a perda de território indígena e de autonomia política colocavam em jogo a própria sobrevivência dos *pueblos*. Em diversas revoltas e sublevações que se espalharam de norte a sul no país, índios buscaram defender suas terras e suas formas de viver, de produzir e de se organizar de maneira relativamente autônoma dentro de suas comunidades. Não temos a intenção aqui de analisar em extensão as diversas revoltas que ocorreram durante o século XIX no México, mas optamos por abordar duas bastante significativas para a compreensão da luta indígena em uma perspectiva de longa duração. Elas representam uma experiência acumulada de confronto para o EZLN na atualidade, que influenciaram na escolha das formas de ação política a serem colocadas em prática pelo grupo.

Em Yucatán, no extremo sudeste do país, a Guerra de Castas figura como uma das rebeliões rurais mais importantes da América Latina no século XIX. Iniciada ainda em 1847, foi desencadeada pelo processo de agudização da exploração sobre os indígenas, que vinha ocorrendo desde o fim do período colonial. Em consonância com o que demonstramos anteriormente sobre o lugar dos índios no México independente, Enrique Motalvo Ortega resume bem os motivos que levaram os índios maias a lutarem na península de Yucatán:

En resumen, con la Independencia no finalizó la explotación de los indígenas. Las clases dominantes se encargaron de reafirmar el lugar de clase explotada que desde la colonia se les había impuesto. Nuevas formas de explotación surgieron y acentuaron aún más su posición subalterna. Las tradicionales formas de defensa de los indígenas fueron atacadas, la explotación se vio redoblada; al desaparecer de la escena política la Corona, que se encargaba de vigilar los límites de la explotación de los indígenas, marcados siempre por las revueltas mismas, las clases explotadoras autóctonas se lanzaron en contra de todo lo que frenaba sus intereses. Primero actuaron contra el clero, para

evitar el pago de las obvenciones de sus trabajadores, y luego redoblaron su lucha por la acumulación de tierras y por apropiarse de los centros de abastecimiento de agua.⁸¹

Durante a fase mais intensa da rebelião, que durou até 1854, o objetivo dos maias girou em torno de derrotar o inimigo, isto é, os não indígenas. As estratégias variaram do extermínio total desses indivíduos ao fim de seu papel como classe dominante, passando pela expulsão de todos os não-maias da península.⁸² Embora não tenham logrado esse objetivo e suas forças militares tenham sido debilitadas em 1854 – com divisões entre os rebeldes e assassinato dos dirigentes indígenas –, os conflitos na região duraram até 1901. Após 1855, os rebeldes constituíram uma comunidade autônoma denominada Chan Santa Cruz, cuja resistência armada perdurou até o início do século XX, quando foram derrotados pelo governo federal. Durante quase meio século, defenderam seu território e realizaram ataques esporádicos a regiões inimigas, reivindicando terra, autonomia e fim da exploração indígena.⁸³

Outra importante história de resistência indígena foi a dos povos yaquis, habitantes do fértil vale do rio Yaqui no estado de Sonora, na fronteira norte do México. Como aponta Evelyn Hu-DeHart, o povo yaqui destaca-se por sua “prolongada y eficaz resistencia a la aculturación y asimilación en la sociedad mexicana”⁸⁴, ao defender sua identidade, suas terras e seu modo de vida desde a chegada dos colonizadores. Reorganizados pelos jesuítas do século XVII ao século XVIII⁸⁵, os yaquis conformaram uma das mais coesas e estáveis missões religiosas

⁸¹ ORTEGA, Enrique Montalvo. Revueltas y movilizaciones campesinas en Yucatán: Indios, peones y campesinos de la Guerra de Castas a la Revolución. In: KATZ, Friederich (comp.). *Revolución, rebelión y revolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*, p. 271

⁸² ORTEGA. Revueltas y movilizaciones campesinas en Yucatán: Indios, peones y campesinos de la Guerra de Castas a la Revolución, p. 272.

⁸³ _____. Revueltas y movilizaciones campesinas en Yucatán: Indios, peones y campesinos de la Guerra de Castas a la Revolución, p. 275.

⁸⁴ HU-DEHART, Evelyn. Rebelión campesina en el noroeste: los indios yaquis de Sonora, 1740-1976. In: KATZ, Friederich (comp.). *Revolución, rebelión y revolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*, p. 135.

⁸⁵ “Los jesuítas organizaron en misiones meticulosamente a todos los pueblos nativos hasta la Pimería Alta (Arizona), reorganizando social y económicamente a cada grupo lingüístico-cultural en nítidos centros-misiones, dentro de sus territorios originales. La indisputada hegemonia jesuítas sobre esta frontera tuvo por resultado una paz jesuítas que duro hasta que los borbones llegaron al poder en el siglo XVIII.” HU-DEHART. Rebelión campesina en el noroeste: los indios yaquis de Sonora, 1740-1976, p. 135.

durante o período colonial no México. Após a expulsão dos jesuítas da Nova Espanha, em 1767, resultado da chegada dos Bourbon no poder, os yaquis conservaram seus *pueblos*, sua autonomia, sua identidade fortemente arraigada na terra e seu relativo isolamento em relação à sociedade colonial, em termos políticos e culturais. Esse isolamento não significou total separação ou falta de interação com o restante da sociedade na Nova Espanha; sobretudo no âmbito econômico, os yaquis trabalharam fora de suas terras e participaram do mundo do comércio. Ele dizia respeito, principalmente, à autonomia política, ao controle coletivo da terra e à residência exclusiva de yaquis em seus territórios.⁸⁶

Após um longo período de estabilidade, a história dos povos yaquis transformou-se radicalmente no século XIX. Os governos do México independente, estaduais e federais, buscaram a todo custo destruir as comunidades autônomas yaquis e usurpar suas terras, consideradas férteis e lucrativas. Dessa maneira, diversos levantamentos, enfrentamentos armados e estratégias de resistência foram delineados pelos yaquis. Em 1828, sua primeira rebelião foi liderada por Juan Banderas e durou até 1833. Já nas décadas de 1870 e 1880, os yaquis, sob a liderança de Cajeme, reconstruíram e fortaleceram muitas comunidades que haviam se dissipado desde a independência, construindo um território autônomo quase impenetrável pelas forças governamentais.

Após diversos enfrentamentos com as tropas do estado de Sonora e com o Exército federal, Cajeme foi assassinado em 1887 e a região foi palco de guerrilhas até o princípio do século XX. Buscando pacificar a região, colocar fim à resistência e à autonomia yaqui e apoderar-se das terras próximas ao rio, o vale do Yaqui foi alvo incansável da política federal do presidente Porfírio Díaz e de governadores de Sonora. A partir de 1902, a resposta governamental foi a deportação dos yaquis a outros estados, política que começou esporádica e se intensificou ao longo dos anos. Em 1908, como aponta Cécile Gouy-Gilbert, Diaz decretou

⁸⁶ HU-DEHART. Rebelión campesina en el noroeste: los indios yaquis de Sonora, 1740-1976, p. 148.

que *todos* os homens, mulheres ou crianças yaquis encontrados fossem deportados a Yucatán – onde poderiam servir como mão de obra barata.⁸⁷

As histórias dessas resistências demonstram que a luta indígena por autonomia, isto é, pela capacidade de decidir e exercer suas próprias maneiras de organização política, econômica, social e cultural frente às imposições externas, é bastante antiga no México. Na atualidade, a demanda autônoma figura no centro da resistência do Exército Zapatista de Libertação Nacional e a construção de territórios autônomos em Chiapas aparece como uma das principais estratégias de ação política do movimento, como analisaremos no quarto capítulo deste trabalho. Neste momento, cabe destacar a relação histórica entre as diversas lutas por autonomia indígena.

Ademais, a solução encontrada pelos governos mexicanos em relação à resistência maia e yaqui no século XIX demonstra como as classes dirigentes se relacionaram com os índios no México independente – especialmente quando estes eram autônomos e resistiam em favor de suas terras e identidades étnicas: com violência, falta de reconhecimento e de diálogo, visando sempre colocar fim ao “obstáculo” que representavam os indígenas para a construção de um México “civilizado” e “moderno”. Mais adiante, veremos que essa atitude ainda perdura nos governos atuais do país, em relação à resistência zapatista.

Porfirio Díaz, que ocupou a presidência do México sob uma ditadura de 1876 a 1910 – com intervalo de afastamento entre 1880 e 1884 –, foi um dos principais pilares dessa política agressiva em relação aos índios. Especialmente no âmbito econômico, o porfiriato intensificou a concentração de terra, facilitou a invasão das *haciendas* às propriedades dos *pueblos* e promoveu meios legais para usurpar as terras de pequenos proprietários, comunidades camponesas e indígenas, processos articulados ao avanço do capitalismo no México em tal

⁸⁷ GOUY-GILBERT, Cécile. *Una resistencia india: los yaquis*. México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2015. Disponível em: <<http://books.openedition.org/cemca/3352>> Acesso em: 21 de março de 2017.

período. A partir da década de 1870, as plantações de cana de açúcar e beterraba, movidas por uma concorrência nacional e internacional, introduziram novo maquinário de melhor tecnologia, construíram ferrovias para o transporte e buscaram novas terras para o plantio, o que afetou as propriedades de pequeno porte e coletivas.⁸⁸ Além disso, como demonstra John Womack, o Estado favoreceu esse avanço do capitalismo sobre o campo de diversas maneiras: o Ministério de Obras Públicas vendeu aos grandes fazendeiros quase todos os terrenos públicos que existiam no país; os tribunais locais privilegiaram e aprovaram as expropriações de terra de muitos rurais; e impostos mais baixos para os grandes fazendeiros e mais altos para pequenos e médios proprietários foram estabelecidos.⁸⁹ “No meio de todo este desenvolvimento, deste avanço dos plantadores, não havia lugar para a aldeia como comunidade.”⁹⁰

Além da questão econômica, durante o porfiriato, o estabelecimento de oligarquias regionais e a intromissão do Estado na organização e nos assuntos das comunidades indígenas e camponesas tiraram-lhes a independência política e sua autonomia regional: “Eles perderam assim seu isolamento e seu território, sua independência e a segurança nas regras de seu próprio mundo, a capacidade de decidir quem seriam suas autoridades e de gerir interesses imediatos.”⁹¹

A usurpação de terras dos indígenas – que atacava sua base material de sobrevivência e também o local de organização social e cultural de suas comunidades – se aliou aos processos de desvalorização cultural, diminuição de sua autonomia e exclusão política enquanto cidadãos mexicanos, os quais se desenrolaram com mais intensidade a partir da segunda metade do século XIX. Toda essa exploração e agressão aos povos indígenas, junto ao acúmulo de sublevações rurais ocorridas desde o processo de independência, criaram uma das fortes bases

⁸⁸ WOMACK, John. *Zapata e a Revolução Mexicana*. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 45.

⁸⁹ WOMACK. *Zapata e a Revolução Mexicana*, p. 47.

⁹⁰ _____. *Zapata e a Revolução Mexicana*, p. 51.

⁹¹ AGUILLAR CAMÍN, Héctor & MEYER, Lorenzo. *À Sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 18.

para a mobilização popular no início do século XX, na Revolução Mexicana de 1910, como veremos adiante.

1.3 – O zapatismo na Revolução Mexicana

O processo revolucionário mexicano contou com a participação de diversos grupos sociais do país, cujas demandas eram bastante distintas entre si.⁹² Esta participação plural foi desencadeada por uma crise generalizada, política, econômica e social que havia afetado, no início do século XX, diversas parcelas da sociedade mexicana.⁹³ Além dos indígenas, somavam-se amplos grupos populares – como trabalhadores assalariados urbanos, artesãos e camponeses sem terra – e setores médios – compostos, sobretudo, por intelectuais urbanos e pequenos proprietários rurais –, descontentes com a realidade mexicana e a ditadura de Porfírio Díaz.

As classes médias foram as primeiras a se organizar contra o porfiriato, sob a liderança de Francisco Madero⁹⁴. Esses setores haviam crescido rapidamente desde finais do século XIX,

⁹² Apesar da amplitude de pautas, movimentos e grupos que compuseram o processo revolucionário mexicano, nossa intenção aqui é analisar somente o movimento zapatista, uma vez que seus integrantes, suas características e seus objetivos são os que mais se relacionam com este trabalho e com a história do EZLN. Para uma compreensão geral da Revolução Mexicana, ver: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Editora UNESP, 2010; CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. México: Ediciones Era, 2011; GARCIADIEGO, Javier. *Textos de Revolución Mexicana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2010, p. XLIV – XLV. Disponível em: www.bibliotecayacucho.gob.ve. Acesso em: 20 set. 2016; KATZ, Friedrich. *De Díaz a Madero: Orígenes y estalido de la Revolución Mexicana*. México: Ediciones Era, 2011. KNIGHT, Alan. *La Revolución Mexicana: del porfiriato al nuevo regimen constitucional*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

⁹³ A crise econômica foi resultado do enorme crescimento de investimentos estrangeiros no México logo no início do século XX, impulsionados por Porfírio Díaz e que acarretaram maior dependência do país em relação a outros mais industrializados, somada a uma situação de más colheitas no norte do país. Preços de alimentos e produtos subiram e salários caíram, afetando a maior parte dos setores populares e médios mexicanos. KATZ. *De Díaz a Madero: Orígenes y estalido de la Revolución Mexicana*, p. 60.

⁹⁴ Francisco Madero foi um proprietário de terra liberal considerado um dos principais responsáveis pelo estouro da Revolução Mexicana em 1910, após o lançamento de sua obra *La sucesión presidencial de 1910* e a criação do *Partido Nacional Antirreeleccionista*, em 1908 e 1909, respectivamente. Madero defendia mudanças eminentemente políticas: o fim da ditadura, um sistema de eleições livres, liberdade de imprensa e independência do sistema Judiciário, voltados para a construção de um país democrático. Suas propostas conquistaram grande parte da sociedade mexicana que se encontrava em desacordo com o general Díaz e com a situação do país naquele momento, em meio aos setores populares e médios. Após lançar, do exílio nos Estados Unidos, um chamado revolucionário denominado *Plan San Luís de Potosí*, diversas regiões do país se levantaram em armas e elegeram Madero como presidente do México, em fevereiro de 1911. Madero governou até 1913, quando foi assassinado por um golpe de Estado comandado pelo general Victoriano Huerta. Apesar do grande apoio popular inicial,

em função do desenvolvimento do capitalismo impulsionado por Díaz. Não obstante seu crescimento numérico, durante o regime ditatorial, esses setores possuíam pouco poder político, frente a uma classe dominante – composta por proprietários de terra, grandes industriais, comerciantes, banqueiros mexicanos e investidores estrangeiros – que gozava de privilégios políticos e econômicos, conformando oligarquias estaduais e usufruindo de isenção de impostos.⁹⁵ Dessa maneira, no início do século XX, as classes médias reivindicaram o fim do porfiriato e mais poder político e econômico.⁹⁶

Durante e após o período armado da Revolução⁹⁷, os setores médios ocuparam o poder no país, representados por Francisco Madero, Venustiano Carranza, Álvaro Obregón e Plutarco Elías Calles⁹⁸. Embora o processo revolucionário tenha colocado fim à ditadura de Díaz, manteve-se o Estado capitalista e excludente da grande maioria da população mexicana. Entretanto, existe um consenso na historiografia de que a maior parte dos atores revolucionários foi popular, possuindo reivindicações sociais e agrárias que, de alguma maneira, tiveram de ser incorporadas nas leis e nas políticas dos governos mexicanos, especialmente na Constituição de

Madero acabou revelando pouca preocupação com reformas sociais e afinidade quase exclusiva com as classes médias. Emiliano Zapata e os revolucionários de Morelos romperam com Madero ainda em 1911, por meio do chamado *Plan de Ayala*, que analisaremos adiante. KATZ. *De Díaz a Madero: Orígenes y estalido de la Revolución Mexicana*, p. 66-86.

⁹⁵ KATZ. *De Díaz a Madero: Orígenes y estalido de la Revolución Mexicana*, p. 20-21.

⁹⁶ Como aponta Arnaldo Córdova, a Revolução concebida pela classe média defendia o passado, aquele liberal, anterior ao porfiriato: “el pasado no es el porfirismo, sino la tradición libertaria que se da a partir de la Revolución de Independencia, se desenvuelve en el largo periodo y de la lucha de los liberales contra los conservadores y culmina con el triunfo de la República en las guerras de Reforma y contra la intervección francesa. El gran ideario de esa tradición se cifra en la Constitución liberal de 1857 [...] El *verdadero pasado* de México es su tradición liberal.” CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*, p. 87.

⁹⁷ O período armado da Revolução está compreendido entre os anos de 1910 a 1917, mas há diversos autores, como Arnaldo Córdova ou Alan Knight, que concordam em estendê-la até os anos 1940, afirmando a importância de não “dissociar a imagem ou a historiografia da Revolução Mexicana da evolução do partido que se transformaria no seu principal porta-voz, o Partido Revolucionário Institucional [...]” BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; LOPES, Maria Aparecida de S. A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. In: *História*. São Paulo: Editora UNESP, v. 20, p. 163-198, 2001, p. 165.

⁹⁸ Venustiano Carranza foi presidente do México de 1915 a 1920, quando foi sucedido por Álvaro Obregón (1920-1924) e, posteriormente, Plutarco Elías Calles (1924-1928). Todos os três faziam parte do grupo chamado constitucionalista, que apoiou Francisco Madero no início do processo revolucionário e defendeu a restauração da Constituição liberal de 1857.

1917.⁹⁹ Entre esses atores, destacam-se os villistas e zapatistas. Os primeiros eram revolucionários da região norte do país, sobretudo do estado de Chihuahua, liderados por Francisco “Pancho” Villa. Eram, em sua maioria, camponeses e trabalhadores que lutavam por reformas sociais. Já os zapatistas atuaram no centro-sul mexicano, em sua maioria no estado de Morelos, liderados por Emiliano Zapata. Ambos os movimentos contaram com a participação de indígenas¹⁰⁰, em resposta às décadas de agressão contra seus povos e seus territórios. No decorrer do século XX, o zapatismo e o villismo foram resgatados como exemplo de resistência por muitos povos e organizações indígenas, como é o caso do Exército Zapatista de Libertação Nacional, que veremos no segundo capítulo. Para analisarmos o resgate que o EZLN tem feito da figura de Emiliano Zapata e de seus ideais, cabe compreender um pouco da história do movimento zapatista durante a Revolução Mexicana.

O zapatismo surgiu em 1910 nas comunidades camponesas e indígenas no estado de Morelos e se espalhou pela região centro-sul mexicana, consolidando-se no final de 1911 com a proclamação do Plano de Ayala, um ano após o levantamento armado que deu início à Revolução Mexicana. A sublevação encabeçada por Emiliano Zapata consistiu em um dos episódios mais radicais do processo revolucionário e foi combatida “pelos que pretendiam restaurar o regime anterior e também por uma ala de revolucionários pouco interessados nas condições sob as quais os camponeses – indígenas e mestiços, assalariados ou não – tinham

⁹⁹ Como destacam Lopes e Barbosa, existem diversas correntes e interpretações sobre a Revolução Mexicana, sobre seus significados, causas, atores e desdobramentos. BARBOSA; LOPES. *A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas*, p. 164.

¹⁰⁰ Federico Navarrete aponta que Emiliano Zapata em si e sua comunidade de origem em Anenecuilco, no estado de Morelos, eram um grupo que se havia feito mestiço. No início do século XIX, os habitantes de Anenecuilco falavam o nahuatl e eram indígenas, porém, no decorrer das décadas, mesclaram-se culturalmente com mestiços, brancos e mulatos da região, adotando o espanhol como língua principal. Entretanto, à época da Revolução Mexicana, esse grupo não havia abandonado sua identidade étnica comunitária nem diversos traços culturais de seus antepassados. Por isso, contou com a participação de muitos índios em sua luta por terra e autonomia e foi retomado por movimentos indígenas ao longo de todo o século XX. NAVARRETE, F. *Las relaciones interétnicas en México*, p. 86.

passado toda sua vida no campo mexicano.”¹⁰¹ Seus principais objetivos eram o reconhecimento dos indígenas e camponeses “como donos legítimos das terras das quais vinham sendo expulsos século após século.”¹⁰²

No Plano de Ayala, os zapatistas deixaram de reconhecer Francisco Madero como Chefe da Revolução e como presidente da República e propuseram, uma vez vitoriosa a Revolução, a nomeação de um presidente provisório, escolhido por uma junta dos principais chefes revolucionários dos diversos estados mexicanos, que convocaria novas eleições para um novo Congresso da União e para os demais poderes federais. Além das questões políticas, nesse plano estavam contidas algumas das principais ideias zapatistas em relação à questão agrária, central para o grupo de camponeses e indígenas do centro-sul mexicano. Dentre elas, estavam a restituição de terras aos povos e cidadãos, a expropriação das terras que ultrapassassem os limites da pequena propriedade e a confiscação de bens dos inimigos da revolução.¹⁰³ Segundo Arnaldo Córdova, os ideais zapatistas se centravam em duas posições: a revolução deveria atender os problemas imediatos das massas camponesas despossuídas de terra e não deveria ser apenas uma mudança de governantes, que proclamariam direitos que não atenderiam a essas massas. O Plano de Ayala foi um chamado a “todo o povo mexicano” a apoiar-se nas armas e a lutar por terra e liberdade, e funcionou como instrumento de consolidação do pensamento zapatista e de divulgação dos ideais revolucionários do grupo do sul.¹⁰⁴

Ao longo da década de 1910, o movimento zapatista foi se espalhando por diversos estados da região sul do país e suas reivindicações foram ganhando maiores contornos. Em outubro de 1914, os zapatistas foram convidados a participar da chamada Convenção de Aguascalientes, na qual chefes das diferentes forças revolucionárias do país –

¹⁰¹ PRADO, Adonia Antunes. O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, abril, 2003, p. 147.

¹⁰² PRADO. O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul, p. 165.

¹⁰³ O Plano de Ayala está disponível em: <<http://www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/CH8.pdf>>

¹⁰⁴ CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*.

constitucionalistas, villistas e zapatistas – se propuseram a discutir os rumos do país.¹⁰⁵ Essa Convenção resultou no Programa de Reformas Político-Sociais da Revolução, lançado em abril de 1916, que “constituiu a primeira declaração oficial na história do México duma política destinada a melhorar as condições de vida dos rurais.”¹⁰⁶ Os zapatistas lograram incluir os artigos do Plano de Ayala no programa da Convenção e sua reivindicação central veio a ser a questão agrária:

En el descuella como principio el más alto y el más hermoso, la devolución de tierras a los despojados y el reparto de las haciendas y de los ejidos entre los que queiran harcelos producir con el esfuerzo de su brazo. Nada más grande, ni más trascendental para la Revolución, que la cuestión agrária, base y finalidad suprema del movimiento libertador [...].¹⁰⁷

Além da matéria sobre terra, tal programa continha outras propostas: direitos trabalhistas, como reconhecimento de personalidade jurídica para uniões e sociedades de trabalhadores urbanos e direito de greve; direitos das mulheres, relacionados a filhos e divórcio; reformas educacionais, no âmbito primário e secundário; reformas administrativas, como revisão de impostos e regulamentação das relações econômicas estabelecidas com empresas estrangeiras; maior independência e autonomia dos municípios frente aos governos estadual e federal; entre outros. Embora a proposta saída da Convenção não tenha sido colocada

¹⁰⁵ A convocatória da Convenção foi realizada pelo chefe do exército constitucionalista Venustiano Carranza, que acabara de ocupar a presidência do país, após a derrota e renúncia do general Victoriano Huerta, que havia tomado a Presidência em fevereiro de 1913 por meio de um golpe. A Convenção foi uma tentativa de conciliar os diversos grupos revolucionários após a derrota do inimigo em comum, uma vez que esses grupos tinham programas políticos, econômicos e sociais distintos. No entanto, esse objetivo não foi conquistado. Pouco tempo após o início das reuniões em Aguascalientes, Carranza rompeu com a Convenção, ao se recusar a renunciar como presidente interino do país, como havia sido acordado anteriormente com os outros chefes. A Convenção teve continuidade com a participação dos villistas e zapatistas e, ao mesmo tempo, uma intensa luta armada teve início entre os dois grupos: de um lado, os constitucionalistas, que apoiavam o chefe Carranza, e, de outro, os chamados “convencionistas”, que desconheciam Carranza como presidente. Para mais sobre a Convenção de Aguascalientes, ver: ÁVILA ESPINOSA, Felipe Arturo. *Las corrientes revolucionarias y la soberana convención*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México (INEHRM), 2014.

¹⁰⁶ WOMACK. *Zapata e a Revolução Mexicana*, p. 192.

¹⁰⁷ Manifiesto a la nación y Programa de Reformas Político-Sociales de la Revolución, aprobado por la Soberana Convención Revolucionaria. Disponível em: <http://constitucion1917.gob.mx/work/models/Constitucion1917/Resource/452/1/images/rev_social-45.pdf> Acesso em: 29 de março de 2017.

inteiramente em prática, ela possui um grande valor histórico, pois, como defende Felipe Ávila Espinosa:

representa la formulación más acabada del Estado popular revolucionário por el que los zapatistas lucharon y representan también las formulaciones más avanzadas para resolver los problemas agrario, laboral, de justicia, de ejercicio del poder público y participación de la sociedad civil que se hubieran formulado durante la Revolución Mexicana.¹⁰⁸

Com isso, podemos observar que os zapatistas não se restringiam às discussões relativas ao estado de Morelos, tampouco às questões essencialmente agrárias. Os revolucionários do sul abarcavam múltiplos aspectos da realidade econômica, social e política do México. O movimento zapatista buscou dialogar em âmbito nacional, divulgando diversos manifestos ao povo mexicano, explicitando seus objetivos, alegando a ilegitimidade dos governos que ocupavam o poder e buscando a união dos revolucionários do país. Em princípios de 1918, por exemplo, Zapata divulgou um manifesto cujas pautas englobavam os setores rurais e urbanos, a restituição da terra, a diminuição da exploração capitalista, a necessidade de liberdade política e respeito à autonomia:

Para onde vai a revolução? O que é que os filhos do povo que pegaram em armas para lutar se propõem? [...] Resgatar a população indígena, restituir-lhes as terras e assim a sua liberdade; transformar o trabalhador rural, atual escravo das *haciendas*, num homem livre e senhor do seu destino através da pequena propriedade; melhorar a condição econômica, intelectual e moral do trabalhador urbano protegendo-o da opressão capitalista; abolir a ditadura e conquistar amplas e efetivas liberdades políticas para o povo mexicano. [...] A fim de se chegar a acordo sobre questões de pormenor, obter a solução adequada para cada problema sem esquecer as condições específicas de determinadas regiões nem as necessidades especiais de determinados grupos populacionais, é necessário contar com o apoio de todos os revolucionários e saber qual é a sua opinião.¹⁰⁹

Paralela a essa atuação na esfera política nacional, os zapatistas lutaram por outro tipo de transformação, em seu ponto de vista, mais importante e imediata. O movimento revolucionário do Sul se diferenciou radicalmente de outros grupos que participavam da Revolução Mexicana por não se contentar com demandas democráticas e de mudança política

¹⁰⁸ ÁVILA ESPINOSA. *Las corrientes revolucionarias y la soberana convención*, p. 514.

¹⁰⁹ WOMACK. *Zapata e a Revolução Mexicana*, p. 249-250.

que clamavam pela substituição, por exemplo, de Porfírio Díaz por Francisco Madero. Os zapatistas lutavam por mudanças sociais e populares. Para eles, a revolução era concebida como um processo a desenvolver-se na base da sociedade, ou seja, nas comunidades agrárias ou nos *pueblos*. Tendo isso em vista, os zapatistas “ocuparam, governaram e transformaram seu mundo sulino, distribuindo as terras e as *haciendas* de Morelos, estabelecendo seu próprio poder e criando leis que aplicaram nos povoados, e defendendo de armas nas mãos os combatentes armados da própria população.”¹¹⁰

Em 1916, como aponta John Womack, o comando geral zapatista estabeleceu uma Lei Geral sobre Liberdades Municipais, declarando que “a liberdade dos municípios é a primeira e mais importante conquista democrática”. Com essa legislação em Morelos, Zapata aboliu o controle dos governos federal e estadual sobre os municípios em questões administrativas e financeiras, defendeu que as questões municipais mais importantes deveriam ser submetidas ao controle dos cidadãos e declarou que só os cidadãos residentes na comunidade podiam votar ou deter cargos públicos.¹¹¹ Além disso, em Morelos, as autoridades municipais e os oficiais e chefes zapatistas realizaram uma reforma agrária, revendo e julgando títulos de propriedade e redistribuindo a terra, que poderia ser administrada da maneira como a aldeia optasse: “seriam os usos e costumes de cada *pueblo* que determinariam o regime de propriedade a adotar.”¹¹² Outra política seguida pelos zapatistas nas comunidades de Morelos foi a realização de assembleias e consultas, nas quais buscavam compreender a opinião dos habitantes, ler e discutir os comunicados do comando central, mediar conflitos entre *pueblos* vizinhos, explicar o sentido da revolução – inclusive nas escolas –, entre outras questões.¹¹³ Essas medidas buscavam aumentar a participação política das pessoas, nas comunidades e também na

¹¹⁰ AGUILLAR CAMÍN; MEYER. *À sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*, p. 84.

¹¹¹ WOMACK. *Zapata e a Revolução Mexicana*, p. 222.

¹¹² WOMACK. *Zapata e a Revolução Mexicana*, p. 201. Para mais sobre o processo de reforma agrária realizado em Morelos no período, ver p. 197 a 202.

¹¹³ _____. *Zapata e a Revolução Mexicana*, p. 229 a 231.

revolução como um todo.

Dessa maneira, a revolução aplicada dentro das comunidades de Morelos as levaria a serem a unidade social e política central da sociedade reorganizada, a terem autonomia e recursos próprios em relação aos outros níveis de governo, a funcionarem democraticamente e estabelecerem formas de organização e de produção que conviessem a seus costumes e tradições. A autonomia foi um dos principais elementos da proposta política zapatista. Os camponeses e indígenas da região centro-sul do México lutavam pela autonomia de suas comunidades por estarem cansados das “ingerências dos fazendeiros, da polícia rural, do exército, dos caciques e do governo federal”¹¹⁴. Para eles, esses grupos vinham cometendo violência, expropriação e opressão dos camponeses e índios há séculos e não reconheciam seus direitos e as especificidades de sua tradição e cultura. A Revolução, portanto, se daria *desde abajo* e seria protagonizada pela própria população organizada: os zapatistas entendiam que não deveriam esperar que o aparelho estatal garantisse as demandas populares; o povo, com armas nas mãos, as conquistaria. Como veremos no quarto capítulo, a reivindicação por autonomia e sua prática se assemelham muito à realidade do EZLN.

O Exército Libertador do Sul, liderado por Emiliano Zapata, não foi um exército profissional, mas, segundo Arturo Warman, uma “milícia popular voluntária”. Seus componentes eram os próprios camponeses que integravam a luta armada sem receber remuneração para isso. Quando as batalhas cessavam, os rebeldes voltavam às suas aldeias, comunidades e *pueblos*, para se dedicarem à agricultura e aos trabalhos rurais. O zapatismo

Planteó y trató de implementar una situación en que el poder armado fuera parte de la soberanía de los pueblos. [...] La visión de un ejército popular, arraigado en los pueblos a través de los trabajadores camponeses, organizado libre e democráticamente, es parte integrante de la ideología zapatista.¹¹⁵

¹¹⁴ PRADO. O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul, p. 168.

¹¹⁵ WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In: KATZ, Friederich (comp.). *Revolución, rebelión y revolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*, p. 19.

O exército se mantinha através de contribuições locais e o armamento era acumulado sobretudo por meio de empréstimos e doações de alguns políticos e chefes revolucionários.¹¹⁶ Em função disso, as vitórias obtidas no campo militar não foram muitas. Porém, como bem aponta Javier Garciadiego, “la importancia militar del zapatismo no coincide con su relevancia histórica”¹¹⁷. A força zapatista estava muito mais presente em suas ideias e em sua capacidade organizativa. O movimento zapatista logrou se espalhar por diversos estados do centro-sul mexicano e chegou a desafiar, em alguns momentos, a hegemonia política e administrativa dos grupos que ocuparam o poder durante a Revolução.

A participação massiva dos camponeses e indígenas e a força de suas reivindicações, que estavam presentes não somente no exército zapatista, mas também no villista e constitucionalista, tornou indispensável que aqueles que estavam no poder incorporassem suas demandas, sobretudo no que diz respeito à questão da terra. As elites e classes médias se deram conta de que a pacificação do país e a consolidação de um regime não seriam possíveis se as reivindicações populares não fossem atendidas. Federico Navarrete aponta que:

La gran rebelión campesina (e indígena) de 1910 a 1917 forzó al Estado a buscar un acomodo con las comunidades y con sus formas alternativas de ciudadanía para así lograr reestablecer la paz social que se había roto desde mediados del siglo XIX. Para lograrlo tuvo que revivir elementos claves del régimen jurídico colonial en lo tocante a la tenencia de la tierra, reconociendo y garantizando legalmente la existencia de las propiedades comunitarias indígenas y campesinas.¹¹⁸

Assim, na Constituição mexicana outorgada em 1917 – entre diversas conquistas sociais, como a legislação trabalhista (Artigo 123) e a educação obrigatória e laica (Artigo 3) – , estabeleceu-se o direito à propriedade comunal sob a forma dos *ejidos*, e foram criados mecanismos legais para a redistribuição de terra no país.¹¹⁹ As terras foram declaradas

¹¹⁶ WOMACK. *Zapata e a Revolução Mexicana*.

¹¹⁷ GARCADIIEGO. *Textos de Revolución Mexicana*.

¹¹⁸ NAVARRETE. La construcción histórica de una discriminación étnica, p. 257-258.

¹¹⁹ É importante ressaltar que o processo da Constituinte não se deu de maneira homogênea nas diferentes alas do Congresso, mas foi marcado por disputas e debates entre elas. Segundo Héctor Aguillar Camín e Lorenzo Meyer,

pertencentes à nação, o Estado foi colocado como protetor jurídico da terra e o direito “sagrado e inviolável” à propriedade privada foi relativizado¹²⁰. O artigo 27 da Constituição aponta que:

La propiedad de las tierras y aguas comprendidas dentro de los límites del territorio nacional, corresponde originariamente a la Nación, la cual ha tenido y tiene el derecho de transmitir el dominio de ellas a los particulares, constituyendo la propiedad privada. [...] La nación tendrá en todo tiempo el derecho de imponer a la propiedad privada las modalidades que dicte el interés público, así como el de regular, en beneficio social, el aprovechamiento de los elementos naturales susceptibles de apropiación, con objeto de hacer una distribución equitativa de la riqueza pública, cuidar de su conservación. [...] Los condueñazgos, rancherías, pueblos, congregaciones, tribus y demás corporaciones de población que de hecho o por derecho guarden el estado comunal, tendrán capacidad para disfrutar en común las tierras, bosques y aguas que les pertenezcan o que se les haya restituido o restituyeren, conforme a la ley de 6 de enero de 1915 [...].¹²¹

Com esta legislação, restabeleceu-se, de alguma maneira, a proteção à propriedade comunal que existia no período colonial e que havia sido eliminada após a independência do país. Isso permitiu a reivindicação legal pelos indígenas e camponeses de seus direitos e possibilitou uma reforma agrária no México, que ocorreu sobretudo durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934 – 1940).¹²² A Constituição de 1917 garantiu direitos políticos e também sociais.

uma ala mais radical teve que lutar e vencer para a inclusão do artigo 27 e de outros direitos sociais na Constituição, outorgada durante o governo de Carranza, que estava pouco interessado em atender às demandas dos grupos populares. Essa discórdia na Constituinte foi reflexo de uma Revolução em que participavam diferentes setores sociais. AGUILLAR CAMÍN; MEYER. *À Sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*, p. 86.

¹²⁰ Na Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos, proclamada em 1789 no contexto da Revolução Francesa, defendeu-se a propriedade privada como direito fundamental, sagrado e inviolável. Este postulado foi adotado mais tarde no Código Civil da França de 1808 e posteriormente nos códigos de grande parte do mundo. A Constituição liberal de 1857 do México também se inspirou nele, afirmando a garantia e inviolabilidade dos direitos privados de propriedade (Artigo 27).

¹²¹ MÉXICO. Constituição (1917). Constitución político de los Estados Unidos Mexicanos, que reforma la de 5 de febrero de 1857. Disponível em: <www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/1917.pdf> Acesso em: 19 set. 2016.

¹²² Durante seu sexênio, Lázaro Cárdenas redistribuiu cerca de 18 milhões de hectares – pertencentes a latifundiários e empresas – entre aproximadamente 700 mil beneficiários, principalmente sob a forma de dotação ou restituição. AGUERO RODRÍGUEZ, José Cruz; LEÓN FUENTES, Nelly Josefa. *Reperto agrario e institucionalización de la organización campesina*. Disponível em: <http://www.sev.gob.mx/servicios/publicaciones/colec_veracruzsigloXXI/AtlasPatrimonioHistorico/Reperto.pdf> Acesso em: 29 mar. 2017.

Entretanto, na maior parte das vezes, as leis agrárias não foram respeitadas ou colocadas em prática, em favor do avanço capitalista no país impulsionado pelo Estado. O projeto modernizador pós-Revolução favoreceu outros regimes de terra e outras formas de produção agrícola, de modo que “la agricultura tradicional de los ejidos, privada de apoyos efectivos, fue perdiendo eficacia y productividad.”¹²³ Ademais, embora o artigo 27 da Constituição, referente à terra, representasse a inclusão de reivindicações dos povos indígenas e camponeses, outros importantes aspectos não foram atendidos, tais como o reconhecimento das identidades étnicas e a autonomia das comunidades. Como sublinha Bonfil Batalla,

Sin restar importancia a los contenidos agraristas de la Constitución de 1917 y sin negar los méritos de los mejores momentos de la Revolución hecha gobierno, como el periodo cardenista, es necesario reconocer que la esencia misma del proyecto zapatista fue eliminada y que sólo se incorporaron en el programa triunfante de la Revolución aquellas demandas que parecían ser compatibles con las metas que finalmente definieron el carácter de la Revolución vencedora. [...] Y eso que sólo se aceptaron demandas aisladas, pero nunca el programa de fondo que les daba sentido y hondura.¹²⁴

1.4 – Indigenismo¹²⁵ no México no século XX

Após a outorga da Constituição de 1917, o assassinato de Emiliano Zapata pelas tropas federais em 1919, a deposição das armas por Francisco Villa em 1920 e o estabelecimento de Álvaro Obregón no poder no mesmo ano deram fim à fase armada da Revolução Mexicana. Neste momento, o país se encontrava em um estado bastante caótico: o poder político estava pulverizado, diferentes grupos exerciam hegemonias locais e não havia instituições políticas, econômicas e militares sólidas. Dessa maneira, o objetivo do grupo dominante, encabeçado por Obregón e, posteriormente, Calles, foi forjar um México unificado. Os projetos de unificação se deram em matérias políticas, econômicas e militares. Reformas no Exército federal

¹²³ NAVARRETE. *Las relaciones interétnicas en México*, p. 106.

¹²⁴ BONFIL BATALLA. *México profundo. Una civilización negada*, p. 105.

¹²⁵ O conceito de indigenismo possui muitos significados na América Latina e remonta ao século XIX. Neste trabalho, utilizaremos a noção que sobressaiu no México em 1940, a partir da realização do 1º Congresso Indigenista Interamericano, e que foi aplicada em diversos países latino-americanos. De acordo com essa perspectiva, entende-se indigenismo como um conjunto de princípios e práticas políticas voltado para resolver os problemas dos povos indígenas, com o objetivo de integrá-los às nações.

consolidaram a instituição e submeteram-na ao poder político, visando à estabilidade do país após uma longa fase de disputas armadas. O Estado assumiu o controle da economia, criando bancos nacionais e outras instituições e delimitando a atuação estrangeira. Na política, uma forte centralização se deu mediante a consolidação da poderosa instituição da Presidência da República e a criação, em 1929, de um partido oficial do Estado¹²⁶ – Partido Nacional Revolucionário, transformado em Partido da Revolução Mexicana em 1938 e, por fim, em Partido Revolucionário Institucional em 1946, o PRI –, que aglutinava diversos setores sociais e buscava controlar as grandes massas por meio de um sistema corporativista.¹²⁷

Além da reforma e da criação de instituições econômicas, políticas e militares, a construção de um México unificado visava também à homogeneização racial e cultural do país. Em continuidade a um processo que havia começado na segunda metade do século XIX e se intensificado durante o período porfirista, o Estado mexicano pós-revolucionário fomentou a mestiçagem social e privilegiou os valores ocidentais, em detrimento das identidades étnicas e culturais de grande parte da população do país. Entre os pensadores da Revolução, a ideologia da mestiçagem alcançou sua maior expressão e, nas décadas posteriores, foi transformada em política oficial do Estado, juntamente com o indigenismo.¹²⁸

A ideologia da mestiçagem foi delineada por diversos intelectuais que atuavam próximos ao Estado mexicano, tais como Manuel Gamio, Andrés Molina Enríquez, José Vasconcelos, Moisés Sáenz e Gonzalo Aguirre Beltrán.¹²⁹ Embora tenha sofrido alterações e

¹²⁶ O termo “partido oficial do Estado” diz respeito a um partido político dominante, que permaneceu no poder por quase setenta anos no México, embora não houvesse um sistema de partido único.

¹²⁷ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2002, p. 24-32.

¹²⁸ GIL. *O lugar dos indígenas na nação mexicana: tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX*, p. 43.

¹²⁹ Compartilhamos da perspectiva de Antonio Gil ao apontar a importância dos intelectuais na formulação da ideologia da mestiçagem e do indigenismo mexicano: “Consideramos muito importante o papel dos intelectuais como atores sociais e políticos, produtores de representações e inseridos no contexto social, que participam no processo de circulação de propostas políticas e culturais no decorrer do século XX. Os intelectuais, como uma categoria social alargada, incluem jornalistas, professores, padres, advogados, técnicos e outros profissionais assim como escritores, professores universitários e intelectuais no sentido convencional mais estreito, quando, a serviço

adquirido nuances distintas no decorrer do século XX, a ideologia da mestiçagem serviu de fundamentação teórica para que intelectuais e governos delineassem diversas políticas e campanhas que exaltavam a identidade nacional mestiça e buscavam “integrar” os indígenas à nação, os quais eram considerados como “atrasados” e obstáculos à modernização do Estado pós-revolucionário. Tal integração visava ao “benefício” desses grupos, porém, se daria mediante o abandono de suas identidades culturais e étnicas específicas, através da adoção da cultura ocidental. As políticas referentes aos índios ficaram conhecidas como *indigenismo* e, embora também tenham alterado seu discurso e linguagem teórica ao longo dos anos, sempre foram realizadas desde uma perspectiva não indígena. A ação indigenista, como sublinha Bonfil Batalla, objetivava impor um controle cultural¹³⁰ desde o lado de fora,

para decidir qué parte del patrimonio cultural de los pueblos indios es útil y para quiénes y cual otra debe ser erradicada y por quiénes. En síntesis, se trata de anular la capacidad de decisión de los pueblos indios [...] e incorporarlos plenamente a un sistema de control cultural en el que las decisiones se toman en ámbitos ajenos a las propias comunidades.¹³¹

É possível perceber qual parte do patrimônio cultural indígena foi defendida por essas políticas, referente sobretudo ao passado e às raízes mexicanas: as artes glorificavam os índios do período pré colonial, ritmos e instrumentos musicais pré-hispânicos foram associados à música nacionalista, grandes templos foram preservados e buscou-se, diversas vezes, uma

do aparato institucional do Estado, são partícipes do processo de homogeneização no campo social e político.” GIL. *O lugar dos indígenas na nação mexicana: tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX*, p. 53-54. Para mais sobre a atuação dos intelectuais nas políticas indigenistas do século XX no México, ver obra completa.

¹³⁰ Guillermo Bonfil Batalla cunhou, na década de 1980, a noção de controle cultural: um sistema – complexo, que abarca todas as dimensões da vida social – que se refere à capacidade social de decisão sobre os elementos culturais dos grupos étnicos. Segundo o autor, no México, o regime colonial, as elites liberais que assumiram o poder no século XIX e o Estado pós-revolucionário instituíram sistemas de controle cultural que limitaram a capacidade de decisão de diversos grupos étnicos e retiraram o controle de muitos de seus elementos culturais. Em sua visão, a dinâmica da história pode ser entendida como “una lucha incesante de los grupos sometidos por conservar y ampliar los ámbitos de su cultura propia [...], frente a los intentos de la sociedad dominante por ampliar y consolidar su propio espectro de control cultural, en función de sus intereses y necesidades. [...] la lucha por los espacios propios dentro del sistema global de control cultural expresa, simultáneamente, el enfrentamiento de culturas y proyectos culturales diferentes y la lucha por una mayor participación en las decisiones dentro del sistema de control cultural en su conjunto.” BONFIL BATALLA. *México profundo. Una civilización negada*, p. 110-111.

¹³¹ BONFIL BATALLA. *México profundo. Una civilización negada*, p. 175.

arquitetura que conservava as características maias ou astecas.¹³² Contudo, foram desvalorizadas as formas de organização política e social das comunidades indígenas, suas maneiras de produção e de exploração da terra, entre outros aspectos. Isto é, nota-se que havia um enaltecimento dos índios do passado e uma depreciação das características indígenas relativas ao presente.

Segundo Antonio Carlos Amador Gil, o indigenismo seguia três princípios fundamentais: “a denúncia da opressão do índio; a busca de políticas de superação da situação indígena pelo caminho da integração e a manifestação do caráter mestiço do continente.”¹³³ As políticas de superação da situação indígena eram movidas pelo preceito de que as comunidades indígenas, para serem incorporadas à vida nacional, necessitariam sair de seu isolamento e ter maior acesso à educação, ao conhecimento (ocidental), ao desenvolvimento econômico e a outros serviços básicos que seriam oferecidos pelo governo. Quando em maior contato com a civilização moderna, ficaria claro que a cultura nacional seria superior, devendo ser assimilada. Dessa maneira, a ação indigenista foi desenvolvida em diferentes âmbitos: na educação, na saúde, na arte, nos meios de comunicação e na economia.

Uma de suas principais políticas foi a *castellanización* dos indígenas, ou seja, a tentativa de fazer com que eles adotassem o espanhol em substituição a suas línguas próprias. Como apontado pelo Instituto Nacional de Línguas Indígenas do México (INALI) – criado em 2003 durante a presidência de Vicente Fox – muitas vezes as ações eram forçadas, por meio de proibições:

Las políticas en materia educativa y los diversos proyectos destinados a la enseñanza formal de los pueblos indígenas, diseñados e implementados durante casi todo el siglo XX, tuvieron el objetivo de lograr la castellanización de los niños indígenas durante los primeros ciclos de su formación escolar. En algunos casos estas acciones se llevaron a cabo mediante la persuasión y la difusión ideológica de la modernización del país, y en otros, se realizó de forma autoritaria e incluso con acciones agresivas, de modo que en algunas

¹³² _____, *México profundo. Una civilización negada*, p. 167.

¹³³ GIL. *O lugar dos indígenas na nação mexicana: tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX*, p. 51.

regiones del país se llegó a prohibir a los indígenas hablar su lengua materna en los espacios públicos, principalmente en las escuelas.¹³⁴

A imposição linguística visava à unidade cultural da nação e não era novidade na história mexicana, pois ocorria desde o século XIX. Nas últimas décadas do século XX, uma educação bilíngue pluricultural passou a ser reivindicação crucial dos movimentos indígenas, na qual pudessem preservar e desenvolver os valores e as visões de mundo de seus grupos étnicos. Somente com reformas constitucionais em 1992, durante a presidência de Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), e em 2001, no governo de Vicente Fox (2000-2006), o texto legal passou a reconhecer a nação mexicana como uma nação pluricultural, pluriétnica e plurilinguística¹³⁵, possibilitando a criação da Coordenação Geral de Educação Intercultural e Bilíngue e do Instituto Nacional de Línguas Indígenas, instituições públicas que passaram a trabalhar a favor dos direitos linguísticos e educacionais indígenas. Essas reformas, no entanto, vieram acompanhadas de reformas de caráter neoliberal, que geraram graves econômicas para os povos indígenas, como veremos mais adiante neste trabalho.

Voltando à ação indigenista, em 1948 foi fundado o principal organismo governamental responsável por ela, o Instituto Nacional Indigenista (INI). O INI criou Centros Coordenadores nas principais regiões indígenas do país – o primeiro deles, em Chiapas, um dos estados com maior população indígena do México –, responsáveis por levar a esses locais assistência social, clínicas de saúde, construção de estradas, apoio produtivo e educação, entre outros. Na visão

¹³⁴ INALI (Instituto Nacional de Lenguas Indígenas). Programa de revitalización, fortalecimiento y desarrollo de las lenguas indígenas nacionales 2008-2012, PINALI. México, p. 13. Disponível em: <<http://www.inali.gob.mx/pdf/PINALI-2008-2012.pdf>> Acesso em: 29 de março de 2017.

¹³⁵ O Artigo 4 da Constituição mexicana foi reformado em 1992 e passou a declarar que “La Nación mexicana tiene una composición pluricultural sustentada originalmente en sus pueblos indígenas.” Em 2001, esse artigo foi reformado novamente e passou a incluir, de forma positiva, o princípio de autoidentificação dos povos indígenas e os elementos de definição das comunidades indígenas. No entanto, outras alterações que feriam os direitos dos indígenas também foram realizadas, como veremos no quarto capítulo, nas páginas 177 e 178. GONZÁLES GALVÁN, Jorge Alberto. La reforma constitucional en materia indígena. *Cuestiones Constitucionales*, n. 7, México, jul-dez 2002. Disponível em: <https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/cuestiones-constitucionales/article/view/5654/7387> Acesso em: 20 dez. 2017; HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, María del Pilar. México, las reformas constitucionales de 1992. *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, n. 76, México, jan-abr 1993. Disponível em: <https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/derecho-comparado/article/view/3036/3293> Acesso em: 20 dez. 2017; MÉXICO. Constituição (1917). Constitución política de los Estados Unidos Mexicanos, Artigo 4. Disponível em: <<http://www.ordenjuridico.gob.mx/constitucion.php>> Acesso em: 29 de março 2016.

do Estado, melhorar as condições de vida dos índios tiraria suas comunidades da situação de “atraso” e mostraria os benefícios dos modos de vida ocidentais, modernos e capitalistas, facilitando sua conversão à identidade nacional mestiça.

Além dos projetos de assistência socioeconômicos, nas décadas de 1950 e 1960 foram realizados amplos estudos por parte dos antropólogos mexicanos sobre a vida das comunidades indígenas, que tinham como objetivo encontrar os melhores mecanismos e soluções para a “integração” dos índios. Segundo Bonfil Batalla, esta investigação não visava à melhoria ou ao desenvolvimento das condições de vida daqueles grupos – por exemplo, de sua medicina ou agricultura –, senão a compreender as melhores maneiras de introduzir as práticas da cultura nacional, isto é, moderna e ocidental.¹³⁶ Após a pesquisa, estudiosos se encaminharam às regiões indígenas para disseminar a mensagem civilizadora e levar educação àqueles que não a possuíam. Como a comunicação se mostrou falha, especialmente porque eles não falavam as línguas indígenas e a maior parte dos índios não falava espanhol, os responsáveis pela ação indigenista buscaram outra alternativa: escolheram jovens das próprias comunidades indígenas, levaram-nos às cidades e os convenceram da inferioridade de sua cultura comparada à cultura nacional. Assim, quando esses jovens voltassem às suas regiões, atuariam como agentes de mudança.¹³⁷ Em alguns casos, isso pode ter funcionado, porém em outros, o efeito parece ter sido o contrário. Como demonstra Pierre Beaucage, duas décadas de ação educativa indigenista forneceram a esses jovens conhecimentos sobre a legislação agrária e trabalhista, sobre eleições municipais, sobre possíveis amparos contra a desapropriação de terras, entre outros. Assim, quando eles regressavam às suas comunidades, se dedicavam a informá-las e organizá-las no sentido da luta por seus direitos.¹³⁸

¹³⁶ BONFIL BATALLA. *México profundo. Una civilización negada*, p. 174.

¹³⁷ _____. *México profundo. Una civilización negada*, p. 173.

¹³⁸ BEAUCAGE, Pierre. Zapatismo, Iglesia, ONG en Chiapas: la construcción de un nuevo imaginario de lo indio. *Revista del Centro de Estudios Superiores de Latinoamerica (CESLA)*, 2007, n. 10, p. 78. Disponível em: http://revistadelcesla.com/web/files/Archivos_10_2007/RdC_10_71-94_BEAUCAGE.pdf, Acesso em: 20 set. 2016.

Como é possível notar, a ação indigenista não era construída por índios e nem mesmo voltada, de fato, para eles; o objetivo central era homogeneizar a população mexicana, negando o direito à diferença. Embora escolas tenham sido levadas ao campo, os conteúdos educacionais somente refletiam a cultura dominante e se opunham a qualquer tipo de valorização da cultura indígena. Embora terras tenham sido restituídas aos índios com a reforma agrária, isso foi acompanhado por uma tentativa de modernização do campo e supressão da agricultura tradicional. Em resumo, Antonio Gil defende que:

Indigenismo não estava destinado a procurar a atenção e o melhoramento do indígena como sua finalidade última, mas sim como meio para a consecução de uma meta muito mais valiosa: o avanço e o êxito da integração e desenvolvimento nacionais [...] A política indigenista do Estado mexicano se posicionou retoricamente como um discurso de respeito e valorização das culturas indígenas e de oposição à supressão e eliminação das culturas indígenas, contudo as instituições responsáveis pela política indigenista promoveram ações e pesquisas etno-históricas visando à estruturação dos mais eficazes mecanismos de aculturação, posicionando-se contrariamente à heterogeneidade cultural que impediria o processo de construção de identidade e unidade nacionais.¹³⁹

Essa visão crítica sobre o indigenismo, contudo, só começou a florescer no México a partir do final dos anos 1960, momento em que parte da intelectualidade se distanciava do governo – em função, em grande medida, da repressão imposta aos estudantes no Massacre de Tlatelolco¹⁴⁰, ocorrido em 1968 – e em que uma corrente crítica da antropologia questionava seus fundamentos e concepções teóricas, especialmente relacionados ao conhecimento sobre os

¹³⁹ GIL. *O lugar dos indígenas na nação mexicana: tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX*, p. 84.

¹⁴⁰ Várias manifestações estudantis ocorreram no México ao longo de 1968, na esteira dos protestos que aconteceram ao redor do mundo. Especificamente, o país era a sede dos Jogos Olímpicos daquele ano e seria também da Copa do Mundo em 1970. Aproveitando o momento de audiência internacional, estudantes realizaram diversos protestos para denunciar a realidade mexicana. O Governo Federal, então encabeçado por Gustavo Díaz Ordaz, buscou a todo custo conter as manifestações e agitações sociais, fazendo uso da repressão e da violência. No dia 02 de outubro de 1968, quando milhares de estudantes se dirigiram à Praça das Três Culturas, em Tlatelolco, na Cidade do México, dezenas de tanques e grupos do Exército, helicópteros e centenas de policiais à paisana cercaram os manifestantes, prendendo e provocando a morte de centenas de pessoas. Esse episódio ficou conhecido como Massacre de Tlatelolco e acabou por abalar fortemente as bases do regime priísta, que contava com certa estabilidade até então. Diversos políticos, intelectuais e um amplo setor da classe média questionaram as atitudes governamentais e também sua legitimidade. BAIÃO, Fábio. *“Arautos da Revolução”: os presidentes mexicanos e os usos da história nacional (1940-1994)*. 2016. 254 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2016, p. 129-134.

índios. No meio intelectual e acadêmico, então, importantes autores como Guillermo Bonfil Batalla, Arturo Warman, Margarita Nolasco Armas e Roger Bartra publicaram textos criticando o indigenismo e tiveram ampla repercussão.¹⁴¹ Havia ficado claro – para os intelectuais, para o Estado e para as próprias comunidades indígenas – que a tão desejada “integração” dos índios à sociedade mexicana não havia sido conquistada, isto é, que a adoção da cultura nacional mestiça em detrimento das identidades étnicas e culturais indígenas não havia ocorrido. O maior acesso dos índios aos serviços providos pelo Estado, como educação e saúde, e sua maior integração ao sistema econômico capitalista não fez com que as comunidades indígenas abandonassem suas culturas, suas formas de vida e suas identidades. Em diversos casos, as identidades étnicas e culturais foram até mesmo fortalecidas. Com isso, no mesmo período e além da crítica intelectual, surgiu também um movimento de contestação indígena, de grupos que haviam passado por um processo de politização e conscientização étnica. Diversas organizações e novas formas de mobilização cresciam no cenário indígena. Em Chiapas, estado mexicano marcado por uma história secular de resistência e luta¹⁴², isso não seria diferente.

1.5 – As organizações indígenas em Chiapas a partir da década de 1970

Localizado na fronteira da Guatemala, Chiapas é um dos estados mexicanos com maior contingente populacional indígena. Mais de um milhão de índios – descendentes dos maias e pertencentes a diversas etnias, tais como os tojolabales, tzotziles, tzetzales, choles e lancandonos – representam cerca de trinta por cento de sua população, concentrados sobretudo

¹⁴¹ GIL. *O lugar dos indígenas na nação mexicana: tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX*, p. 90-92.

¹⁴² Para mais, ver a obra: GARCÍA DE LEÓN, Antonio. *Resistencia y utopía: memorial de agravios y crónica de revueltas y profecías acaecidas en la provincia de Chiapas durante los últimos quinientos años de su historia*. México: Ediciones Era, 2002.

nas zonas de Los Altos (serras próximas ao centro colonial de San Cristóbal de Las Casas) e da Selva Lacandona (terras baixas do leste do estado).¹⁴³

Chiapas é um estado marcado por profundas contradições. Possui ricos recursos naturais – como reservas de petróleo e de água, sendo produtor de mais da metade da eletricidade no México –, é uma das regiões com maior biodiversidade do país e possui grande atrativo turístico em torno das pirâmides e construções maias localizadas na região de Palenque. Entretanto, é também um dos estados mais pobres do México, com um índice de 77% de pessoas em situação de pobreza¹⁴⁴, com a pior educação do país, altos índices de desnutrição e falta de energia elétrica na maioria das casas.¹⁴⁵

Para os indígenas habitantes do estado, um dos principais problemas é a falta de terra, base de sobrevivência material e cultural de suas comunidades. Durante o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), Chiapas foi pouco contemplado pela reforma agrária¹⁴⁶ e, nas décadas seguintes, a implantação de hidrelétricas, a exploração de petróleo e de madeira e a expansão da criação de gado avançaram sobre as terras das comunidades indígenas e camponesas.¹⁴⁷ Com isso, desde a década de 1940, milhares de índios foram forçados a migrar de seus lugares de origem para outras regiões do estado, em busca de territórios onde pudessem viver, cultivar alimentos e desenvolver seus costumes livremente. Comumente, essa migração ocorria para

¹⁴³ LE BOT, Yvon. *El sueño zapatista*. 1997, p. 15. Disponível em: [http://www.iberopuebla.mx/microSitios/catedraTouraine/articulos/Yvon%20Le%20Bot%20El%20sue%C3%B1o%20zapatista%20\(libro%20completo\).pdf](http://www.iberopuebla.mx/microSitios/catedraTouraine/articulos/Yvon%20Le%20Bot%20El%20sue%C3%B1o%20zapatista%20(libro%20completo).pdf) Acesso em: 20 set. 2016.

¹⁴⁴ GOVERNO DO ESTADO DE CHIAPAS. *Plan estatal de desarrollo 2013-2018*. Disponível em: <http://www.chiapas.gob.mx/media/ped/ped-chiapas-2013-2018.pdf> Acesso em: 29 de março de 2017.

¹⁴⁵ GENNARI, Emilio. *Chiapas: as comunidades Zapatistas reescrevem a história*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002, p. 15-16.

¹⁴⁶ Durante o sexênio de Lázaro Cárdenas, quando se realizou a mais expressiva reforma agrária no México, Chiapas foi pouco contemplado, com a distribuição de 250 mil hectares de terras a 30 mil beneficiários, em contraste, por exemplo, com 900 mil hectares no estado de Veracruz a cerca de 50 mil beneficiários. GONZÁLEZ ESPONDA, Juan; PÓLITO BARRIOS, Elizabeth. Notas para comprender la rebelión zapatista. *Revista Chiapas*, n. 1, 1995. Disponível em: <http://www.revistachiapas.org/No1/ch1gonzalez-polito.html> Acesso em: 29 mar. 2017. AGUERO RODRÍGUEZ, José Cruz; LEÓN FUENTES, Nelly Josefa. *Reparto agrario e institucionalización de la organización campesina*. Disponível em: http://www.sev.gob.mx/servicios/publicaciones/colec_veracruzsigloXXI/AtlasPatrimonioHistorico/Reparto.pdf Acesso em: 29 mar. 2017.

¹⁴⁷ GENNARI. *Chiapas: as comunidades Zapatistas reescrevem a história*, p. 17.

locais de selva e montanha, onde as terras não eram tão boas para o cultivo e estavam mais distantes do alcance do Estado, dos fazendeiros e das empresas capitalistas. A Selva Lacandona foi um dos principais receptores dos povos indígenas chiapanecos. Algumas décadas depois, seria o local de surgimento do EZLN.

Na década de 1970, momento de crescente politização dos povos indígenas no México e de severas críticas às políticas estatais indigenistas, como veremos adiante, o governo do presidente Luis Echeverría Álvarez (1970-1976) buscou transformar as ações, estratégias e discursos do Instituto Nacional Indigenista (INI), dentro de uma política que buscava recuperar o prestígio presidencial, perdido após a dura repressão ao movimento estudantil em 1968. Nesse contexto, Chiapas foi palco de um importante evento. Em outubro 1974, foi realizado o Primeiro Congresso dos Povos Indígenas, em San Cristóbal de Las Casas, proposto pelo governador Manuel Velasco Suárez (1970-1976) para comemorar os 500 anos de nascimento de Frei Bartolomé de Las Casas.¹⁴⁸ Embora a intenção inicial do governador tenha sido realizar um evento cultural sem cunho político, isso fugiu ao seu controle e ele acabou por retirar seu apoio.¹⁴⁹ Isso se deu porque o Congresso, que reunia indígenas das principais etnias chiapanecas (tzotziles, tzetzales, choles e tojolabales), se tornou um local de discussão sobre seus principais problemas e demandas.

Nos debates durante o evento, os índios abordaram quatro temáticas principais: 1) terra, cujas demandas se referiam à legalização de *ejidos* e propriedades comunais, bem como a denúncias que abarcavam as constantes invasões de fazendeiros, *guardias blancas*¹⁵⁰ e tropas

¹⁴⁸ O frei dominicano Bartolomé de Las Casas, “o grande apóstolo dos índios do século XVI”, teve uma importante atuação ao lado dos indígenas: “Ele defendeu fervorosamente que os índios do Novo Mundo tinham alma, combatendo os teólogos que os definiam como não totalmente humanos e, portanto, escravos naturais. O rei da Espanha foi persuadido e, em 1542, promulgou as Novas Leis das Índias, pelas quais os índios ficavam oficialmente sob a proteção da Coroa espanhola, e não eram mais a propriedade bruta dos novos governantes espanhóis.” KRAUZE, Enrique. *Os redentores: ideias e poder na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 478-479.

¹⁴⁹ KRAUZE. *Os redentores: ideias e poder na América Latina*, p. 488.

¹⁵⁰ Os chamados *guardias blancas* são guardas privadas de rancheiros e pecuaristas formadas por civis armados, que defendem interesses particulares apoiados por autoridades e com impunidade. Para mais, ver p. 85 deste trabalho.

do Exército; 2) educação, na qual reivindicavam um sistema educativo bilíngue que valorizasse as realidades e culturas indígenas; 3) saúde, temática que tratava da necessidade de maior acesso a clínicas e medicamentos; 4) comércio, cujas reivindicações se referiam a um maior acesso ao mercado. Igor Luis Andreo, que trabalhou com os documentos produzidos durante o Congresso, destaca alguns trechos relacionados aos debates sobre educação e saúde. Neles, é possível perceber que as discussões iam além de melhores condições de vida ou maior acesso a serviços; envolviam também aspectos relacionados ao reconhecimento e à valorização das culturas indígenas, de seus costumes, suas línguas e sua medicina:

[...] Queremos que se preparen nuestros indígenas que enseñen nuestra lengua y costumbre y también enseñen español. No queremos maestros que no saben nuestro idioma y costumbres. Queremos maestros que respeten a las comunidades y sus costumbres.

[...] Queremos que la medicina antigua no se pierda. Es necesario conocer las plantas medicinales para usarlas en bien de todos.¹⁵¹

O Primeiro Congresso dos Povos Indígenas foi organizado pelo bispo Samuel Ruíz García, da Diocese de San Cristóbal de Las Casas. Sua ocorrência pode ser considerada um desdobramento político de uma nova forma de atuação de parte da Igreja Católica na América Latina, a partir da década de 1960. Em 1962, o Concílio Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII, apontou a necessidade da Igreja de ajudar os mais pobres. Em 1968, a II Conferência Episcopal Latino-Americana que tomou lugar em Medellín, na Colômbia, seguiu o mesmo caminho: discutiu-se então a exigência de mais diálogo e solidariedade da Igreja com os povos marginalizados do “Terceiro Mundo”. Nesse momento, nasceu a chamada Teologia da Libertação, corrente teológica cristã latino-americana que se apoiou nas ciências humanas e sociais – sobretudo no marxismo – para construir um discurso religioso com conteúdo

¹⁵¹ ANDREO, Igor Luis. *Teologia da Libertação e Cultura Política Maia Chiapaneca: o Congresso Indígena de 1974 e as raízes do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. 2010. 192f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Assis, Faculdade de Ciências e Letras, 2010, p. 122-124.

político.¹⁵² Samuel Ruíz García, que havia participado de ambos os encontros e seguia esta corrente, passou então a estruturar a Diocese de San Cristóbal de Las Casas em torno do auxílio aos problemas sociais dos mais pobres e oprimidos, nos quais se inseriam os indígenas.¹⁵³ Além da realização do Congresso, foram criadas, na década de 1970, as chamadas Comunidades Eclesiais de Base, pequenos grupos de indígenas e membros da Igreja Católica que, por meio da leitura da Bíblia, refletiam a respeito de seus problemas, estabeleciam demandas e buscavam soluções. Isso possibilitou o fortalecimento das identidades étnicas indígenas e um processo de união e auxílio mútuo entre as comunidades, o que impulsionou sua luta.¹⁵⁴ A atuação de parte da Igreja Católica, especialmente de Ruíz García, foi importante nas décadas de 1970 e 1980 para o processo de organização das comunidades indígenas chiapanecas. Anos mais tarde, várias delas viriam a compor o EZLN.

Cabe destacar que há uma omissão no discurso zapatista sobre o papel de membros da Igreja Católica na história de surgimento do movimento. Nos comunicados escritos ou entrevistas concedidas pelos insurgentes após 1994 – especialmente nos que tratam das origens do movimento –, a atuação religiosa pouco aparece. O movimento tentou demarcar um distanciamento de sua ideologia e de sua organização com a Igreja Católica. Em um documento de 6 de janeiro de 1994, logo após o levante armado, os insurgentes afirmaram:

[...] nuestro EZLN no tiene liga alguna con autoridades religiosas católicas ni de ningún otro credo. No hemos recibido ni orientación ni dirección ni apoyo de estructura eclesial alguna, ni de ninguna de las diócesis del estado de Chiapas ni del nuncio apostólico, ni del Vaticano ni de nadie. En nuestras filas militan, mayoritariamente, católicos, pero hay también de otros credos y religiones.¹⁵⁵

¹⁵² Os teólogos da libertação optavam por uma luta pacífica para solucionar os problemas dos pobres e oprimidos, entretanto, nem sempre descartavam a possibilidade de utilizar a luta armada, caso fosse necessário. Um exemplo disso foi o apoio dessa corrente da Igreja Católica à luta sandinista na Nicarágua. KRAUZE. *Os redentores: ideias e poder na América Latina*, p. 485.

¹⁵³ KRAUZE. *Os redentores: ideias e poder na América Latina*, p. 483-484.

¹⁵⁴ ANDREO. *Teologia da Libertação e Cultura Política Maia Chiapaneca: o Congresso Indígena de 1974 e as raízes do Exército Zapatista de Libertação Nacional*, p. 121.

¹⁵⁵ EZLN. Sobre el EZLN y las condiciones para el diálogo, 6 de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/06/sobre-el-ezln-y-las-condiciones-para-el-dialogo/>> Acesso em: 20 set. 2016.

Esse distanciamento pode ser explicado, em grande medida, pela proposta de transformação da realidade das comunidades indígenas por parte dos teólogos da libertação em Chiapas: apesar de realizarem um trabalho social de conscientização, seus membros eram contrários à luta armada, propondo mudanças pacíficas através de esforços em projetos econômicos, de saúde, culturais, entre outros.

Somente muitos anos depois, na ocasião da morte de Samuel Ruíz García em 2011, o EZLN escreveu um comunicado reconhecendo a importância de sua atuação no movimento e também da corrente da Igreja Católica que atuava ao lado dos oprimidos e marginalizados. Entre outras coisas, o bispo trabalhou diretamente com o EZLN, integrando a Comissão Nacional de Intermediação (CONAI), grupo que buscava resolver os conflitos entre os zapatistas e o governo federal.¹⁵⁶ Ainda assim, nesse comunicado, o EZLN também ressaltou que a relação entre os zapatistas e os clérigos fora marcada por diversos desacordos:

En el EZLN militan personas con diferentes credos y sin creencia religiosa alguna, pero la estatura humana de este hombre (y la de quienes, como él, caminan del lado de los oprimidos, los despojados, los reprimidos, los despreciados), llama a nuestra palabra.

Aunque no fueron pocas ni superficiales las diferencias, desacuerdos y distancias, hoy queremos remarcar un compromiso y una trayectoria que no son sólo de un individuo, sino de toda una corriente dentro de la iglesia católica.

Dom Samuel Ruíz García no sólo destacó en un catolicismo practicado en y con los desposeídos, con su equipo también formó toda una generación de cristianos comprometidos con esa práctica de la religión católica. No sólo se preocupó por la grave situación de miseria y marginación de los pueblos originarios de Chiapas, también trabajó, junto con heroico equipo de pastoral, por mejorar esas indignas condiciones de vida y muerte.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Essa comissão era formada, como propôs o EZLN, por cidadãos mexicanos, neutros no conflito, que não pertenciam a partidos políticos, e que eram publicamente reconhecidos por seu patriotismo. Alguns de seus integrantes eram: Juana María de García Robles, esposa do Prêmio Nobel da Paz, Alfonso García Robles; Juan Bañuelos, poeta chiapaneco, ganhador do Prêmio Chiapas e professor da UNAM; Pablo González Casanova, ex-reitor da UNAM; Alberto Szekeley, licenciado em Direito Internacional e que já havia participado de processos de mediação em países da África; Raymundo Sánchez Barraza, doutor em Ciências Sociais, assessor da Diocese de San Cristóbal de las Casas e diretor de um centro de produção alternativa em Chiapas; entre outros.

¹⁵⁷ EZLN. El CCRI-CG del EZLN manifiesta pesar por Don Samuel Ruíz García. 26 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2011/01/26/26-enero-el-ccri-cg-del-ezln-manifiesta-pesar-por-don-samuel-ruiz-garcia/>> Acesso em: 26 set. 2016.

Vale ressaltar, também, que a partir do Primeiro Congresso dos Povos Indígenas, em 1974, outras organizações indígenas e camponesas, independentes da Igreja, do governo ou de partidos políticos, começaram a surgir, tais como: União de Ejidos-Quiptic e Central Independente de Trabalhadores Agrícolas e Camponeses (CIOAC), ambas fundadas em 1975; União de Uniões, fundada em 1980 e que em 1988 se transformou na Associação Rural de Interesse Coletivo (ARIC); Organização Camponesa Emiliano Zapata (OCEZ), fundada em 1981, entre outras. Isso pode ser explicado pela crise nacional do corporativismo estatal. O Estado e as organizações camponesas “oficiais”, tal como a Confederação Nacional Camponesa (CNC), falhavam em cumprir suas funções na relação com os camponeses, retirando recursos públicos destinados a eles e destinando-os à agricultura privada. Portanto, não somente em Chiapas, mas também em outros estados mexicanos, diversas organizações independentes de indígenas e camponeses surgiram para lutar por terra, acesso a serviços, melhores condições de produção e comercialização de produtos agrícolas, entre outras questões.¹⁵⁸ Nesse período, compreendido entre os anos de 1970 e 1990, uma nova geração de dirigentes e lideranças indígenas se formou, a qual veio, em grande medida, compor e apoiar o EZLN.

1.6 – O surgimento do EZLN

No decorrer das décadas de 1970 e 1980, as comunidades indígenas de Chiapas entraram em contato com outros atores sociais, que se incorporaram à sua luta: organizações não-governamentais nacionais e internacionais e parcelas da esquerda mexicana urbana. Desde a década anterior, novos setores inconformes com a realidade política, social e econômica do país começaram a surgir. Até o fim da década de 1960, especialmente até o Massacre de Tlatelolco, pode-se dizer que o sistema político nacional, encabeçado pelo Partido Revolucionário

¹⁵⁸ GILLY, Adolf. *Chiapas: la razón ardiente. Ensayo sobre la rebelión del mundo encantado*. México: Ediciones Era, 2002, p. 56-57.

Institucional (PRI) e cujas bases remetem à construção do Estado pós-revolucionário, contava com certa estabilidade e importante apoio geral da população mexicana.

De acordo com José Carbonell, a legitimidade desse regime se apoiou em quatro fatores principais: 1) um discurso que ressaltava o caráter do partido oficial como “herdeiro” da Revolução, capaz de agregar os mais diversos grupos sociais; 2) um modelo econômico relativamente bem sucedido, baseado na criação de fortes instituições econômicas controladas pelo Estado até a década de 1940, bem como no processo de substituição de importações, a partir de então, que industrializou e urbanizou o país; 3) o disfarce de um regime autoritário que se colocava como legal, institucional e democrático, justificado pela divisão dos três poderes, pela alternância dos governantes no poder a cada sexênio por meio de eleições e pelo sistema pluripartidarista que permitia, em tese, a competição política; 4) a capacidade de acomodar diferentes grupos sociais e interesses da população mexicana.¹⁵⁹ Combinados, esse fatores fizeram com que não somente a elite, mas também os setores populares apoiassem o sistema político mexicano e o Partido Revolucionário Institucional (PRI).

Entretanto, ao final da década de 1960, a hegemonia desse sistema começou a demonstrar sinais de fragilidade. Ficaram mais evidentes os traços autoritários de um regime que se perpetuava no poder há décadas. Na contramão do discurso priísta, a população mexicana passou a contestar, um a um, os fatores que antes lhe haviam concedido estabilidade: 1) a suposta “herança” da Revolução, uma vez que o Estado mexicano, com sua estrutura política excludente e seu modelo de desenvolvimento capitalista, se mostrava pouco comprometido com a justiça social desejada pelos revolucionários da década de 1910; 2) o modelo econômico de substituição de importações, que entrou em crise no México e na América Latina a partir da década de 1970; 3) o sistema político, baseado em um partido oficial que dominava as eleições

¹⁵⁹ CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*, p. 108-114.

em todas as esferas (federal, regional e municipal) e em uma estrutura hiperpresidencialista que conferia muito pouco poder e autonomia ao Legislativo e ao Judiciário; 4) as práticas de desmobilização de cidadania e de cooptação das maiorias ou de quaisquer grupos que questionavam o regime.

Segundo José Carbonell, a contestação ao PRI se deu em razão de algumas transformações pelas quais passou grande parte da sociedade mexicana. Quando o Estado pós-revolucionário construiu seus alicerces na década de 1930, a sociedade mexicana era majoritariamente rural, analfabeta e com pouco acesso à informação. Com os processos de urbanização, industrialização, mais ingressos econômicos, melhoria nos níveis de educação, saúde e expansão dos meios de comunicação, cresceram também a consciência política, as demandas e a participação da população mexicana.¹⁶⁰ As manifestações estudantis de 1968, por exemplo, demonstravam que havia uma juventude escolarizada em desacordo com o sistema político em vigor. Elas marcaram o início dos questionamentos mais fortes ao regime – impulsionados, sobretudo, pela repressão governamental ocorrida no Massacre de Tlatelolco – e foram seguidas por greves, por dissidências organizadas dentro do movimento operário que questionavam as lideranças tradicionais, pela revolta do setor empresarial descontente com a crise econômica e por guerrilhas armadas urbanas e rurais.¹⁶¹ Vale destacar que esse foi o início de um processo que, três décadas depois, levou à destituição do PRI do poder, quando, no ano de 2000, um candidato de outro partido assumiu a presidência do país. A eleição de Vicente Fox, membro do Partido da Ação Nacional (PAN), colocou fim à permanência de mais de setenta anos no poder do partido que surgira após a Revolução. A lentidão desse processo pode ser explicada, como demonstra José Carbonell, pela capacidade que o PRI teve de adaptar-se

¹⁶⁰ CARBONELL. *El fin de las certezas autoritarias: hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*, p. 118-119.

¹⁶¹ AGUILLAR CAMÍN; MEYER. *À Sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*, p. 329-330.

ao contexto em permanente transformação, mantendo-se no poder.¹⁶² Por meio de sua forte institucionalidade, reformas e fraudes eleitorais, adoção de um novo modelo econômico, transformação no discurso e flexibilização política, o Partido Revolucionário Institucional logrou prolongar a vida de seu regime autoritário.

De volta ao final da década de 1960, no quadro de contestação ao sistema político mexicano e de repressão ao movimento estudantil, dezenas de grupos armados se formaram no México, impulsionados em grande medida pelo êxito da Revolução Cubana em 1959. Alguns atuaram nos centros urbanos, compostos em sua maioria por jovens com sólida formação ideológica, porém com pouca inserção nos movimentos populares.¹⁶³ Outros tantos se instalaram nas zonas rurais, aliados a camponeses e indígenas que também se organizavam para a luta. Jovens que haviam participado das manifestações de 1968 foram às serras e selvas de outros estados do país, como Guerrero, Oaxaca e Chiapas, “donde pensaban poder organizar un movimiento revolucionario fuera del alcance de la represión estatal”¹⁶⁴ com o apoio dos indígenas que, por serem os mais pobres e oprimidos, poderiam aderir ao ideal revolucionário.

As raízes do surgimento do EZLN se fincaram na criação das Forças de Libertação Nacional (FLN), instaladas inicialmente em Monterrey em 1969, capital do estado de Nuevo León, no nordeste mexicano, por César Germán Yáñez Muñoz. As FLN eram uma organização político-militar, de orientação marxista-leninista, cujo objetivo era realizar um movimento revolucionário no México por meio de uma guerrilha para tomar o poder. Em 1972, um de seus grupos se instalou em Chiapas, criando o Núcleo Guerrilheiro Emiliano Zapata (NGEZ). Em 1974, contudo, o núcleo foi alvo de operações policiais e muitos dos seus membros, incluindo

¹⁶² CARBONELL. *El fin de las certezas autoritarias: hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*, p. 155.

¹⁶³ FIGUEIREDO, Guilherme Githay de. *A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Ciência Política, Campinas, 2003, p. 132.

¹⁶⁴ BEAUCAGE. *Zapatismo, Iglesia, ONG en Chiapas: la construcción de un nuevo imaginario de lo indio*, p. 77.

César Germán, desapareceram.¹⁶⁵ Após esse período, pouco se sabe sobre a atuação das FLN em Chiapas, devido à escassez de fontes e registros. O subcomandante Marcos¹⁶⁶, que posteriormente conviveu com integrantes da FLN quando chegou à Selva Lacandona, relata que, durante esses anos, a organização buscou estabelecer comunicação com os indígenas da região.

De acordo com ele, inicialmente as FLN eram um grupo de caráter urbano, composto majoritariamente por pessoas de classe média, tais como professores universitários, engenheiros, médicos, poucos operários, poucos camponeses e nenhum indígena.¹⁶⁷ Ao entrarem em contato com um pequeno grupo de indígenas “politizados, con gran capacidad organizativa, con una experiencia de lucha política muy rica”¹⁶⁸, começaram então a gestar a ideia da criação de um novo grupo. Entre os dois grupos, houve uma concordância no que se refere à necessidade da luta armada como única saída para a melhoria de suas condições de vida, de seus direitos políticos e de seus problemas em relação à terra. A preparação da luta, em sua concepção, deveria ocorrer em um local fora do alcance do governo, dos *guardias blancas* e dos fazendeiros. Assim, em novembro de 1983 fundaram, na Selva Lacandona, o Exército Zapatista de Libertação Nacional. Pouco se sabe também sobre quem eram os primeiros integrantes do EZLN. De acordo com Marcos, eram seis pessoas, sendo elas três mestiços e três indígenas (uma mulher e cinco homens).¹⁶⁹ Entre eles, sabemos do subcomandante Pedro, que

¹⁶⁵ BELLINGHAUSEN, Hermann. Rinde *Marcos* homenaje público a los fundadores del Ejército Zapatista. *La Jornada*, 2006. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2006/11/19/index.php?article=012n1pol§ion=politica>> Acesso em: 30 mar. 2017. ROMERO, Raúl. EZLN: Una mirada a su historia. 2014. Disponível em: <<http://www.rua.unam.mx/objeto/21037/ezln-una-mirada-a-su-historia>> Acesso em: 30 mar. 2017.

¹⁶⁶ Marcos é subcomandante do exército zapatista e, durante 20 anos, foi o principal porta-voz do movimento. Apesar de informar em entrevista sobre a história do surgimento do EZLN, é importante destacar que ele se juntou ao grupo insurgente apenas no ano de 1984. Utilizamos seus relatos pela escassez de fontes sobre o período.

¹⁶⁷ LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 52.

¹⁶⁸ _____. *El sueño zapatista*, p. 56.

¹⁶⁹ EZLN. Subcomandante Marcos: Según nuestro calendario, la historia del EZLN, previa al inicio de la guerra, tuvo 7 etapas. 10 de noviembre de 2003. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/11/10/subcomandante-marcos-segun-nuestro-calendario-la-historia-del-ezln-previa-al-inicio-de-la-guerra-tuvo-7-etapas/>> Acesso em: 30 mar. 2017.

participava das FLN desde fins da década de 1970. Durante os anos em que o exército zapatista se manteve na clandestinidade nas montanhas, Pedro foi um dos principais responsáveis pela preparação e treinamento dos combatentes e ocupou o cargo de *jefe de Estado Mayor zapatista*. Ele veio a falecer dia 1º de janeiro de 1994, durante os confrontos com o Exército federal em Las Margaritas.¹⁷⁰ O subcomandante Marcos, por sua vez, só chegou ao EZLN cerca de nove meses depois de sua criação, em 1984.¹⁷¹

A partir de então, as histórias contadas até aqui se cruzam: as organizações indígenas de Chiapas, que haviam passado por um processo de fortalecimento de suas identidades étnicas, de conscientização política e de organização na década de 1970 – impulsionadas, em alguma medida, pela atuação dos teólogos da Libertação e pelo enfraquecimento do corporativismo estatal –, entram em contato com setores da esquerda urbana, de orientação marxista-leninista, que passavam a questionar realidade política, econômica e social do México. Inicialmente, o que se produziu entre os dois grupos foi um desencontro, sobretudo nos aspectos da cultura, linguagem, imaginário e costumes. Entretanto, posteriormente, como veremos mais adiante, os indígenas não somente se incorporaram nas fileiras do EZLN, como também passaram a ser o centro do discurso, dos objetivos e das ações do movimento zapatista.

¹⁷⁰ O subcomandante Pedro foi uma figura muito importante e é lembrado pelos zapatistas constantemente. No livro de Glória Muñoz Ramírez, *EZLN: 20 Y 10, el fuego y la palabra* (2003), há diversos relatos dos indígenas que abordam sua participação no EZLN.

¹⁷¹ Segundo o governo mexicano, o subcomandante Pedro chamava-se Héctor Ochoa e era natural do Distrito Federal. Já o subcomandante Marcos chama-se Rafael Sebastián Guillén Vicente, formou-se em Filosofia na Universidade Nacional Autónoma Metropolitana (UNAM) e foi professor da Universidade Autónoma Metropolitana (UAM). Não temos mais informações sobre ambos.

CAPÍTULO II

A ESTRATÉGIA DE LUTA ARMADA ZAPATISTA COMO PARTE DE SEU REPERTÓRIO DE CONFRONTO

Quando milhares de indígenas uniformizados, encapuzados e com armas nas mãos entraram na cidade de San Cristóbal de Las Casas no primeiro dia do ano de 1994, grande parte da sociedade mexicana voltou seus olhos para Chiapas. Tratava-se de uma insurreição indígena, armada, que carregava o nome de Emiliano Zapata e acionava uma memória histórica nacional, marcada por duas grandes sublevações em que lutaram índios e camponeses: o movimento pela independência liderado por Hidalgo e Morelos a partir de 1810 e a Revolução Mexicana. Ao mesmo tempo, o uso de uma bandeira vermelha e preta¹⁷², o nome de exército de “libertação nacional”¹⁷³ e o discurso de um mestiço de origem urbana que conversava com a mídia, o subcomandante Marcos, mobilizavam um imaginário mais recente relacionado às lutas das guerrilhas latino-americanas, em um momento aparentemente improvável em que as esquerdas socialistas se enfraqueciam diante do fim da Guerra Fria. Esses elementos e símbolos, os quais podem ser observados nas imagens abaixo, causaram grande impacto na sociedade mexicana e levantaram importantes debates acerca de um tema central: o caráter armado do grupo insurgente.

¹⁷² A estrela vermelha de cinco pontas, emblema da antiga União Soviética, é um símbolo comumente utilizado para representar o socialismo e foi utilizado por diversas lutas de libertação nacional. Embora o EZLN não tenha comentado sua utilização, achamos pertinente fazer esta correlação.

¹⁷³ O nome *libertação nacional* foi utilizado por diversos movimentos e lutas armadas em países do chamado “Terceiro Mundo” para designar lutas contra o imperialismo norte-americano e europeu. Na África, o termo denominou, por exemplo, as lutas de independência de Angola e Moçambique contra Portugal, nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente. Na América Latina, por sua vez, o nome designou lutas como a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), da Nicarágua, e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), de El Salvador, nas décadas de 1960 e 1980, respectivamente.



Índigenas zapatistas armados e uniformizados. Foto: Juan Popoca. Disponível em: https://www.vice.com/pt_br/article/feliz-aniversario-de-20-anos-zapatistas



Bandeira zapatista preta com estrela vermelha. Foto: AFP español

De onde havia surgido a ideia de luta armada? Pretendiam os zapatistas tomar o poder através da guerra? A estratégia de ação do EZLN teria se inspirado nas guerrilhas centro-americanas? Marcos ou outros insurgentes teriam recebido treinamento ou qualquer tipo de ajuda de nicaraguenses ou guatemaltecos? Tais questionamentos, encontrados frequentemente nas várias entrevistas realizadas logo após o levante com os insurgentes, demonstram o enfoque dado à opção zapatista pela luta armada. As inúmeras perguntas dedicadas a este tema revelam as hipóteses levantadas pelos jornalistas de então: o pensamento mais comum era de que intelectuais de origem urbana e de ideário marxista-leninista haviam influenciado ou manipulado os indígenas chiapanecos. Isso pode ser explicado pelo fato de que a última grande rebelião indígena armada estava distante no tempo há quase um século e pelo fato de que os próprios zapatistas evitaram evidenciar, a princípio, o caráter majoritariamente indígena de suas reivindicações. Além disso, e talvez mais importante, esse pensamento se deve a uma dificuldade da sociedade mexicana, em geral, em atrelar protagonismo aos indígenas, como bem aborda Adolfo Gilly quando se refere à “búsqueda de agitadores y agentes externos para explicar las rebeliones de los dominados, a quienes se les niega pensamiento propio y capacidad de iniciativa. Esta negación es, como se sabe, una necesidad psicológica para legitimar la dominación [...]”.¹⁷⁴

Embora o componente mestiço não deva ser ignorado na história do surgimento do grupo armado, é preciso compreender o levante de 1994 como uma rebelião de povos indígenas cujas histórias, culturas, tradições e repertórios desempenharam papel central na escolha e na *performance* dessa estratégia de ação política. Para compreendermos tal opção, é necessário nos debruçarmos sobre a década anterior ao levante de 1994, quando se deu o encontro entre o núcleo guerrilheiro urbano e as comunidades indígenas chiapanecas. Como fonte, utilizaremos – por falta de fontes produzidas na época – comunicados escritos posteriormente pelo EZLN

¹⁷⁴ GILLY. *Chiapas: la razón ardiente. Ensayo sobre la rebelión del mundo encantado*, p. 25.

que tratam da década de preparação nas montanhas e entrevistas concedidas principalmente pelo subcomandante Marcos, que vivenciou a maior parte desse período na Selva Lacandona e, como porta-voz do movimento zapatista, compartilhou suas memórias.¹⁷⁵ A fim de desconstruir as ideias pré-concebidas sobre o EZLN, os insurgentes tomaram a palavra para explicar à sociedade mexicana quem eram, de onde vinham e o que queriam. Com isso, buscaremos compreender os elementos imediatos bem como os repertórios de ação, tradições e imaginários que levaram os insurgentes, indígenas e mestiços, a optarem por formar um exército e travar um confronto armado contra as tropas federais.

2.1 – Os sentidos da luta armada

A ideia de luta armada, que veio a convergir entre o grupo urbano e os povos indígenas localizados em Chiapas, possuiu, inicialmente, significados, inspirações e intenções distintas para cada um deles. Não obstante, em ambos os casos, ela representou uma experiência acumulada de confronto que, como vimos anteriormente, baseiam as *performances* colocadas em prática por um grupo em confronto, seja por envolvimento próprio dos membros ou por um aprendizado baseado em observação de outros grupos. Os precursores e fundadores do EZLN, a princípio, associavam as armas às guerrilhas latino-americanas que atuavam na segunda metade do século XX. Buscavam transformar a realidade do país baseados em valores socialistas, em esquemas teóricos e práticos marxistas-leninistas e guevaristas, a partir de experiências que se espalhavam por alguns países da América Latina, como as guerrilhas foquistas dos anos sessenta e as guerrilhas urbanas do Cone Sul. Posteriormente, ao longo do contato com os povos indígenas chiapanecos, aquelas características foram perdendo força, à medida que os indígenas se tornavam maioria, em número e em importância, no interior do

¹⁷⁵ A principal entrevista utilizada será a concedida ao autor Yvon Le Bot em 1997, publicada em seu livro “El sueño zapatista”. É uma das entrevistas mais completas já realizadas com o subcomandante Marcos.

movimento. Assim, os fundadores do EZLN buscaram construir uma teoria e prática próprias, inspiradas na história mexicana de insurgência.

Para os povos indígenas, por sua vez, a luta armada estava associada a uma cultura de rebelião armada mexicana. Como sugere Adolfo Gilly, pelas diversas experiências práticas de insurgência na história do país e pela própria estrutura dos textos constitucionais, a rebelião aparece, em determinados contextos, como recurso legítimo e direito natural para a maior parte da população mexicana.¹⁷⁶ Especialmente nos setores rurais, a resistência armada possui longa trajetória no México. Como abordamos no primeiro capítulo, desde o século XVIII, índios e camponeses têm lutado frequentemente por dois motivos centrais: a resistência em aceitar a terra como mercadoria e a preservação das autonomias locais. Além dos dois grandes conflitos nacionais com participação de indígenas e camponeses que povoam constantemente o imaginário da população nacional – o movimento pela independência e a Revolução Mexicana – e da ativa participação militar de indígenas e camponeses nas disputas ao lado de liberais e conservadores na segunda metade do século XIX, Gilly enfatiza outros exemplos:

La frecuencia y difusión de este tipo de resistencia rural en la constitución de las relaciones de la sociedad agraria mexicana con el poder – central o local – no tienen paralelo en América Latina. Ella se manifiesta tanto en las rebeliones de los yaquis en el siglo XIX y XX, como en la resistencia de los colonos militares de Chihuahua, en la interminable historia de motines y rebeliones del centro y sur de la república o en las rebeliones mayas de los siglos XVIII y XIX en el sureste del país y en la provincia de Chiapas.¹⁷⁷

Portanto, quando na década de 1980 os indígenas localizados no estado de Chiapas se viram com dificuldades sucessivas de melhorar suas condições de vida por outros meios, em um contexto em que essas só se deterioravam mais, recorreram ao seu antigo imaginário de rebelião armada para protestarem.¹⁷⁸ Neste sentido, destacamos que a luta armada já era uma estratégia de ação política conhecida dentro do repertório de confronto familiar aos povos

¹⁷⁶ GILLY. *Chiapas: la razón ardiente. Ensayo sobre la rebelión del mundo encantado*, p. 13.

¹⁷⁷ _____. *Chiapas: la razón ardiente. Ensayo sobre la rebelión del mundo encantado*, p. 24.

¹⁷⁸ _____. *Chiapas: la razón ardiente. Ensayo sobre la rebelión del mundo encantado*, p. 31.

indígenas. Para o grupo urbano, a opção da luta armada também estava disponível dentro do repertório de ação próximo à sua realidade, relacionado às guerrilhas latino-americanas do período. Como vimos na introdução, Charles Tilly sugere que a escolha das *performances* a serem colocadas em prática por um grupo se baseia em experiências cumulativas de conflito, que podem ter sido utilizadas pelos próprios atores em questão ou que podem ter sido aprendidas, baseadas em observação. Esta experiência está relacionada às representações de símbolos e práticas compartilhadas que influenciam na maneira de compreender a política confrontacional. Como bem apontou Eric Van Young, é necessário tratar a cultura como um ingrediente essencial da ação coletiva: “ideas, valores, mitos que estructuran el mundo, memorias colectivas – en síntesis, cultura – que los predisponen a actuar en ciertos modos [...] cualesquiera sean las condiciones objetivas materiales y sociales que com él se combinan.”¹⁷⁹ Ademais, segundo Tilly, a escolha está relacionada com as estruturas de oportunidades políticas dentro do contexto em que o grupo está inserido. Neste caso, os indígenas já haviam buscado outras soluções pacíficas e políticas, junto a organizações indígenas e campesinas, aliadas ao governo ou independentes. A falta de oportunidades e, na visão dos chiapanecos, de outras estratégias possíveis de ação levou-os a optar pela luta armada.

Além das distintas fontes de inspiração para a proposta de luta armada, seu formato também variava para os precursores e fundadores do EZLN, de um lado, e para os indígenas de Chiapas, de outro. A princípio, o primeiro grupo desejava estabelecer uma guerrilha, muito próxima da organização dos grupos guerrilheiros de libertação nacional latino-americanos que atuavam no período. Contudo, o núcleo que se instalou em Chiapas no início da década de 1970, que veio a criar o EZLN, se viu isolado e com falta de apoio, material e teórico. Marcos apontou – ao contrário do que afirmava o governo quando tentava caracterizar o EZLN como um

¹⁷⁹ VAN YOUNG *apud* GILLY. *Chiapas: la razón ardiente. Ensayo sobre la rebelión del mundo encantado*, p. 28.

movimento comandado por estrangeiros – que as guerrilhas de outros países desejavam conservar, para o México, seu papel de retaguarda estratégica e fonte de apoio e solidariedade¹⁸⁰, criticando qualquer tentativa de movimento revolucionário guerrilheiro no país e não oferecendo ajuda. Desta forma, os fundadores do EZLN tiveram que buscar outra estratégia, pautada em uma elaboração teórica e política própria e independente. Optaram, então, por se estruturarem como um exército, acatando a proposta indígena e prezando a tradição da história militar mexicana.¹⁸¹ Segundo Marcos, a criação de um exército regular havia sido sugerida pelo grupo de indígenas politizados que já estava em contato com o núcleo urbano, uma vez que, segundo sua análise da pobre realidade dos povos daquela região, a adesão à luta armada seria massiva, isto é, suficiente para compor um exército.¹⁸² Tal formato de luta armada estava presente no imaginário indígena: a última – e talvez a mais memorável – rebelião indígena e camponesa no México havia sido protagonizada por um exército, liderado por Emiliano Zapata, como demonstramos no primeiro capítulo.

Os primeiros integrantes do exército zapatista passaram então a analisar as insurreições que caracterizavam a história do México, como os movimentos pela independência em 1810, as guerras contra as invasões dos Estados Unidos e da França em meados do mesmo século e a Revolução Mexicana. Inspiraram-se nas estratégias de Hidalgo, Morelos, Villa e Zapata. Nota-se que a estratégia militar do EZLN é bastante semelhante àquela do Exército Libertador do Sul: seu exército não é profissional e possui pobres condições de armamento, é organizado livre e democraticamente e seus integrantes também são indígenas e trabalhadores rurais, que não

¹⁸⁰ Durante o século XX, o México teve uma política bastante receptiva em relação a exilados e refugiados de outros países, em sua maioria latino-americanos, mas também europeus e norte-americanos. Da América Latina, milhares se instalaram no México fugindo de ditaduras sangrentas ou de perseguições políticas, com destaque para os guatemaltecos nas décadas de 1970 e 1980. Pablo Yankelevich afirma que o México foi uma das poucas nações que ratificaram as três convenções sobre o direito de asilo político: La Habana (1928), Montevideo (1933) e Caracas (1954). Ao mesmo tempo, o autor aponta as contradições de tal política governamental: dentro do país, os governos – em sua maioria do PRI – foram excludentes e repressivos. YANKELEVICH, Pablo. *México, país refugio: las experiencias de los exilios en el siglo XX*. México: Instituto Nacional de Antropología y Historia (INAH), 2002, p. 9-11.

¹⁸¹ Subcomandante Marcos *apud* LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 53-54.

¹⁸² LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 57.

recebem nenhuma remuneração por estar ali. Contudo, os zapatistas de Chiapas, mesmo com pouquíssima força militar, optaram por recorrer às armas. Entendemos que a estratégia de luta armada escolhida pelo EZLN foi inspirada, em parte, na atuação do movimento zapatista do início do século; os dois movimentos possuíam em seu discurso a ideia de que a luta armada era a única maneira de chamar a atenção da população e do governo e de conquistar mudanças reais e efetivas.

Ademais, a luta armada do Exército Libertador do Sul e do Exército Zapatista de Libertação Nacional não teve a intenção de conquistar o poder no México, seja no âmbito regional ou nacional. Ambos os movimentos tiveram o ideal de fundar uma sociedade em que a comunidade como um todo passasse a ser protagonista da mudança social e não apenas espectadora.¹⁸³ Para os zapatismos, a soberania popular não deveria ser traduzida em uma democracia formal e representativa, mas em uma democracia direta, apoiada nas unidades sociais que controlassem a terra, que tivessem autonomia política e econômica e poder armado. Tanto para o líder Emiliano Zapata como para o porta-voz subcomandante Marcos, havia uma distinção entre tomar o poder e exercê-lo: o governo era visto como instrumento de repressão, centralista, e o poder deveria vir de baixo. Segundo Arturo Warman, para o zapatismo do início do século, por exemplo,

El proceso revolucionario debía desarrollarse en la base de la sociedad y no en la cúspide. El cambio en la existencia, establecido y defendido con las armas, debía preceder al cambio en el Estado. Sólo así sería definitivo, irreversible. Primero debía entregarse la tierra, el poder militar y la autonomía política a las unidades constitutivas de la sociedad, para rehacer al Estado como una unidad colectiva de servicio. El poder del viejo régimen debía disolverse, repartirse en la base de la sociedad, para dar paso a una nueva organización estatal. El nuevo Estado emanaría de las comunidades, confederándolas pero sin avasallarlas.¹⁸⁴

¹⁸³ HILSENBECK FILHO, A.; CABRAL, F. Democracia e governos autônomos – Uma reflexão a partir da experiência do Exército Zapatista de Libertação Nacional. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n. 2, jul/dez 2005, p. 5.

¹⁸⁴ WARMAN. El proyecto político del zapatismo, p. 22.

Tendo em vista as diversas semelhanças entre os dois zapatismos apontadas até o momento, cabe ressaltar que as referências a Emiliano Zapata, a outros símbolos da Revolução Mexicana e da história do país não são exclusividade do EZLN, mas prática recorrente utilizada por diversos grupos políticos, movimentos sociais e, inclusive, pelos Governos Federais ao longo de todo o século XX. O resgate de heróis e de passados revolucionários tem o objetivo de legitimar demandas e ações no cenário político mexicano.¹⁸⁵ A apropriação feita pelo EZLN, entretanto, foi “singular na medida em que os rebeldes postularam uma estreita linha de continuidade com os ideais zapatistas do início do século XX.”¹⁸⁶ A intenção do grupo insurgente de Chiapas foi propor um regresso aos “reais” valores revolucionários propostos pelo líder do Exército Libertador do Sul, em clara disputa com a apropriação feita pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) e por Carlos Salinas de Gortari, presidente do México quando do levante chiapaneco. No trecho abaixo, retirado de um comunicado escrito pelo EZLN em abril de 1994, é possível perceber essa disputa:

El día de hoy, 10 de abril de 1994, se cumple el 75 aniversario del asesinato del general Emiliano Zapata. Su grito de *¡Tierra y Libertad!* pretendió ser ahogado por la traición de Venustiano Carranza. Hoy el usurpador Salinas de Gortari, quien se autodenomina “presidente de la República mexicana”, miente al pueblo de México diciendo que sus reformas al artículo 27 constitucional reflejan el espíritu del general Zapata. ¡Miente el supremo gobierno! Zapata no morirá por soberbio decreto. El derecho a la tierra para quien la trabaja es irrenunciable y el grito guerrero de *¡Tierra y Libertad!* sigue sin encontrar descanso en estas tierras mexicanas. [...] Las reformas salinistas al artículo 27 de la Carta Magna representan una traición a la patria, y como responsable de este delito debe ser juzgado quien usurpa el poder Ejecutivo federal en México.¹⁸⁷

Segundo os insurgentes da década de 1990, eram eles os verdadeiros herdeiros da revolução zapatista, considerada inacabada e que deveria, portanto, ser retomada pelo EZLN.

¹⁸⁵ FIGUEIREDO. *A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*, p. 99.

¹⁸⁶ BAIÃO, Fábio. *Uma longa Revolução - história, memória e usos políticos do passado na guerra simbólica entre Estado e zapatistas no México*. Monografia (Graduação em História) – ICHS-UFOP, Departamento de História, Mariana, 2012, p. 81-82.

¹⁸⁷ EZLN. Aniversario del asesinato de Zapata: ¡Miente el supremo gobierno! 10 de abril de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/04/10/aniversario-del-asesinato-de-zapata-miente-el-supremo-gobierno/>> Acesso em: 12 nov. 2016.

Além disso, para o EZLN, a figura de Zapata, essência da Revolução Mexicana de 1910, é tratada como heroica, como um mito, quase imortal. Em trecho de uma extensa carta escrita simbolicamente ao líder revolucionário do Sul em 1997, isso fica claro:

Como cuando usted llamó a luchar por la tierra y la libertad, hoy las tierras mexicanas se entregan a los ricos extranjeros. Como entonces pasó, ahora los gobiernos hacen leyes para legitimar el robo de tierras. Como entonces, los que se niegan a aceptar las injusticias son perseguidos, encarcelados, muertos. Pero como entonces, mi General, hay hombres y mujeres cabales que no se están callados y se luchan para no dejarse, se organizan para exigir tierra y libertad. Por eso le escribo a usted Don Emiliano, para que sepa usted que aquí estamos, aquí seguimos. [...] Y ya ve, siguen los campesinos sin tierra, siguen los indígenas olvidados, siguen los malos gobiernos, siguen los ricos engordando, y, eso sí, siguen las rebeliones campesinas. [...] Por eso nos alzamos en armas, como usted nos enseñó Don Emiliano, por libertad y justicia. Y también vimos, como usted, que sólo podían conseguirse con democracia. Y entendemos, como usted, que tenemos que luchar contra los malos gobiernos para obtener lo que nos pertenece. [...] Ya por último nomás le cuento Don Emiliano, pa' que se ría usted un rato, que estos malos gobiernos que tenemos todavía se están creyendo que pudieron asesinarlo a usted en esa tarde de abril de 1919. No saben que usted no se murió, que simplemente usted se hizo nosotros y que así se fue escondiendo y apareciendo en nosotros y en todos los campesinos sin tierra, en todos los indígenas olvidados. Ya ve usted mi General, qué desmemoriados salen estos gobiernos. Olvidan lo más importante, lo que usted y nosotros sabemos bien, Don Emiliano, es decir, que Zapata vive, que la lucha sigue.¹⁸⁸

O resgate feito pelos fundadores do EZLN da figura de Zapata, de seus valores e propostas fundiu-se com o universo simbólico e o imaginário coletivo das comunidades indígenas. Um exemplo disso é a associação feita entre Emiliano Zapata e Votán, figura mítica defensora das terras das comunidades que remonta às lendas indígenas chiapanecas desde o século XVII. A partir daí foi criado uma nova figura sincrética: Votán-Zapata, uma das referências centrais nos discursos zapatistas:

En nosotros, en nuestras armas, en nuestro rostro cubierto, en nuestra palabra verdadera, Zapata se unió a la sabiduría y a la lucha de nuestros más antiguos antepasados. Unido a Votán, al Guardián y Corazón del Pueblo, Zapata se levantó de nuevo para luchar por la democracia, la libertad y la justicia para todos los mexicanos.
[...]

¹⁸⁸ EZLN. A Emiliano Zapata: Aquí estamos mi General, aquí seguimos. 10 de abril de 1997. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1997/04/10/a-emiliano-zapata-aqui-estamos-mi-general-aqui-seguimos/>> Acesso em: 12 nov. 2016.

El Votán-Zapata es el todos que marcha con nuestra bandera. Votán-Zapata es el uno que camina en el corazón de todos y cada uno de los hombres y mujeres verdaderos. Todos nosotros somos uno en Votán-Zapata y él es uno en todos nosotros.¹⁸⁹

A aproximação entre mestiços urbanos e indígenas chiapanecos foi um lento processo, que só se consolidou no início da década de 1990, muitos anos após a criação do EZLN. Determos-emos, agora, na história de preparação do exército zapatista nas montanhas, abordando o contexto mais imediato de Chiapas e as relações construídas entre o grupo urbano e as comunidades indígenas ao longo desses anos, que levaram milhares de índios a optarem por se insurgir através das armas para reivindicarem seus direitos.

2.2 - Onze anos nas montanhas

Os primeiros anos após a instalação, em 1983, do reduzido núcleo de pessoas de origem urbana na Selva Lacandona foram permeados por extremas dificuldades de adaptação e busca por sobrevivência. O isolamento das montanhas, que a princípio tinha sido justamente o motivo de escolha daquele território para a fundação do EZLN, mostrou-se cruel e deu o primeiro nome ao acampamento: “O Pesadelo”. Como nos contam diversos comunicados e entrevistas, os integrantes tinham dificuldade de aclimatar-se, deslocar-se sem serem vistos, conseguir provisões e alimentos. Para tal, buscaram ajuda dos que ali viviam, por meio de um grupo de cerca de uma dezena de indígenas bastante politizados que, segundo o subcomandante Marcos, possuíam rica experiência de luta, ampla consciência política nacional e que haviam acompanhado a fundação do EZLN.¹⁹⁰ Esses indígenas começaram a realizar um trabalho de mediação entre a organização político-militar e os *pueblos*: iam em algumas casas, conversavam sobre a situação política nacional, explicavam a ideia da luta armada e

¹⁸⁹ EZLN. Votán-Zapata, Guardián y Corazón del Pueblo. 10 de abril de 1995. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/04/10/votan-zapata-guardian-y-corazon-del-pueblo/>> Acesso em: 12 nov. 2016.

¹⁹⁰ LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 56.

conseguiam novos recrutas que, por sua vez, passavam a mensagem ao restante da comunidade.

O *Mayor Insurgente de Infantería* Moisés ocupou esse papel, chamado por ele de comissário político:

Yo de por sí hice el trabajo de comisario político, o sea que me toco explicar nuestra lucha a grupos de familias de cada pueblo, explicaba porqué luchamos en el EZLN, se les invitaba a participar en la lucha y se les disse como hay que cuidarse porque todo es clandestino. Se les dice que estamos en contra del gobierno, que luchamos contra el sistema que nos tiene jodidos. Explicamos cada punto de porqué luchamos.¹⁹¹

Cabe enfatizar que todo esse processo ocorria na clandestinidade, isto é, com a maior discrição possível para que ninguém alheio ao movimento descobrisse sua movimentação. O comandante Abraham dá um exemplo:

[...] cuando nos movíamos para la montaña teníamos que buscarnos una historia por si nos encontrábamos a alguien [...]. Puedo decir que voy a visitar mi familia o otra cosa. Todo era por la seguridad para poder pasar el bastimento. En esse tiempo, al principio, pues hay gentes que no sabían de nada.

Aos poucos, indígenas foram somando-se à luta. Segundo o subcomandante Marcos, estabeleceu-se, em grande medida, uma espécie de intercâmbio: enquanto os mestiços ensinavam os indígenas a combater, os últimos auxiliavam os primeiros a conseguir provisões e a viver nas montanhas. Esta troca passou a ser também política e cultural e os mestiços, que logo se tornaram minoria, passaram a aprender as línguas indígenas, a manejar suas culturas, seus símbolos e a entender seus significados.¹⁹²

191 MOISÉS *apud* RAMÍREZ, Gloria Muñoz. *EZLN: 20 Y 10, el fuego y la palabra*. México: La Jornada Ediciones, 2003, p. 55-56. Este livro, escrito por Gloria Muñoz Ramírez, jornalista mexicana que viveu durante sete anos nas comunidades zapatistas, foi lançado em 2003, no aniversário de 20 anos do EZLN, com a aprovação dos insurgentes. Nele, entre outras coisas, há uma compilação de relatos de diversos integrantes do movimento zapatista (companheiros das bases de apoio, soldados e membros dos comitês) sobre o período compreendido entre 1983-1994. Tais relatos nos foram bastante úteis para compreender a trajetória do EZLN, uma vez que há poucas fontes sobre esse período. Foi a primeira vez que vários insurgentes falaram abertamente sobre os onze anos de preparação nas montanhas. EZLN. Subcomandante Marcos: Introducción o presentación (o las dos cosas) al libro “EZLN: 20 y 10, el fuego y la palabra”. 01 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/10/01/subcomandante-marcos-introduccion-o-presentacion-o-las-dos-cosas-al-libro-ezln-20-y-10-el-fuego-y-la-palabra>> Acesso em: 30 mar. 2017.

192 LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 61.

O aprendizado e a adaptação à realidade cultural indígena não foi algo natural para os mestiços. O grupo político-militar inicial, que a princípio se considerava um exército de vanguarda revolucionária, se deparou com algo que não esperava:

El Ejército Zapatista de Liberación Nacional, a través de él [Velho Antônio], a través de esos líderes políticos y de los jefes de comunidades, empieza a entender su historia de fundación política, su conciencia, su conciencia histórica. Y el resultado es que no estábamos hablando con un movimiento indígena que estaba esperando un salvador, sino con un movimiento indígena con mucha tradición de lucha, con mucha experiencia, muy resistente, muy inteligente también, al que simplemente le servíamos de algo así como brazo armado.¹⁹³

Assim, a partir da segunda metade da década de 1980, o grupo fundador do EZLN deixa de se ver como aquele que vai ensinar aos indígenas e passa a se perceber como aluno das comunidades.¹⁹⁴ Aos poucos, os ideais, valores e demandas daquelas pessoas de classe média, que haviam chegado da cidade, foram perdendo importância no seio do movimento. Embora o núcleo inicial compartilhasse com os indígenas que se juntaram ao EZLN o objetivo de se insurgir por meio das armas, todo o resto era diferente, e o que prevaleceu foi a cultura indígena: prevaleceram os valores essencialmente éticos e morais; outro tipo de linguagem, menos direta, menos teórica e mais metafórica, passou a ser utilizada; outro formato de tomada de decisões vigorou, a exemplo das tradicionais assembleias indígenas que buscavam o consenso democrático. Em entrevista com Yvon Le Bot, Marcos enfatiza a transformação na demanda central da luta:

De pronto, la revolución se transforma en algo esencialmente moral. Ético. Más que el reparto de la riqueza o la expropiación de los medios de producción, la revolución comienza a ser la posibilidad de que el ser humano tenga un espacio de dignidad. Dignidad empieza a ser una palabra muy fuerte. No es un aporte nuestro, no es un aporte del elemento urbano, esto lo aportan las comunidades. De tal forma que la revolución sea el garante de que la dignidad se cumpla, se respete.¹⁹⁵

¹⁹³ LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 62.

¹⁹⁴ _____. *El sueño zapatista*, p. 63.

¹⁹⁵ Subcomandante Marcos *apud* LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 61-62.

Esse processo de desencontro cultural, reconhecimento da experiência e capacidade indígena, fim do papel de vanguarda e disposição ao aprendizado foi essencial para que o grupo político-militar do EZLN tenha intensificado sua interação com as comunidades indígenas, dando início ao movimento zapatista tal qual o conhecemos hoje. Foi um processo lento que só veio a se consolidar no início dos anos 1990, quando de fato se incorporaram milhares de indígenas ao EZLN. Até 1989, como nos conta Marcos, o contato com as comunidades indígenas era pequeno, uma vez que apenas algumas dezenas de índios, que haviam se juntado ao EZLN, subiam aos acampamentos zapatistas nas montanhas, realizavam treinamento e, posteriormente, voltavam aos seus *pueblos*. Após esse ano, entretanto, as relações começaram a se estreitar quando mais de mil indígenas se aliaram ao exército zapatista, que recebia ajuda não mais de apenas algumas famílias dos *pueblos* da região, mas de *pueblos* inteiros. Zapatistas se espalhavam não mais somente pela Selva, mas por outras zonas de Chiapas, como o Norte e Los Altos.¹⁹⁶ Seus habitantes realizavam, então, diversas funções: alguns recrutavam novos membros, outros auxiliavam no preparo e transporte de alimentos, alguns subiam aos acampamentos nas montanhas para treinar para a luta armada e outros auxiliavam no treinamento nos próprios *pueblos*. O *compañero* Raúl relatou um pouco desse processo:

Ya cuando está todo el pueblo reclutado y ya hay muchos pueblos así, entonces ya algunos se animaron a ir de reclutas para ser insurgentes. Varios se fueron y de ahí fue creciendo la guerrilla. Mientras unos se iban a la montaña, en los pueblos nos íbamos preparando también los milicianos, primero una escuadra, luego un pelotón. Llegó el momento en que en cada pueblo había cinco o seis pelotones de milicianos que recibían entrenamiento y todo. Es así como se fue desarrollando nuestra organización.¹⁹⁷

Este crescimento pode ser explicado por diversos fatores que dizem respeito ao contexto de Chiapas no final dos anos 1980: epidemias atingiram a região, carente de um bom sistema de saúde, matando muitas pessoas; *guardias blancas* atuavam violentamente com mais intensidade, provocando inúmeros assassinatos e expulsão de terras; uma queda no preço do

¹⁹⁶ LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 74-80.

¹⁹⁷ RAÚL apud RAMÍREZ. *EZLN: 20 Y 10, el fuego y la palabra*, p. 29.

café atingiu grande parte das comunidades indígenas e camponesas, aumentando o descontentamento daqueles povos e sua sede por mudanças.

Juntamente com fatores locais, no contexto nacional o resultado das eleições de 1988 teve importante papel. O candidato do Partido da Revolução Democrática (PRD), Cuauhtemoc Cárdenas, filho do ex-presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940), disputou as eleições contra o candidato Carlos Salinas de Gortari, do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Enquanto os votos eram apurados e o primeiro candidato, de oposição, levava vantagem, declarou-se que o sistema eletrônico de apuração havia saído do ar, dando vitória a Salinas uma semana depois. Com ampla suspeita de fraude, as eleições de 1988 foram as mais questionadas da história do México e causaram revolta em grande parte da população mexicana. O desencanto eleitoral com um sistema de partido de Estado¹⁹⁸ que se perpetuava no poder há seis décadas reforçou o crescimento massivo de indígenas junto ao EZLN, vendo na luta armada a única saída para a resolução de seus problemas. Entretanto, o subcomandante Marcos declarou que, devido ao isolamento do EZLN nas montanhas na década de 1980 e à falta de notícias em nível nacional, seus membros não atrelaram o resultado das eleições de 1988 ao crescimento das fileiras de seu exército: “El fenómeno de insurgencia civil del cardenismo no lo valoramos y lo vimos como un fenómeno normal. Hasta muchos años después no supimos de qué envergadura había sido y qué impacto había tenido en las conciencias.”¹⁹⁹

Além disso, logo no início de seu mandato, Salinas criou um programa de governo denominado Programa Nacional de Solidariedade (PRONASOL), voltado para ações de bem-estar social nas áreas de educação, moradia popular, água potável, luz elétrica e transporte, entre outras. Não obstante os massivos investimentos em infraestrutura e em serviços públicos – que

¹⁹⁸ O termo ‘sistema de partido de Estado’ é comumente utilizado pelos zapatistas em seus comunicados e refere-se a um cenário em que havia um partido político dominante, o Partido Revolucionário Institucional (PRI), que, tendo permanecido no poder por setenta e um anos no México, quase se confundia com o próprio Estado mexicano.

¹⁹⁹ Subcomandante Marcos *apud* LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 59-60.

buscavam disfarçar as políticas neoliberais do governo e apresentar um aparente comprometimento com o bem-estar social – esses benefícios raramente chegavam devidamente às comunidades, pois eram controlados por uma burocracia corrupta e redes clientelistas. De outro lado, quando chegavam, muitas vezes não funcionavam corretamente, a exemplo de escolas e hospitais que, ao ficarem prontos, tornaram-se espaços abandonados sem funcionamento.²⁰⁰ Isso contribuiu para aumentar a frustração dos indígenas e camponeses em relação às soluções do governo para seus problemas, incentivando-os a lutar junto ao EZLN.

É importante destacar que, desde a fundação do EZLN, seus integrantes não estabeleceram uma data para o levante armado, mas treinavam e se preparavam para o momento em que a luta se fizesse necessária, isto é, para iniciar a guerra em termos defensivos, quando fossem atacados. Em 1992, quando o exército dos zapatistas já estava bastante encorpado e estruturado, dois fatores contribuíram para acelerar o processo de início da guerra, em termos ofensivos: o Congresso reformou o Artigo 27 da Constituição mexicana, criando condições para o desmantelamento dos *ejidos* – as comunidades agrárias coletivas – e acabando com a perspectiva dos camponeses da partilha da terra. O artigo 27 da Constituição, antes de sua reforma, era uma conquista da Revolução Mexicana, que protegia a propriedade comunal e garantia a terra para quem nela trabalhasse. Até 1992, as terras pertencentes aos milhares de *ejidos* no México não podiam ser vendidas, arrendadas ou hipotecadas. Com a reforma da Constituição, isto passou a ser possível. Essa reforma havia sido pressionada pelo Tratado de Livre Comércio que seria assinado entre o México, os Estados Unidos e o Canadá, como veremos adiante, e atendia aos interesses de grupos empresariais e financeiros, que desejavam acabar com a proteção de uma estrutura coletiva que impedia a implantação completa de um mercado de terras capitalista.

²⁰⁰ LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 28.

Além do descontentamento com a reforma constitucional, o ano de 1992 foi marcado por um clima de radicalização política dos povos indígenas, uma vez que a data representava os 500 anos da Conquista espanhola:

Dentro del movimiento indígena, no sé si nacional, pero por lo menos local, empieza una especie de inquietud sobre lo que eso significaba y la necesidad de manifestarse, y entonces ellos plantean que hay que recordar los 500 años como realmente han sido: como un movimiento de resistencia en contra la dominación.²⁰¹

Em 12 de outubro, portanto, milhares de indígenas – os quais conformavam, em boa parte, o EZLN – realizaram uma manifestação em San Cristóbal de Las Casas, onde derrubaram a estátua do conquistador Diego de Mazariegos, fundador da cidade.²⁰² Como Adolfo Gilly sugere, essa foi uma espécie de “ensaio geral” para o que viria a ocorrer em 1º de janeiro de 1994, que afirmou a força da capacidade de mobilização indígena.²⁰³

Neste acirrado clima de protestos, os zapatistas decidiram realizar uma ampla consulta entre as comunidades indígenas que apoiavam o EZLN para decidir se dariam ou não início à guerra. Marcos relata que a consulta foi realizada junto a 400 ou 500 comunidades de quatro etnias principais: os tzotziles, choles, tzeltales e tojolabales.²⁰⁴ Em cada povoado realizou-se uma assembleia, na qual foram abordadas as situações de cada comunidade e etnia, o contexto nacional e internacional do momento. A partir disso, todos os indígenas presentes – incluindo mulheres, como um setor especial, e jovens, que antes não participavam deste tipo de discussão e decisão – votaram contra ou a favor do início da guerra, colocando seus argumentos em debate. O voto era direto, individual e público e, após o término do processo, foram redigidos relatórios da assembleia para serem entregues ao comando zapatista, nos quais havia os números, os votos e as opiniões daquela comunidade.²⁰⁵ Esse processo de discussão, consulta

²⁰¹ LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 80.

²⁰² Marcos fala da participação de 5.000 a 6.000 indígenas zapatistas, entre um número total de 10.000 indígenas participantes da manifestação.

²⁰³ GILLY. *Chiapas: la razón ardiente. Ensayo sobre la rebelión del mundo encantado*, p. 67.

²⁰⁴ LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 81.

²⁰⁵ LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 81.

e votação foi o princípio de uma forma de tomada de decisões que, posteriormente, seria aplicada na maior parte das atividades zapatistas. Historicamente e comumente utilizadas no interior das comunidades indígenas, as assembleias, a prática democrática e a busca pelo consenso passaram a ser os principais guias da atuação do EZLN.

Como a imensa maioria se mostrou a favor do início da luta armada, o comando do EZLN, formado pelo grupo político-militar e orientado pelos dirigentes indígenas – referentes a cada região e a cada uma das quatro etnias – decidiu de fato pela guerra, e assim começou a estabelecer as estratégias e tudo o que dizia respeito à sua organização. Sua primeira decisão foi modificar a própria estrutura do comando, que, embora contasse na prática com a participação dos dirigentes indígenas, pertencia formalmente ao grupo político-militar do EZLN. Em janeiro de 1993, foi criado então um comitê de autoridade máxima cujos membros eram indígenas em sua totalidade, para decidir questões políticas e organizacionais dentro do movimento zapatista. Esse comitê passou a operar em uma lógica distinta daquela organização político-militar hierárquica: “después de una larga discusión que duro varios días, se acuerda que la organización político-militar tiene que ceder, tiene que optar por un mecanismo de toma de decisión democrática en el que la mayor parte de la organización eran las comunidades.”²⁰⁶ Seus membros, chamados de delegados, foram escolhidos democraticamente: cada *pueblo* elegeu seu representante e, posteriormente, cada região, que agrupava vários *pueblos*, elegeu seu delegado, que compunha o comitê. Ele foi chamado de Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI). Na primeira entrevista concedida pelo comitê em fevereiro de 1994, alguns de seus integrantes esclareceram:

¿Por qué son Comité Clandestino Revolucionario Indígena? Pues Comité porque estamos en colectivos, así, colectivamente. Clandestinos porque sabemos que no nos conviene en el gobierno, si se levanta así en luchas armadas sabes que no se conviene. Por eso venimos organizando así clandestinamente. Revolucionarios, porque estamos consciente y ya no nos deja otro camino más que así alzar con las armas, para luchar, para ver si así

²⁰⁶ Subcomandante Marcos *apud* LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 83.

nos conviene y dan una respuesta a nuestras necesidades. Revolucionario porque queremos un cambio, ya no nos queremos seguir así en misma situación de tantos clase de injusticias, por eso ya queremos que haya una sociedad con otra vida nueva, por eso queremos luchar que haya una revolución.²⁰⁷

Nessa entrevista, os delegados ainda enfatizaram que muitos já haviam participado de organizações camponesas e indígenas independentes, lutando pacificamente em busca de terra e melhores condições de vida. Entretanto, “lo que hemos logrado: encarcelamientos, asesinatos, represiones. Es las razones por las que estamos participando en una lucha armada.”²⁰⁸

2.3 – A preparação do Exército Zapatista para o confronto

Com a grande expansão dos zapatistas no início dos anos 1990, o treinamento militar esparso de combatentes, que se desenvolveu ao longo da década anterior, passou à construção de um exército regular: “compañías, batallones y divisiones: de pronto ese ejército era posible.”²⁰⁹ Após a consulta de 1992, esse exército passou a estruturar-se em termos ofensivos, uma vez que ficara decidido que seriam os zapatistas a dar início à guerra. Planejaram, portanto, tomar simultaneamente algumas cabeceiras municipais de Chiapas e dedicaram-se à acumulação de armamentos. Segundo Marcos, as armas aprovionadas vinham de diversas fontes: os zapatistas compravam dos narcotraficantes, que vendiam AK-47, M-16, entre outras; desarmavam os *guardias blancas* que, treinados pelo exército, possuíam boas armas, como metralhadoras; acumulavam armamentos que pertenciam aos próprios indígenas e camponeses, como escopetas de caça e outras armas mais rudimentares.²¹⁰

²⁰⁷ EZLN. Entrevista com *La Jornada*. CCRI-CG: Hay en nosotros un solo rostro y un solo pensamiento. Nuestra palabra camina con verdad. 3 de fevereiro de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/03/entrevista-con-la-jornada-ccri-cg-hay-en-nosotros-un-solo-rostro-y-un-solo-pensamiento-nuestra-palabra-camina-con-verdad/>> Acesso em: 11 abr. 2017.

²⁰⁸ EZLN. Entrevista com *La Jornada*. CCRI-CG: Hay en nosotros un solo rostro y un solo pensamiento. Nuestra palabra camina con verdad.

²⁰⁹ LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 76.

²¹⁰ GENNARI. *Chiapas: as comunidades Zapatistas reescrevem a história*, p. 25.

Além do combate e da estruturação do exército, uma luta armada de tal dimensão envolvia outros preparos, como a elaboração de uniformes, trabalho de conscientização política, treinamento para atender aos feridos da guerra, entre outros. Somada a isso, a ideologia militar zapatista tratava da construção de um exército popular, que trabalhasse e produzisse para e junto às comunidades, melhorando a saúde, construindo centros de lazer, trabalhando coletivamente na produção agrícola. Assim, o EZLN desenvolveu uma “economia de guerra”, na qual todo o trabalho e produção tinham o objetivo de preparo para a luta armada:

Lo que hicimos fue promover talleres productivos de costura, de sanidad, de capacitación, de educación, pero siempre con una perspectiva de economía de guerra. El taller de costura era para hacer uniformes, el de carpintería era para hacer cajas para las armas, culatas, lanzas, arcos, flechas, todo lo que iba a servir para la guerra. Las escuelas de enfermeros era para el servicio sanitario; las de maestros, para enseñar a ler, para que leyeran la historia de México, planteamientos políticos, los manifiestos que hacíamos, las explicaciones que dábamos. Todo tenía una perspectiva de economía de guerra.²¹¹

Em janeiro de 1993, as lideranças indígenas do CCRI reuniram-se para estabelecer de maneira conjunta o caráter do confronto armado, as principais demandas, os objetivos, as palavras de ordem que seriam utilizadas. Ficou decidido que as reivindicações teriam cunho nacional e não somente indígena. Isso não significava, entretanto, a intenção de tomar o poder do país, mas de transformar seu sistema político, caracterizado por um sistema de partido de Estado, em direção à democracia e à igualdade da luta política. As principais bandeiras de luta foram traçadas: “democracia, liberdade e justiça”.²¹² Além de estabelecer os ideais pelos quais lutariam no âmbito externo às comunidades, os zapatistas votaram nas comunidades os princípios que iriam reger seu funcionamento interno, criando as chamadas Leis Revolucionárias, que serão analisadas mais adiante.

No processo de preparação da guerra, um elemento merece atenção especial: a escolha do dia em que a luta armada iria se iniciar. Os zapatistas decidiram optar por uma data

²¹¹ Subcomandante Marcos *apud* LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 80.

²¹² LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 83.

simbólica, 1º de janeiro de 1994, dia em que entraria em vigor o Tratado de Livre Comércio (TLC) assinado entre o México, os Estados Unidos e o Canadá, também conhecido como *North American Free Trade Agreement* (NAFTA). A assinatura do TLC firmava o compromisso do governo mexicano com o neoliberalismo, em um processo de desregulação da economia e abertura comercial que vinha ocorrendo no país desde o início dos anos 1980, com a presidência de Miguel de la Madrid (1982-1988), em resposta às crises econômicas do período.

O TLC tinha como objetivo central liberalizar o comércio na região, eliminando barreiras alfandegárias e acabando com restrições para investimentos estrangeiros dos países participantes. O acordo era apresentado como um plano de recuperação da economia mexicana, que proporcionaria aumento na geração de empregos e estabilidade monetária. Entretanto, para diversas parcelas da população mexicana, sobretudo para trabalhadores de pequenas e médias empresas, camponeses e indígenas, o TLC significava competição econômica desleal, desemprego, diminuição dos salários, fechamento das pequenas e médias empresas, aumento da migração em busca de melhores oportunidades e perda de terras.²¹³

A perda de terras era o ponto mais prejudicial das reformas neoliberais para os indígenas e tornou-se um dos focos da luta zapatista. Muitos investimentos estrangeiros voltados à agricultura e grandes empresas capitalistas avançaram sobre seus territórios, aumentando o

²¹³ O desemprego era causado por um “racionamento” estabelecido pelas empresas, que realizavam recorrentes cortes de funcionários e abaixavam salários a níveis tais que muitos preferiam deixar o trabalho. Além disso, pequenas e médias empresas fechavam frequentemente, sucumbindo na competição com as grandes empresas e multinacionais que tomavam conta do mercado. O aumento expressivo das importações, decorrência natural da abertura comercial, fez com que o preço do milho (cultivado por cerca de quinze milhões de camponeses mexicanos) caísse cerca de 70 por cento em dez anos e levasse ao abandono das terras por parte de cerca de 1.3 milhão de produtores. Com esses fatores, houve um aumento significativo da economia informal, do narcotráfico e da imigração. O histórico problema da imigração ilegal para os Estados Unidos se tornaria ainda mais grave: estudos demonstram que até 650 mil mexicanos teriam migrado por ano para os Estados Unidos entre 1994 e 2004³⁶. As “maquiladoras” – empresas norte-americanas que se estabeleceram originalmente no México ainda em meados da década de 80, graças a isenções fiscais e à possibilidade de contratação de trabalhadores sem quaisquer direitos e com preço de mão-de-obra ainda mais barato do que a média do país – multiplicaram-se no norte do México. Essas empresas continuaram a criar sindicatos conduzidos pelas próprias empresas para controlar os trabalhadores (que são vinculados às mesmas ainda antes de assinarem contratos com as multinacionais), que sofrem contínuos abusos de direitos humanos. Para mais, ver: WADGYMAR, Arturo O. *Política económica de México (1982–2000): el fracaso neoliberal*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001.

número de latifúndios e expulsando índios e camponeses de suas terras. Isso se deu em razão de que o Tratado de Livre Comércio, que estava em discussão desde o início dos anos 1990, pressionou a mudança na regulamentação mexicana de terras, provocando, como já apontamos, a reforma do artigo 27 da Constituição, que tirava a proteção legal dos *ejidos* e os colocava à mercê da iniciativa privada e dos grandes latifundiários.

Por isso, o neoliberalismo colocado em prática pelo PRI foi um dos principais motivos da insatisfação zapatista com o governo de Salinas, principal expoente dessa política econômica no México até então. Logo, os zapatistas lançaram-se à guerra, no dia em que o TLC entrava em vigor, buscando chamar a atenção da sociedade para o caráter extremamente prejudicial das reformas neoliberais para os povos indígenas e para suas formas de vida, frequentemente esquecidos por grande parte da população mexicana:

Según nosotros, la estrategia de Salinas de Gortari dentro del neoliberalismo era construir una campaña de publicidad, presentando en el extranjero un país estable, un buen producto que estaba vendiendo. Si nosotros lográbamos afectar esa campaña publicitaria, íbamos a conseguir dos cosas: demostrar lo que realmente estaba pasando, lo que este proyecto político, económico, significaba para este país, para una parte del país, para los indígenas; pero, además, íbamos a lograr que México mirara hacia su parte indígena y se diera cuenta de que estaba olvidando a una parte de él. Era una guerra contra el olvido.²¹⁴

2.4 – Os primeiros comunicados rebeldes

As Leis Revolucionárias, aprovadas em 1993, foram os primeiros comunicados zapatistas divulgados na imprensa, juntamente com a Primeira Declaração da Selva Lacandona. Estas leis funcionaram como um programa: tinham a intenção de ser aplicadas em todos os territórios que viessem a estar sob o comando zapatista, sem deixar completamente de lado, entretanto, as tradições, usos e costumes das comunidades indígenas, que deveriam ser

²¹⁴ LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 90.

respeitados.²¹⁵ Como veremos adiante, elas foram sendo cumpridas aos poucos, em partes, num longo processo de transformação que ainda perdura. A Declaração da Selva Lacandona, por sua vez, tinha outra função: declarava guerra ao governo federal e chamava o povo mexicano para a resistência. Ambos os documentos fornecem numerosos elementos que nos auxiliam a compreender o movimento zapatista, suas reivindicações, estratégias, inspirações e organização.

As Leis Revolucionárias eram divididas pelas seguintes temáticas: justiça, seguridade social, indústria e comércio, trabalho, reforma urbana, mulheres, terras, direitos e obrigações das forças armadas, direitos e obrigações dos povos em luta, impostos de guerra e instruções para os chefes e oficiais do EZLN.²¹⁶ Optamos por analisar três temáticas centrais: as leis referentes à luta armada, predominantes em número e essenciais para compreensão da estratégia de ação zapatista; a lei sobre a questão agrária, que aborda uma das demandas cruciais do movimento; e a lei referente às mulheres, uma das que contou com maior repercussão nacional e internacional e que sugere a constante transformação das culturas indígenas.

As leis referentes à luta armada dividiam-se em quatro: *Ley de Derechos y Obligaciones de las Fuerzas Armadas Revolucionarias*, *Ley de Derechos y Obligaciones de los Pueblos en Lucha*, *Ley de Impuestos de Guerra* e *Instrucciones para Jefes y Oficiales del EZLN*. Elas defendiam o direito de posse e uso de armas, “para defender sus personas, familias y propiedades” e “contra los ataques o atentados que cometan o pretendan cometer las fuerzas armadas revolucionarias o las del gobierno opresor”. Estas leis reforçavam também as obrigações dos povos em luta: prestar serviços de vigilância, prover auxílio relacionado à saúde, alimentação e alojamento para as tropas zapatistas quando necessário, e pagar impostos de

²¹⁵ EZLN. Entrevista subcomandante Marcos: Tenemos un territorio controlado con nuestras unidades distribuidas y ejercemos el gobierno en éste a través del CCRI. 15 de março de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/03/15/subcomandante-marcos-tenemos-un-territorio-controlado-con-nuestras-unidades-distribuidas-y-ejercemos-el-gobierno-en-este-a-traves-del-ccri/>> Acesso em: 30 nov. 2016.

²¹⁶ Para o texto completo das leis, ver anexo 1. Todas as citações seguintes, sem a devida especificação, pertencem a tal documento.

guerra, que só eram cobrados dos “pobladores civiles que vivan de la explotación de fuerza de trabajo o que obtienen algún provecho del pueblo en sus actividades.” Além disso, declaravam que as forças armadas revolucionárias não deveriam intervir em assuntos civis, que ficavam a cargo de autoridades eleitas livre e democraticamente.

Entretanto, sabemos que a implementação desse último ponto em territórios zapatistas seguiu um longo curso, que só veio a se consolidar a partir de 2003, quando da criação dos caracóis e das Juntas de Bom Governo (JBG).²¹⁷ Nos comunicados escritos neste período, o subcomandante Marcos relatou que, até então, o núcleo militar do EZLN intervinha em decisões relativas às comunidades, sobretudo na designação ou destituição de autoridades autônomas. Assim, “la estructura militar del EZLN “contaminaba” de alguna forma una tradición de democracia y autogobierno. El EZLN era, por así decirlo, uno de los elementos “antidemocráticos” en una relación de democracia directa comunitaria [...]”²¹⁸ Com a criação das JBG como uma nova forma de governo regional, esse quadro transformou-se, contando com separação mais clara entre a organização armada e a vida cotidiana das comunidades zapatistas:

ninguno de los mandos militares o miembros del Comité Clandestino Revolucionario Indígena puede ocupar cargo de autoridad en la comunidad o en los municipios autónomos. Quienes deciden participar en los gobiernos autónomos deben renunciar definitivamente a su cargo organizativo dentro del EZLN.²¹⁹

As diversas leis citadas anteriormente demonstram a preocupação e importância que o EZLN dava, naquele momento, em 1993, à luta armada. No período prévio à guerra, toda a

²¹⁷ Em resumo, os caracóis ou *caracoles* são centros organizativos criados em 2003 que abrigam as casas das Juntas de Bom Governo (JBG), instituições de governo zapatistas que representam os diversos municípios autônomos rebeldes. Seus objetivos centrais são vigiar o cumprimento das leis zapatistas, mediar os conflitos entre as comunidades, cuidar dos projetos e visitas dedicados a elas, e funcionar como uma ponte entre o EZLN e a sociedade civil. Os caracóis serão abordados no quarto capítulo, quando analisaremos a experiência autônoma zapatista.

²¹⁸ EZLN. Chiapas: la treceava estela. Quinta parte: una historia. 21 de julho de 2003. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/07/21/chiapas-la-treceava-estela-quinta-parte-una-historia/>> Acesso em: 05 abr. 2017.

²¹⁹ EZLN. Chiapas: la treceava estela. Quinta parte: una historia. 21 de julho de 2003.

preparação e estruturação dos zapatistas eram voltadas a isso. Em outro sentido, a *Ley Agraria Revolucionaria* também ocupava lugar central, sendo a mais extensa e detalhada do conjunto: a questão da redistribuição de terras era a reivindicação central do movimento. Seu texto tem início com um resgate da luta pela terra protagonizada por Emiliano Zapata, uma declaração de descontentamento com as então recentes reformas ao Artigo 27 da Constituição e uma proclamação de validade para toda a extensão do território mexicano – quando triunfasse a rebelião zapatista. Com tal lei, os insurgentes buscavam beneficiar todos os camponeses pobres e trabalhadores agrícolas do país, e ao mesmo tempo afetar as grandes propriedades e empresas agropecuárias nacionais ou estrangeiras. Entre os seus artigos, os zapatistas limitavam o tamanho da propriedade privada, sendo 100 hectares para terras de má qualidade cultivável e 50 para terras de boa qualidade, excluindo “las tierras comunales, ejidales o en tenencia de cooperativas populares aunque excedan los límites mencionados en el artículo tercero de esta ley”.²²⁰ O excedente das terras além desse limite seria expropriado e redistribuído para camponeses pobres e trabalhadores agrícolas, com condição de uso coletivo e dedicado especialmente à produção de alimentos básicos para o povo mexicano, como milho, feijão, hortaliças, frutas, gado e produtos derivados. As terras de grandes empresas agropecuárias também seriam expropriadas e passariam às mãos coletivas dos trabalhadores. Segundo a *Ley Revolucionaria Agraria*, os objetivos centrais da produção em coletivo eram:

satisfacer primeramente las necesidades del pueblo, formar en los beneficiados la conciencia colectiva de trabajo y beneficio y crear unidades de producción, defensa y ayuda mutua en el campo mexicano. Cuando en una región no se produzca algún bien se intercambiará con otra región donde sí se produzca en condiciones de justicia e igualdad. Los excedentes de producción podrán ser exportados a otros países si es que no hay demanda nacional para el producto.

²²⁰ Para fins de comparação, durante o governo de Lázaro Cárdenas, em que se deu a mais ampla reforma agrária no México, estabeleceram-se novos limites de extensão máxima de terra possuída por um indivíduo ou corporação no estado de Chiapas: 150 hectares com irrigação natural, 300 hectares de primeiro uso temporário, 600 hectares de segundo uso temporário, 1000 hectares com irrigação mecânica ou artificial, 3000 hectares de terrenos de *agostadero* (terrenos onde o gado era levado para pastar em temporadas secas) e 5000 hectares de terrenos selvagens. RAMOS, María Eugenia Reyes. *El reparto de tierras y la política agraria en Chiapas: 1914-1988*. México: Universidade Nacional Autónoma do México, 1992, p. 54.

É interessante observar o destaque para a forma exclusiva de propriedade *comunal* defendida pelo EZLN, ponto que não se observa nos programas revolucionários de Zapata no início do século XX que tratavam da questão agrária – seja no Plano de Ayala, de 1911, ou no Programa de Reformas Político-Sociais da Revolução, de 1916. Apesar de concordarem em diversos pontos, sobretudo no que diz respeito à expropriação de latifúndios e de terras pertencentes a empresas capitalistas nacionais ou estrangeiras, os zapatistas de Chiapas sustentaram uma utilização específica da terra, diferente daquela defendida por Zapata. Em entrevista, membros do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena reforçaram este ponto:

-¿Qué creen ustedes que se necesita para que el campesino tenga su tierra? ¿volver al artículo 27 como estaba antes? ¿otra reforma agraria? ¿otra revolución? ¿una revolución como la de Emiliano Zapata?

-Tendríamos que valernos en nuevas leyes hechas por el mismo pueblo y se tiene que hacer leyes nuevas para repartir la tierra, tal vez diferente de como Zapata decía, de que a cada campesino se le dé un pedazo de tierra. Ahora entendemos de otra manera. Vemos que repartiendo un pedazo de tierra tal vez se va a acabar. Se necesita otra forma de trabajar, de organizarse. Pero que las tierras que pasen en manos del pueblo, pues. Para eso tenemos que valernos de algunas leyes revolucionarias que el mismo pueblo haya hecho.²²¹

Finalmente, outros pontos da lei agrária se referiam a buscar a preservação de zonas selváticas, bosques e áreas florestais em geral; declarar os mananciais, rios, lagoas e mares como propriedade coletiva do povo mexicano; sustentar a necessidade de construção de centros comunitários de saúde, educação, comércio, diversão, moradia e serviços para os camponeses pobres, sem terra e trabalhadores agrícolas; não reconhecer as dívidas por crédito, impostos ou empréstimos dos camponeses pobres para com os capitalistas ou o governo. Todos eles faziam parte de um programa aspirado pelo EZLN.

Por sua vez, a *Ley Revolucionaria de Mujeres*, apesar de curta, foi uma das mais significativas e comentadas por aqueles que se interessaram pelo levante zapatista. Ela postulava uma série de direitos das mulheres indígenas frente ao Estado nacional, à organização

²²¹ EZLN. Entrevista com *La Jornada*. CCRI-CG: Hay en nosotros un solo rostro y un solo pensamiento. Nuestra palabra camina con verdad.

político-militar do EZLN e às comunidades chiapanecas. Foi fruto de um amplo processo de debates que durou cerca de um ano, realizado junto às indígenas de diversos povoados do estado. O documento foi votado e aprovado em assembleia zapatista realizada no dia 8 de março de 1993, dia mundialmente reconhecido pela valorização das mulheres e questionamento de sua condição. Ele continha dez pontos centrais:

Primero.- Las mujeres, sin importar su raza, credo, color o filiación política, tienen derecho a participar en la lucha revolucionaria en el lugar y grado que su voluntad y capacidad determinen.

Segundo.- Las mujeres tienen derecho a trabajar y recibir un salario justo.

Tercero.- Las mujeres tienen derecho a decidir el número de hijos que pueden tener y cuidar.

Cuarto.- Las mujeres tienen derecho a participar en los asuntos de la comunidad y tener cargo si son elegidas libre y democráticamente.

Quinto.- Las mujeres y sus hijos tienen derecho a ATENCION PRIMARIA en su salud y alimentación.

Sexto.- Las mujeres tienen derecho a la educación.

Séptimo.- Las mujeres tienen derecho a elegir su pareja y a no ser obligadas por la fuerza a contraer matrimonio.

Octavo.- Ninguna mujer podrá ser golpeada o maltratada físicamente ni por familiares ni por extraños. Los delitos de intento de violación o violación serán castigados severamente.

Noveno.- Las mujeres podrán ocupar cargos de dirección en la organización y tener grados militares en las fuerzas armadas revolucionarias.

Décimo.- Las mujeres tendrán todos los derechos y obligaciones que señala las leyes y reglamentos revolucionarios.

A Ley Revolucionaria de Mujeres representava demandas de uma parcela da população que sofria opressão em diversos níveis e que se encontrava discriminada tanto fora como dentro das comunidades indígenas. Fora das comunidades, as mulheres indígenas eram vistas, no senso comum da sociedade e nos discursos dominantes, como vítimas, submissas, passivas, inativas e ignorantes.²²² No âmbito interno, tradicionalmente, a mulher estava sujeita ao espaço privado, aos interesses do homem e da família.²²³ Fundamentalmente, as indígenas aprendiam, desde crianças, tarefas domésticas como cozinhar, limpar a casa, buscar água e lenha, lavar roupas,

²²² VRIJEA, María Jaidopulu. Las mujeres indígenas como sujetos políticos. *Revista Chiapas*, México, n.9, 2000, p. 1. Disponível em: <<http://revistachiapas.org/No9/ch9jaidopulu.html>> Acesso em: 20 dez. 2016.

²²³ NASCIMENTO, Priscila da Silva. *Mulheres zapatistas: poderes e saberes – uma análise das reivindicações das mulheres indígenas mexicanas na luta por seus direitos*. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Marília, 2012, p. 84.

entre outras. Por isso, muitas não iam à escola, não aprendiam espanhol nem outros tipos de atividades e de trabalho. Ademais, casavam-se e tinham filhos quando muito jovens, sem poder de escolha, como nos conta o relato da zapatista Guadalupe, promotora de educação do caracol Oventik:

Se sabe que antes a las mujeres no se les tomaba la decisión si se querían casar o con quién se querían casar, ellas no tenían voz, no era tomada en cuenta su palabra, era una mala costumbre. Las compañeras eran cambiadas por trago, por animales, por dinero y aunque eran niñas, tal vez hasta de 10 años, obligadamente las casaban con quien los padres decidían.²²⁴

Após um longo processo de mobilização em Chiapas que não havia se iniciado com o EZLN²²⁵, as mulheres indígenas passaram a questionar sua situação de subjugação e opressão, colocando-se como sujeitos políticos, ativos e críticos, capazes de tomar suas próprias decisões e de atuar muito além do espaço privado. Além de reivindicações frente à sociedade nacional, “estas demandas interpelan a las comunidades indígenas, planteando la necesidad de cambiar el costumbre y modificar la tradición ahí donde tradición y costumbre significan también dominación, segregación, desigualdad y maltrato.²²⁶” Isso não significou, entretanto, um rompimento com a tradição e com as culturas indígenas como um todo, senão com os elementos que as mulheres consideram injustos. Este ponto reforça a ideia de que as culturas indígenas – como quaisquer outras – não são estáticas, mas estão em constante transformação.

²²⁴ EZLN. Participación de las mujeres en el gobierno autónomo, p. 29. Disponível em: <<https://chiapasbg.files.wordpress.com/2013/09/mujeres-es.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2016.

²²⁵ Em Chiapas, desde a década de 1980, na esteira do processo de fortalecimento das identidades étnicas e das mobilizações por reconhecimento e afirmação da cultura indígena, as mulheres indígenas começaram a se organizar e intensificar sua participação política, reivindicando seus direitos. Entraram em contato com discussões sobre gênero e feminismo, provenientes de ONGs feministas, grupos religiosos com perspectiva de gênero, discursos da esquerda mexicana, entre outras. Dessa maneira, passaram a construir suas próprias organizações produtivas, cooperativas artesanais e grupos de discussão, reconhecendo-se cada vez mais como ativas e importantes na construção de suas comunidades. Para mais, ver: MILLÁN, Mária. *Participación política de mujeres indígenas en América Latina: el movimiento Zapatista en México*. República Dominicana: Instituto Internacional de Investigaciones y Capacitación de las Naciones Unidas para la Promoción de la Mujer (INSTRAW), 2006. Disponível em: <http://genero.ife.org.mx/docs_marco/19_ParticipacionPoliticaALMujeresZapatistas.pdf> Acesso em: 20 dez. 2016.

²²⁶ MILLÁN, Mária. Las zapatistas de fin del milenio. Hacia políticas de autorepresentación de las mujeres indígenas. *Revista Chiapas*, México, n. 3, 1996, p. 5. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No3/ch3millan.html>> Acesso em: 20 dez. 2016.

É importante sublinhar que a aplicação da Lei, assim como a de outras leis revolucionárias zapatistas, não se deu de maneira instantânea e não significou plena equidade de gênero nas comunidades, tendo em vista que o rompimento com as antigas tradições machistas e patriarcais indígenas não é tarefa simples. Até meados dos anos 2000, por exemplo, as próprias zapatistas relataram que ainda existiam poucas mulheres em cargos políticos de direção, o que começou a se intensificar posteriormente, com o desenvolvimento dos caracóis. Os direitos das mulheres vêm sendo incorporados aos poucos no cotidiano e nos valores dos indígenas zapatistas. A luta das mulheres chiapanecas – assim como a luta mundial do feminismo – é uma luta diária, um longo e duro caminho a ser percorrido.

A Primeira Declaração da Selva Lacandona²²⁷ foi um dos documentos mais analisados do EZLN, tendo sido amplamente divulgada no México e no mundo logo após sua divulgação. Ela foi lida pelos insurgentes durante a ocupação da cabeceira municipal de San Cristóbal de Las Casas, no dia 1º de janeiro de 1994; transmitida pela rádio, em Ocosingo, quando os zapatistas ocuparam a emissora local; divulgada na íntegra pelo jornal mexicano *La Jornada*, imprensa alternativa que viria a publicar a maior parte dos comunicados zapatistas posteriormente; e, logo, tomou diversos veículos de comunicação do país e se espalhou mundialmente através da *Internet*. Foi um comunicado que, em suma, declarava guerra ao Exército federal, convidava o povo mexicano a somar-se à luta zapatista e apontava as principais demandas dos insurgentes. Suas reivindicações, bastante amplas, eram resumidas em: “trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz”. Para alcançá-las, propunham a saída do Partido Revolucionário Institucional (PRI) do poder, encabeçado pelo presidente Carlos Salinas de Gortari, e a realização de novas eleições livres, justas e democráticas. A estratégia apresentada era a luta armada, defendida

²²⁷ Ver texto completo em anexo 2. As citações a seguir que não contam com referência pertencem a esse documento.

como “medida última pero justa”, visto que, frente à “guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años”, era considerada ação legítima.

Analisada com mais afinco, essa declaração apresentava uma série de elementos que, como sugeriu Marcos, representava a síntese de tudo aquilo que conformava o EZLN desde seu surgimento:

El zapatismo no era el marxismo-leninismo, pero también era el marxismo-leninismo, no era el marxismo universitario, no era el marxismo de análisis concreto, no era la historia de México, no era el pensamiento indígena fundamentalista y milenarista, y no era la resistencia indígena: era una mezcla de todo esto, un cóctel que se mezcla en la montaña y se cristaliza en la fuerza combatente del EZLN, es decir, em la tropa regular.²²⁸

De maneira mais enfática, estavam presentes, na declaração, acontecimentos e figuras importantes da história do México, num apelo à sociedade nacional como um todo e a valores patrióticos. Os zapatistas chamavam todos para se somarem à luta numa tentativa de retirar os governantes priístas de então, afirmando que esses:

son los mismos que se opusieron a Hidalgo y a Morelos, los que traicionaron a Vicente Guerrero, son los mismos que vendieron más de la mitad de nuestro suelo al extranjero invasor, son los mismos que trajeron un príncipe europeo a goberarnos, son los mismos que formaron la dictadura de los científicos porfiristas, son los mismos que se opusieron a la Expropiación Petrolera [...].

Citavam também “Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros” e o Artigo 39 da Constituição: “La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo el poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno.” Todos esses elementos buscavam mobilizar um passado nacional comum e sublinhar a necessidade de atuação coletiva para a transformação da realidade em que se encontrava a sociedade mexicana.

Apesar de aludirem a elementos das culturas indígenas na declaração – ao se referirem a si mesmos como “produto de 500 años de lucha” e “herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad” – a palavra “indígena” e as demandas específicas desses povos não

²²⁸ Subcomandante Marcos apud LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 84.

apareciam de maneira explícita no texto. Isso tinha o intuito, como já assinalamos, de evitar que a sociedade nacional associasse o EZLN a um movimento local, específico de um grupo. Ademais, no momento em que os zapatistas escreveram seu primeiro comunicado público, a grande maioria dos indígenas apenas começava a fazer parte do movimento, a tornar-se o centro dos discursos, dos objetivos e das ações zapatistas. Nas declarações posteriores, é possível observar o enfoque dado ao caráter indígena do movimento.

Vale ainda destacar as menções à herança da esquerda mexicana dos anos sessenta, como quando o texto da Declaração fez menção a “los trabajadores ferrocarrileros en 1958 y a los estudiantes en 1968”²²⁹, e às guerrilhas latino-americanas, quando utilizam os termos de “lucha de liberación nacional” e destacam os “colores rojo y negro en nuestro uniforme”. Tudo isso demonstra a multiplicidade de influências, identidades, inspirações e objetivos que aportavam no EZLN naquele período.

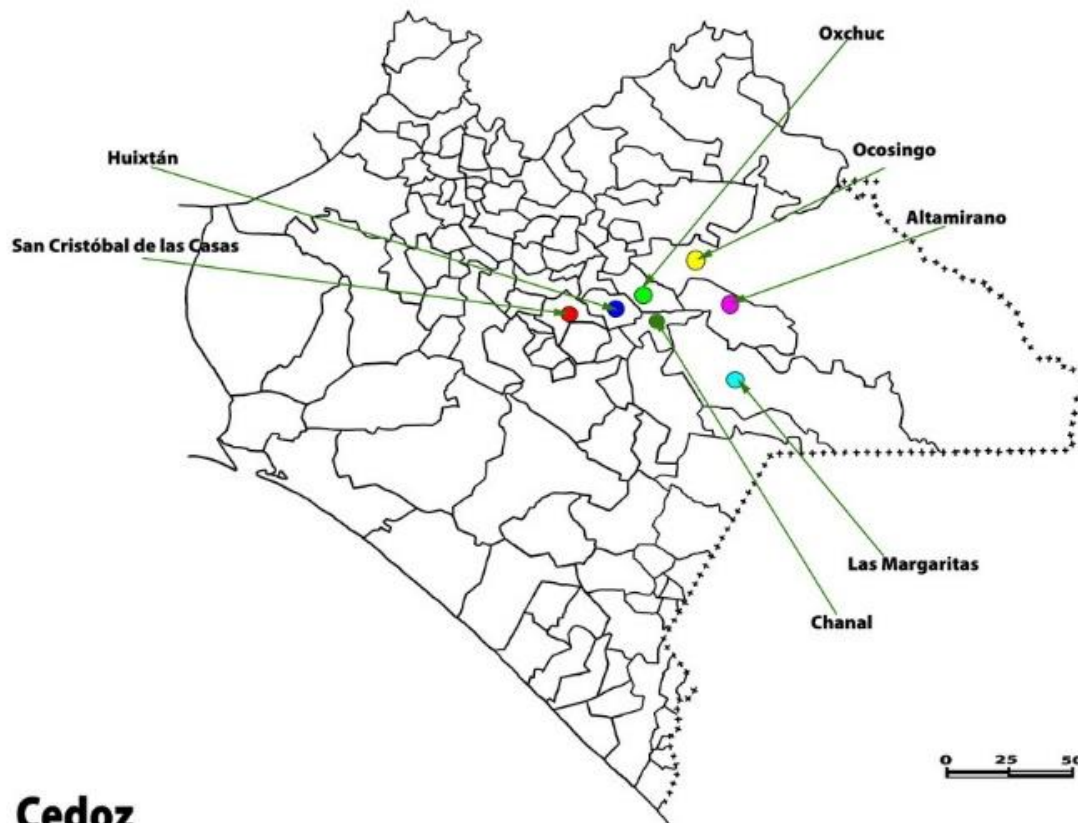
2.5 –Doze dias de guerra

No dia 1º de janeiro, o exército zapatista dividiu-se em grupos e realizou ofensivas em diferentes cidades do estado de Chiapas. Em manobras iniciadas pouco após a meia-noite e que duraram até à tarde do mesmo dia, os combatentes tomaram sete cabeceiras municipais nas cidades San Cristóbal de Las Casas, Las Margaritas, Ocosingo, Altamirano, Chanal, Oxchuc e Huixtán, como mostra o mapa a seguir:

²²⁹ Em 1958, trabalhadores mexicanos das linhas férreas, conhecidos como *ferrocarrileros*, entraram em greve reivindicando aumentos salariais e independência sindical junto ao governo. As manifestações grevistas foram reprimidas com cassetetes e bombas de gás. Segundo Fábio Baião, “sem dúvida, as mobilizações sociais daquele período foram o mais duro golpe sofrido até então pelos presidentes do ‘Partido de la Revolución’. Um presságio de que a legitimidade política gradativamente estava sendo substituída pela repressão e força física.” Dez anos mais tarde, isso viria a se intensificar na brutal repressão aos estudantes no Massacre de Tlatelolco. Ambos os episódios são tomados como símbolos da resistência da esquerda mexicana pelos zapatistas, mobilizados na Primeira Declaração da Selva Lacandona. BAIÃO, Fábio. “*Arautos da Revolução*”: os presidentes mexicanos e os usos da história nacional (1940-1994), p. 108.

1 de enero de 1994

Poblaciones tomadas por el EZLN



Cedoz

Cidades cujas cabeceiras municipais foram tomadas pelo EZLN em janeiro de 1994. Mapa: Centro de Documentación sobre Zapatismo (CEDOZ). Disponível em: <http://www.cedoz.org/site/content.php?cat=20>

Os confrontos se deram de maneiras distintas em cada uma delas. Em Chanal, na primeira operação bem sucedida, cerca de cem zapatistas derrotaram agentes da Segurança Pública do estado logo no início da noite, com a morte de um comandante da polícia. Em Altamirano e Las Margaritas, cada operação contou com cerca de 400 combatentes do EZLN e o número de baixas foi maior; entre elas, inclusive, a morte do mestiço subcomandante Pedro, *jefe del Estado Mayor zapatista*, que fizera parte do núcleo inicial do EZLN no princípio da década de 1980, como já apontamos.²³⁰ Em Ocosingo, os relatos das batalhas foram mais

²³⁰ EZLN. Subcomandante Marcos: Según nuestro calendario, la historia del EZLN, previa al inicio de la guerra, tuvo 7 etapas. 10 de noviembre de 2003. Disponível em:

sangrentos, com cifras de mais de 50 zapatistas mortos e dezenas de feridos.²³¹ Isso se deu em função de que os zapatistas utilizaram uma estratégia militar baseada no ataque de Pancho Villa à Cidade Juárez²³², no estado de Chihuahua, ocorrido durante a Revolução, como esclareceu Marcos em entrevista.²³³ Pouco antes da ofensiva, rumores haviam se espalhado sobre uma possível ação armada indígena na região próxima à cidade de Ocosingo, o que desviou toda a atenção dos dispositivos policiais para o local e fez com que os confrontos ali fossem maiores. Entretanto, isso tinha um objetivo: enquanto as tropas inimigas se concentravam no local, outro grupo zapatista que girava em torno de 900 insurgentes surpreendeu a todos ocupando a cidade de San Cristóbal de Las Casas, segunda cidade mais importante de Chiapas após a capital Tuxtla Gutiérrez.²³⁴

Ali, os zapatistas não tiveram grandes confrontos e suas operações tiveram maior tom de divulgação: após tomar a prefeitura, leram publicamente a Primeira Declaração da Selva Lacandona, anunciaram suas reivindicações, concederam entrevistas e deram esclarecimentos à multidão de curiosos, jornalistas, fotógrafos e turistas que se aglomeravam na praça em frente ao edifício.²³⁵ Como bem observou Guilherme Figueiredo, essa “foi a principal porta de entrada

<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/11/10/subcomandante-marcos-segun-nuestro-calendario-la-historia-del-ezln-previa-al-inicio-de-la-guerra-tuvo-7-etapas/>> Acesso em: 30 mar. 2017.

²³¹ CECENA, Ana Esther; ZARAGOZA, José. Cronología del Conflicto, 1 enero – 1 diciembre de 1994. *Revista Chiapas*, vol. 1, 1995. Disponível em <www.revistachiapas.org/No1/ch1cecena-zaragoza.html> Acesso em: 20 dez. 2016.

²³² Em abril de 1911, o exército comandado por Pancho Villa, que lutava a favor de Francisco Madero, atacou primeiro a região de Agua Prieta, em Chihuahua, para depois surpreender as tropas de Porfírio Díaz, quando, logo em seguida, atacou a Cidade Juárez. A tomada da cidade foi crucial para a Revolução: quando Villa já a controlava, Porfírio Díaz assinou o Tratado de Ciudad Juárez, colocando fim às batalhas e renunciando ao cargo de presidente do México.

²³³ EZLN. Entrevista com *La Jornada*: subcomandante Marcos: lo decisivo en una guerra no es el enfrentamiento militar, sino la política que se pone en juego en ese enfrentamiento. 4 de fevereiro de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/04/entrevista-con-la-jornada-subcomandante-marcos-lo-decisivo-en-una-guerra-no-es-el-enfrentamiento-militar-sino-la-politica-que-se-pone-en-juego-en-ese-enfrentamiento/>> Acesso em: 10 dez. 2016.

²³⁴ San Cristóbal de Las Casas possui cerca de 70 mil habitantes, é a antiga capital do estado de Chiapas, atual sede da Diocese de Chiapas e principal centro turístico da região.

²³⁵ FIGUEIREDO. *A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*, p. 177-178.

para a imprensa e ONG's que se envolveram com o conflito, e o primeiro palco para as declarações e *performances* do EZLN diante da opinião pública no país e no exterior.”²³⁶

Ao longo das operações nas sete cidades, os insurgentes atuaram em diversos locais ligados ao governo e à administração pública: atearam fogo e destruíram edifícios e escritórios da prefeitura, bancos, comando da polícia, ministério público, entre outros. Além disso, invadiram prisões e libertaram os presos; derrubaram seis aeronaves das tropas federais; sequestraram o ex-governador e general de Chiapas, Absalón Castellanos, e tomaram a rádio XEOCH em Ocosingo, onde passaram a ler nas línguas indígenas as declarações e comunicados do EZLN. Foi uma campanha militar de grande envergadura, que atuou simultaneamente em diversas regiões do estado, com a participação de milhares de combatentes.²³⁷

Nos primeiros dias de janeiro, grandes contingentes do Exército mexicano cercaram as tropas zapatistas e retomaram os centros urbanos que haviam sido ocupados. Em Ocosingo e Altamirano, os insurgentes se retiraram no dia 4, enquanto que em Chanal os zapatistas resistiram até o sexto dia do mês. Próximo dali, por mais cinco dias o EZLN continuou realizando ataques ao 31º quartel militar conhecido como *Rancho Nuevo*, mas a maior parte de suas tropas já regressava às montanhas, por ordens do comando militar zapatista. Em diversas entrevistas, Marcos deixa claro que o objetivo da luta armada era especialmente chamar a atenção da população mexicana e do governo para que as vozes indígenas fossem escutadas. Tendo isto em vista, fica claro que os zapatistas não pretendiam ir muito adiante com a guerra:

No salimos a la guerra el primero de enero para matar o para que nos maten, nosotros salimos a la guerra para hacernos escuchar, en ese sentido es claro el pensamiento de los compañeros del Comité cuando dicen en su declaración el «ya basta». No fue suicida ni aventurero porque tuvimos pocas bajas y nuestra capacidad militar está intacta, y creció. Nosotros salimos de la montaña con

²³⁶ _____, *A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*, p. 177.

²³⁷ JIMÉNEZ RICARDEZ, Rubén. La guerra de enero. *Revista Chiapas*, México, n. 2, 1996, p. 7. Disponível em: <<http://revistachiapas.org/No2/ch2jimenez.html>> Acesso em: 20 dez. 2016.

varios miles de hombres y cuando nos replegamos lo hicimos con más hombres.²³⁸

Vale destacar que, embora as tropas federais tenham cercado os insurgentes, a resposta do governo foi consideravelmente lenta. Sabe-se que o governo já havia suspeitado de atividades zapatistas na selva em maio de 1993, que havia se inteirado também dos ataques planejados para 1º de janeiro com dois dias de antecedência, e nada fez.²³⁹ Como sugere Rubén Jiménez Ricárdez, é possível inferir dois motivos principais para a lentidão da ação governamental: a subestimação do problema, devido ao fato de que eram indígenas e em pouco número, por isso, segundo o senso comum, não havia muito o que temer; e a capacidade do EZLN e das comunidades chiapanecas que o apoiaram de manter certo sigilo. Como já apontamos anteriormente, durante os anos em que os zapatistas estavam em preparação nas montanhas, os indígenas realizavam suas ações com cuidado e lograram manter-se na clandestinidade, sem que muitos soubessem que um movimento de luta armada ali se formava. Sobre isso, o autor explicita:

No se puede dudar de la extensa capacidad de sigilo del EZLN, cubierto por un impresionante secreto de masas; tampoco, del irrecusable apoyo que le prestaron numerosas comunidades indígenas, sin el cual por supuesto no habría sido posible esa clandestinidad masiva. Esos factores fueron determinantes para permitirle surgir, desarrollarse, entrenarse y fortalecerse como un ejército popular de las propias comunidades; seguramente, también, le permitieron despistar a los aparatos de información del gobierno acerca de su verdadera dimensión.²⁴⁰

Esse sigilo foi crucial para o êxito inicial do EZLN, possibilitando a tomada de sete cabeceiras municipais e, num movimento contrário ao silêncio, a ampla divulgação do movimento insurgente. É possível dizer que o objetivo da luta armada foi atingido e as palavras dos indígenas chiapanecos alcançaram distâncias antes inimagináveis. Ao final de doze dias de confrontos diretos, o governo decretou cessar-fogo unilateral, seguido pelo EZLN. Tal decisão

²³⁸ EZLN. Entrevista com *La Jornada*: subcomandante Marcos: lo decisivo en una guerra no es el enfrentamiento militar, sino la política que se pone en juego en ese enfrentamiento.

²³⁹ JIMÉNEZ RICÁRDEZ. La guerra de enero, p. 5.

²⁴⁰ JIMÉNEZ RICÁRDEZ. La guerra de enero, p. 4.

foi tomada tendo em vista duas preocupações centrais por parte do governo: passar uma imagem de controle da situação aos investidores estrangeiros, que já demonstravam receio pelo conflito e provocavam queda na bolsa de valores mexicana²⁴¹; buscar apoio popular, impulsionado pela opinião pública devido a inúmeras manifestações no México e no mundo que clamavam pelo fim do confronto armado, em um contexto de ano de eleições presidenciais, legislativas e para governadores. No caso do EZLN, a opção por concordar com o cessar-fogo pode ser relacionada à dificuldade de resistir militarmente, devido à desproporcionalidade de forças entre as tropas zapatistas e governamentais; e também às reações da sociedade civil que, em grande medida, apoiava os insurgentes, mas era contrária à luta armada. Essas manifestações e a mudança de estratégia de ação política do movimento serão analisadas no capítulo seguinte, quando abordaremos as relações entre o zapatismo e a sociedade civil. O que nos importa no momento é encontrar o sentido da luta armada, suas motivações, suas características e seu desenrolar.

2.6 – As ofensivas do governo contra as comunidades zapatistas

Após a retirada das tropas zapatistas e seu retorno para as montanhas depois de cerca de dez dias de confrontos, o Exército federal conquistou o território que rodeava o local de base do EZLN, formando um cerco militar. Este cerco buscava impedir qualquer contato dos indígenas com o mundo externo, numa tentativa de isolar o EZLN e evitar que o movimento se estendesse para além do território em que se encontrava. Policiais e tropas do Exército federal tentavam realizar um controle de entrada e saída de pessoas nas zonas zapatistas e bloquear o acesso de civis à selva. Como os indígenas possuíam vasto conhecimento sobre a região da Selva Lacandona, conseguiam furar o bloqueio e exportar notícias do que ocorria ali, denunciando as ofensivas do governo e buscando auxílio.

²⁴¹ HILSENBECK FILHO, Alexander. *Abaixo e à esquerda: uma análise histórico-social da práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. 2007. 247 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007, p. 119.

Espalhados ao redor das terras zapatistas, tropas do Exército federal tentaram, desde o cessar-fogo, desestabilizar o EZLN. Além das barreiras mencionadas, havia diversos relatos dos integrantes do movimento acerca de voos rasantes de aviões das Forças Armadas sobre os territórios zapatistas, em manobras que visavam intimidar a população local. Outros tantos expõem casos de interrogatórios, prisões arbitrárias, estupros e invasões às comunidades, que, segundo Alexander Hilsenbeck, eram justificadas pela busca de grupos paramilitares e plantações de drogas, entre outros.²⁴² Nessas invasões, Gennari aponta que os soldados dedicavam-se a “abrir estradas na selva, destruir colheitas, derrubar casas, centros comunitários, postos de saúde, escolas, bibliotecas, enfim, a aniquilar todo o trabalho que o EZLN havia implantado em várias regiões do estado.”²⁴³ As estratégias do governo, que não podia aniquilar o EZLN em um confronto direto perante a opinião pública, buscavam enfraquecê-lo e derrotá-lo pouco a pouco.

Em muitos momentos do ano de 1994, assim como nos anos posteriores, a luta armada era iminente. Em comunicados zapatistas, é possível observar que o cessar-fogo era instável; os insurgentes não descartavam a possibilidade de novos confrontos. Em setembro daquele ano, reafirmaram: “hoy venimos a decir que si la guerra se reinicia ya no se detendrá” e “si la patria no nos quiere vivos, en la muerte ganaremos la libertad.”²⁴⁴ No mesmo mês, declararam também alerta vermelho:

El señor Salinas de Gortari engaña a la opinión pública nacional e internacional con su supuesta voluntad de diálogo. El supremo gobierno prepara la solución militar aumentando el número de tropas y técnica militar en el teatro de operaciones, intimidando a la población civil y reprimiendo y asesinando a los luchadores populares por medio de sus escuadrones paramilitares.
[...]

²⁴² HILSENBECK FILHO. *Abaixo e à esquerda: uma análise histórico-social da práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional*, p. 125.

²⁴³ GENNARI. *Chiapas: as comunidades Zapatistas reescrevem a história*, p. 90.

²⁴⁴ EZLN. Hoy venimos a levantar nuestras armas para recordarle a todos que somos el Ejército Zapatista de Liberación Nacional. 15 de setembro de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/09/15/hoy-venimos-a-levantar-nuestras-armas-para-recordarle-a-todos-que-somos-el-ejercito-zapatista-de-liberacion-nacional/>> Acesso em: 24 jan. 2017.

En respuesta a la actitud beligerante del usurpador del poder Ejecutivo Federal, el EZLN ha decretado el estado de “Alerta Roja” para todas sus tropas en el territorio nacional.²⁴⁵

Os alertas vermelhos foram declarados diversas vezes ao longo dos anos de conflito, numa tentativa de denunciar momentos de grande tensão e de ofensivas governamentais. Eles funcionavam na medida em que a sociedade civil nacional e internacional voltava seus olhos para Chiapas, freando a atuação violenta contra os zapatistas.

O cerco militar imposto pelo governo, que durou ao longo de todo o ano de 1994, não freou o ímpeto de luta dos zapatistas, que declararam haver tido inspiração: “siguiendo el ejemplo del ejército insurgente comandado por el general José María Morelos y Pavón, los combatientes zapatistas resisten el sitio que, desde hace 300 días, mantienen las tropas gubernamentales.”²⁴⁶ Em 8 de dezembro, tropas armadas zapatistas lograram romper o cerco e ampliar seu território, criando 32 novos municípios autônomos controlados pelo EZLN, na chamada *Campaña militar Paz con Justicia y Dignidad*. Tal ação, que durou onze dias, realizou-se sem nenhum confronto direto com o Exército federal – numa tentativa de respeitar o cessar-fogo então vigente – e foi possibilitada, segundo afirmaram os próprios zapatistas, pelas condições favoráveis do terreno, clima e apoio da população local.²⁴⁷ Os Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas, denominados MAREZ, serão explorados em capítulo posterior, quando analisaremos a estratégia e reivindicação de autonomia do EZLN. Nesse momento, cabe citar sua criação como ação militar, destacando o papel das armas como parte da estratégia de ação zapatista, ao possibilitarem a proteção das terras tomadas pelos insurgentes.

²⁴⁵ EZLN. Alerta roja. 15 de setembro de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/09/15/alerta-roja/>> Acesso em: 24 jan. 2017.

²⁴⁶ EZLN. XI Aniversario del EZLN: hoy habla nuestro corazón mirando para dentro, para encontrar dentro de nuestro dolor y nuestra sangre el paso que habrá de andar nuestra palabra y nuestro fuego. 17 de novembro de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/11/17/xi-aniversario-del-ezln-hoy-habla-nuestro-corazon-mirando-para-dentro-para-encontrar-dentro-de-nuestro-dolor-y-nuestra-sangre-el-paso-que-habra-de-andar-nuestra-palabra-y-nuestro-fuego/>> Acesso em: 20 jan. 2017.

²⁴⁷ EZLN. Creación de municipios autónomos. 19 de dezembro de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/12/19/creacion-de-municipios-autonomos/>> Acesso em: 20 jan. 2017.

Nesse contexto, o início de 1995 foi marcado por forte clima bélico. Em 15 de janeiro daquele ano, ficou acordado entre o EZLN e o governo federal – então encabeçado por Ernesto Zedillo (1994-2000) – que o diálogo para resolução do conflito seria retomado e que a trégua entre os confrontos seria mantida. Entretanto, no dia 8 de fevereiro, no local e data onde ocorreria o próximo encontro entre as partes, tropas do Exército federal emboscaram os zapatistas com ordens de prender o comando do EZLN.²⁴⁸ Cerca de 20 pessoas foram presas e as Forças Armadas avançaram sobre algumas comunidades indígenas, destruindo-as e forçando milhares de pessoas a se refugiar.²⁴⁹ Ademais, o governo federal colocou um efetivo militar de 60 mil homens na zona de conflito, cerca de um terço do total da força terrestre mexicana, fechando ainda mais o cerco militar, com o objetivo de “diminuir a capacidade operacional do EZLN, fixando-o e imobilizando-o nas montanhas, [...] hostilizar e aumentar a tensão nas bases de apoio zapatistas.”²⁵⁰ Diversas manifestações nacionais e internacionais emergiram em resposta à agressão do governo, forçando-o a retomar o caminho de uma solução política e pacífica para o conflito.

Após o grande desprestígio que tal ofensiva acarretou às forças governamentais, o governo federal alterou sua estratégia para com os zapatistas, dando início ao treinamento e armamento de diversos grupos paramilitares, que persistem até os dias atuais.²⁵¹ Esses grupos são formados por civis que, em troca de pagamento em dinheiro ou favores, realizam ações violentas com impunidade, apoiados por autoridades locais, funcionários dos governos estatal e federal e militares. Suas formas de agir buscam intimidar e aterrorizar a população local,

²⁴⁸ O governo federal havia se comprometido, desde o início das negociações em 1994, a não prender os zapatistas nas ocasiões de diálogo entre as partes.

²⁴⁹ GENNARI, Emilio. *Passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 72-73.

²⁵⁰ SAINT-PIERRE, Héctor Luís. O paramilitarismo comovetor da guerra de contra-insurgência. *Crítica Marxista*, São Paulo, 1999, n. 9, p. 100-123.

²⁵¹ Os principais grupos paramilitares conhecidos são Paz y Justicia, Máscara Roja, Movimiento Indígena Revolucionario Antizapatista (MIRA), Organización para la Defensa de los Indígenas y Campesinos (OPDIC) e Organización de Caficultores de Ocosingo (ORCAO).

através da difusão de notícias falsas e ameaças, arrombamentos e incêndios de casas, estupros e violência contra mulheres e crianças e assassinatos, entre outras. Ao mesmo tempo, os paramilitares pressionam os indígenas e oferecem segurança e emprego para o recrutamento de novos membros para seus grupos.²⁵²

Segundo Hector Saint-Pierre, a origem dos grupos paramilitares está relacionada aos *guardias blancas*, guardas também formadas por civis armados, que defendem interesses particulares apoiados por autoridades e com impunidade. Os *guardias blancas* são guardas privadas de rancheiros e pecuaristas que surgiram e foram legalizadas na década de 1930 e que atuam até os dias de hoje, ameaçando e realizando violentas ofensivas contra camponeses, indígenas, líderes comunitários, ativistas sociais, observadores de direitos humanos etc.²⁵³ Os dois últimos são perseguidos principalmente por sua função de denúncia das injustiças vividas pelos movimentos sociais e levantes populares. No caso do EZLN, os zapatistas afirmam que uma das principais preocupações do governo é abafar o que ocorre em Chiapas: “para el gobierno mexicano, el riesgo de esta guerra no es la muerte y la destrucción que provoca, sino que se conozca.”²⁵⁴

A utilização de grupos paramilitares faz parte das estratégias utilizadas pelo governo para sufocar o EZLN. Em termos militares, esse conjunto de estratégias é comumente chamado de “guerra de baixa intensidade”²⁵⁵, noção utilizada pelo discurso do poder. Entretanto, alguns autores como Pau Pérez Sales, Cecilia Santiago Vera e Rafael Álvarez Díaz preferem falar de

²⁵² SAINT-PIERRE. O paramilitarismo como vetor da guerra de contra- insurgência.

²⁵³ _____. O paramilitarismo como vetor da guerra de contra- insurgência.

²⁵⁴ EZLN. Chiapas: la guerra. II. La máquina del etnocidio (Carta 5.2). 20 de novembro de 1999. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1999/11/20/chiapas-la-guerra-ii-la-maquina-del-etnocidio-carta-5-2/>> Acesso em: 25 jan. 2017.

²⁵⁵ O conceito de guerra de baixa intensidade foi criado nos Estados Unidos e utilizado no México e em outros países da América Latina, como na Nicarágua durante o governo sandinista nos anos 1980. No caso referente ao EZLN, os zapatistas afirmaram que “el encargado fue el general Mario Renán Castillo, que había ya traducido del inglés el manual norte-americano que recomienda el uso de civiles para combatir a fuerzas insurgentes. Destacado alumno de la escuela estadounidense de contrainsurgencia, Renán Castillo se dedicó a seleccionar a un grupo de militares para la capacitación, dirección y equipamiento.” EZLN. Chiapas: la guerra. II. La máquina del etnocidio (Carta 5.2).

“guerra de desgaste”, já que o primeiro termo pode ser considerado um eufemismo que suaviza os reais efeitos da contrainsurgência na população atingida.²⁵⁶ Na prática, ela diz respeito a um conjunto de estratégias não só militares, mas que buscam derrotar o inimigo também em sua força política, econômica, moral e psicológica. Entre suas formas de ação, além das operações paramilitares utilizadas como estratégia de contra insurgência, podem ser realizadas também a destruição do tecido econômico dos insurgentes, o controle dos meios de comunicação, o controle eleitoral e do aparato judicial, entre outras.²⁵⁷

Para o governo, o emprego dessas maneiras de agir serve em vários sentidos, como aponta Saint-Pierre: primeiramente, as situações decorridas das ações paramilitares são apresentadas como conflitos entre as próprias comunidades, o que, politicamente, serve como argumento para dizer que a guerra se dá entre os próprios indígenas; em segundo lugar, como não é o Exército a realizar o uso da força e da violência, juridicamente esse não pode ser atrelado aos crimes de guerra; finalmente, perante a opinião pública, o governo conserva sua imagem pacífica, de respeito ao cessar-fogo unilateral e de dedicação à resolução política do conflito.²⁵⁸

A mais dura ofensiva provocada por grupos paramilitares em relação aos zapatistas foi o chamado Massacre de Acteal, ocorrido em 22 de dezembro de 1997 na comunidade tzotzil de Acteal. Nesse dia, 45 pessoas foram assassinadas, em sua grande maioria mulheres e crianças, dentro de uma igreja onde realizavam culto. Após o massacre, o então Secretário de Governo Moctezuma Barragán declarou, segundo apontaram os zapatistas, que ele teria sido provocado “por conflictos que existen en la zona” e como parte de “una guerra entre pobres”.²⁵⁹ O

²⁵⁶ SALES, Pau Pérez; SANTIAGO, Cecilia; ALVAREZ, Rafael. *Ahora apuestan al cansacio. Chiapas: fundamentos psicológicos de una guerra contemporânea*. Grupo de Acción Comunitaria – Centro de Derechos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez, A.C., México, 2002.

²⁵⁷ SANTIAGO, Cecilia. La Mirada Psicosocial en un Contexto de Guerra Integral de Desgaste. *Journal for Social Action in Counselling and Pshycology*, vol. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.psysr.org/jsacp/santiago.v1n1.pdf> Acesso em: 25 set. 2017.

²⁵⁸ SAINT-PIERRE. O paramilitarismo como vetor da guerra de contra- insurgência.

²⁵⁹ EZLN. Después de haber ordenado el asesinato masivo de 45 indígenas en la comunidad tzotzil de Acteal, el gobierno mexicano ha decidido romper el diálogo con el EZLN. 5 de fevereiro de 1998. Disponível em:

assassinato foi apresentado como conflito religioso, conflito étnico e até mesmo como um enfrentamento entre as partes, numa tentativa de retirar a culpa dos paramilitares e de enfraquecer a imagem do EZLN. Para esclarecer tais informações, os insurgentes declararam:

- 1.- No se trata de un conflicto religioso, tanto asesinos como asesinados profesan la religión católica.
- 2.- No se trata de un conflicto étnico, los muertos y quienes los mataron son indígenas tzotziles.²⁶⁰
- 3.- No se trató de un enfrentamiento (como lo quieren presentar los gobiernos federal y estatal). Los muertos estaban desarmados, los atacantes tenían armas de grueso calibre. No hubo choque armado. Fue, simple y llanamente, una ejecución.²⁶¹

Ademais, enfatizaram que o EZLN não fazia uso das armas desde o cessar-fogo e convocaram a sociedade civil para se manifestar contra a violência cometida contra os indígenas em Chiapas:

El EZLN no hace declaraciones sino que lo demuestra en los hechos. Desde que inició el diálogo no hemos usado las armas. A pesar de las continuas provocaciones gubernamentales (entre las que se incluyen la traición de febrero de 95 y la matanza de Acteal 97), los zapatistas hemos permanecido a la espera, cumpliendo, todavía, el compromiso que hicimos con la sociedad civil.

[...]

El EZLN llama a la sociedad civil nacional e internacional para que insista en su exigencia de justicia para los asesinados en Acteal; para que presione al gobierno en el cumplimiento de los acuerdos de San Andrés (con la aceptación de la iniciativa de la Cocopa), y para que detenga ya su maquinaria de guerra en contra de los indígenas.²⁶²

No dia 12 de janeiro de 1998, uma onda de mobilizações nacionais e internacionais exigiu o fim das ofensivas contra os zapatistas e a resolução pacífica do conflito nas montanhas do sudeste mexicano. O Massacre de Acteal representa claramente a forma com que os diversos

<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1998/01/05/despues-de-haber-ordenado-el-asesinato-masivo-de-45-indigenas-en-la-comunidad-tzotzil-de-acteal-el-gobierno-mexicano-ha-decenido-romper-el-dialogo-con-el-ezln/>> Acesso em: 25 jan. 2017.

²⁶⁰ Os paramilitares responsáveis pelos assassinatos também eram indígenas tzotziles. Como apontamos anteriormente, os paramilitares persuadiam muitos indígenas a fazer parte de seus grupos, através de ameaças, ofertas de emprego e de segurança.

²⁶¹ EZLN. Informe de los últimos resultados de nuestras investigaciones sobre la matanza de Acteal. 26 de dezembro de 1997. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1997/12/26/informe-de-los-ultimos-resultados-de-nuestras-investigaciones-sobre-la-matanza-de-acteal/>> Acesso em: 25 jan. 2017.

²⁶² EZLN. Respuesta a Gobernación: entre el palabrerío gubernamental, el Ejército prepara el siguiente golpe. 29 de dezembro de 1997. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1997/12/29/respuesta-a-gobernacion-entre-el-palabrerio-gubernamental-el-ejercito-prepara-el-siguiente-golpe/>> Acesso em: 25 jan. 2017.

governos do México têm lidado com o EZLN ao longo dos anos: enquanto simulam a paz e o diálogo, assassinam indígenas que reivindicam melhores condições de vida. Após a presidência de Ernesto Zedillo, seu sucessor Vicente Fox seguiu o mesmo caminho. Embora uma de suas principais promessas eleitorais tenha sido resolver o conflito em Chiapas e honrar os Acordos de San Andrés²⁶³ que diziam respeito aos direitos indígenas, aumentou, logo no início de seu mandato, a movimentação de tropas das Forças Armadas e de grupos paramilitares na região e intensificou as agressões.²⁶⁴ Qualquer observador assusta-se com a quantidade de denúncias realizadas ao longo de todos esses anos pelos zapatistas – disponíveis em sua página eletrônica –, por ONGs, observadores de direitos humanos e veículos de mídia alternativos.

2.7 – O papel que as armas continuaram a desempenhar no movimento

O cessar-fogo após doze dias de combate não significou, para o exército zapatista, rendição ou entrega de suas armas. Em comunicado escrito pelo CCRI, os insurgentes esclareceram que o fim da luta armada, naquele momento, tinha o objetivo de “aliviar la situación de la población civil en la zona en combate y abrir canales de diálogo con todos los sectores progresistas y democráticos de México.”²⁶⁵ Contudo, os zapatistas seguiram armados e organizados em um exército regular. As armas, que haviam sido utilizadas para chamar a atenção da sociedade mexicana e do governo em relação aos indígenas, continuaram a desempenhar funções: forçavam o governo, em alguma medida, a negociar com os zapatistas; protegiam os territórios que haviam sido tomados pelos insurgentes; podiam ser usadas como defesa em caso de ataques das tropas governamentais, de paramilitares ou de *guardias blancas*; e garantiam, de alguma maneira, a identidade do grupo.

²⁶³ Acordos firmados com o governo em 1996, após uma mesa de diálogo com representantes de ambos os lados, que abarcam questões de direitos e culturas indígenas. Serão analisados no terceiro capítulo.

²⁶⁴ GENNARI. *Passos de uma rebeldia*, p. 106.

²⁶⁵ EZLN. Sobre el alto al fuego. 12 de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/12/sobre-el-alto-al-fuego/>> Acesso em: 20 jan. 2017.

Além disso, como sugere Guilherme Figueiredo, a importância da luta armada para o EZLN residia também em sua dimensão espetacular, que possibilitou a abertura de canais de diálogo, comunicação e projeção do movimento zapatista no México e no mundo.²⁶⁶ Em alguns momentos, por exemplo, os insurgentes buscavam enfatizar que o exército zapatista, mesmo após o cessar-fogo, seguia firme e crescia. Isso pode ser ilustrado pela publicação de um documento na imprensa, escrito e divulgado pelo EZLN em abril de 1994, meses após o fim dos confrontos diretos, que outorgava grau militar de “Mayor Insurgente Honoraria” a uma indígena, como também ocorreria diversas vezes depois:

En cumplimiento a órdenes recibidas del Comité Clandestino Revolucionario Indígena, comando supremo de las fuerzas revolucionarias zapatistas, se hace de su conocimiento el otorgamiento del grado militar de
MAYOR INSURGENTE HONORARIA
a la veterana jaramillista
HERMELINDA SERDÁN NÁJERA

[...] Se expide el presente documento a los 10 días del mes de abril de 1994, año del 75 aniversario del asesinato del máximo jefe histórico y general supremo Emiliano Zapata.
¡Vivir por la patria o morir por la libertad!²⁶⁷

Anos depois, em fevereiro de 2001, o EZLN, ao responder perguntas enviadas por jornalistas e pessoas da sociedade civil à página virtual e ao correio eletrônico do grupo, enfatizou a caracterização do movimento como “exército”:

¿Por qué el EZLN se dice “ejército”?
– Porque está organizado como un ejército y cumple con todas las disposiciones internacionales para ser reconocido como ejército. Cuando empezó la guerra, el EZLN lo hizo cumpliendo con las convenciones internacionales: declaró formalmente la guerra, tiene uniformes, grados e insignias reconocibles, respeta a la población civil y a los organismos neutrales. El EZLN tiene armas y organización y disciplina militares.²⁶⁸

²⁶⁶ FIGUEIREDO. *A Guerra é o Espetáculo: Origens e Transformações da Estratégia do EZLN*, p. 220.

²⁶⁷ EZLN. CCRI otorga grado militar. 10 de abril de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/04/10/ccri-otorga-grado-militar/>> Acesso em: 20 jan. 2017.

²⁶⁸ EZLN. El EZLN responde a preguntas que han llegado a través de la página web y correo electrónico. 9 de fevereiro de 2001. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/02/09/el-ezln-responde-a-preguntas-que-han-llegado-a-traves-de-la-pagina-web-y-correo-electronico/>> Acesso em: 18 abr. 2017.

Por outro lado, fazer pouco uso de ações militares após 1994 e declarar que suas armas “aspiram a ser inúteis” significava adaptar-se às circunstâncias e atender a objetivos pragmáticos. Figueiredo aponta que “era fundamental a justificativa da guerra e a afirmação do desejo de paz, pois tratava-se de ganhar aliados em grupos e indivíduos na sociedade civil que eram predominantemente contrários à guerra.”²⁶⁹ Em um comunicado de 1999, o EZLN, em retrospectiva, reforçou sua posição a favor da paz, apontando o governo como aquele que buscava a guerra:

Todo el esfuerzo organizativo del Ejército Zapatista de Liberación Nacional se volvió hacia adentro. Callados hacia fuera, los zapatistas volteamos hacia dentro nuestro y organizamos la resistencia de nuestros pueblos. Todos nuestros recursos humanos y materiales se dedicaron no a la guerra sino a la resistencia contra la guerra. Toda nuestra fuerza se orientó no a la destrucción, sino a la construcción. Nuestra bandera no fue la muerte sin la vida. Un análisis sereno de las acciones gubernamentales nos hizo entender que su objetivo era la guerra abierta. Decidimos entonces no sólo no seguirlo en su invitación al horror, también nos esforzamos por hacerlo fracasar rotundamente. Una guerra no se derrota con iniciativas de guerra. Se derrota con iniciativas de paz.²⁷⁰

Como podemos observar, as armas assumiram diferentes formas nos discursos zapatistas, em consonância com os distintos contextos, objetivos e interlocutores de seus comunicados. Não obstante seu âmbito simbólico, elas possuem também uma dimensão prática, física e material, de suma importância para o EZLN. Julgamos importante sublinhar esse aspecto uma vez que grande parte da bibliografia referente ao EZLN desconsidera o caráter militar do movimento zapatista, afirmando que, após os doze dias de confronto em janeiro de 1994, sua guerra teria se tornado uma “guerra de palavras”, “guerra de papel”, “guerra midiática” ou “guerrilha informacional”, para citar alguns dos termos mais comumente utilizados. Embora reconheçamos o importante papel que as redes eletrônicas de comunicação e a publicização dos comunicados zapatistas vieram a ocupar no alcance e na sobrevivência do

²⁶⁹ FIGUEIREDO. *A Guerra é o Espetáculo: Origens e Transformações da Estratégia do EZLN*, p. 200.

²⁷⁰ EZLN. 1999: la vieja y la nueva política. 1º de janeiro de 1999. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1999/01/01/la-vieja-y-la-nueva-politica/>> Acesso em: 11 abr. 2017.

movimento, isso não exclui a resistência armada zapatista, que perdura até os dias de hoje em seus territórios. Como relatamos acima, os confrontos armados e a escalada da violência têm sido, ao longo de todos esses anos, um perigo iminente na região, que não pode ser negligenciado. A ausência de combates diretos entre o EZLN e as forças governamentais não é suficiente para definir uma situação de paz em Chiapas.

CAPÍTULO III

AS MUDANÇAS NA ESTRATÉGIA DE AÇÃO POLÍTICA ZAPATISTA

3.1 – O encontro do zapatismo com a sociedade civil: o início das mudanças

Desde os primeiros dias dos confrontos armados entre o Exército Zapatista de Libertação Nacional e as tropas do governo federal, em janeiro de 1994, inúmeras mobilizações pacíficas emergiram para pedir o fim do conflito em Chiapas. Intelectuais, políticos, religiosos e organizações não governamentais se manifestaram na imprensa e centenas de pessoas de diversos setores da sociedade mexicana foram às ruas protestar, pedindo o diálogo entre as duas partes e uma solução para o conflito, com o objetivo de impedir um massacre na região da Selva Lacandona por parte do Exército federal.²⁷¹ Essas mobilizações tiveram seu auge quando, no dia 12 de janeiro, na praça central da Cidade do México, cerca de 150 mil pessoas se reuniram para pedir o cessar-fogo e o fim das hostilidades. Grande parte da população viu no EZLN um movimento com demandas justas, que abria um espaço importante de discussão sobre democracia, neoliberalismo, direitos humanos, problemas sociais e culturais no país, e não somente em Chiapas. No principal discurso desta mobilização, chamada Marcha por La Paz, o padre dominicano e reconhecido defensor de direitos humanos, Miguel Concha Malo, defendeu:

Nuestro compromiso ha sido, es y será por el reconocimiento y respeto de los derechos humanos, la soberanía del pueblo, la democracia y la vigencia de un Estado justo y de derecho. La sociedad civil, sus instituciones, sus organismos y movimientos reclaman urgentemente la paz, la participación para la solución

²⁷¹ Alguns exemplos: no dia 6 de janeiro, 36 ONGs pedem a Salinas que ordene o fim imediato dos bombardeios; no dia 7, 10 mil membros do Movimiento Proletario Independiente (MPI) realizam uma marcha ao zócalo da Cidade do México, exigindo o reconhecimento do EZLN como força beligerante, o cessar-fogo em Chiapas e o início de um diálogo pela paz; no dia 10, mexicanos em Nova York pedem o fim das hostilidades em frente à embaixada; além de mobilizações na Itália, Espanha, Guatemala, dentre outros. Para mais, ver: CECENÑA; ZARAGOZA. Cronología del Conflicto, 1 enero – 1 diciembre de 1994.

pacífica y negociada del conflicto y la vida digna para todos, en particular para los indígenas y los campesinos.²⁷²

Assim como o levante zapatista surpreendeu a todos no primeiro dia de 1994, as reações da sociedade civil também foram inesperadas para o grupo insurgente. Nas palavras do subcomandante Marcos:

Assim que em 1º de janeiro de 1994 lançamos a guerra e lutamos 12 dias. Havíamos previsto dois extremos: ou toda a gente do México se levantava com a gente e derrotaríamos o PRI, ou vinha o mundo em cima e nos aniquilavam. Ou seja: em 1º de janeiro saímos da Selva, lançamos a guerra e baixamos num país que tínhamos deixado em 1983. Era outro país. Descobrimos isso em 12 de janeiro de 1994: nunca nos havia ocorrido que as pessoas podiam se levantar em todo o país, mas não em armas, mas para pedir a paz. Isso demonstra que a realidade é sempre mais inteligente que a teoria mais brilhante que alguém possa elaborar.²⁷³

Com a pressão da sociedade civil para que o movimento zapatista tomasse um rumo político e pacífico, o EZLN viu que era preciso, para manter seu apoio, escutar e dialogar com a sociedade. Por meio desse diálogo, pretendia aprender e colocar em prática novos modos de atuação, que não correspondiam à luta armada à qual os insurgentes haviam se dedicado. Durante os 11 anos em que “permaneceu em silêncio” nas montanhas, o EZLN não havia se preparado para fazer política, mas para combater. Comandante Tacho, membro do grupo, em uma entrevista, explicita este ponto:

Para falar a verdade, muitos de nós, e eu em particular, estávamos dispostos a pegar em armas, porque foi para isso que nos preparamos, mas, para fazer política, não. Começamos a aprender a fazer política em conjunto, esta política nova, procurando formas de política a favor da vida. Fomos encontrando estas formas ao longo de 1994. Antes, não. Preparávamo-nos para combater, para nos defendermos, para morrer ou matar. Nunca tínhamos pensado que a política viesse a ser necessária, porque, nesse caso, teríamos agido de outra maneira. Sim, teríamos recorrido a outra loucura, qual, ninguém sabe. Não. Preparávamo-nos para a guerra, era o que nos ensinavam os nossos camaradas. [...]²⁷⁴

²⁷² CONCHA MALO, Miguel. Discurso en el zócalo del Padre Dominico Miguel Concha Malo, 12 de janeiro de 1994. Disponível em <<http://www.bibliotecas.tv/chiapas/ene94/12ene94d.html>> Acesso em: 30 mai. 2016.

²⁷³ Subcomandante Marcos *apud* FIGUEIREDO. *A Guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*, p. 194-195.

²⁷⁴ COMANDANTE TACHO *apud* LE BOT, Yvon. *O sonho zapatista*, p. 138.

Quando irrompeu, em meados da década de 1990, portanto, o grupo chiapaneco se deparou com um contexto em que a luta armada entrara em significativo recuo na América Latina, em que a sociedade civil estava cada vez mais articulada – no México e no mundo – e em que os chamados “novos movimentos sociais”²⁷⁵ apresentavam projetos alternativos de ação, almejando atuar no sentido de construir um equilíbrio de forças entre Estado e sociedade civil. Na América Latina em geral, sobretudo nas duas últimas décadas do século XX, muitas formas de organização emergiram dissociadas do Estado, tais como organizações de base, não governamentais e movimentos populares, entre outros. Essa intensificação da articulação política da sociedade civil ocorreu tendo em vista que os regimes autoritários que se espalharam por diversos países latino-americanos nos anos 1960 e 1970 fecharam espaço para a atuação de organizações tradicionais e ligadas diretamente ao Estado, tais como sindicatos, partidos políticos e ligas camponesas.²⁷⁶

No México, embora não tenha existido uma ditadura nos moldes de outros países neste período – como as que ocorreram no Brasil, Argentina ou Chile –, a permanência de mais de 70 anos de um mesmo partido no poder, como vimos anteriormente, criou um regime autoritário, que também cerrou portas para a atuação de organizações no limitado espaço do Estado. Dessa maneira, na segunda metade do século XX, assistiu-se no país à proliferação de movimentos outros, organizados no interior de uma sociedade civil que se articulava distante da esfera estatal. No final de 1986, por exemplo, uma poderosa mobilização de milhares de

²⁷⁵ Há grande debate sobre o termo “novos movimentos sociais”, em que se discute se o que reivindicam ou como atuam podem ser chamados de realmente *novos*. Para mais sobre esse debate, ver capítulo IV de Maria da Glória Gohn (1997). De acordo com Ilse Scherer-Warren (1993), melhor do que falar em novos e velhos movimentos sociais, é interessante analisar os novos elementos culturais emergentes nesses movimentos, como: atuação cívica e pacífica; busca por descentralização e autonomia (em relação ao Estado e aos partidos políticos); formas de atuação democrática, participativa e direta; valores de solidariedade e comunitarismo; busca por respeito à diversidade cultural e humana.

²⁷⁶ CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 170.

jovens ocorreu na Cidade do México para protestar contra cotas de inscrição e exames vestibulares para a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).²⁷⁷

As estratégias de ação desses novos tipos de movimento se distanciavam completamente da luta armada, que, por muito tempo, havia pautado as *performances* de grupos latino-americanos de esquerda. Isso porque, em sua grande maioria, a estratégia violenta tinha como objetivo conquistar o poder. Segundo John Holloway, o poder estatal era o centro a partir do qual se daria a mudança radical, paradigma dominado pela teoria marxista e também pela experiência revolucionária durante a maior parte do século XX, como a que se deu na União Soviética, China e nos movimentos de libertação nacional e guerrilha latino-americanos das décadas de 1960 e 1970, como a Revolução Cubana e a Revolução Sandinista, na Nicarágua.²⁷⁸ Entretanto, ao final do século, na década de 1990, observamos um recuo dessa estratégia na América Latina. Com a queda do Muro de Berlim, o fim do “socialismo real” e a crise dos movimentos guerrilheiros revolucionários latino-americanos – em que os sandinistas haviam perdido o poder na Nicarágua, em 1990, e Cuba entrava em um de seus piores períodos de crise econômica e política, chamado de Período Especial em Tempos de Paz –, a ideia de que o controle do Estado era a chave para a transformação da realidade perdia força.

Tendo isso em vista, a intenção dos novos movimentos era atuar fora deste espaço, pensando em projetos alternativos para a transformação da realidade. “Em lugar da tomada revolucionária poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir

²⁷⁷ CASTAÑEDA. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*, p. 176. Em 1986, o reitor da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), Jorge Carpizo McGregor (1985-1989), propôs uma série de reformas estruturais e acadêmicas para a instituição, mediante o documento denominado *Fortaleza y debilidad de la UNAM*. Entre as propostas, limitava-se o chamado *pase automático*, meio pelo qual muitos estudantes ingressavam no ensino superior da UNAM sem a necessidade de um exame de vestibular, conforme seu desempenho no ensino médio. Descontentes com as propostas de reforma, milhares de jovens organizaram marchas estudantis e greves universitárias. No mesmo ano, foi criado também o Conselho Estudantil Universitário (CEU), uma das principais organizações estudantis latino-americanas. O documento que contém as propostas do reitor está disponível em: <https://www.ses.unam.mx/docencia/2012II/FortalezaYDebilidadDeLaUNAM.pdf>

²⁷⁸ HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Editora Viramundo, 2003, p. 24.

da cotidianidade dos atores envolvidos.”²⁷⁹ Suas maneiras de agir envolviam pressionar e influenciar órgãos do governo, a opinião pública e a própria sociedade civil; construir redes de movimentos que se apoiassem, dentro e fora do território em que atuavam; buscar caminhos democráticos, plurais e autônomos.²⁸⁰

Embora não almejasse conquistar o poder no México²⁸¹, o EZLN, ao se insurgir através das armas, buscava tirar o PRI do poder e propor novas eleições democráticas. Ou seja, sua esfera de atuação, a princípio, girava em torno do Estado, do poder e das instituições. O EZLN era contrário não ao Estado em si²⁸², mas ao Estado tal qual existia no México naquele momento, caracterizado por um sistema de partido de Estado e instrumentalizado em benefício de uma minoria economicamente dominante. A instrumentalização do aparelho estatal era denunciada pelos zapatistas em âmbito regional e nacional. Em Chiapas, os insurgentes expunham as suspeitas relações do governador com comerciantes e grandes proprietários de terra; no México, como um todo, acusavam o Exército federal de treinar as *guardias blancas* e de utilizar os meios de comunicação em massa a seu serviço.²⁸³

Ademais, o Estado era criticado pela imposição de um sistema econômico neoliberal que prejudicava enormemente a maior parte da sociedade mexicana e pela busca de uma homogeneidade cultural da nação. Desta maneira, os zapatistas buscavam a construção de um novo Estado, baseado em princípios de democracia, justiça, liberdade, dignidade e pluralidade

²⁷⁹ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993, p. 17.

²⁸⁰ SCHERER-WARREN. *Redes de Movimentos Sociais*, p. 17.

²⁸¹ O EZLN não pretendia se instalar no governo mexicano. Seu objetivo era tirar do poder o presidente priísta, instalar um governo transitório (que não seria composto pelos insurgentes) e propor a realização de eleições livres e democráticas, nas quais todas as propostas pudessem competir com liberdade e justiça. Essa não pretensão de tomada do poder tem a ver não só com o recuo dessa estratégia na América Latina, como também com a própria organização da resistência indígena. A tradição e a história de luta indígena no México, desde o século XIX, nos demonstra não uma tentativa de tomada do poder central, mas de um poder local, autônomo, dentro das comunidades.

²⁸² A noção de Estado utilizada pelos zapatistas em seus discursos não é claramente definida, porém, como aponta Patricio Nolasco, o Estado é visto pelos insurgentes como uma instituição ligada ao poder. NOLASCO, Patricio. Cambio político, Estado y poder: um bosquejo de la posición zapatista. *Revista Chiapas*, v. 5, 1997, p. 3. Disponível em: < <http://www.revistachiapas.org/ch5nolasco.html> > Acesso em: 30 mai. 2016.

²⁸³ NOLASCO. Cambio político, Estado y poder: um bosquejo de la posición zapatista.

cultural. Posteriormente, à medida que o EZLN se deparava com a difícilíssima missão de mudar o governo no país e suas instituições, os zapatistas passaram a agir mais no âmbito da sociedade civil e a se dedicar às resistências cotidianas, passando a ser um movimento de referência para aqueles que pretendiam mudar o mundo de outra maneira. Holloway aponta que o grande desafio revolucionário do início do século XXI é o de “mudar o mundo sem tomar o poder”, o que foi pensado sobretudo após o levantamento zapatista.²⁸⁴

As relações estabelecidas entre o EZLN e a sociedade civil foram um dos cerne da estratégia política zapatista. Na grande maioria dos comunicados do grupo insurgente, a sociedade civil aparecia como seu interlocutor privilegiado, como um dos mais importantes atores na luta por um mundo mais justo, democrático e plural. A sociedade civil, e não o Estado, aparecia como referência central para os zapatistas, principalmente após o rompimento completo com o governo mexicano, declarado pelo EZLN em 2001, no contexto da traição dos Acordos de San Andrés, como veremos mais adiante neste trabalho. Apesar de não haver uma conceituação mais sistemática pelos zapatistas da noção de sociedade civil, é possível apreender seu significado por meio das fontes analisadas. Para o grupo insurgente, a sociedade civil era composta tanto por aqueles setores excluídos economicamente, mais clássicos para a esquerda tradicional, como camponeses, trabalhadores urbanos, médios e pequenos empresários; como também por grupos sociais marginalizados cultural e socialmente, como os migrantes, as mulheres, os negros, os homossexuais, os idosos, as crianças e os índios. Ela era conformada por grupos sociais diversos, em suas ocupações e identidades, que atuavam fora dos partidos políticos e do aparelho estatal, burocrático e institucional.²⁸⁵

²⁸⁴ HOLLOWAY. *Mudar o mundo sem tomar o poder*, p. 37.

²⁸⁵ Para mais sobre essa discussão, ver: HILSENBECK FILHO, A.; CABRAL, F. Algumas considerações sobre a relação do Exército Zapatista de Libertação Nacional com o Estado e a sociedade civil. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/alexandermaximilianhilsenbeckfilho.pdf>>

Na Primeira Declaração da Realidade contra o Neoliberalismo e pela Humanidade, divulgada em fevereiro de 1996, é possível notar uma descrição mais detalhada da sociedade civil, com a qual o EZLN buscava diálogo e convidava para juntar-se à luta:

A todos los individuos, grupos, colectivos, movimientos, organizaciones sociales, ciudadanas y políticas, a los sindicatos, las asociaciones de vecinos, cooperativas, todas las izquierdas habidas y por haber; organizaciones no gubernamentales, grupos de solidaridad con las luchas de los pueblos del mundo, bandas, tribus, intelectuales, indígenas, estudiantes, músicos, obreros, artistas, maestros, campesinos, grupos culturales, movimientos juveniles, medios de comunicación alternativa, ecologistas, colonos, lesbianas, homosexuales, feministas, pacifistas.

A todos los seres humanos sin casa, sin tierra, sin trabajo, sin alimentos, sin salud, sin educación, sin libertad, sin justicia, sin independencia, sin democracia, sin paz, sin patria, sin mañana.

A todos los que, sin importar colores, razas o fronteras, hacen de la esperanza arma y escudo.²⁸⁶

Em princípios de 1994, quando os zapatistas intensificaram contatos com a sociedade civil mexicana, que exercia poderosa pressão para que o grupo adotasse uma nova maneira de agir, iniciaram-se transformações nas estratégias de ação e de discurso do EZLN. Nesse momento, o grupo chiapaneco aderiu ao cessar-fogo e o zapatismo começou a se redefinir, baseado no que os zapatistas chamaram de uma nova cultura política no México:

Una nueva cultura política está emergiendo en México, no proviene del gobierno ni de los partidos políticos, pero tampoco del EZLN. Un gran movimiento popular, con una variada composición social ha nacido. Este amplio movimiento es la cuna de esta nueva cultura. Nosotros no estamos inventando nada, estamos sumándonos a esta nueva cultura.²⁸⁷

De acordo com Yvon Le Bot, iniciou-se então uma segunda conversão no EZLN: a transformação do movimento armado em movimento político e civil. A primeira conversão seria a mudança pela qual passou o grupo inicial instalado na selva no contato com as comunidades indígenas na década de 1980, na qual os elementos, objetivos e demandas

²⁸⁶ EZLN. Primera Declaración de la Realidad contra el Neoliberalismo y por la Humanidad. 1º de janeiro de 1996. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/primera-declaracion-de-la-realidad-contra-el-neoliberalismo-y-por-la-humanidad/>> Acessado em: 30 de maio de 2016.

²⁸⁷ EZLN. Llamado a participar en la Consulta Nacional. 25 de agosto de 1995. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/08/25/llamado-a-participar-en-la-consulta-nacional/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

indígenas prevaleceram em detrimento de ideais leninistas ou guevaristas, como vimos no primeiro capítulo.²⁸⁸

Já a segunda conversão do EZLN diz respeito, sobretudo, às mudanças nas estratégias de ação política. Como vimos, o EZLN continua, até os dias de hoje, a se configurar como exército e a carregar armas. Entretanto, a luta armada foi contida e os esforços zapatistas se concentraram em realizar uma resistência civil e pacífica. Com esta mudança, acabou por transformar-se também o discurso, a identidade e, até mesmo, os objetivos zapatistas. Como veremos no último tópico deste capítulo, os insurgentes, após certo período de tempo, deixaram de reivindicar a saída do presidente, novas eleições e nova Constituição, e passaram a focar em demandas específicas das comunidades indígenas. Contudo, o que se configurou inicialmente foi uma mudança na maneira de agir dos insurgentes. Diante de uma realidade que freou o ímpeto zapatista pela luta armada em janeiro de 1994, esses atores políticos tiveram que improvisar, adaptando-se às mudanças no contexto no qual operavam. Seu estilo anterior de manifestação se mostrou ineficaz, uma vez que, além da desproporcionalidade de forças em relação ao Exército federal, a estratégia de luta armada foi desaprovada pela grande maioria da sociedade mexicana.

Podemos relacionar isso com a noção de estruturas de oportunidades políticas (EOP) de Charles Tilly. Dentro de um determinado contexto, as oportunidades e ameaças políticas – tais como a abertura de um regime a novos atores políticos, a disponibilidade de apoiadores e aliados, a multiplicidade de centros independentes de poder, a extensão da repressão ou a facilitação de um governo para reivindicações coletivas – se relacionam com a política confrontacional na medida em que podem contribuir ou não para seu aparecimento e na medida em que mudanças nesse meio podem provocar alterações no conflito.²⁸⁹ No caso do EZLN, a

²⁸⁸ LE BOT. *O sonho zapatista*, p. 51.

²⁸⁹ TILLY. *Regimes and Repertoire*, p.43-44.

forte repressão das tropas do Exército federal e, sobretudo, o potencial que os zapatistas encontraram em aliados da sociedade civil, que alimentavam conexões nacionais e transnacionais, influenciaram na mudança de sua maneira de agir:

Mudanças na EOP afetam a viabilidade de diferentes performances, novos modelos alimentam novas conexões entre reivindicantes em potencial, e novas conexões elaboradas, às vezes, alteram a própria EOP. No caso do México, o levante zapatista causou o acontecimento dos três ao mesmo tempo, uma vez que ativistas internacionais que apoiavam os zapatistas se aliaram com ativistas domésticos, promoveram seus modelos de reivindicação e intervieram com uma força sem precedentes na estrutura de poder mexicana.²⁹⁰

Não queremos defender, com o uso da noção de estruturas de oportunidades políticas, que as modificações pelas quais o EZLN passou foram externas ao movimento. As EOP só podem dar forma à contenção por meio da agência humana, logo, a primeira não nega a segunda.²⁹¹ Os atores políticos aprendem a combinar *performances* com circunstâncias locais e a modificar *performances* à luz de seus efeitos.²⁹² Eles interagem com outros participantes, observadores, autoridades e, nesse processo, respondem às suas reações enquanto reivindicam, introduzindo inovações.²⁹³ Os zapatistas, protagonistas de sua história, demonstraram no decorrer de sua atuação que possuem uma forte capacidade de transformação: em constante diálogo com seus interlocutores, seja o governo, as comunidades indígenas ou a sociedade civil, os insurgentes mudaram quando julgaram necessário, seguindo modelos disponíveis de ação, combinando diferentes *performances* e aproveitando conexões com outros atores políticos.

Após os confrontos violentos com o Exército federal, o EZLN buscou novas formas de ação que, a princípio, eram *performances* já disponíveis no repertório de movimentos sociais,

²⁹⁰ Tradução livre. Trecho original: “Shifts in POS affect the viability of different performances, new models foster fresh connections among potential claimants, and newly elaborated connections sometimes alter POS itself. In the case of Mexico, the Zapatista rising caused all three to happen at once, as international activists who supported the Zapatistas allied with domestic activists, promoted their models of claim making, and intervened with unprecedented force in the Mexican structure of power.” TILLY, Charles. *Contentious Performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 90.

²⁹¹ TILLY. *Contentious Performances*, p. 91.

²⁹² _____. *Contentious Performances*, p. 18.

²⁹³ _____. *Contentious Performances*, p. 12.

tais como reuniões públicas, criação de associações para defesa das reivindicações de sua campanha, marchas e outros tipos de demonstração nas ruas, declarações públicas das demandas, orais ou escritas, e construção de redes. Na análise de Tilly sobre o caso zapatista, os insurgentes “mudaram seu foco de ataques clandestinos ao governo para uma publicidade engenhosa por suas demandas, alcance extenso a aliados potenciais e demonstrações públicas de WUNC²⁹⁴ através de marchas e encontros públicos.”²⁹⁵ Em seguida, faremos uma breve análise dessas formas de ação adotadas pelo movimento.

3.2 – Encontros públicos, marchas, construção de redes: ações utilizadas pelo EZLN

Após o cessar-fogo em 12 de janeiro de 1994, o EZLN começou a trabalhar uma solução política para o conflito. O primeiro passo dado foi o início de um diálogo entre zapatistas e representantes do Governo Federal, mediado pela Comissão Nacional de Intermediação (CONAI). O diálogo ocorreu em San Cristóbal de Las Casas, entre os dias 21 de fevereiro e 1º de março, e contou com a proteção de um grande cordão de paz e segurança formado por parte da sociedade civil, que o fez a fim de evitar hostilidades entre as partes. Na mesa de discussão, os integrantes discutiram questões econômicas, sociais e políticas relativas tanto à esfera regional, específica de Chiapas, como ao âmbito nacional. As últimas, mais difíceis de serem reconhecidas por parte do governo, que tentava a todo tempo reduzir o grupo insurgente a um

²⁹⁴ WUNC é uma abreviação para as palavras *worthiness*, *unity*, *number* e *commitment*. Em tradução livre, significam valia, unidade, número e comprometimento. Segundo Charles Tilly, um movimento social faz demonstrações desses elementos, de maneira combinada e generalizada. Alguns exemplos: *slogans*, cores, roupas, costumes (demonstrações de unidade); assinaturas, petições, pessoas na rua (demonstrações de número); dignidade, presença de mães com filhos, sobriedade, presença de clérigos (demonstrações de valia); resistência, sacrifício (demonstrações de comprometimento). Para mais, ver: TILLY. *Regimes and Repertoires*.

²⁹⁵ Tradução livre. Trecho original: “[...] they shifted their focus from clandestine attacks on government forces to ingenious publicity for their demands, extensive outreach to potential allies both within and outside of Mexico, and public displays of WUNC through rallies and marches.” TILLY. *Contentious Performances*, p. 92-93.

movimento local com demandas puramente indígenas, eram as mais enfatizadas nos comunicados divulgados pelo EZLN. De acordo com o subcomandante Marcos,

Si no hay un cambio radical de base, de raíz, que sustente esa solución, que para nosotros es la democracia y la libertad, los acuerdos de San Cristóbal van a ser vacíos, y finalmente la paz no va a ser más que una declaración, y va a seguir latiendo y va a reventar no sólo aquí, sino en todo el sureste, que es nuestro modo de ver la región más explotada.²⁹⁶

As principais demandas nacionais consistiam na renúncia do presidente Salinas de Gortari; novas eleições livres e democráticas; revisão do Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, Canadá e México; anulação da reforma salinista do artigo 27 da Constituição, referente à terra; autonomia para as comunidades indígenas; construções de hospitais, escolas e moradias nas comunidades rurais do México; soluções para a questão da fome, da desnutrição, da falta de trabalho no campo e na cidade etc. Em resposta às 34 demandas²⁹⁷ do EZLN, houve uma proposta governamental com 32 pontos²⁹⁸, levada às comunidades zapatistas, após o término do diálogo, para consulta das mesmas. O processo de consulta levou alguns meses pois, como explicam os zapatistas, “así como democráticamente se decidió la guerra, necesariamente la paz va a tener que seguir el mismo proceso de decisión democrática.”²⁹⁹ A consulta era realizada por meio de votos daqueles que participavam do movimento, mediante assembleias nas comunidades indígenas chiapanecas. Em junho de 1994, o movimento zapatista divulgou que, com quase 98% dos votos, a decisão foi de não aceitar os acordos de paz com o governo, colocar fim ao diálogo de San Cristóbal e iniciar então um “nuevo diálogo nacional con todas

²⁹⁶ EZLN. Conferencia de prensa: los partidos políticos se están acercando a nosotros sólo para la foto. 24 de fevereiro de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/24/conferencia-de-prensa-los-partidos-politicos-se-estan-acercando-a-nosotros-solo-para-la-foto/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

²⁹⁷ Ver anexo 3. As 34 demandas colocadas pelo EZLN na ocasião do diálogo podem também ser acessadas, em sua completude, no documento: EZLN. Al pueblo de México: demandas del EZLN. 1º de março de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/03/01/al-pueblo-de-mexico-las-demandas-del-ezln/>>

²⁹⁸ Infezilmente, não tivemos acesso a esse documento de 32 pontos, que continha as respostas do governo federal em relação às 34 demandas zapatistas. Assim, colocamos adiante apenas o que os insurgentes opinaram sobre as propostas governamentais.

²⁹⁹ EZLN. Informe: posición del EZLN respecto al diálogo y a la paz. 23 de fevereiro de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/23/informe-posicion-del-ezln-respecto-al-dialogo-y-a-la-paz/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

las fuerzas progresistas del país, con el tema central de democracia, libertad y justicia para todos los mexicanos”³⁰⁰.

De acordo com os integrantes do movimento, as propostas do governo não eram satisfatórias. No caso da demanda por reduzir o esquema centralista de poder e reconhecer autonomia política, econômica e cultural às comunidades indígenas, por exemplo, o EZLN apontou que a iniciativa de lei prometida pelo governo não consultou os setores interessados, ou seja, os próprios indígenas. Outro exemplo se refere à demanda por revisão do Tratado de Livre Comércio: na proposta do governo, este colocou que faria, em um prazo de 90 dias, uma análise cuidadosa dos impactos do TLC na sociedade mexicana. De acordo com os insurgentes, essa análise não foi realizada e, em todo caso, nem seria necessária: “los impactos del TLC pueden ser observados en las mesas de cualquier hogar pobre de México.”³⁰¹

Com o insucesso das negociações com o governo e depois de haver abandonado o conflito armado, o EZLN passou então a realizar uma série de ações, comumente utilizadas por movimentos sociais para fazer reivindicações coletivas, que se estenderam ao longo de todos os anos de atuação do movimento: reuniões públicas com a sociedade civil – no caso zapatista, dentro e fora do México, com outros movimentos sociais, ONGs, movimentos indígenas e camponeses, intelectuais, grupos de estudantes, trabalhadores, entre outros; formação de associações especializadas para suas causas; marchas de apoio às suas demandas; demonstrações públicas, orais e especialmente escritas de suas reivindicações; criação de redes de comunicação e solidariedade com ativistas e apoiadores.³⁰² Essas ações foram de suma importância para o alcance que o movimento zapatista logrou, dentro e fora do México.

³⁰⁰ EZLN. Sobre la consulta: para todos todo, nada para nosotros. 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/10/sobre-la-consulta-para-todos-todo-nada-para-nosotros/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

³⁰¹ EZLN. Réplica a las propuestas del gobierno. 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/10/replica-a-las-propuestas-del-gobierno/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

³⁰² Para mais sobre o repertório de movimentos sociais, ver TILLY. *Contentious Performances*, cap. 5; TILLY. *Regimes and Repertoires*, cap. 8.

Após o fim do diálogo de San Cristóbal, em junho de 1994, o EZLN optou não pelo reinício do conflito armado, mas pela convocação da chamada Convenção Nacional Democrática (CND), um encontro público e um diálogo nacional com o objetivo de organizar a sociedade civil em busca de propostas para um governo de transição, novas eleições, democracia, liberdade e justiça para o país:

En lugar de reanudar la guerra, la población zapatista ordenó buscar un nuevo interlocutor en una nueva etapa de diálogo. El diálogo nacional con el pueblo mexicano tomó, en el resguardo histórico del Ejército Zapatista de Liberación Nacional, el nombre de Convención Nacional Democrática. La búsqueda del tránsito a la democracia, la libertad y la justicia por vías civiles y pacíficas pasó así a primer plano.³⁰³

A CND – presidida por membros representantes de diversas organizações do país, tais como indígenas, trabalhadores urbanos, camponeses, artistas, defensores de direitos humanos, intelectuais – se deu entre os dias 5 e 9 de agosto em Guadalupe Tepeyac, onde foi fundado o primeiro Aguascalientes, lugar de encontro permanente com a sociedade civil. A nomeação dos locais onde ocorrem as assembleias zapatistas de *Aguascalientes* é um claro exemplo de reapropriação feita pelo EZLN dos símbolos zapatistas da Revolução Mexicana. Como apontamos no primeiro capítulo, entre outubro de 1914 e outubro de 1915, ocorreu, na cidade de Aguascalientes, uma assembleia entre os principais chefes revolucionários para discutir os rumos que o México deveria tomar, que ficou conhecida como Convenção de Aguascalientes. Assim como na ocasião da Convenção Nacional Democrática (CND), o EZLN nomeou todos os locais onde ocorreram as assembleias e convenções posteriores de “Aguascalientes”, em clara retomada ao processo ocorrido na Revolução Mexicana.

Cerca de 7 mil pessoas de todos os estados mexicanos compareceram à CND, além de membros da imprensa e observadores internacionais.³⁰⁴ Os resultados dessa convenção

³⁰³ EZLN. XI Aniversario del EZLN: hoy habla nuestro corazón mirando para dentro, para encontrar dentro de nuestro dolor y nuestra sangre el paso que habrá de andar nuestra palabra y nuestro fuego.

³⁰⁴ GENNARI. *EZLN: passos de uma rebeldia*, p. 53.

reforçaram o programa de luta zapatista: por terra, trabalho, moradia, alimentação, educação, saúde, cultura democrática e popular, informação, independência, liberdade, democracia e paz para todos os mexicanos.³⁰⁵ Entretanto, o próprio subcomandante Marcos afirmou que faltou à CND iniciativa, um programa claro, um plano de insurgência civil, principalmente no contexto das eleições federais e estaduais que ocorreram no período.³⁰⁶ Por outro lado, embora os resultados tenham sido bastante gerais, essa ação significou algo mais amplo: a ênfase no abandono da luta armada e o início da abertura de inúmeras pontes de diálogo com a sociedade civil.

Após a Convenção Nacional Democrática, outras ações foram colocadas em prática pelos insurgentes junto à sociedade civil, nacional e internacional. Assim como a CND, essas ações foram convocadas por meio de comunicados escritos pelos insurgentes e divulgados na imprensa, que rapidamente se espalharam pelo México e pelo mundo. Entre eles, os principais foram as Declarações da Selva Lacandona, que continham reivindicações, visões de mundo zapatistas, análises sobre a história do México, sobre o contexto em que viviam, projetos de futuro e propostas de ação. A Primeira Declaração, já explorada, girava em torno da luta armada: justificava a opção zapatista por este tipo de *performance*, declarava guerra ao governo federal, descrevia as ordens dadas ao exército zapatista. Já nas declarações seguintes, é possível observar que o enfoque das propostas de ação zapatistas se tornou civil e pacífico: os documentos eram chamados à organização da resistência política da sociedade civil.

Na Segunda Declaração, na qual o EZLN fez a convocação à CND, é possível observar que o interlocutor central de suas ações já não era o governo:

Hoy no llamamos a los fallidos poderes de la Unión que no supieron cumplir con su deber constitucional, permitiendo que el Ejecutivo Federal los controlara. Si esta legislatura y los magistrados no tuvieron dignidad, otras vendrán que si entiendan que deben servir a su pueblo y no a un individuo,

³⁰⁵ EZLN. Sobre el programa de lucha de la CND. 8 de outubro de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/10/06/sobre-el-programa-de-lucha-de-la-cnd/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

³⁰⁶ CECEÑA; ZARAGOZA. Cronología del Conflicto, 1 enero – 1 diciembre de 1994.

nuestro llamado trasciende mas allá de un sexenio o una elección presidencial en puerta. Es en la SOCIEDAD CIVIL, en quien reside nuestra soberanía, es el pueblo quien puede, en todo tiempo, alterar o modificar nuestra forma de gobierno y lo ha asumido ya. Es a él a quien hacemos un llamado en esta SEGUNDA DECLARACION DE LA SELVA LACANDONA para decirle:

[...]

Reiteramos nuestra disposición a una solución política en el tránsito a la democracia en México. Llamamos a la Sociedad Civil a que retome el papel protagónico que tuvo para detener la fase militar de la guerra y se organice para conducir el esfuerzo pacífico hacia la democracia, la libertad y la justicia. El cambio democrático es la única alternativa de la guerra.³⁰⁷

O EZLN enfatizava o protagonismo da sociedade civil e da ação política, pacífica e democrática. Dessa maneira, os zapatistas passaram a propor o estabelecimento de canais de diálogos e a criação de movimentos no seio da sociedade mexicana, para que o povo, de forma conjunta e organizada, atuasse na transformação da realidade do país.

Na terceira e na quarta declarações, este tom se manteve, e outras propostas de organização foram sugeridas pelos zapatistas. A Terceira Declaração da Selva Lacandona, do dia 1º de janeiro de 1995, propôs a criação de um movimento mais amplo, denominado Movimento pela Libertação Nacional, que deveria incorporar a CND e juntar todas as forças contrárias ao sistema de partido de Estado. Após as eleições de agosto de 1994, em que o presidente Salinas de Gortari deu lugar a Ernesto Zedillo Ponce de León, também político membro do PRI, em um contexto fraudulento e característico das eleições mexicanas das últimas décadas, os zapatistas descartaram a esperança de que a mudança viria por meio das urnas:

El 21 de agosto vino a terminar con las ilusiones de un cambio inmediato por la vía pacífica. Un proceso electoral viciado, inmoral, inequitativo e ilegítimo culminó en una nueva burla a la buena voluntad de los ciudadanos. El sistema de partido de Estado reafirmó su vocación antidemocrática e impuso, en todas partes y a todos los niveles, su voluntad soberbia. Frente a una votación sin precedentes, el sistema político mexicano optó por la imposición y cortó, así, las esperanzas en la vía electoral.³⁰⁸

³⁰⁷ EZLN. Segunda Declaración de la Selva Lacandona. 10 de junho de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/10/segunda-declaracion-de-la-selva-lacandona/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

³⁰⁸ EZLN. Tercera Declaración de la Selva Lacandona. 1º de janeiro de 1995. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/01/01/tercera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

Tanto nas eleições federais como nas estaduais, novamente candidatos do PRI venceram – no caso de Chiapas, o candidato priísta a governador era Eduardo Robledo Rincón – em meio a protestos e acusações de fraude por parte do EZLN e da Aliança Cívica Nacional, organização não governamental que, entre outras formas de atuação, vigiava de perto o processo eleitoral. As denúncias de irregularidades envolviam rasura provocada pelos próprios funcionários das zonas eleitorais, coação de voto por meio de clientelismos diversos e ameaças, recolhimento de títulos de eleitor por parte do Exército, entre outros. A perpetuação do PRI no poder regional e federal demonstrava a força do sistema de partido de Estado, que, na visão dos zapatistas, era o principal obstáculo à transformação do México e deveria ser combatido. Os cidadãos mexicanos deveriam então conformar um movimento que lutasse pela reorientação política, econômica e social do país, através, sobretudo, da instalação de um novo governo de transição e novas eleições. No trecho abaixo, podemos ver explicitadas as intenções do EZLN ao propor o Movimento pela Libertação Nacional:

El EZLN apoyará a la población civil en la tarea de restaurar la legalidad, el orden, la legitimidad y la soberanía nacionales, y en la lucha por la formación e instauración de un gobierno nacional de transición a la democracia con las siguientes características:

Que liquide al sistema de partido de Estado y separe realmente al gobierno del PRI.

Que reforme la ley electoral en términos que garanticen: limpieza, credibilidad, equidad, participación ciudadana no partidaria y no gubernamental, reconocimiento de todas las fuerzas políticas nacionales, regionales o locales, y que convoque a nuevas elecciones generales en la federación.

Que convoque a un constituyente para la creación de una nueva constitución.

Que reconozca las particularidades de los grupos indígenas, reconozca su derecho a la autonomía incluyente y su ciudadanía.

Que vuelva a orientar el programa económico nacional, haciendo a un lado el disimulo y la mentira, y favoreciendo a los sectores más desposeídos del país, los obreros y campesinos, que son los principales productores de la riqueza que otros se apropian.³⁰⁹

Suas ações foram emperradas pela dificuldade de decidir sobre as características deste movimento nacional: se se trataria de uma frente de classe ou de uma frente ampla pluriclassista.

³⁰⁹ EZLN. Tercera Declaración de la Selva Lacandona.

Com isso, o EZLN se lançou mais uma vez ao diálogo com a sociedade civil, para decidir quais rumos tomar. Em 1995, o movimento zapatista lançou uma ampla consulta nacional e internacional³¹⁰, chamada Consulta pela Paz e pela Democracia, que contou com a participação de mais de um milhão de mexicanos e 60 mil estrangeiros em cerca de 30 países.³¹¹ A consulta perguntava questões relativas às demandas zapatistas e ao seu futuro: se a população estava de acordo com as 13 principais demandas zapatistas³¹², se as distintas forças democratizadoras deveriam se unir em uma ampla frente de oposição, se deveriam fazer uma reforma política profunda no país, se o EZLN deveria se converter em uma força política independente e nova e, finalmente, se o EZLN deveria se unir a outras forças e organizações e formar uma nova organização política.³¹³ Em sua grande maioria, as perguntas foram respondidas positivamente e, de acordo com os zapatistas, a legitimidade de suas demandas foi ratificada e a população expressou um desejo de vê-los participando da vida política do México.³¹⁴ Diante da resposta, o EZLN construiu cinco novos Aguascalientes e propôs a criação de comitês civis de diálogo espalhados pelo país, a realização de um encontro intercontinental e a criação da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN), nova organização política e civil baseada na estratégia e nas demandas do EZLN.

³¹⁰ A consulta foi organizada pelo EZLN e pela Aliança Cívica – organização não governamental composta por civis que vigiava o processo eleitoral no México – e contou com a participação de mais de 40.000 voluntários. Sua realização se deu por meio da instalação de mesas no Distrito Federal (cerca de 3.000 mesas), nas comunidades indígenas (cerca de 1.700, muitas delas em Chiapas) e em diversas cidades e povoados do país (cerca de 5.600). Mais informações no documento *La Consulta Nacional de 1995*, disponível em: <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=129>; e em SEMO, Enrique. *El EZLN y la transición a la democracia. Revista Chiapas*, v. 2, 1995. Disponível em: <http://revistachiapas.org/No2/ch2semo.html#7>.

³¹¹ Informações retiradas da documentação contida no *Centro de Documentación sobre Zapatismo*, disponível no site: <http://www.cedoz.org/site/content.php?doc=129>. Acesso em: 30 mai. 2016.

³¹² “Tierra, vivienda, trabajo, alimentación, salud, educación, cultura, información, independencia, democracia, libertad, justicia y paz.” EZLN. Convocatoria del EZLN para la Consulta Nacional e Internacional. 8 de junho de 1995. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/06/08/convocatoria-del-ezln-para-la-consulta-nacional-e-internacional/> Acesso em: 30 mai. 2016.

³¹³ EZLN. Convocatoria del EZLN para la Consulta Nacional e Internacional. 8 de junho de 1995. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/06/08/convocatoria-del-ezln-para-la-consulta-nacional-e-internacional/> Acesso em: 30 mai. 2016.

³¹⁴ EZLN. Cuarta Declaración de la Selva Lacandona. 1º de janeiro de 1996. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/> Acesso em: 30 mai. 2016.

A FZLN foi proposta no dia 1º de janeiro de 1996, com a divulgação da Quarta Declaração da Selva Lacandona, e seria criada a partir das centenas de comitês civis de diálogo envolvidos na tarefa de discutir e formular propostas sobre a reforma do Estado. Segundo os zapatistas, ela seria uma força que não aspirasse à tomada do poder, em que seus membros não desempenhassem ou buscassem postos políticos e que não fosse um partido político. Seria uma força política que pudesse organizar as propostas dos cidadãos mexicanos, no âmbito local, regional e nacional. A FZLN foi oficializada em setembro de 1997, na Cidade do México, durante a marcha dos 1.111 povos³¹⁵ e dissolvida, por meio de votação, em outubro de 2005, quando o EZLN lançou uma nova estratégia de ação, *La Otra Campaña*. Foi uma organização em constante processo de construção, que organizava pensamentos, planos e ações.

A criação da FZLN, assim como a Convenção Nacional Democrática, o Movimento pela Libertação Nacional e a consulta nacional e internacional, abordados até o momento, apontava o caminho que o EZLN buscava seguir em sua maneira de agir: civil, político e pacífico. Na Quarta Declaração, os insurgentes comunicavam: “Con la unidad organizada de los zapatistas civiles y los combatientes zapatistas en el Frente Zapatista de Liberación Nacional, la lucha iniciada el 1º de enero de 1994 entrará en una nueva etapa. El EZLN no desaparece, pero su esfuerzo más importante irá por la lucha política.”³¹⁶ Esse esforço tem estado presente ao longo de todos os anos de atuação do EZLN: em 2005, por exemplo, o EZLN se lançou na campanha nacional denominada *La Otra Campaña*, em oposição às campanhas eleitorais que se davam no mesmo ano no México. A ação consistia em enviar delegações zapatistas a todo o território nacional para dialogar com a população, com as mais diversas

³¹⁵ Este evento será explicitado posteriormente.

³¹⁶ EZLN. Quarta Declaración de la Selva Lacandona.

organizações e resistências, com o objetivo de organizar a luta política e criar um programa nacional de luta anticapitalista e de esquerda.³¹⁷ Alexander Hilsenbeck aponta que, com isso,

o zapatismo colocou o objetivo de uma democracia mais direta, a partir de suas próprias experiências, questionando o simulacro democrático de participação e representatividade que imperaria nos sistemas democráticos modernos. E, mais que isso, propôs outra agenda, para conhecer as distintas e fragmentadas formas de resistências, desde abaixo e à esquerda, anticapitalistas, e as enlaçar para elaborar um plano nacional de lutas, a partir de uma rede de redes de rebeldias micros e cotidianas, para buscar outros modos de organização.³¹⁸

Entretanto, paralela à luta política junto à sociedade civil, como veremos no próximo capítulo, o EZLN também tem se dedicado a um outro tipo de resistência: a criação e o desenvolvimento de territórios autônomos em Chiapas, com o objetivo de conquistar as demandas indígenas com as próprias mãos zapatistas, sem depender dos governos.

Outra estratégia de ação performada pelo EZLN, proposta a partir da consulta nacional e internacional realizada em 1995 e da tentativa de atuar junto à sociedade civil de maneira pacífica, foram os encontros intercontinentais, centrados ao redor da resistência à globalização neoliberal. Dois Encontros Intercontinentais pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo ocorreram, mobilizados pelos zapatistas, nos anos de 1996 e 1997. O primeiro, realizado no final de julho no Aguascalientes La Realidad, contou com a participação de cinco mil pessoas vindas de 42 países³¹⁹, entre zapatistas, simpatizantes do movimento e da luta contra o neoliberalismo e a favor da dignidade humana. As discussões foram divididas em cinco mesas de trabalho: política, economia, cultura e meios de comunicação, organização da sociedade civil e “um mundo onde caibam todos os mundos”.³²⁰ O segundo, por sua vez, ocorreu um ano

³¹⁷ A ação *La Otra Campaña*, que foi mencionada no texto algumas vezes, é somente comentada por nós, uma vez que ela já extrapola nosso recorte temporal: a campanha iniciou-se em 2005 e desenvolveu-se posteriormente.

³¹⁸ HILSENBECK, Alexander. Os zapatistas e as eleições. 2016. Disponível em: <http://passapalavra.info/2016/11/109808> Acesso em; 20 jul. 2017.

³¹⁹ GENNARI. *EZLN: passos de uma rebeldia*, p. 85.

³²⁰ EZLN. Invitación al Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. 9 de junho de 1996. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/06/09/invitacion-al-encuentro-intercontinental-por-la-humanidad-y-contra-el-neoliberalismo/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

depois, na Espanha³²¹. Os temas discutidos foram neoliberalismo, marginalização, cultura, educação e informação, luta contra o patriarcado, luta pela terra e ecologia.³²² Pela primeira vez, representantes zapatistas foram enviados a um evento fora do México, o que marcou certo rompimento dos cercos territoriais e mais internacionalização do movimento.

Após o primeiro encontro, o EZLN convidou todos a construir uma rede intercontinental de resistência, sem centro de direção ou de decisão, comando central ou hierarquias. A proposta de construção dessa rede pelos zapatistas evidencia uma prática política que se intensificava na América Latina e no mundo desde os anos 1970. Neste período, muitos movimentos sociais e organizações da sociedade civil passaram a participar de redes amplas de pressão, resistência, comunicação e solidariedade. Tais redes de movimentos têm como características a “busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político.”³²³ Elas possibilitam intercâmbios voluntários, horizontais e recíprocos, e o entrelaçamento das esferas locais, regionais e globais.³²⁴ De acordo com Charles Tilly, embora há muitas décadas os movimentos sociais busquem conexões internacionais, o final do século XX trouxe uma proliferação notável de movimentos transnacionais e de conexões entre movimentos sociais³²⁵, tais como o movimento feminista e o ecológico. O fenômeno da transnacionalidade não é algo novo, porém se intensificou com maior fluxo de ideias, pessoas, informações, tecnologias e bens.

O EZLN, portanto, se inseriu em um processo de articulação transnacional de lutas que já vinha ocorrendo na América Latina e no mundo desde a década de 1970, contribuindo para

³²¹ Em cinco sedes diferentes: Madri, Catalunha, Andaluzia, Ruesta (Aragón) e Almuñecar.

³²² EZLN. Sobre el 2o. Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo en el autodenominado “Estado Español”. 17 de julho de 1997. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1997/07/17/sobre-el-2o-encuentro-intercontienental-por-la-humanidad-y-contra-el-neoliberalismo-en-el-autodenominado-estado-espanol/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

³²³ SCHERER-WARREN. *Redes de Movimentos Sociais*, p. 119.

³²⁴ ROVIRA, Guiomar. El Zapatismo y la red transnacional. *Razón y Palabra*, n. 47, out./nov. 2005. Disponível em <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n47/grovira.html>> Acesso em: 30 mai. 2016.

³²⁵ TILLY. *Regimes and Repertoires*, p. 183.

intensificá-lo. Após o levante zapatista, um grande movimento mundial emergiu para resistir ao capitalismo global e à sua forma neoliberal. O movimento antiglobalização capitalista, também chamado de altermundialista³²⁶, se iniciou na década de 1990 e adquiriu maiores proporções após uma mobilização que ocorreu em Seattle, em 1999, quando dezenas de milhares de pessoas ocuparam as ruas para impedir a realização de uma reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). Diversas outras manifestações ocorreram posteriormente, nos Estados Unidos, na América Latina e na Europa, e em 2001, elas culminaram no Fórum Social Mundial³²⁷, um espaço de reunião e diálogo de movimentos sociais, ONGs, associações e sociedade civil em geral com o objetivo de pensar alternativas, propostas e ações contra a globalização hegemônica.

Néstor García Canclini define a globalização como

uma etapa histórica configurada na segunda metade do século XX, em que a convergência de processos econômicos, financeiros, comunicacionais e migratórios acentua a interdependência entre amplos setores de muitas sociedades e gera novos fluxos e estruturas de interconexão supranacional.³²⁸

Com tal conceituação, o autor enfatiza os processos globais de circulação de capitais, bens, mensagens e pessoas que, embora tenha suas origens no século XVI³²⁹, atingiu no século passado profundos níveis de interrelação entre as nações. Além de uma etapa histórica, é também um projeto ou uma ideologia – chamada pelo autor de *globalismo* - que se pretende

³²⁶ O nome “altermundialista” tem a ver com a ideia de um projeto *alternativo* para o mundo e para a globalização. Deriva do lema que se popularizou no primeiro Fórum Social Mundial, utilizado pelos zapatistas: “outro mundo é possível”.

³²⁷ O primeiro Fórum Social Mundial foi realizado na cidade de Porto Alegre, no Brasil. Outras edições ocorreram em outras cidades ao redor do mundo, tais como Mumbai, na Índia, e Nairobi, na África. Apesar de ter contribuído para sua emergência, o EZLN não pôde participar das primeiras cinco edições do Fórum Social Mundial, por ser um movimento armado. Foi convidado para participar apenas a partir da VI edição, realizada em 2006, em Caracas, na Venezuela. A carta de convite aos zapatistas pode ser acessada no endereço: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/11/338976.shtml>>

³²⁸ CANCLINI, Néstor García. *A globalização imaginada*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003, p. 58.

³²⁹ Canclini aponta dois processos que contribuíram para a globalização: a internacionalização da economia e da cultura que se iniciou com as navegações no século XVI e a transnacionalização, a partir de meados do século XX, que criou “organismos, empresas e movimentos cuja sede não se encontra exclusiva nem predominantemente numa nação. CANCLINI. *A globalização imaginada*, p. 42.

homogênea e inevitável, por meio de uma “imposição da unificação dos mercados e submissão ao mercado das discrepâncias políticas e das diferenças culturais”³³⁰. Embora tal projeto enfatize sua agenda integradora, homogênea e comunicadora, a globalização é, na realidade, caracterizada por um processo que atinge de maneira desigual os países e os diversos grupos sociais dentro de cada um deles. Por isso, é chamada por García Canclini de “imaginada”:

Se falo em “globalizações imaginadas” não é só pelo fato de a integração incluir certos países mais do que outros. Ou de beneficiar setores minoritários desses países, enquanto a maioria continua a ser uma mera fantasia. Também porque o discurso globalizador inclui fusões que, como já disse, realmente ocorrem entre poucas nações. O que se anuncia como a globalização está gerando, na maioria dos casos, interrelações regionais, alianças entre empresários, circuitos de comunicação e consumo comuns aos países da Europa ou da América do Norte ou de uma determinada região da Ásia. Não de todos com todos.

A narrativa dominante da globalização cria a convicção de que ela, enquanto etapa histórica universal, é o único modelo possível de interação entre as sociedades, da qual nenhum país pode escapar. O neoliberalismo, enquanto principal elemento constituinte da globalização, se esconde por trás de regras econômicas que utilizam uma linguagem incompreensível para a maior parte da sociedade, que se colocam como neutras, científicas e, então, são tomadas como verdade. Além disso, na globalização neoliberal, dilui-se a territorialidade do poder, que se torna anônimo, translocalizado e despersonalizado: “Cada vez mais, trabalha-se para outros, mas não patrões ou chefes identificáveis, e sim empresas transnacionais, fantasmagóricas sociedades anônimas que ditam, a partir de lugares obscuros, regras indiscutíveis e inapeláveis.”³³¹

Esses elementos provocam a sensação nos indivíduos de que é difícil alterar a realidade, diminuindo, muitas vezes, seu interesse pela participação na vida pública: “a globalização reduz a capacidade de ação dos Estados nacionais, dos partidos, dos sindicatos e dos atores políticos

³³⁰ _____. *A globalização imaginada*, p. 168.

³³¹ CANCLINI. *A globalização imaginada*, p. 24.

clássicos em geral.”³³² Não obstante, como comentamos, desde o final do século XX, têm surgido diversos movimentos de resistência ao desenvolvimento desenfreado da globalização neoliberal. Além da dimensão econômica, luta-se contra toda a dominação cultural, social, política e ideológica trazida por esse sistema mundial. Como sugerem Pierre Dardot e Christian Laval, o neoliberalismo incide nos sujeitos como norma de vida, determinando e *produzindo* relações sociais, formas de viver e subjetividades:

Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obrigada a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa.³³³

A resistência, portanto, vem dos mais variados grupos: imigrantes, mulheres, desempregados, trabalhadores, homossexuais, transexuais, travestis, camponeses e povos indígenas, entre outros tantos que disputam com a globalização neoliberal a própria concepção de existência. Tais resistências não se caracterizam por uma rejeição total do sistema ou por uma defesa de suas identidades, culturas ou tradições que supostamente desejam permanecer imutáveis e localizadas. Como bem sugeriu Caclini, há muito “entre Mc Donald’s e Macondo”³³⁴. Elas reconhecem que a globalização, em termos de maior fluxo de comunicações, pode ser utilizada a favor da pluriculturalidade e não da homogeneização. Ela pode disseminar a diferença, chocar o outro e agir também no sentido de decompor esse choque, buscando construir “um mundo que oferece a chance (sem muitas garantias) de que a convivência global seja menos incompreensiva, com menos mal-entendidos, do que nos tempos da colonização e do imperialismo”³³⁵. Isto deve, contudo, ser feito com o devido cuidado, uma vez que “a

³³² _____ . *A globalização imaginada*, p. 19.

³³³ DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 16.

³³⁴ CANCLINI. *A globalização imaginada*, 2003, p. 47.

³³⁵ _____ . *A globalização imaginada*, p. 28.

convivência próxima de muitos modos de vida sem instrumentos conceituais e políticos que propiciem sua coexistência”³³⁶ pode levar à discriminação e à exclusão.

3.3 - O papel da *Internet* no EZLN e os discursos zapatistas

Por meio de suas pautas contra os efeitos da globalização neoliberal e em favor de um mundo mais digno e mais plural, de sua articulação com outras rebeldias, da construção de redes de solidariedade e comunicação e da utilização da *Internet* como estratégia de ação, a resistência zapatista contribuiu para a emergência do movimento altermundialista. O aparecimento da *Internet*, na década de 1990, contribuiu para o desenvolvimento das redes de movimentos sociais, especialmente no caso zapatista. O recurso da *web* possibilitou que os comunicados escritos pelos integrantes do EZLN, relatórios das organizações de direitos humanos presentes na zona de conflito, textos jornalísticos escritos pelos meios de comunicação que visitavam a Selva Lacandona, entre outros, fossem parar na mídia eletrônica, fazendo com que as demandas dos insurgentes e a realidade das populações indígenas no México começassem a circular em escala global. O compartilhamento de informações, notícias, textos e denúncias se iniciou de maneira espontânea. Jornalistas ou ativistas que tinham acesso aos comunicados do EZLN, publicados na mídia mexicana em jornais de imprensa alternativa como *Tiempo*, *El Financiero*, *La Jornada* e *Proceso*, começaram a transcrevê-los e traduzi-los para a *Internet*, mandá-los por fax ou por correio eletrônico para conhecidos e outros ativistas.³³⁷ A primeira página virtual sobre o movimento zapatista, denominada *Ya Basta*, e hoje fora do ar, foi criada em 1994 por Justin Paulson, um estudante dos Estados Unidos.³³⁸ Diferente do que

³³⁶ _____. *A globalização imaginada*, p. 100.

³³⁷ BRIDGE, Marco. FERRARI, Rogério. ORTIZ, Pedro. *Zapatistas: a velocidade do sonho*. Brasília: Entrelivros, 2006, p. 42.

³³⁸ Em entrevista realizada por Carlos de la Guardia publicada na revista eletrônica *Razón y Palabra*, em 1999, Justin Paulson afirmou que obteve autorização do subcomandante Marcos para definir o endereço da página virtual como “ezln.org” e registrar seu domínio oficialmente no nome do EZLN, concedendo aos zapatistas seus direitos de uso. Entretanto, sublinhou também que não tinha comunicação direta com nenhum membro do comando

durante muito tempo se acreditava, não foram os próprios zapatistas que começaram a publicar seus comunicados na *Internet*; somente em 1999, o EZLN criou sua primeira página virtual, na ocasião de uma consulta internacional denominada Consulta por Direitos e Dignidade Indígena. Ainda assim, esse endereço eletrônico logo saiu do ar e foi somente em 2005 que o EZLN criou seu *website* definitivo, alimentado constantemente pelos próprios integrantes e que existe até hoje.³³⁹

Por outro lado, isso não significa que os zapatistas não utilizaram a ferramenta da *web* em seu favor. Eles tinham o conhecimento de que uma rede de comunicação e solidariedade se construía e se fortalecia por meio da *Internet*, ajudando o movimento de diversas formas. Desde o início, escreviam diversos comunicados dirigidos à imprensa e à sociedade civil internacionais, a movimentos e organizações de fora do país, sabendo que chegariam ao mundo virtual e que fortaleceriam o diálogo e a rede. Pedro Ortiz analisa o processo de como os escritos chegavam à *Internet*:

Combinando formas tradicionais de comunicação das comunidades indígenas com a tecnologia de telecomunicações do final do século, os zapatistas souberam furar o bloqueio informativo e sua voz foi ouvida em todo o planeta. Como *chasquis* do final do século XX, mensageiros do EZLN cruzavam montanhas, florestas e vales com os comunicados escritos por Marcos e pelo CCRI. [...] Chegando a San Cristóbal de Las Casas, antiga cidade colonial para onde convergiam todos os jornalistas, ativistas de direitos humanos, simpatizantes, grupos de apoio e de solidariedade, os comunicados zapatistas eram distribuídos para os correspondentes dos principais jornais mexicanos, estrangeiros e agências de notícias. Grupos de apoio encarregavam-se de colocá-los rapidamente nos endereços eletrônicos com informações sobre Chiapas na *Internet*. Daí, começavam a ser reproduzidos e a circular pela rede.³⁴⁰

zapatista e que a página continha claros avisos de que ela não era a página oficial do movimento, mas era “la más reconocida y utilizada presencia zapatista en *Internet*”. O criador ainda declarou que obtinha as informações publicadas de diversas fontes: “organizaciones como el FZLN, Enlace Civil, LIMEDDH o la CDH Fray Bartolomé de las Casas; periódicos y revistas como *La Jornada* y *Proceso*; y también de individuos. La mayoría la recibo por email, alguna por teléfono o fax.” PAULSON, Justin. EZLN y la guerra en *Internet*. Entrevista a Justin Paulson (creador del sitio web del EZLN). México: *Razón y palabra*, n. 13, ano 4, jan./mar. 1999. Entrevista concedida a Carlos de la Guardia. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/antecedentes/n13/ezln13.html>> Acesso em: 18 abr. 2017.

³³⁹ ROVIRA. El Zapatismo y la red transnacional.

³⁴⁰ BRIDGE; FERRARI; ORTIZ. *Zapatistas: a velocidade do sonho*, p. 43-44.

A página eletrônica do EZLN funciona, atualmente, como um arquivo histórico – termo que é inclusive utilizado para denominar uma seção do *site*, que contém todos os comunicados produzidos e divulgados separados anualmente – de 1993 a 2017. O movimento preocupa-se em contar a história dos indígenas chiapanecos com suas próprias palavras, disponibilizando suas reflexões a todos aqueles interessados em compreendê-la, de maneira bastante acessível e organizada. O *site* não possui função interativa, isto é, não há espaço para comunicação direta com seus integrantes. Há somente a possibilidade de cadastrar-se, via *email*, para receber as atualizações publicadas na página eletrônica. Além dos comunicados escritos pelo EZLN – divididos entre aqueles produzidos pelas Juntas de Bom Governo e pelo CCRI –, os zapatistas divulgam também textos de organizações e coletivos, nacionais e internacionais, que apoiam o movimento e possuem lutas consonantes, em uma seção denominada *Abajo y a la Izquierda*. Finalmente, existem duas abas que dirigem os internautas a outras páginas: a da *Zeza Internacional*, relacionada à iniciativa de articulação internacional proposta pela Sexta Declaração da Selva Lacandona, e a da Rádio Insurgente³⁴¹, alimentadas até 2008 e 2009, respectivamente. Em nossa pesquisa, nos deparamos com algumas ausências no que se refere à página virtual, como quem a organiza, quem a alimenta e quem a financia.

Além do rápido compartilhamento de informações, a ferramenta da *Internet* possibilitou a criação de fóruns de discussão e a mobilização e organização de ações, protestos e reuniões entre ativistas. Com a ajuda da *Internet*, o EZLN conseguiu criar uma poderosa rede de resistência e solidariedade com ativistas de outras lutas e com pessoas que apoiavam suas causas. Comunidades zapatistas e coletivos solidários à resistência do movimento se

³⁴¹ Os zapatistas possuem emissoras de rádio que veiculam programas produzidos pelos insurgentes. São emissoras chamadas livres, que não possuem autorização governamental nem fins lucrativos. As rádios zapatistas constituem uma forma de comunicação popular, alternativa e comunitária e podem ser vistas como uma forma de comunicação interna do movimento, isto é, voltada para os próprios indígenas. Para mais sobre o assunto, ver: COSTA FILHO, Ismar Capistrano. *Usos sociais das rádios zapatistas: o mapa noturno da construção da autonomia nas mediações comunicativas da cultura*. 2016. 339 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2016.

espalharam pelo mundo, em países como França, Itália e Espanha.³⁴² Essas comunidades e coletivos, bem como os ativistas conectados à *Internet*, fortaleceram o movimento e têm-no ajudado de várias maneiras. Segundo Guiomar Rovira, algumas das formas de atuação são: manifestações e encontros em muitas cidades do mundo para divulgar a situação em Chiapas, tentativas de influenciar a opinião pública local e pressionar as delegações diplomáticas mexicanas; campanhas de pressão nas elites locais, nos parlamentos, em políticos e intelectuais; ida de estrangeiros para as comunidades zapatistas, que ajudam nos projetos produtivos, fornecem assistência financeira, material ou como mão-de-obra; desobediência civil eletrônica na *Internet*³⁴³.

O alcance e a extensão da rede de resistência zapatista têm a ver com uma extensa publicização das demandas e visões de mundo zapatistas, veiculadas em jornais e na *Internet* por meio de comunicados que possuem um discurso bastante plural e abrangente. A capacidade literária dos insurgentes – sobretudo do subcomandante Marcos, autor de grande parte dos comunicados zapatistas – de explicar à sociedade sua luta e partilhar reflexões e experiências facilitou a criação de inúmeras pontes de diálogo com a população. O discurso zapatista³⁴⁴ tem uma clara função: a de falar para a sociedade civil explicando a ela quem são e o que querem os zapatistas, tendo como objetivo seu apoio ao movimento. Além disso, como aponta Sarah

³⁴² Como a *Comité de Solidarité avec les Peuples du Chiapas en Lutte (CSPCL)* e *Espoir Chiapas*, ambos coletivos solidários da França.

³⁴³ Durante o protesto contra o massacre de Acteal – quando, em 22 de dezembro de 1997, 45 pessoas foram massacradas por paramilitares na comunidade tzotzil de Acteal – hacktivistas provocaram de forma simultânea um caos nas páginas eletrônicas da presidência do México, nos servidores do Pentágono, e em bolsa de valores. ROVIRA. *El Zapatismo y la red transnacional*.

³⁴⁴ Entende-se aqui por discurso, segundo as considerações de Michel Foucault, um conjunto de enunciados ou de relações portador de significados; mais do que uma simples fala, ele é uma prática social. O discurso, objeto de luta política, é constituído em um processo histórico, sendo assim importante estudá-lo dentro de um contexto de formação e de circulação. SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

Nigri, o discurso tem caráter performativo, na medida em que “pretende 'fazer acontecer' aquilo que enunciam”³⁴⁵.

Os comunicados zapatistas se dividiam³⁴⁶ em dois tipos: os assinados pelo Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI), mais curtos, com palavras de ordem e certo tom panfletário; e os assinados pelo subcomandante Marcos, mais extensos, fluidos, compostos por uma mescla de ficção, mitos indígenas, sólida argumentação política, referenciais intelectuais, entre outros elementos. Segundo Marcos, todos os comunicados eram escritos por ele, mas tinham que passar pelo crivo do CCRI, que, muitas vezes, alteravam-nos ou até mesmo rejeitavam-nos, algumas vezes “por ser muy duras”, outras “por ser muy blandas”, e algumas mais “porque confunden más que aclaran”.³⁴⁷ Sobre o processo de produção dos comunicados, Marcos esclareceu que eles poderiam ser propostos pelo CCRI ou pelo próprio subcomandante:

Todos los comunicados firmados por el CCRI-CG del EZLN son aprobados por miembros del Comité, a veces por la totalidad de ellos, a veces por representantes de ellos. La redacción de los textos es uno de mis trabajos, pero el comunicado en sí se origina por dos caminos:

Uno es que miembros del Comité o el colectivo del Comité, ven la necesidad de pronunciarse sobre algo, de “decir su palabra”.

Entonces se proponen y discuten los puntos principales de lo que se va a decir y, con esas indicaciones generales, me ordenan que haga una redacción. Después les presento el comunicado redactado, ellos lo revisan, le quitan o le agregan cosas y lo aprueban o rechazan.

El otro camino es que, llegada información de distintas partes o frente a algún hecho que lo amerite, y viendo la conveniencia de manifestarnos al respecto, propongo al Comité que emitamos un comunicado, redacto y presento la propuesta. Se discute y se aprueba o se rechaza.³⁴⁸

O discurso zapatista representa a fusão das distintas identidades abarcadas pelo grupo, é composto por diferentes vozes e se dirige a diversos interlocutores. Nos escritos dirigidos à sociedade mexicana, há um maior resgate de ícones nacionais e de acontecimentos da história

³⁴⁵ NIGRI, Sarah Domingues da Rocha. *Nunca más un México sin nosotros!: un estudio sobre las nuevas representaciones del indígena construidas por el movimiento zapatista mexicano (1994-1996)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2009, p. 104.

³⁴⁶ Até 2014, quando o subcomandante Marcos deixou de ser o porta-voz do movimento. Atualmente, quando não são assinados pelo CCRI, o são pelo subcomandante Insurgente Moisés e pelo subcomandante Insurgente Galeano.

³⁴⁷ EZLN. Presentación o prólogo a los comunicados. 28 de junho de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/28/presentacion-o-prologo-a-los-comunicados/>> Acesso em: 12 abr. 2017.

³⁴⁸ EZLN. Presentación o prólogo a los comunicados.

do país. Símbolos da história mexicana aparecem, tais como Hidalgo, Morelos, Zapata e Villa. O EZLN busca estreita relação com esses homens, considerados como “herois” pelos zapatistas e vistos como símbolos da resistência nacional pelo movimento, ao lutarem por uma vida melhor, por liberdade, por igualdade de condições. Essa filiação com figuras do passado e com ícones nacionais busca legitimidade para o grupo, justifica as demandas do presente e as ações políticas zapatistas.

Nos discursos direcionados aos povos indígenas, são feitas narrativas que se aproximam das histórias que circulam nas comunidades indígenas, nas quais há uma mobilização de elementos relacionados à sua cosmovisão. O que se quer comunicar é feito por meio de metáforas, símbolos, mitos. Tomamos como exemplo as palavras do subcomandante Marcos na ocasião do Fórum Nacional Indígena de San Cristóbal de Las Casas, que ocorreu em janeiro de 1996. Em seu discurso, para enfatizar a importância da resistência indígena no processo de transformação do mundo, Marcos narra a chamada “História dos Sete Arco-Íris”. Essa história conta que os antigos deuses disseram aos *hombres y mujeres de maíz* que eles deveriam realizar sete trabalhos para tornar o mundo bom. Estes sete trabalhos, explicados por meio de uma metáfora do arco-íris, não haviam sido completados até então. Era essa, portanto, a tarefa daqueles indígenas que ali lutavam, que representavam o sétimo arco-íris:

Hoy, en el séptimo día del amanecer del año, hasta 6 arcoiris fueron apareciendo en el camino. Contradiendo la angustia en el pecho y la resaca la asfixia del desvelo anterior, un puente curvo de luz, de nubes y de colores 6 veces recordó al Viejo Antonio y su historia de los 7 arcoiris. Pasé el camino esperando la aparición del séptimo y el frío colete me trajo otros recuerdos de unas madrugadas de hace 2 años cuando con bombas y soldados se pretendía apagar el Ya Basta! moreno que amaneció el mundo. Hace dos años, en estos mismos suelos, la dignidad indígena despertó y nos despertó. No fue poco el dolor ni pequeña la muerte. Pero ésa es otra historia y yo nomás quería decirles que aquí nomás se estaba el séptimo arcoiris, en esta reunión o foro en el que estamos pensándonos, hablándonos, aprendiéndonos, sabiéndonos. Y yo quería decirles que éste, el suyo y el nuestro, es el séptimo arcoiris, el séptimo puente que tenemos que hacernos para nacernos nuevos mundos. Así que ya

nomás nos faltan 7 veces 7 caminar el 7 para decir y decirnos que hemos terminado los 7 trabajos que nacen al mundo bueno, al que nos hace nuevos.³⁴⁹

Este tipo de narrativa, permeada por metáforas e simbolismos, também foi utilizada em diversos outros comunicados que não eram destinados exclusivamente aos índios. Uma das principais características – e trunfos – do discurso zapatista é a combinação de elementos das culturas indígenas e da cultura nacional e global, a capacidade de traduzir e adaptar os símbolos e a cosmovisão indígena nos comunicados direcionados à sociedade civil.

Nas declarações veiculadas para a sociedade civil internacional e movimentos de outros países, os insurgentes ampliam as possibilidades da luta zapatista e enfatizam suas múltiplas identidades. Possuir uma pauta de demandas bastante ampla, relacionada à identidade étnica, direitos humanos, minorias, antineoliberalismo, democracia, entre outras, fez com que o movimento zapatista despertasse interesse e conquistasse apoio dos mais diversos grupos ao redor do mundo, díspares tanto no ponto de vista ideológico como em termos de estratégia de ação – socialistas, anarquistas, movimentos a favor da luta armada, movimentos contraculturais, de estudantes, de minorias étnicas, de feministas, para dar alguns exemplos. Conforme nos apontam Marco Bridge e Massimo di Felice, “a linguagem e a representação lógica do mundo dos zapatistas busca a hibridação polissêmica e uma linguagem em que *caibam todos os mundos*.”³⁵⁰ Por meio da força das palavras, um movimento indígena local da selva de Chiapas logrou um alcance nacional e internacional que extrapolou a dimensão indígena e ocupou espaço universal em um contexto de lutas antineoliberais e em favor das minorias oprimidas.

Como é possível notar, o movimento zapatista, ao adaptar sua estratégia de ação política após o abandono da luta armada, utilizou *performances* disponíveis dentro do repertório dos movimentos sociais, de uma época e de certa estrutura de política confrontacional. O EZLN

³⁴⁹ EZLN. La historia de los 7 arcoiris. 7 de janeiro de 1996. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/07/la-historia-de-los-7-arcoiris/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

³⁵⁰ BRIDGE, Marco. FELICE, Massimo Di. *Votán-Zapata: a marcha indígena e a sublevação temporária*. São Paulo: Xamã Editora, 2002, p. 37.

realizou reuniões públicas, tal como a CND e os encontros intercontinentais; criou organizações com propósitos específicos, dedicadas às reivindicações da campanha do movimento social, tal como a FZLN; realizou grandes marchas em apoio às suas demandas; publicizou extensamente suas demandas, através de comunicados escritos e orais; e se envolveu em redes de resistência, solidariedade e comunicação. Porém, mais do que uma simples imitação de *performances* já empregadas por outros movimentos sociais, a estratégia de ação política zapatista foi inovadora em vários aspectos, principalmente no que diz respeito à utilização da *Internet* e à articulação de redes. Pedro Ortiz aponta que a circulação de informações sobre o movimento em Chiapas, as redes de comunicação e solidariedade que foram tecidas no ciberespaço e a agilidade e criatividade dessa estratégia fizeram do exemplo zapatista um dos mais bem sucedidos casos de utilização da tecnologia das telecomunicações via computador por movimentos sociais.³⁵¹

Sobre as maneiras de agir adotadas pelo EZLN, o autor ainda enfatiza:

Iniciativas políticas como a Frente Zapatista (FZLN), os fóruns nacionais e encontros intercontinentais abriram canais de diálogo com a sociedade civil dentro e fora do México e têm sido propulsores da continuidade do movimento, da sua resistência em condições tão adversas e do seu crescimento para fora dos limites geográficos de Chiapas. Talvez, sem essa combinação de resistência das comunidades e das bases indígenas do EZLN com a articulação de uma ampla rede de relações políticas e de solidariedade nacional e internacional, o movimento zapatista já teria sido mortalmente golpeado pelo governo e o exército mexicanos.³⁵²

No caso das redes, o EZLN contribuiu largamente para fomentar ao redor do mundo outras interações entre atores políticos, organizações, movimentos sociais e diversas resistências que têm questionado o processo econômico, político, social e cultural vigente. A solidariedade, nesse contexto, passou a ser difundida a partir da temática principal dos direitos humanos, da questão democrática e da luta antiglobalização neoliberal, todas elas engendradas pelo movimento zapatista. Como aponta Guiomar Rovira, o EZLN se torna uma referência

³⁵¹ BRIDGE; FERRARI; ORTIZ. *Zapatistas: a velocidade do sonho*, p. 48.

³⁵² BRIDGE; FERRARI; ORTIZ. *Zapatistas: a velocidade do sonho*, p. 33.

simbólica para “una nueva generación de movimientos sociales difíciles de caracterizar, sostenidos en redes, geográficamente dispersos, difusos, multitemáticos, intermitentes y no organizados formalmente”³⁵³.

3.4 – As reivindicações indígenas passam ao centro do discurso e da ação

Como vimos no segundo capítulo, desde o início da década 1990, quando o EZLN ainda se encontrava “escondido” nas montanhas em processo de preparação, os indígenas já haviam se tornado dominantes numericamente, no seio de um movimento que tinha sido criado por um grupo urbano de ideologia marxista. Contudo, ao analisarmos os comunicados escritos pelos insurgentes, vemos que as questões indígenas não apareciam com tanta força nos primeiros dois anos após sua primeira aparição pública. Na Primeira Declaração da Selva Lacandona, como vimos anteriormente, eles evitaram declarar que sua guerra era indígena, local ou étnica, pois queriam o apoio de todos os mexicanos. Segundo o próprio subcomandante Marcos, havia uma grande preocupação dos dirigentes zapatistas para que a população do país não visse o movimento de fora, mas de dentro.³⁵⁴

Em entrevista concedida por Marcos no dia 4 de janeiro de 1994, ou seja, logo após a primeira aparição armada do EZLN, isso fica mais claro, quando o subcomandante respondeu se as demandas zapatistas eram étnicas ou raciais:

-¿Hay contenidos raciales y étnicos en sus demandas?

-El Comité Directivo está formado por indios tzotziles, tzeltales, choles, tojolabales, mames y zoques, los principales grupos étnicos de Chiapas. Todos ellos han estado de acuerdo y, además de democracia y representatividad, demandaron respeto, respeto que los blancos nunca les han tenido. Sobre todo en San Cristóbal, los "coletos" (sancristobalenses) son muy insultantes y

³⁵³ ROVIRA. El Zapatismo y la red transnacional.

³⁵⁴ Subcomandante Marcos *apud* LE BOT. *O sonho zapatista*, p. 120.

discriminadores con respecto a los indios en la vida cotidiana. Ahora los blancos respetan a los indios, porque los ven con las arma en la mano.³⁵⁵

Em sua resposta, é possível observar que, embora os indígenas tenham sido citados como parte do comitê diretivo, suas demandas ficaram vagas. Primeiramente, a reivindicação por democracia e representatividade foi enfatizada, possivelmente em uma tentativa de articular os indígenas em primeiro plano com as demandas nacionais. Em segundo lugar, apenas a demanda por respeito aos indígenas foi apontada, deixando de lado tantas outras questões relacionadas a esses povos tais como território, autonomia, identidade étnica, entre outras.

Neste sentido, os zapatistas reforçavam a todo o momento que as principais reivindicações do EZLN se referiam a questões nacionais, tais como retirar o PRI do poder, acabar com o sistema de partido de Estado, elaborar uma nova Constituição e abrir um novo espaço democrático na sociedade mexicana. Na concepção zapatista, o apelo era abrangente o suficiente para incluir toda a população em sua luta. Porém, mais do que um simples discurso, a ênfase na dimensão nacional tinha um significado: resolver as questões referentes à vida política do país era essencial para transformar a realidade das populações indígenas, de Chiapas e do México como um todo. Como coloca Héctor Díaz-Polanco, um dos novos elementos da plataforma indígena atual é a

[...] vinculação de suas demandas particulares com grandes aspirações democráticas, socioeconômicas e políticas da maioria dos mexicanos. Esse vínculo não é só identificação, mas também condicionante: os índios têm insistido, até o cansaço, que não pode haver solução para eles sem soluções de fundo para o país em seu conjunto. Não se pode conceber a autonomia sem profundas transformações nacionais.³⁵⁶

As reivindicações dos povos indígenas sempre foram o foco da luta zapatista – terra, trabalho, melhores condições de vida, respeito à cultura e às identidades étnicas, autonomia, maior participação política, fim da exploração e das violações de direitos humanos contra os

³⁵⁵ EZLN. Subcomandante Marcos: Nos hemos estado preparando en la montaña desde hace diez años. 4 de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/04/subcomandante-marcos-nos-hemos-estado-preparando-en-la-montana-desde-hace-diez-anos/>> Acesso em: 12 abr. 2017.

³⁵⁶ DÍAZ-POLANCO. A virtude da estupidez/II. In: BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 153.

índios, para citar algumas –, entretanto, nem sempre estiveram no centro de seu discurso. Em 1994 e 1995, o discurso e as ações zapatistas visavam uma reforma política mais ampla no México e questões mais abrangentes como democracia, liberdade e justiça, sem as quais não seria possível realizar as demandas indígenas. Como vimos anteriormente, as propostas zapatistas nos primeiros anos após o levante armado giraram em torno da esfera estatal, como novas eleições, novo governo e nova Constituição. Após 1996, contudo, os integrantes do movimento passaram a evidenciar a defesa por questões específicas dos povos indígenas. Os comunicados – que demonstravam muito do que estava em pauta no diálogo com a sociedade civil – deixaram de tratar tanto da luta armada e de propostas de transformação política nacional e passaram a focar na defesa dos direitos indígenas, de sua cultura e de sua organização social própria e autônoma.

Além das temáticas voltadas às demandas indígenas, os escritos passaram a conter também mais elementos de suas identidades étnicas. Como observou Marcela Vitali, a partir de 1996, ficaram evidentes nos discursos zapatistas “as cosmologias, as cosmogonias, os elementos da natureza e as práticas políticas indígenas oriundas do convívio comunitário.”³⁵⁷ Comunicados que tratavam dos deuses, das montanhas, dos rios, de sabedoria ancestral e ensinamentos de anciões indígenas, como o Velho Antônio³⁵⁸, se tornaram mais comuns. Um exemplo disso pode ser observado no conto chamado “La historia de los otros”:

Contaron los más viejos de los viejos que poblaron estas tierras que los más grandes dioses, los que nacieron el mundo, no se pensaban parejo todos. O sea que no tenían el mismo pensamiento, sino que cada quien tenía su propio pensamiento y entre ellos se respetaban y escuchaban. Dicen los más viejos de los viejos que de por sí así era, porque si no hubiera sido así, el mundo

³⁵⁷ VITALI, Marcela Araújo. *A identidade étnica indígena no discurso político do movimento zapatista: a voz do “Viejo Antonio” (1994-1998)*. 2014. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014, p. 148.

³⁵⁸ O Velho Antônio teria sido, segundo relatou o subcomandante Marcos em seus textos, um ancião indígena que viveu na região da Selva Lacandona e acompanhou o período de preparação do EZLN nas montanhas durante a década de 1980. Ele conhecia amplamente as culturas dos povos indígenas de Chiapas e as teria passado, através de contos e histórias, para Marcos. A figura do Velho Antônio e suas narrativas se tornaram recorrentes nos comunicados zapatistas e serviram para representar as vozes, as leituras e visões de mundo dos indígenas chiapanecos. Para mais sobre o assunto, ver: VITALI. *A identidade étnica indígena no discurso político do movimento zapatista: a voz do “Viejo Antonio” (1994-1998)*.

nunca se hubiera nacido porque en la pura peleadera se hubieran pasado el tiempo los dioses primeros, porque distinto era su pensamiento que sentían. Dicen los más viejos de los viejos que por eso el mundo salió con muchos colores y formas, tantos como pensamientos había en los más grandes dioses, los más primeros. Siete eran los dioses más grandes, y siete los pensamientos que cada uno se tenía, y siete veces siete son las formas y colores con los que vistieron al mundo. Me dice el Viejo Antonio que le preguntó a los viejos más viejos que cómo le hicieron los dioses primeros para ponerse de acuerdo y hablarse si es que eran tan distintos sus pensamientos que sentían. Los viejos más viejos le respondieron, me dice el Viejo Antonio, que hubo una asamblea de los siete dioses junto con sus siete pensamientos distintos de cada uno, y que en esa asamblea sacaron el acuerdo.³⁵⁹

Neste trecho podemos observar a criação do mundo pelos deuses, a presença da sabedoria dos anciões e da voz do Velho Antônio. O conta relata que, no início do mundo, já existiam pensamentos muito diversos, mas que eram solucionados com o surgimento das práticas de assembleia e consenso. Isso refere-se aos embates de opiniões, por exemplo, entre os rebeldes e os representantes do governo em seus diálogos, ao mesmo tempo em que busca valorizar as práticas de escuta e respeito à pluralidade de pensamentos, comuns aos indígenas. Esse tipo de narrativa, que utiliza elementos pertencentes ao mundo indígena para tratar de assuntos ligados ao EZLN, não era utilizada com tanta frequência nos dois primeiros anos de atuação pública do movimento e passou a aparecer com mais vigor.

Um episódio marcante nessa transição foi a realização da mesa de Direitos e Cultura Indígena no diálogo de San Andrés, diálogo que ocorreu ao longo de 1995 e 1996 entre os zapatistas e representantes do Governo Federal, encabeçado pelo presidente Ernesto Zedillo. Vale destacar que essa mesa de trabalho ocorreu após inúmeras tentativas frustradas ao longo de 1995. Após emboscadas do Exército federal, não comparecimento dos representantes do governo no local combinado para o diálogo e outros atritos entre as duas partes, criou-se a Comissão de Concórdia e Pacificação (COCOPA), uma comissão legislativa composta por deputados e senadores dos quatro partidos mais importantes do México – Partido

³⁵⁹ EZLN. La lucha por la paz y por la humanidad, es intercontinental. La historia de los otros. 20 de janeiro de 1998. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1998/01/20/la-lucha-por-la-paz-y-por-la-humanidad-es-intercontinental-la-historia-de-los-otros/> Acesso em: 20 jul. 2017.

Revolucionário Institucional (PRI), Partido da Ação Nacional (PAN), Partido da Revolução Democrática (PRD) e Partido do Trabalho (PT) – para acompanhar o processo do diálogo. A mesa de Direitos e Cultura Indígena foi proposta pelos zapatistas junto a outras cinco mesas: Democracia e Justiça, Justiça e Bom Governo, Bem-Estar e Desenvolvimento, Conciliação em Chiapas, Direitos da Mulher em Chiapas e Fim das Hostilidades. Ela foi a primeira a ser realizada, em outubro de 1995, e se tornou a discussão mais importante desse diálogo.

Seus temas de debate contemplavam aspectos locais, regionais e nacionais. As demandas centrais se referiam ao reconhecimento dos povos indígenas e de sua cultura; à necessidade de autonomia territorial, política, econômica e jurídica; à questão da terra, pela qual reivindicavam a reforma no artigo 27 da Constituição mexicana que garantisse terras comunais aos índios e à participação política indígena. A discussão não se deu somente entre o EZLN e a delegação governamental, mas foi incrementada por mais de 500 representantes de 35 dos 56 povos indígenas do território nacional e de cerca de 180 organizações indígenas, na ocasião do Fórum Especial sobre Cultura e Direitos Indígenas que ocorreu em janeiro de 1996.³⁶⁰ Após todos os debates, o EZLN consultou suas bases de apoio para decidir se firmaria ou não acordos com o Governo Federal e, com 96% de aprovação, foram assinados os chamados Acordos de San Andrés, que levavam o nome do povoado onde as negociações ocorreram.

Apesar de os acordos não contemplarem todas as demandas zapatistas, eles representavam um grande avanço para os índios. Nos documentos, o governo se comprometeu a reconhecer os povos indígenas na Constituição, ampliar sua participação e representação política, garantir o pleno acesso à justiça, promover suas manifestações culturais, assegurar sua educação e capacitação, garantir a satisfação de suas necessidades básicas, impulsionar a produção e o emprego, proteger índios migrantes e, enfim, estabelecer novos marcos jurídicos

³⁶⁰ GENNARI. *EZLN: passos de uma rebeldia*, p. 84.

e reformar diversos artigos na Constituição para cumprir todos esses pontos.³⁶¹ No trecho a seguir, podemos observar um dos principais compromissos assumidos pelo governo, referente à livre-determinação, autonomia e reconhecimento dos indígenas e de sua identidade étnica:

Reconocer a los pueblos indígenas en la Constitución general. El Estado debe promover el reconocimiento, como garantía constitucional, del derecho a la libre determinación de los pueblos indígenas [...] El derecho a la libre determinación se ejercerá en un marco constitucional de autonomía asegurando la unidad nacional. Podrán, en consecuencia, decidir su forma de gobierno interna y sus maneras de organizarse política, social, económica y culturalmente. El marco constitucional de autonomía permitirá alcanzar la efectividad de los derechos sociales, económicos, culturales y políticos con respeto a su identidad.³⁶²

Entretanto, após a assinatura dos Acordos de San Andrés, em fevereiro de 1996, os meses se passaram e o Governo Federal nada fez para colocá-los em prática; ao contrário, continuou com ofensivas militares nos territórios de Chiapas e com uma campanha de silenciamento sobre o movimento zapatista na grande imprensa mexicana. No final daquele ano, os zapatistas pediram a interferência da Comissão de Concórdia e Pacificação (COCOPA), a qual teve de refazer o documento que as duas partes haviam assinado, uma vez que o governo havia declarado que não estava completamente ciente dos acordos, que eles deveriam ser repensados e que poderiam trazer problemas futuros para a nação. Depois de outras várias tentativas de negociação, novas considerações, novas versões dos acordos, o governo se negou a assinar a proposta final da comissão, conhecida como iniciativa de lei da COCOPA, em janeiro de 1997.

De acordo com Andrés Aubry e Angélica Inda, este momento foi um divisor de águas na luta zapatista: “tudo desvaneceu-se.”³⁶³ Houve um enorme retrocesso no processo de resolução das pautas indígenas e intensificaram-se enormemente as ofensivas militares, através

³⁶¹ Pronunciamento Conjunto que el Gobierno Federal y el EZLN enviarán a las instancias de debate y decisión nacional. Disponível em <<http://zedillo.presidencia.gob.mx/pages/chiapas/docs/sanandres/pronuncia.html>> Acesso em: 30 mai. 2016.

³⁶² Pronunciamento Conjunto que el Gobierno Federal y el EZLN enviarán a las instancias de debate y decisión nacional.

³⁶³ AUBRY, Andrés; INDA, Angélica. Epílogo: tentativa de balanço de seis anos de conflito. In: BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA (orgs.). *Chiapas: construindo a esperança*, p. 333.

de grupos paramilitares financiados pelo governo, com o objetivo de desmobilizar o levante zapatista. A partir desse momento, portanto, o cumprimento dos Acordos de San Andrés e o fim da violência protagonizada pelo governo em Chiapas passaram a ser o eixo central das mobilizações e dos discursos zapatistas. As questões relativas especificamente aos índios e à luta pelos seus direitos, que nos primeiros dois anos não foram tão enfatizadas pelo EZLN, tomaram lugar primordial nos comunicados, declarações, propostas e ações do movimento.

Isso pode ser exemplificado pelo conteúdo da consulta realizada pelos zapatistas no final de 1998, denominada *Consulta por el Reconocimiento de los Derechos de los Pueblos Indios y por el Fin de la Guerra de Exterminio*. Como vimos anteriormente, a primeira consulta realizada com a sociedade civil nacional e internacional, em 1995, tinha como temas centrais democracia e reforma política no país. Já nessa ocasião, como o próprio nome demonstra, os zapatistas desejavam discutir o reconhecimento de direitos dos povos indígenas e a situação de guerra em Chiapas. As quatro perguntas presentes na consulta eram:

Pregunta 1. ¿Estás de acuerdo en que los pueblos indígenas deben ser incluidos con toda su fuerza y riqueza en el proyecto nacional y tomar parte activa en la construcción de un México nuevo?

Pregunta 2. ¿Estás de acuerdo en que los derechos indígenas deben ser reconocidos en la Constitución mexicana conforme a los acuerdos de San Andrés y a la propuesta correspondiente de la Comisión de Concordia y Pacificación del Congreso de la Unión?

Pregunta 3. ¿Estás de acuerdo en que debemos alcanzar la paz verdadera por la vía del diálogo, desmilitarizando el país con el regreso de los soldados a sus cuarteles como lo establecen la Constitución y las leyes?

Pregunta 4. ¿Estás de acuerdo en que el pueblo debe organizarse y exigir al gobierno que “mande obedeciendo” en todos los aspectos de la vida nacional?³⁶⁴

Outro exemplo pode ser encontrado em um comunicado de janeiro de 1999, que reforçava as demandas zapatistas centrais:

Hoy, a cinco años del inicio de nuestro alzamiento, el Ejército Zapatista de Liberación Nacional repite: nuestro objetivo no es hacernos del poder, tampoco obtener puestos gubernamentales ni convertirnos en un partido

³⁶⁴ Os resultados da consulta não foram divulgados. EZLN. Convocatoria a la Consulta por el Reconocimiento de los Derechos de los Pueblos Indios y por el Fin de la Guerra de Exterminio. 11 de dezembro de 1998. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1998/12/11/convocatoria-a-la-consulta-por-el-reconocimiento-de-los-derechos-de-los-pueblos-indios-y-por-el-fin-de-la-guerra-de-extermio/>> Acesso em: 11 abr. 2017.

político. No nos alzamos por limosnas o créditos. No queremos el control de un territorio o la separación de México. No apostamos a la destrucción ni a ganar tiempo.

Nuestras demandas principales son el reconocimiento de los derechos de los pueblos indios y democracia, libertad y justicia para todos los mexicanos y mexicanas.³⁶⁵

Como é possível observar no trecho, o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas foi colocado em primeiro lugar, sem deixar de mencionar, contudo, democracia, liberdade e justiça para toda a sociedade mexicana. Vale ressaltar que o discurso zapatista continuou a se dirigir para diversos setores da sociedade nacional e internacional. Ao sublinhar a luta pelos direitos e pelas culturas indígenas, o EZLN não deixou de se pronunciar contra a opressão a todas as minorias, contra os negativos impactos do neoliberalismo no México e no mundo, a favor da democracia e da pluralidade cultural em todos os territórios. A articulação das pautas indígenas com outras resistências sempre esteve presente no zapatismo e, após 1997, inclusive, a participação de mexicanos e estrangeiros no conflito se tornou mais frequente. Com a guerra de desgaste cada vez mais incisiva, crescia o número de observadores de direitos humanos; caravanas que auxiliavam as comunidades com projetos de saúde, educação e produção; e acampamentos de paz, que se colocavam na zona de conflito para impedir o confronto armado.³⁶⁶

Voltando à ênfase na defesa dos direitos e das culturas indígenas, o EZLN, a partir de 1997, realizou uma série de ações com o objetivo de protestar contra o descumprimento dos Acordos de San Andrés e contra a opção do Governo Federal de dar um tratamento militar aos índios zapatistas ao invés de solucionar suas demandas e colocar em prática o que havia sido negociado e firmado. Tais ações foram, em grande medida, *performances* utilizadas por movimentos sociais, em geral. Em setembro de 1997, o EZLN realizou uma marcha com 1.111 delegados zapatistas, representantes das 1.111 comunidades indígenas zapatistas, passando por

³⁶⁵ EZLN. 1999: la vieja y la nueva política.

³⁶⁶ AUBRY; INDA. Epílogo: tentativa de balanço de seis anos de conflito. In: BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA (orgs.). *Chiapas: construindo a esperança*, p. 336.

San Cristóbal de Las Casas, Oaxaca, Puebla, Morelos, até a Cidade do México, com o objetivo de reivindicar o cumprimento dos acordos e também protestar contra a militarização das zonas indígenas. Durante a marcha, a Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN), abordada anteriormente, foi inaugurada.

Após a marcha dos 1.111 povos zapatistas, em 1º de janeiro de 1998, a Quinta Declaração da Selva Lacandona teve como principal temática também os acordos e a questão da violência, que se tornava cada vez mais incisiva e que chegou a seu ápice com o Massacre de Acteal, abordado no segundo capítulo. Essa declaração enfatizava que a principal bandeira de luta do EZLN, que envolvia a defesa da democracia, justiça e liberdade no país, era a de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. Os zapatistas defendiam os índios como parte essencial da nação e das transformações nacionais:

Los indígenas son hoy actores nacionales y sus destinos y planteamientos forman parte de la discusión nacional. La palabra de los habitantes primeros de estas tierras tiene ya un lugar especial en la opinión pública, lo indígena ya no es turismo o artesanía, sino lucha en contra de la pobreza y por la dignidad.³⁶⁷

Neste documento, o EZLN fez um chamado à sociedade civil, ao Congresso Nacional e à Cocopa para que lutassem por esse reconhecimento, pelo fim da guerra de extermínio e pelo cumprimento dos Acordos de San Andrés. Além disso, lançou a proposta de uma consulta nacional a ser realizada em todo o território, sobre o projeto de reforma constitucional em matéria de direitos e culturas indígenas, elaborado pela COCOPA. A consulta ocorreu em 1999, com a participação de cinco mil delegados das bases de apoio zapatistas (2.500 homens e 2.500 mulheres) e com cerca de 2,5 milhões de votos, dos quais mais de 90% disseram sim às reivindicações do EZLN.³⁶⁸

³⁶⁷ EZLN. Quinta Declaración de la Selva Lacandona, 17 de julho de 1998. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1998/07/17/v-declaracion-de-la-selva-lacandona/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

³⁶⁸ BUENROSTRO Y ARELLANO; OLIVEIRA (orgs.). *Chiapas: construindo a esperança*, p. 350.

Os anos de 1999 e 2000 foram marcados por menos comunicação externa dos zapatistas, pouca divulgação de escritos e de propostas de ação e uma firme resistência às investidas militares e paramilitares. Como já apontamos, no ano de 2000, eleições federais deram lugar a um novo presidente no México, pertencente a um novo partido: Vicente Fox, do Partido de Ação Nacional (PAN). A eleição pôs fim à permanência de 71 anos no poder do PRI e foi “lido pelos rebeldes como a manifestação de uma multidão anônima que diz ‘não’ à continuidade do regime, mas alerta que a eleição de Vicente Fox não representa a transição, tão desejada, para a democracia.”³⁶⁹ Os zapatistas fizeram duras críticas ao novo presidente, por seu caráter neoliberal e seu plano de transformar os indígenas em “microempresários”, mas reiteraram sua disposição ao diálogo e a uma solução pacífica para o conflito que ainda ocorria em Chiapas.

Em princípios de 2001, iniciou-se outra marcha em direção ao Distrito Federal. A chamada “Marcha da Cor da Terra” ou “Marcha pela Dignidade Indígena” percorreu 13 estados, 6 mil quilômetros e realizou 77 atos públicos, com o objetivo de dialogar com a sociedade civil para obter seu apoio à luta pelo reconhecimento constitucional dos direitos e das culturas indígenas e argumentar no Congresso Nacional em favor dos benefícios da iniciativa de lei da COCOPA e também sobre a importância e a urgência de reconhecer os direitos indígenas, estabelecidos nos Acordos de San Andrés, na Constituição.³⁷⁰ Além de declarações públicas orais nas principais praças pelas quais passaram, reuniões, diálogos com os comitês civis e a participação no III Congresso Nacional Indígena, os zapatistas entraram no Congresso Nacional para falar com os parlamentares. A comandanta Esther foi a primeira a discursar para uma plateia de mais de 200 senadores e deputados. Em seu discurso, abordando a necessidade de colocarem em prática a iniciativa de lei da COCOPA baseada nos Acordos de San Andrés, falou

³⁶⁹ GENNARI. *EZLN: passos de uma rebeldia*, p. 93.

³⁷⁰ EZLN. Por la cerrazón de la clase política, el EZLN ha decidido dar por terminada su estancia en la ciudad de México e iniciar el retorno a las montañas del sureste mexicano, 19 de março de 2001. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/03/19/por-la-cerrazon-de-la-clase-politica-el-ezln-ha-decenido-dar-por-terminada-su-estancia-en-la-ciudad-de-mexico-e-iniciar-el-retorno-a-las-montanas-del-sureste-mexicano/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

sobre a situação dos homens e, sobretudo, das mulheres indígenas em Chiapas e da necessidade de maior participação política dos mesmos:

Ése es el país que queremos los zapatistas.
Um país donde se reconozca la diferencia y se respete.
Donde el ser y pensar diferente no sea motivo para ir a la cárcel, para ser perseguido o parar morir.
Aquí, em este palacio legislativo, hay 7 lugares vacíos que corresponden a 7 indígenas que no pueden estar presentes.
Y no pueden estar aquí con nosotros porque la diferencia que nos hace indígenas a los indígenas, no es reconocida ni respetada.³⁷¹

A estratégia de marcha é uma ação comumente utilizada por movimentos sociais, cujo objetivo é fazer uma demonstração pública do grupo de atores em conflito e de suas reivindicações. Além da demonstração pública das reivindicações, uma marcha também realiza demonstrações de *WUNC* (valia, unidade, número e comprometimento), tais como as cores, *slogans* e roupas do movimento social, o número de pessoas e os setores sociais que participam, entre outros. Uma demonstração pública, como a marcha, visava não só demonstrar quem eram e o que queriam aqueles atores políticos em conflito, como também lograr apoio de outras pessoas e pressionar autoridades e políticos a atenderem às suas demandas.

A “Marcha da Cor da Terra” foi a última grande tentativa dos zapatistas de buscar uma solução junto aos representantes políticos do país. Como vimos até agora, desde o abandono do confronto direto com as tropas do Exército federal em janeiro de 1994, o EZLN empregou uma série de *performances* como diálogos, convenções, fóruns, marchas e declarações públicas, que visavam uma solução pacífica, política e civil para o conflito em Chiapas e para as reivindicações zapatistas. Essas *performances* eram utilizadas por movimentos sociais em geral e foram empregadas para abordar tanto questões mais amplas, relativas à reforma política, democracia, globalização neoliberal, opressão às minorias, direitos humanos, entre outras, como para tratar de demandas específicas dos povos indígenas, como reconhecimento

³⁷¹ EZLN. Discurso de la Comandanta Esther en la tribuna del Congreso de la Unión, 28 de março de 2001. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/03/28/discurso-de-la-comandanta-esther-en-la-tribuna-del-congreso-de-la-union/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

institucional de seus direitos e de sua autonomia. Como vimos nesta última parte, nos primeiros dois anos de sua vida pública, o grupo insurgente buscou com mais ênfase uma transformação política nacional, sobretudo na esfera de governo; após 1996 e o Diálogo de San Andrés, suas ações passaram a ter uma pauta bastante focada na defesa dos direitos indígenas.

Porém, em todo seu período de atuação e independente do que evidenciava o EZLN, o movimento zapatista se deparou com governos que apostavam em soluções que desmobilizassem o levante de Chiapas; que perseguiram e humilhavam os índios; que negociavam e não cumpriam. As tentativas do governo de desmobilizar o EZLN iam desde a veiculação de notícias e opiniões na mídia que apresentavam os insurgentes como estrangeiros – por exemplo, como guerrilheiros guatemaltecos – até à destruição de escolas, clínicas e cooperativas construídas pelos zapatistas, com o objetivo de enfraquecer as comunidades autônomas. Dessa maneira, o EZLN optou por seguir também outro caminho em sua estratégia de ação: a conquista de seus direitos e de sua autonomia por vias de fato, por meio da criação e desenvolvimento de territórios autônomos na região de Chiapas controlados pelas bases zapatistas, que implementavam melhorias com as próprias mãos, cotidianamente. Embora isto tenha se iniciado ainda no final do primeiro ano após o alçamento armado do grupo, foi somente após o princípio dos anos 2000 que os zapatistas reconheceram que outras estratégias levadas a cabo junto ao governo dificilmente lograriam êxito, e que o EZLN deveria apostar a maior parte de suas forças na conquista de suas reivindicações com as próprias mãos.

Assim, percebemos que, após o abandono da luta armada como principal meio para realizar as reivindicações coletivas zapatistas, a mudança de estratégia do EZLN passou por dois caminhos: o primeiro se apoiou na sociedade civil e se baseou nas maneiras de agir de movimentos sociais em geral, enquanto o segundo privilegiou as tradições e demandas indígenas. Buscamos abordar ambos, mas gostaríamos de sublinhar que, embora o EZLN tenha utilizado largamente *performances* pertencentes ao repertório de movimentos sociais,

abordadas neste capítulo, acreditamos que a principal forma de resistência zapatista é aquela cotidiana, realizada pelos indígenas chiapanecos em uma luta diária por melhores condições de vida, formas próprias de organização e reconhecimento de suas culturas.

CAPÍTULO IV

AUTONOMIA EM REBELDIA: A RESISTÊNCIA AUTÔNOMICA COMO AÇÃO POLÍTICA

4.1 – Autonomias: contexto e conceito

A palavra autonomia tem origem grega (*auto* - “de si mesmo” - e *nomos* - “lei”) e significa “aquele que estabelece suas próprias leis”. Amplamente utilizada na política, na filosofia e em diversas áreas do conhecimento³⁷², a autonomia refere-se à capacidade de um indivíduo, grupo de pessoas ou governo de determinar e vivenciar, livremente, suas próprias leis, regras e ações. Aplicada ao contexto histórico latino-americano, pode-se dizer que as autonomias dos povos indígenas foram feridas desde o período de dominação colonial, quando os europeus passaram a impor formas de organização política, econômica e social diferentes daquelas tradicionais dos povos originários da América. No México, após a independência no início do século XIX, a construção de um projeto excludente de nação e o avanço do capitalismo chocaram-se ainda mais com os modos de vida indígenas. Não obstante, como vimos no primeiro capítulo, lutas pela conservação das autonomias se espalharam pelo país, como foi possível observar por meio das experiências históricas dos maias da península de Yucatán, dos yaquis do estado de Sonora e dos zapatistas do estado de Morelos. Em todos esses movimentos de resistência, separados por distintas temporalidades e situados em diferentes regiões mexicanas, fica evidente a tentativa de povos indígenas de conservar e gerir suas próprias formas de vida.

Embora seja uma antiga demanda dos índios, desde os anos 1980, a autonomia vem ganhando contornos mais definidos nos debates acadêmicos e em meio às organizações

³⁷² Para um breve histórico dos usos da noção autonomia nos campos da filosofia, sociologia e política, ver: ALKMIN, Fábio. *Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México*. 2015. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.

indígenas. Isso pode ser relacionado, como apontado no capítulo I, ao momento de crescente politização dos povos indígenas no México e do desenvolvimento de uma corrente crítica na antropologia mexicana, ambos a partir da década de 1970, os quais faziam severas críticas às políticas estatais indigenistas e levavam a novas concepções sobre os direitos dos povos indígenas. Em 1989, o Convênio 169 *sobre pueblos indígenas y tribales en países independientes*, aprovado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), marcou uma nova e importante posição no debate internacional sobre os povos indígenas.

Primeiramente, o Convênio sugeriu que o critério de definição de um indígena deve ser a consciência de sua identidade étnica e de seu pertencimento a um grupo, em oposição a períodos anteriores nos quais foram utilizados critérios biológicos, econômicos, linguísticos e culturais.³⁷³ Em segundo lugar, ao reconhecer os povos indígenas como parte da população de um Estado nacional, afirmou que esses já existiam antes da colonização e que, por possuírem características históricas e culturais específicas, deveriam ser titulares de direitos coletivos específicos que o resto da população não possui, para que possam gozar também de direitos individuais plenamente.³⁷⁴

Embora o Convênio 169 da OIT não tenha abordado especificamente a questão da autonomia – uma vez que tratava especialmente de direitos culturais e não políticos –, tal resolução serviu como “plataforma básica, de un punto de referencia, a partir del cual los pueblos pueden meditar sobre sus demandas y definir sus metas en el contexto de los Estados nacionales.”³⁷⁵ Além do Convênio, na Nicarágua, desde 1987, experiências regionais de autonomia na Costa Atlântica haviam sido reconhecidas pelo governo sandinista e introduzidas

³⁷³ Atualmente, entende-se que esses critérios são reducionistas, racistas e não levam em conta, por exemplo, indígenas que não falam sua língua materna ou pessoas que falam uma língua indígena e nem por isso podem ser consideradas indígenas, entre outros casos. BÁRCENAS, Francisco López. *Autonomías y derechos indígenas en México*. México: MC Editores, 2009, p. 48.

³⁷⁴ BÁRCENAS. *Autonomías y derechos indígenas en México*, p. 46-48.

³⁷⁵ DÍAZ POLANCO, Héctor; SÁNCHEZ, Consuelo. *México diverso: el debate por la autonomía*. México: Siglo XXI editores, 2002, p. 15.

na Constituição.³⁷⁶ Isso colocava a autonomia como “alternativa viable para que los Estados nacionales puedan remontar situaciones de conflicto, incluso armado, que tienen su origen en la composición pluriétnica de la población.”³⁷⁷ Somados aos dois acontecimentos, em 1992, as manifestações referentes aos 500 anos da conquista europeia da América intensificaram as discussões sobre autonomia, que começaram a se expandir por diversos países latino-americanos. No México, em consonância com este contexto, os indígenas do Exército Zapatista de Libertação Nacional inseriram a demanda autonômica no seio de sua resistência e transformaram-na em estratégia de ação política, ao construírem territórios autônomos em Chiapas, controlados pelas comunidades indígenas.

Neste sentido, é importante frisar que o EZLN não inventou a autonomia. Por outro lado, segundo Gilberto López y Rivas, ele foi o primeiro movimento indígena mexicano a colocar a autonomia como reivindicação central de seus povos e como projeto político-programático.³⁷⁸ O esforço teórico, organizativo e político dos zapatistas contribuiu para que, a partir de então, a autonomia assumisse papel primordial nas lutas indígenas do país. Além disso, os zapatistas lograram conseguir uma intensa articulação nacional em torno da questão indígena.

Afinal, o que se entende atualmente por autonomia? Para que possamos compreendê-la é também necessário abordar o significado de livre-determinação ou autodeterminação. Francisco López Bárcenas aponta que a livre-determinação “es para los pueblos lo que la

³⁷⁶ A Constituição nicaraguense de 1987 reconheceu o pluralismo étnico da nação e o Estatuto de Autonomia da Costa Atlântica, conhecido como Lei 28. As regiões autônomas reconhecidas, divididas entre Região Autônoma do Atlântico Norte e Região Autônoma do Atlântico Sul, representam 46% do território nacional, 11% da população total e são composto por diversas etnias, como miskitos, mayagnas, ramas e garífunas, além de muitos mestiços. MATTERN, Jochen. *Autonomía regional en nicaragua: Una Aproximación Descriptiva* Disponível em: http://www.pueblosindigenaspcn.net/biblioteca/doc_view/40-autonomia-regional-en-nicaragua-una-aproximacion-descriptiva.html Acesso em: 20 jul. 2017.

³⁷⁷ LOPEZ Y RIVAS. *Autonomía de los pueblos índios y zapatismo en México*, p. 32.

³⁷⁸ _____ . *Autonomía de los pueblos índios y zapatismo en México*, p. 34-35.

libertad es para los individuos”³⁷⁹, isto é, o direito de decidir livremente sua forma de governo própria, sua organização econômica e sociocultural. No Dicionário de Política, organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, encontramos a seguinte definição:

Geralmente se entende por autodeterminação ou autodecisão a capacidade que populações suficientemente definidas étnica e culturalmente têm para dispor de si próprias e o direito que o povo dentro de um Estado tem para escolher a forma de governo.³⁸⁰

A livre-determinação passa pela capacidade de um povo de: 1) auto-afirmação, isto é, proclamar-se existente; 2) auto-definição, na qual ele possa determinar por si mesmo quem são as pessoas que o constituem; 3) auto-delimitação, ou seja, estabelecer os limites próprios de seu território; 4) auto-disposição, referente à organização do povo da maneira que lhe convém.³⁸¹ Dentro de um Estado nacional, a livre-determinação de um povo específico pode se exercer de diferentes maneiras, das quais destacamos duas: a primeira refere-se ao direito de independência política ou secessão, caso o povo não queira estar submetido ao Estado, e a segunda pode se realizar por meio da autonomia, como forma de o povo continuar pertencendo ao Estado e de exercer sua livre-determinação. Desta forma, na teoria, a autonomia se refere a um concerto político-legal, que deve ser acordado entre determinado povo e Estado nacional e estar reconhecido juridicamente. Com isso, seriam legitimadas e ampliadas as capacidades de ação e decisão dos povos em questão sem que esses perdessem sua vinculação nacional. Vale destacar que o concerto político-legal autônomo não segue um mesmo modelo em todos os casos, mas apresenta múltiplas experiências e possibilidades. Héctor Díaz Polanco define cada entidade autônoma como um

régimen especial que configura un gobierno próprio (autogobierno) para ciertas comunidades integrantes, la cual escogen así autoridades que son parte de la colectividad, ejercen competencias legalmente

³⁷⁹ BÁRCENAS. *Autonomias y derechos indígenas en México*, p. 57.

³⁸⁰ BALDI, Carlo. “Autodeterminação”. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 70.

³⁸¹ BÁRCENAS. *Autonomias y derechos indígenas en México*, p. 63.

atribuídas y tienen facultades mínimas para legislar acerca de su vida interna y para la administración de sus asuntos.³⁸²

Uma vez que a separação política é um direito que poucos Estados, em nome de sua integridade, concedem a seus povos e que, por outro lado, muitos deles nem sequer desejam se separar, concebemos a autonomia como uma importante alternativa para garantir a capacidade dos povos de se determinar livremente, conservar suas identidades coletivas e organizar suas formas de vida. Os Estados nacionais, em diferentes épocas e regiões, têm buscado soluções em sua maioria violentas para lidar com a diversidade dos povos. Ao contrário, a autonomia como alternativa “armoniza las partes componentes del cuerpo social, en tanto abre espacio a la participación de sectores anteriormente impedidos, sienta las bases de um régimen político mas democrático.”³⁸³

No entanto, embora o reconhecimento da autonomia em Constituições de países latino-americanos seja uma importante demanda dos povos indígenas, sua efetivação não tem sido permitida por diversos governos, como o mexicano. Na maioria dos casos, os direitos culturais dos indígenas foram reconhecidos juridicamente, mas não seus direitos políticos e econômicos, que aparecem como ameaça ao sistema e ao capital. No México, embora em 1992 a Constituição tenha reconhecido o país como nação pluricultural, pluriétnica e plurilinguística, essa reforma foi acompanhada pela alteração ao Artigo 27, que ampliava a possibilidade de privatização da terra, como vimos anteriormente. Este tipo de política foi chamado, por Charles Hale, de “multiculturalismo neoliberal”, isto é, Estados que reconhecem de forma limitada os direitos indígenas, desde que seus povos não possam violar a integridade do sistema produtivo.³⁸⁴

³⁸² DÍAZ POLANCO, Héctor. *Autonomía regional: la libredeterminación de los pueblos índios*. México: Siglo XXI, 1991, p. 151.

³⁸³ DÍAZ POLANCO; SÁNCHEZ. *México diverso: el debate por la autonomía*, p. 35.

³⁸⁴ HALE, Charles. El protagonismo indígena, las políticas estatales y el nuevo racismo en la época del “indio permitido”. Disponível em: http://www.cedet.edu.ar/Archivos/Bibliotecas_Archivos/id40/hale%20protagonismo%20indigena.pdf Acesso em: 20 dez. 2017.

Na prática, a maior parte dos Estados tem buscado, por meio de soluções agressivas, de mecanismos de isolamento e de desarticulação, impedir o exercício da livre-determinação indígena. Como argumento, coloca-se, muitas vezes, o “fantasma da balcanização”, um temor infundado da separação e do atentado à unidade e à soberania nacional, quando, na realidade, os indígenas que reclamam a autonomia querem fazer parte da nação. O que está por trás da rejeição estatal aos projetos de autonomia são interesses políticos e econômicos em prol da dominação capitalista. No caso mexicano, López y Rivas explicita alguns desses interesses:

Para el Estado, ceder ante las demandas de los pueblos indios significaría enfrentar a núcleos del poder regional ejercido por caciques y latifundistas que, bajo la protección de guardias blancas, regulan el precio de los productos agrícolas y ganaderos; detentan el poder político, administran a su conveniencia los recursos naturales, permitiendo la explotación indiscriminada e irracional de la selva y los bosques; significa cuestionar la cultura política dominante en la cual las relaciones de tutelaje y dependencia personal han sido adecuadas para fomentar prácticas clientelares a favor de dichos grupos.³⁸⁵

Como o exercício da livre-determinação não tem sido permitido pelos Estados, diferentes povos indígenas têm construído sua autonomia em rebeldia, como é o caso dos territórios controlados pelos zapatistas em Chiapas. Com isso, eles vêm buscando recuperar e fortalecer sua identidade étnica e a capacidade de regular suas próprias vidas, exercer direitos coletivos e estabelecer estruturas políticas, administrativas, econômicas, educacionais, jurídicas e culturais próprias, que condizem com suas visões de mundo, negadas desde a dominação colonial. Por meio da autonomia por vias de fato, os indígenas têm procurado, também, exercer soberania sobre seus territórios, recursos naturais e projetos de desenvolvimento referentes aos seus habitantes. Ademais, têm estabelecido sistemas de auto-governo baseados em uma democracia participativa que diferem da organização política atual vigente nos Estados nacionais latino-americanos, buscando também definir sua participação em órgãos de jurisdição estatal e representação popular.

³⁸⁵ LÓPEZ Y RIVAS. *Autonomía de los pueblos indios y zapatismo en México*, p. 98-99.

A luta por autonomia, nas últimas décadas, tem envolvido uma estratégia antissistêmica que enfrenta a “la capacidad y violencia del sistema capitalista en su actual fase de transnacionalización neoliberal”.³⁸⁶ Baseada nas cosmovisões de seus povos, usos e costumes, a autonomia choca com os valores de um tipo de Estado que tem buscado, desde meados do século XIX, “la sujeción a un derecho que consagra la propiedad privada, la preeminencia del individuo sobre la coletividad, la condición de ciudadano libre para accender al mercado y a la libre competencia”³⁸⁷. O caráter antissistêmico diz respeito, ainda, à resistência aos traços históricos da colonialidade³⁸⁸. Partilhamos da perspectiva dos estudos decoloniais que argumentam que, embora o colonialismo como etapa histórica tenha ficado no passado – como uma situação imposta pela dominação de territórios e presença de uma administração colonial –, seu legado hegemônico continua a manter elementos de dominação política, econômica, social, cultural e de gênero, chamado de colonialidade. A luta indígena por autonomia é, portanto, uma luta pela descolonização das relações sociais e pelo resgate de histórias, narrativas, identidades étnicas e formas de organização suprimidas e negadas por aquela dominação colonial.

³⁸⁶ BÁRCENAS. *Autonomía y derechos indígenas en México*, p. 169.

³⁸⁷ LÓPEZ Y RIVAS. *Autonomía de los pueblos índios y zapatismo en México*, p. 10.

³⁸⁸ O conceito de colonialidade foi cunhado por Aníbal Quijano em 1989 e dividido em três esferas: colonialidade do poder, referente à interrelação entre as formas modernas de exploração e dominação; colonialidade do saber, relacionada à epistemologia e às formas de reprodução de conhecimentos e pensamentos; e colonialidade do ser, que aborda os impactos da colonização na linguagem e na visão de mundo dos povos colonizados. Este conceito está relacionado aos estudos decoloniais que, por sua vez, partiram do Grupo Modernidade/Colonialidade, constituído no final dos anos 1990, por diversos intelectuais, como Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Immanuel Wallerstein, Santiago Castro Gómez, Nelson Maldonado Torres, Ramón Grosfoguel, Edgardo Lander, Arthuro Escobar, Catherine Walsh e Boaventura dos Santos. Formado a partir de um rompimento com os estudos subalternos indianos e latino-americanos, culturais e pós-coloniais, o grupo propôs um “giro decolonial” para a epistemologia, teoria e política, isto é, propôs a compreensão do mundo a partir da ideia de que ele é marcado pela permanência da colonialidade. Luciana Ballestrin define a decolonização como um “diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo *mainstream* do pós-colonialismo, envolvendo diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder.” BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, Brasília, mai-ago 2013, p. 108. Para mais, ver: QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: Anuário *Mariateguiano*. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997; CASTRO-GOMEZ, Santiago; GOSFROGUEL, Ramón (Comp). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007; LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005.

4.2 – A concepção de autonomia para os zapatistas

Desde o início da vida pública do EZLN, em 1994, é possível observar a demanda por autonomia dos indígenas, citada em algumas entrevistas e expressa em comunicados escritos pelos zapatistas nesse ano. Ela foi incluída na lista de demandas entregue ao Governo Federal na ocasião do diálogo de fevereiro de 1994, citada no terceiro capítulo e anexada neste trabalho. Naquele documento, a autonomia foi reivindicada em diferentes âmbitos – político, econômico, judiciário e cultural, como se observa abaixo:

Cuarta demanda.- Nuevo pacto entre los integrantes de la federación que acabe con el centralismo y permita a regiones, comunidades indígenas y municipios autogobernarse con autonomía política, económica y cultural.

[...]

Décimo sexta demanda.- Como pueblo indígena que somos, que nos dejen organizarnos y gobernarnos con autonomía propia, porque ya no queremos ser sometidos a la voluntad de los poderosos nacionales y extranjeros.

[...]

Décimo séptima demanda.- Que la justicia sea administrada por los propios pueblos indígenas, según sus costumbres y tradiciones, sin intervención de gobiernos ilegítimos y corruptos.³⁸⁹

Entretanto, embora seja uma demanda antiga, nos comunicados escritos ao longo do ano de 1994, a noção de autonomia não apareceu com tanta frequência e tampouco de forma bem delineada. Em entrevista em fevereiro daquele ano, os próprios zapatistas afirmaram ainda não saber precisar exatamente como ela se daria na prática:

-¿Sería un gobierno por cada etnia? ¿o cómo proponen ustedes ese gobierno propio?

-Podría ser de esa manera, así que tenga su gobierno cada grupo étnico, aún falta que precisar bien, pero pudiera ser así. Cada pueblo indígena, cada etnia, tenga su propio gobierno. Pero que gobierne con propia autonomía y que no hay necesidad de que otro esté aplastando o esté manipulando. Como indígena necesitamos autonomía propia, necesitamos esa identidad, esa dignidad, pues. Dignidad de vivir y respetar.³⁹⁰

³⁸⁹ EZLN. Al pueblo de México: demandas del EZLN.

³⁹⁰ EZLN. Entrevista com La Jornada. CCRI-CG: Hay en nosotros un solo rostro y un solo pensamiento. Nuestra palabra camina con verdad.

Naquele momento, a reivindicação ainda não havia ganhado contornos bem definidos em meio aos movimentos indígenas mexicanos, incluindo o EZLN. Além disso, a falta de ênfase discursiva na demanda por autonomia pode ser relacionada ao fato de que, como mostramos anteriormente, as questões especificamente indígenas não apareciam com tanta força nos comunicados escritos no primeiro ano de atuação pública do movimento. O discurso e as ações do EZLN focavam, então, em questões mais abrangentes no âmbito nacional, como a reforma política no país. Se observarmos as duas primeiras Declarações da Selva Lacandona, dois dos mais importantes documentos zapatistas, veremos que a palavra ‘autonomia’ não aparece nenhuma vez, corroborando este ponto. Somente na Terceira Declaração, escrita em 1º de janeiro de 1995, os zapatistas a incluíram, enfatizando seu caráter de integração nacional e não de separação:

La única forma de incorporar, con justicia y dignidad, a los indígenas a la Nación, es reconociendo las características propias en su organización social, cultural y política. Las autonomías no son separación, son integración de las minorías más humilladas y olvidadas en el México contemporáneo.³⁹¹

A questão autonômica começou a aparecer com ênfase nos comunicados zapatistas somente a partir do final de 1995, momento em que ocorria a Mesa de Direitos e Cultura Indígena com representantes do EZLN e do Governo Federal, abordada no terceiro capítulo. Nesse período, as demandas indígenas passavam ao centro do discurso do movimento e os zapatistas explicitavam com mais precisão o que reivindicavam e como, em termos autonômicos:

Esta autonomía debe incluir el reconocimiento del territorio de los pueblos indígenas y el establecimiento de gobiernos propios, para que los pueblos decidan sobre su economía, la administración de justicia y el control de su seguridad interna, definan su régimen agrario y solucionen sus conflictos en sus propios términos.

La autonomía implica también reconocer el derecho indígena, en un régimen jurídicamente pluralista, donde convivan las normas aplicables a todos los mexicanos y aquellas que se apliquen en la jurisdicción de las instancias autónomas. Es decir, hace falta redistribuir competencias en todos los órdenes, en especial en lo político.

³⁹¹ EZLN. Tercera Declaración de la Selva Lacandona.

Sin embargo, la autonomía no implica que el Estado deje de tener responsabilidad para con estas instancias, que tendrán derecho a fondos públicos de compensación y a otros que correspondan a los pueblos indígenas, a fin de ser ejercidos conforme a sus planes y estructura de gobierno. Este régimen de autonomía implica reformas constitucionales de, al menos, los siguientes artículos: 3º., 43, 73, 115 y 116.³⁹²

No trecho acima é possível perceber que a autonomia, na visão zapatista, deveria conter dois elementos centrais: uma base territorial para os povos indígenas e a capacidade de estabelecimento de governos próprios, sem os quais não seria possível desenvolvê-la. A partir dessas questões, os indígenas regulariam sua forma de organização econômica, de produção e de aplicação da justiça. Além disso, os zapatistas ressaltaram que a autonomia deveria ser reconhecida constitucionalmente, em um contexto em que ela pudesse conviver com as normas jurídicas válidas para todos os mexicanos e em que os indígenas continuassem vinculados ao Estado.

Como abordamos no capítulo anterior, após o término da Mesa de Direitos e Cultura Indígena em fevereiro de 1996, a questão autonômica passou a estar presente com bastante frequência nas fontes analisadas, em um contexto de descumprimento dos Acordos de San Andrés e da iniciativa de lei da Comissão de Concórdia e Pacificação (COCOPA). Na Quinta Declaração da Selva Lacandona, divulgada em julho de 1998, o reconhecimento dos direitos indígenas – e dentre eles, especialmente a autonomia – aparecia como demanda central:

Una reforma constitucional en materia de derechos y cultura indígenas no debe ser unilateral, debe incorporar los Acuerdos de San Andrés y reconocer así los aspectos fundamentales de las demandas de los pueblos indios: autonomía, territorialidad, pueblos indios, sistemas normativos. En los Acuerdos se reconoce el derecho a la autonomía indígena y el territorio, conforme al convenio 169 de la OIT, firmado por el Senado de la República. [...]

Por eso hoy ratificamos que apoyamos la iniciativa de ley elaborada por la Comisión de Concordia y Pacificación y demandamos que se eleve a rango constitucional.³⁹³

³⁹² EZLN. El Diálogo de San Andrés y los Derechos y Cultura Indígena. Punto y seguido. 15 de fevereiro de 1996. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/02/15/el-dialogo-de-san-andres-y-los-derechos-y-cultura-indigena-punto-y-seguido/> Acesso em: 12 jul. 2017.

³⁹³ EZLN. Quinta Declaración de la Selva Lacandona.

A busca zapatista por uma reforma constitucional que incluísse o direito à livre-determinação dos povos, expressa por meio de um regime de autonomia, que garantisse uma série de direitos políticos, econômicos, culturais e de acesso e regulação da justiça para os indígenas, seguiu ao longo da última década do século XX. Seu ápice se deu em 2001, quando os indígenas marcharam rumo ao Congresso Nacional para exigir o cumprimento da iniciativa de lei da COCOPA. O novo governo do Partido da Ação Nacional (PAN), que tinha como presidente Vicente Fox, havia prometido, durante sua candidatura, respeitar os Acordos de San Andrés e resolver os problemas indígenas que haviam dado origem ao levantamento chiapaneco de 1º de janeiro de 1994. Não obstante, o Presidente enviou a iniciativa ao Senado e não a defendeu, de modo que, em abril do mesmo ano, logo após a ação zapatista, foram aprovadas reformas à Constituição (nos artigos 1, 2, 4, 18 e 115) em matérias de direito e cultura indígenas que distorciam em grande medida o que havia sido acordado cinco anos antes.³⁹⁴ Além disso, a reforma apresentava contradições que representavam “verdaderos retrocesos frente a otras leyes en el país y frente a los tratados internacionales en la materia”³⁹⁵.

Conforme os próprios zapatistas apontaram ao tomarem conhecimento da reforma constitucional, as principais modificações ao projeto inicial referiam-se a: “autonomía y libre determinación, los pueblos indios como sujetos de derecho público, tierras y territorios, uso y disfrute de los recursos naturales, elección de autoridades municipales y derecho de asociación regional, entre otros.”³⁹⁶ Gilberto López y Rivas explica que houve uma substituição da palavra ‘terra’ por ‘lugares’, o que acarretava uma desterritorialização dos povos, tirando sua base material de reprodução como tal. Nos Acordos de San Andrés, havia sido estabelecido que

³⁹⁴ BÁRCENAS. *Autonomía y derechos indígenas en México*, p. 163.

³⁹⁵ LÓPEZ Y RIVAS. *Autonomía de los pueblos indios y zapatismo en México*, p. 45.

³⁹⁶ EZLN. La reforma constitucional aprobada en el Congreso de la Unión no responde en absoluto a las demandas de los pueblos indios de México, del Congreso Nacional Indígena, del EZLN, ni de la sociedad civil que se movilizó. 29 de abril de 2001. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/04/29/la-reforma-constitucional-aprobada-en-el-congreso-de-la-union-no-responde-en-absoluto-a-las-demandas-de-los-pueblos-indios-de-mexico-del-congreso-nacional-indigena-del-ezln-ni-de-la-sociedad-civil/> Acesso em: 13 jul. 2017.

“todo pueblo indígena se asienta en un territorio que cubre la totalidad del hábitat que los indígenas ocupan o utilizan de alguna manera. El territorio es la base material de su reproducción como pueblo y expresa la unidad indisoluble hombre-tierra-naturaleza”. Na dita reforma, isso deixou de ser reconhecido. Ademais, o direito sobre o uso dos recursos naturais presentes nas terras indígenas mudou, passando, então, a estar submetido às “formas y modalidades de la propiedad y la tenencia de la tierra establecidas en esta Constitución”³⁹⁷. Destacamos, portanto, que, nesses pontos, a autonomia reivindicada pelos indígenas feria-se em sua base, isto é, sem território não seria possível desenvolvê-la, garantir sua sustentação ou operacionalidade. Fábio Alkmin enfatiza que

visto que o poder não se exerce em um vazio, o território (entendido como um espaço delimitado onde se exerce o poder autônomo, seja ele uma comunidade, um município ou uma região) torna-se um conceito fundamental para compreendermos a autonomia reclamada ao Estado por esses grupos.³⁹⁸

Uma segunda alteração importante feita em 2001 pelos senadores mexicanos refere-se à eliminação do conceito de “povos”, substituído pela noção de “comunidades”. O termo *povo*, em sua conotação jurídico-política, significa sujeito de soberania e entidade de direitos públicos, ao passo que uma *comunidade* não se investe do mesmo estatuto. Dessa maneira, pretendeu-se limitar as competências dos povos indígenas e dificultar sua associação. Héctor Díaz Polanco e Consuelo Sánchez frisam que “al limitarse el ejercicio de los derechos indígenas a las comunidades, se pretende reproducir la atomización y el aislamiento de los indígenas entre sí, impidiendo su articulación político en tanto pueblos.”³⁹⁹

Frente a essas substanciais alterações, o EZLN suspendeu as tentativas de diálogo e de comunicação com o Governo Federal e desconheceu formalmente a reforma constitucional, afirmando que ela

³⁹⁷ LÓPEZ Y RIVAS. *Autonomía de los pueblos índios y zapatismo en México*, p. 45-46.

³⁹⁸ ALKMIN, Fábio. *Por una geografía da autonomía: a experiência de autonomía territorial zapatista em Chiapas, México*, p. 116.

³⁹⁹ DÍAZ POLANCO. *Autonomía regional: la libredeterminación de los pueblos índios*, p. 148.

no retoma el espíritu de los acuerdos de san andrés, no respeta la “iniciativa de ley de la cocopa”, ignora por completo la demanda nacional e internacional de reconocimiento de los derechos y la cultura indígenas, sabotea el incipiente proceso de acercamiento entre el gobierno federal y el ezln, traiciona las esperanzas de una solución negociada de la guerra en chiapas, y revela el divorcio total de la clase política respecto de las demandas populares.⁴⁰⁰

Dois anos mais tarde, em julho de 2003, o EZLN também decidiu romper totalmente com os partidos políticos mexicanos, uma vez que seus representantes haviam sido legisladores da COCOPA e também haviam traído “la esperanza de millones de mexicanos, y miles de personas de otros países, de ver reconocidos constitucionalmente los derechos y la cultura de los pueblos indios de México.”⁴⁰¹ Rompia-se, de fato, com a classe política mexicana como um todo e com as tentativas de ação zapatistas junto às instituições. Naquele momento, os indígenas chiapanecos afirmaram que a resistência seria sua principal forma de luta e que os Acordos de San Andrés seriam aplicados em territórios rebeldes. Dois dias após a divulgação do texto que comunicava a suspensão dos contatos do EZLN com o Governo Federal e com os partidos políticos, os zapatistas declararam a inauguração dos caracóis, nova instância de autonomia nos territórios rebeldes, que marcava um aprofundamento da resistência autônoma como estratégia de ação política. Foi o ápice do processo de construção da autonomia zapatista por vias de fato, que, como veremos adiante, vinha se desenrolando desde o início de sua atuação.

Antes de passarmos a esse tema, identificamos a importância das relações entre autonomia e defesa, pelos insurgentes, das identidades étnicas. Yvon Le Bot aponta que, para os zapatistas, a identidade é tão importante quanto a igualdade. Os zapatistas não querem somente ter direitos iguais ao resto da população mexicana; querem ser tratados como cidadãos, porém com atenção, respeito e reconhecimento às suas diferenças étnicas, culturais e sociais:

⁴⁰⁰ EZLN. La reforma constitucional aprobada en el Congreso de la Unión no responde en absoluto a las demandas de los pueblos indios de México, del Congreso Nacional Indígena, del EZLN, ni de la sociedad civil que se movilizó.

⁴⁰¹ EZLN. El EZLN decidió suspender totalmente cualquier contacto con el gobierno federal mexicano y los partidos políticos. 19 de julho de 2003. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/07/19/el-ezln-decidio-suspender-totalmente-cualquier-contacto-con-el-gobierno-federal-mexicano-y-los-partidos-politicos/> Acesso em: 14 jul. 2017.

[...] a exigência de reconhecimento não se esgota no acesso à cidadania, mesmo que esta respeite as diferenças. A cidadania é uma parte da resposta, não é a totalidade da resposta. Por detrás destas contestações, por detrás das afirmações de identidade, há na verdade exigências mais profundas, mais íntimas, que não dependem da esfera política, nem nas sociedades tradicionais nem nas sociedades modernas. Dizem respeito à afirmação do sujeito, pessoal e colectivo, que não se restringe à sua relação com o político.⁴⁰²

A defesa das identidades étnicas no movimento zapatista ocupa lugar central em suas reivindicações: “lo que demandamos es el reconocimiento a nuestro ser diferentes, a nuestra cultura, a nuestra historia, a nuestra lengua, a nuestras formas de gobernarnos, a nuestra forma de organización social.”⁴⁰³ Sua concepção sobre o tema difere fortemente da ideologia e das políticas indigenistas que vigoraram ao longo do século XX no México, vistas no primeiro capítulo. De acordo com os zapatistas – e também com outros movimentos indígenas que passaram a atuar de maneira consoante no mesmo momento –, os indígenas e seus componentes identitários devem ser reconhecidos enquanto parte da cultura nacional. Eles lutam contra a tentativa de integração dos povos indígenas por meio de sua mestiçagem e ocidentalização; defendem a ideia de que a nação mexicana não deve ser homogênea, mas, ao contrário, pluricultural e pluriétnica.

Para o EZLN, embora a diversidade deva ser respeitada e reconhecida, há um elemento comum que integra os indígenas à comunidade nacional: o fato de serem cidadãos mexicanos. Assim, os zapatistas defendem e articulam, ao mesmo tempo, identidade étnica e identidade nacional. Em um trecho de comunicado divulgado pelos zapatistas em 2001, é possível perceber claramente essa articulação:

¿Qué significa para el EZLN el tema indígena? ¿Quieren separarse de México?

– El EZLN es una organización mayoritariamente indígena que se levantó en armas por Democracia, Libertad y Justicia para todos los mexicanos. Del pueblo mexicano, el indígena es el más olvidado, por eso el EZLN levantó como importante demanda el reconocimiento de los derechos y la cultura indígena. Esta demanda encontró eco en todo el país y en el mundo entero. El tema indígena significa para el EZLN una deuda pendiente de México y su

⁴⁰² LE BOT. *O sonho zapatista*, p. 64.

⁴⁰³ EZLN. El EZLN responde a preguntas que han llegado a través de la página web y correo electrónico. 9 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/02/09/el-ezln-responde-a-preguntas-que-han-llegado-a-traves-de-la-pagina-web-y-correo-electronico/> Acesso em: 21 jul. 2017.

solución no debe esperar más tiempo. No queremos la independencia de México, queremos ser parte de México, ser indígenas mexicanos. Hasta ahora nos tienen como ciudadanos de segunda clase o como un estorbo para el país, queremos ser ciudadanos de primera y parte del desarrollo del país, pero queremos serlo sin dejar de ser indígenas.⁴⁰⁴

Cabe destacar que a ampliação da identidade e do discurso zapatista para além das questões indígenas foi de suma importância para um maior alcance efetivo das propostas do movimento.

Ao reivindicarem sua condição de cidadãos mexicanos, os zapatistas defendem uma participação ativa na vida política nacional e mais interação entre os povos indígenas, a sociedade mexicana e o Estado, o que se daria a partir de uma redefinição de suas relações. O objetivo do movimento é colocar em prática a valorização do caráter pluricultural da nação. Com isso em vista, o EZLN reivindica a autonomia de seus povos, pois, por meio dela, sua interação com a sociedade nacional e com o Estado traria menos danos aos aspectos culturais e organizacionais dos povos indígenas. Seria justamente nos territórios autônomos onde os indígenas poderiam valorizar suas identidades étnicas e desenvolvê-las, por meio da preservação de seus costumes, tradições, especificidades culturais e sociais. Assim, a relação dos povos indígenas com a comunidade nacional se daria sem que suas especificidades fossem apagadas em meio à cultura mestiça dominante. Os povos índios possuem maneiras próprias de ver o mundo e de se organizar, que devem ser reconhecidas, respeitadas e, além disso, devem ter seu devido espaço para que possam existir de fato.

4.3 – A construção da experiência autônoma por vias de fato: os MAREZ e os caracóis

É possível dizer que a construção da autonomia por vias de fato pelo movimento zapatista começou ainda em 1994, quando, em dezembro daquele ano, as tropas insurgentes saíram de suas posições de montanha e ocuparam vários territórios, declarando a existência dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ). Utilizando a perspectiva de Charles

⁴⁰⁴ EZLN. El EZLN responde a preguntas que han llegado a través de la página web y correo electrónico.

Tilly sobre estratégias de ação política de um grupo, podemos dizer que essa ação se baseou em uma *performance* já conhecida pelo EZLN, utilizada, por exemplo, pelos yaquis do estado de Sonora nos séculos XVIII e XIX e pelos zapatistas do estado de Morelos durante a Revolução Mexicana, como apontado no primeiro capítulo. Ambos os grupos resistiram militarmente em busca de sua autonomia ao ocupar territórios e estabelecer suas próprias organizações políticas e econômicas. Além disso, o episódio mais recente da construção da autonomia na Nicarágua, como já apontamos, contribuiu para a experiência cumulativa de confronto zapatista, baseada na observação de outros grupos, que influenciou diretamente na forma de ação política a ser colocada em prática pelo EZLN. Vale ressaltar também que, como aponta Fábio Alkmin,

formas mais ou menos avançadas de autogestão e autogoverno “indígena” já funcionavam a nível comunitário em muitas regiões chiapanecas, inclusive desde antes da fundação do EZLN. Sem dúvida, esta pré-organização foi decisiva no “sucesso” na conformação desses territórios autônomos [...].⁴⁰⁵

Em termos mais imediatos, a criação dos MAREZ esteve relacionada aos impasses no diálogo com o governo em 1994. Como apontamos no capítulo III, em junho desse ano, os zapatistas rejeitaram a proposta governamental do presidente Salinas para resolver o conflito em Chiapas e tiveram que encontrar outras soluções. Uma delas foi o rompimento do cerco militar e a ocupação de territórios que passaram a ser controlados pelos zapatistas. Com isso, eles davam início a uma resistência cotidiana que buscava atender às demandas dos indígenas chiapanecos.

Os municípios autônomos zapatistas agregaram diversas comunidades indígenas em diferentes zonas de Chiapas e demarcaram limites geográficos diferentes daqueles dos municípios oficiais. Assim, os insurgentes realizaram um intenso reordenamento territorial e uma reapropriação do espaço público, de acordo com suas próprias necessidades e vontades.

De acordo com Raúl Ornelas,

Estas iniciativas têm um caráter de reagrupamento territorial a partir de vários

⁴⁰⁵ ALKMIN, Fábio. *Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México*, p. 124.

tipos de nexos históricos: o pertencimento a uma etnia, os trabalhos em comum, a situação geográfica, as relações de intercâmbio. Diferentemente das divisões territoriais arbitrárias dos municípios “oficiais”, os municípios rebeldes são o resultado da afinidade de suas populações. Esta ruptura coloca um desafio radical frente ao poder, pois desloca o conflito da arena política para a questão fundamental do controle do território.⁴⁰⁶

Na base dessa experiência situa-se a comunidade, que realiza assembleias constantes, aberta à participação de todos (inclusive os mais jovens e as mulheres), para discutir todos os aspectos que permeiam sua vida, suas formas de organização política, social, econômica e cultural. Nelas, são decididos projetos de plantio e distribuição das terras, conflitos pessoais, organizações de atividades junto à sociedade civil, festas e eventos religiosos, uso dos recursos naturais, consultas propostas pelo EZLN, entre outros.⁴⁰⁷ A chave de sua operação é a busca pelo consenso, em um sistema que busca a participação democrática, direta e ativa dos indígenas em todas as decisões tomadas. Nas palavras do subcomandante Marcos,

“Democracia” es que los pensamientos lleguen a un buen acuerdo. No que todos piensen igual, sino que todos los pensamientos o la mayoría de los pensamientos busquen y lleguen a un acuerdo común, que sea bueno para la mayoría sin eliminar a los que son los menos. Que la palabra de mando obedezca la palabra de la mayoría, que el bastón de mando tenga palabra colectiva y no una sola voluntad. Que el espejo refleje todo, caminantes y camino, y sea, así, motivo de pensamiento para dentro de uno mismo y para afuera del mundo.⁴⁰⁸

Além da busca pelo consenso, a democracia zapatista se expressa também pelo modo como são organizadas as autoridades internas dos municípios autônomos. Cada comunidade elege, por meio da assembleia, suas autoridades locais, divididas entre: 1) *comisariado*, cujas funções referem-se às resoluções das questões agrárias; 2) *agente*, representante da comunidade no âmbito municipal; 3) *responsable*, representante da comunidade diante da organização político-

⁴⁰⁶ ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos caracoles. In: CECEÑA, Ana Esther. *Hegemonias e emancipações no século XXI*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 134. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/08_ornelas.pdf Acesso em: 15 jul. 2017.

⁴⁰⁷ BRANCALEONE, Cassio. *Sobre o significado da experiência de autogoverno zapatista*. Rio de Janeiro, 2012, 363p. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), p. 282.

⁴⁰⁸ EZLN. La historia de las palabras. 30 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/12/30/la-historia-de-las-palabras/> Acesso em: 15 jul. 2017.

militar do EZLN. Os delegados comunitários, por sua vez, elegem autoridades que integram os Conselhos Autônomos Municipais, que são divididos por comissões de área (justiça, assuntos agrários, cultura, educação, saúde, entre outras). Suas funções são executivas e administrativas. Em todos os casos, os mandatos são fixos (variam de 1 a 3 anos, dependendo da zona) e revogáveis a qualquer momento, a pedido das comunidades.⁴⁰⁹ Segundo o subcomandante Marcos, “si la comunidad está inconforme con su responsable local, lo acusan con su responsable regional. Lo investigan y lo destituyen, se hace una asamblea y nobran a otro.”⁴¹⁰

Com esses aspectos, o modo de fazer política dentro dos territórios rebeldes busca assegurar uma representatividade real, na qual o reconhecimento da necessidade de lideranças não é acompanhado pela renúncia do poder decisório. Os zapatistas seguem o princípio de “mandar obedecendo”, isto é, quem está no poder – que, aliás, não recebe nenhuma remuneração para exercer suas funções – obedece ao restante da população indígena, que comparece às assembleias, participa das discussões, tem direito à palavra e ao voto. A vida política, dessa maneira, não é exercida por “profissionais”, mas pela grande maioria dos indígenas que vivem em territórios zapatistas e que exercem, assim, uma cidadania ativa, diferente do que ocorre nas democracias ocidentais atuais. Yvon Le Bot sugere que há uma invenção de uma democracia plural,

Enriquecida por concepciones y prácticas políticas que el actual sistema no reconoce. Esto requiere, por ejemplo, conciliar democracia y comunidad, democracia directa con elección de representantes, participación y representación, un problema cuya importancia no se circunscribe a Chiapas ni a México; una cuestión cuya actualidad y alcances universales se manifiestan en las fuertes impugnaciones de la democracia occidental en el mundo entero.⁴¹¹

Essa “invenção” está atrelada, na verdade, a séculos de tradições indígenas, que conservam a vivência das assembleias e as decisões tomadas pelo consenso. A experiência

⁴⁰⁹ BRANCALEONE. *Sobre o significado da experiência de autogoverno zapatista*, p. 286-287.

⁴¹⁰ LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 122.

⁴¹¹ _____. *El sueño zapatista*, p. 42.

zapatista alarga o campo democrático ao incluir a participação das mulheres, nem sempre permitida pelos povos indígenas, e ao vinculá-la aos debates nacionais. Assim, a democratização das comunidades zapatistas “pasa por su apertura a la sociedad global y su confrontación con otras modalidades de consulta y tomas de decisiones diferentes de las costumbres locales.”⁴¹²

É importante ressaltar, também, que a forma de fazer política dentro das comunidades zapatistas não deve ser idealizada ou considerada isenta de erros e dificuldades. Como os próprios zapatistas enfatizaram, “el ‘mandar obedeciendo’ en los territorios zapatistas es una tendencia, y no está exenta de sube-y-bajas, contradicciones y desviaciones”⁴¹³. Muitas vezes, algumas lideranças podem influir nas decisões dos demais e gerar processos autoritários. O que deve ser valorizado, no entanto, é a capacidade de constante autoanálise e transformação dos zapatistas, os quais buscam aprimorar suas práticas e maneiras de se organizar conforme percebem necessidade. Isso ocorreu, por exemplo, com a criação dos chamados “caracóis” e das Juntas de Bom Governo (JBG), como veremos a seguir.

Após a construção dos municípios autônomos, os zapatistas seguiram buscando outras soluções para suas reivindicações, como vimos no terceiro capítulo, junto à sociedade civil e ao Governo Federal. Entretanto, em 2001, após o não cumprimento de fato dos Acordos de San Andrés, o EZLN radicalizou sua experiência autonômica e passou a dedicar seus esforços quase que exclusivamente aos territórios rebeldes. Durante o período entre 2001 e 2003, o EZLN divulgou poucos comunicados e manteve uma postura de maior “silêncio”. Ao contrário da aparente desaparecimento do movimento, a realidade no interior das comunidades foi de intensa organização e atividade política e social. Em 2003, os zapatistas declararam a criação dos

⁴¹² LE BOT. *El sueño zapatista*, p. 37.

⁴¹³ EZLN. Chiapas: la treceava estela. Quinta parte: una historia. 21 de julho de 2003. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/07/21/chiapas-la-treceava-estela-quinta-parte-una-historia/> Acesso em: 17 jul. 2003.

caracóis, uma nova instância autonômica que tinha o objetivo de intensificar a experiência dos MAREZ. No documento em que os zapatistas comunicaram a criação dos caracóis, o simbolismo do termo foi explicitado, com ênfase na coletividade, no acordo e na escuta da palavra:

Dicen aquí que los más antiguos dicen que otros más anteriores dijeron que los más primeros de estas tierras tenían aprecio por la figura del caracol. Dicen que dicen que decían que el caracol representa el entrarse al corazón, que así le decían los más primeros al conocimiento. Y dicen que dicen que decían que el caracol también representa el salir del corazón para andar el mundo, que así llamaron los primeros a la vida. Y no sólo, dicen que dicen que decían que con el caracol se llamaba al colectivo para que la palabra fuera de uno a otro y naciera el acuerdo. Y también dicen que dicen que decían que el caracol era ayuda para que el oído escuchara incluso la palabra más lejana.⁴¹⁴

Em resumo, os caracóis são centralidades administrativas que têm como função exercer e coordenar a autonomia em nível regional e servir como espaço de encontro dos membros dos municípios autônomos e entre os zapatistas e a sociedade civil.⁴¹⁵ Eles foram criados em substituição aos Aguascalientes, abordados no capítulo III. Como informa Fábio Alkmin, os caracóis possuem “estrutura para hospedagem de zapatistas e visitantes, além de cozinhas coletivas, mercearias, galpões, escritórios com *Internet*, oficinas para consertos, quadras de esporte, cooperativas e, em alguns casos, rádios comunitárias, clínicas de saúde e escolas autônomas.”⁴¹⁶ Cada caracol é composto por diversos municípios rebeldes, que, por sua vez, o integram por meio de delegados enviados a sua respectiva Junta de Bom Governo (JBG). No quadro abaixo, é possível observar os nomes dos cinco caracóis, os MAREZ que pertencem a cada um deles, as regiões do estado onde eles estão localizados e quais etnias os compõem:

⁴¹⁴ EZLN. Chiapas: la treceava estela. Primera parte: un caracol. 21 de julho de 2003. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/07/21/chiapas-la-treceava-estela-primera-parte-un-caracol/> Acesso em: 17 jul. 2017.

⁴¹⁵ ALKMIN. *Por una geografía da autonomía: a experiencia de autonomía territorial zapatista em Chiapas, México*, p. 152.

⁴¹⁶ ALKMIN. *Por una geografía da autonomía: a experiencia de autonomía territorial zapatista em Chiapas, México*, p. 152.

Organização dos caracóis e municípios autônomos em Chiapas

Caracol	Juntas de Bom Governo	MAREZ	Etnias indígenas	Região de Chiapas
“Madre de los caracoles del mar de nuestros sueños” (La realidad)	Hacia la Esperanza	General Emiliano Zapata, San Pedro de Michoacán, Libertad de los Pueblos Mayas y Tierra y Libertad	Tojolabales, tzeltales y mames	Selva Fronteiriça
“Torbellino de nuestras palabras” (Morelia)	Corazón del arcoiris de la esperanza	17 de noviembre, Lucio Cabañas, Comandanta Ramona	Tzeltales, tzotziles y tojolabales	Tzots Choj
“Resistencia hacia un nuevo amanecer” (La Garrucha)	El caminho del futuro	Francisco Gómez, San Manuel, Francisco Villa, Ricardo Flores Magón	Tzeltales	Selva Tzeltal
“Que habla para todos” (Roberto Barrios)	Nueva semilla que va a producir	Vicente Guerrero, Trabajo, Francisco Villa, Campesino, La Paz, Benito Juárez, La Dignidad, Acabán, Rubén Jaramillo	Choles, zoques y tzeltales	Zona Norte
“Resistencia y rebeldía por la humanidad” (Oventik)	Corazón céntrico de los zapatistas delante del mundo	San Andrés Sacamch’en de los Pobres, San Juan de la Libertad, San Pedro Polhó, Santa Catarina, Magdalena de la Paz, 16 de febrero, San Juan Apóstol Cancuc.	Tzotziles y tzeltales	Altos de Chiapas

Elaborado pela autora, a partir dos dados disponíveis em ALKMIN. *Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México*, p. 135; ORNELAS. *A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos caracoles*. p. 16

As Juntas de Bom Governo são uma nova instância de governo da experiência zapatista, que tem como objetivo coordenar regionalmente certo número de MAREZ, zelar pelos

princípios zapatistas e representá-los, interna e externamente. Elas foram criadas com o objetivo de resolver alguns impasses referentes ao modo de organização autonômica anterior, focado apenas no âmbito municipal. De acordo com os zapatistas, foram identificados dois problemas centrais: a implementação de projetos produtivos e a construção de clínicas de saúde e escolas, por exemplo, começaram a se concentrar apenas em algumas comunidades e municípios. Isso se deu em função de que alguns locais, por serem de mais fácil acesso ou mais visibilizados na mídia, atraíam mais apoio da sociedade civil. Além disso, muitas vezes, a estrutura militar hierárquica do EZLN, nas palavras dos zapatistas, “contaminaba de alguna forma una tradición de democracia y autogobierno”⁴¹⁷, ao influenciar decisões e desempenhar certas funções de governo.

Assim, as Juntas de Bom Governo passaram a ter as seguintes funções: equilibrar o desenvolvimento das comunidades e municípios autônomos, regulando o ingresso de fundos de apoio e visitantes e a execução de projetos em cada um deles; garantir que as práticas de governo dos municípios estivessem de acordo com os princípios e leis zapatistas; mediar conflitos entre os MAREZ e entre esses e outros municípios governamentais.⁴¹⁸ Isso intensificou os alcances da experiência autonômica, possibilitando que os municípios rebeldes se focassem mais na condução da administração local, no que diz respeito à habitação, à saúde, ao trabalho e à terra, entre outras questões. Além disso, as práticas políticas distanciaram-se dos mandos militares. Cada região zapatista passou a ter, assim, três níveis de governo: o regional, integrado por uma JBG; o municipal, com um Conselho Autônomo de um município rebelde; e o comunitário, com representantes de cada comunidade.⁴¹⁹

Neste ponto, destacamos a riqueza da experiência autonômica zapatista, que, além de

⁴¹⁷ EZLN. Chiapas: la treceava estela. Quinta parte: una historia.

⁴¹⁸ EZLN. Chiapas: la treceava estela. Sexta parte: un buen gobierno. 21 de julho de 2003. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/07/21/chiapas-la-treceava-estela-sexta-parte-un-buen-gobierno/> Acesso em: 17 jul. 2003.

⁴¹⁹ BRANCALEONE. *Sobre o significado da experiência de autogoverno zapatista*, p. 271.

ser pluriétnica e agregar grupos bastante distintos, entrelaça vários níveis de autonomia. Os caracóis funcionam como instâncias que conectam vários municípios autônomos de diferentes regiões de Chiapas e assim articulam as autonomias comunitárias, base do projeto zapatista, em um nível regional. Isso possibilita diversos avanços, como a melhor distribuição de recursos e melhor diálogo entre todas as comunidades zapatistas. Além disso, une forças necessárias a um processo tão complexo de resistência.

4.4 – Avanços e limites da autonomia zapatista

Desde o início de sua atuação, os zapatistas vêm buscando construir sistemas alternativos de educação, saúde, meios de comunicação, projetos de produção e de comercialização. Embora o conceito de autonomia e sua forma constitucional não estivessem tão bem delineados pelos zapatistas ou não aparecessem em seus comunicados inicialmente, há muitos anos os indígenas chiapanecos têm se dedicado a uma transformação radical e cotidiana do espaço local, reconstruindo, *desde abajo*, as condições de vida de seus povos. Em 2004, dez anos após a criação dos municípios autônomos e um ano após a criação dos caracóis e das JBG, o EZLN divulgou uma série de comunicados chamada “Leer un video”⁴²⁰, nos quais analisava alguns avanços e limites de sua experiência autonômica. Em dezembro de 2006 e janeiro de 2007, durante a realização do Primeiro Encontro dos Povos Zapatistas com os Povos do Mundo⁴²¹, membros das cinco Juntas de Bom Governo discursaram sobre diferentes temas

⁴²⁰ Essa série de comunicados escritos faz referência ao formato de vídeo, que, como não pôde ser realizado e não contém imagem ou áudio, deve ser lido. Com uso de humor, comum aos textos do subcomandante Marcos, o texto inicia-se com: “EL SISTEMA ZAPATISTA DE TELEVISIÓN INTERGALACTICA PRESENTA...; UN VIDEO MUUUUY ESPECIAL! LA AUSENCIA DE AUDIO E IMAGEN EN ESTE VIDEO NO ES POR FALTA DE TECNOLOGIA, SINO POR LO QUE SE LLAMA ‘TECNOLOGIA DE LA RESISTENCIA’.” EZLN. Leer un video. Primera parte: un islote. 20 de agosto de 2004. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2004/08/20/leer-un-video-primera-parte-un-islote/> Acesso em: 20 jul. 2017.

⁴²¹ O Primeiro Encontro dos Povos Zapatistas com os Povos do Mundo foi convocado pela comissão intergaláctica do EZLN e pela ZEZTA INTERNAZIONALE e ocorreu no caracol Oventik, em Chiapas, entre os dias 30 de dezembro de 2006 e 2 de janeiro de 2007. O encontro contou com a participação de centenas de ativistas e

referentes à experiência autonômica (como educação, saúde, produção e comércio) e suas falas foram transcritas e publicadas pela *Revista Contrahistorias*⁴²². Utilizaremos, sobretudo, essas fontes, articuladas a outras referências bibliográficas, para analisar o desenvolvimento da autonomia nos territórios controlados pelas bases zapatistas.

No âmbito educacional, os zapatistas construíram, até 2005, mais de 500 escolas distribuídas pelas das comunidades. Segundo os insurgentes, quem participou desse processo foram “maestros de escuela y de albañilería, especialistas en pedagogía, hombres y mujeres con nombres y rostros comunes, indígenas con y sin pasamontañas, [que] levantan escuelas y conocimientos donde antes sólo había ignorancia.”⁴²³ As escolas construídas são, em sua maioria, de nível básico, mas a partir dos anos 2000 foram criadas também escolas secundárias, presentes nos caracóis Oventik e Morelia, como observamos nas imagens abaixo:



observadores mexicanos e estrangeiros e teve como objetivo central fazer um balanço da criação dos caracóis, das cinco Juntas de Bom Governo (JBG) e de mais de uma década de governos locais autônomos.

⁴²² *Contrahistorias*: la otra mirada de Clio, n.º. 8, mar-ago., 2007, México, 2007. Disponível em: <http://contrahistorias.com.mx/>

⁴²³ EZLN. Leer un video Sexta Parte: Seis Avances. 25 de agosto de 2004. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2004/08/25/leer-un-video-sexta-parte-seis-avances/> Acesso em: 17 jul. 2017.



Escola secundária do caracol Oventik. Fonte: <http://www.serazln-altos.org/esraz.html>

As escolas autônomas passaram a atender a demanda de uma população que era, em grande medida, analfabeta, sobretudo no que se refere às mulheres.⁴²⁴ Além disso, mesmo aqueles que já tinham acesso à educação, começaram a deixar as escolas “oficiais” (federais ou estatais), para estudar nas escolas autônomas zapatistas. Isso se deu em função de que essas escolas passaram a ensinar conhecimentos pertinentes aos indígenas, que respondem às demandas e problemas cotidianos, que valorizam seus usos e costumes e que utilizam sua própria língua. Como aponta Bruno Baronnet, os indígenas rejeitam abertamente a política educativa indigenista, baseada na integração, no uso exclusivo da língua espanhola e na valorização dos saberes ocidentais, que perdura, em grande medida, até os dias de hoje no México.⁴²⁵ Ampliando o cenário, os zapatistas afirmaram, no discurso dos integrantes da JBG

⁴²⁴ Bruno Baronnet fala de 40% de analfabetismo na população falante de *tsetsal*, segundo os censos do Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática do México (INEGI). BARONNET, Bruno. *Autonomía y educación indígena: las escuelas zapatistas de la Selva Lacandona de Chiapas, México*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2012, p. 17.

⁴²⁵ BARONNET. *Autonomía y educación indígena: las escuelas zapatistas de la Selva Lacandona de Chiapas, México*, p. 25.

do caracol II, em Oventik, que a maioria dos sistemas educativos espalhados ao redor do mundo:

nunca se han preocupado de elaborar un modelo de educación de acuerdo a las necesidades de los pueblos y a la realidad nacional e internacional, basado en nuestras raíces culturales, políticas, ideológicas, económicas y respetando las diversas lenguas que existen en todo el mundo.⁴²⁶

Nesse sentido, Baronnet afirma que o principal ponto positivo que os povos indígenas consideram acerca da educação autonôma é “su capacidad de (re)valorizar los conocimientos generales, prácticos y éticos, que estiman útiles, necesarios o prioritarios para fortalecer su identidad y su dignidad como miembros de un pueblo campesino tseltal mexicano y zapatista.”⁴²⁷

As escolas contam com educadores chamados pelos zapatistas de “promotores educativos”, que pertencem às próprias comunidades e passam por cursos de capacitação. Eles não ocupam uma posição social superior e dominante dentro do espaço comunitário, diferenciando-se dos professores “oficiais” do estado, que, na maioria das vezes, vem *desde afuera* e não compartilham da realidade vivida pelos indígenas. Os conteúdos ensinados, por sua vez, não seguem os ditados pela Secretaria de Educação Pública do México e são decididos pelas próprias comunidades – autoridades, promotores, alunos, pais, mães e idosos – que, em assembleias, discutem e determinam o que deve ser ensinado e como.⁴²⁸ Lia Pinheiro Barbosa descreve o currículo da educação primária zapatista, dividida em: leitura e escrita, matemática, história, política, natureza, geografia, arte, cultura, esporte, saúde e produção. A educação

⁴²⁶ INTEGRANTES DO CARACOL 2. Discurso, Mesa de trabajo 1 – La Otra Educación. Intervenciones de las Juntas de Buen Gobierno en el Primer Encuentro de los Pueblos Zapatistas con los Pueblos del Mundo. In: *Contrahistorias*, nº. 8, mar-ago., 2007, México, p. 17.

⁴²⁷ BARONNET. *Autonomía y educación indígena: las escuelas zapatistas de la Selva Lacandona de Chiapas*, México, p. 104.

⁴²⁸ BARBOSA, Lia Pinheiro. Educação rebelde e autônoma na *práxis* revolucionária zapatista: aportes ao debate contemporâneo acerca do campo de disputa hegemônica na América Latina. Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente. Universidade Federal Fluminense, 2015. *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*. Niterói: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), 2015. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2015/anais2015/mc1/Tc13.pdf> Acesso em: 18 jul. 2017.

secundária, por sua vez, divide-se entre “linguagem e comunicação, matemática, ciências naturais, ciências sociais, produção e humanismo, esta dedicada à trajetória da luta Zapatista, aos princípios que norteiam seu projeto político, bem como aos símbolos da resistência e da rebeldia.”⁴²⁹

Em geral, segundo a fala dos zapatistas no Primeiro Encontro dos Povos Zapatistas com os Povos do Mundo, os conteúdos não separam atividade intelectual de atividade manual, em uma perspectiva que resgata as tradições indígenas e que privilegia a prática antes da teoria. Como exemplo mais específico do que é ensinado nas escolas, os zapatistas citaram a educação ambiental. Segundo os insurgentes, ela faz parte de todos os níveis escolares autônomos e enfoca, sobretudo, os rios, bosques, animais e tudo aquilo que faz parte do meio natural da comunidade. Para os zapatistas, esse ensino “constituye un instrumento en la formación y consolidación de una conciencia crítica y reflexiva acerca del deterioro ambiental, sobre nuestra madre tierra, y así dar soluciones de la defensa de la naturaleza.”⁴³⁰

Há uma gestão participativa da educação, que “redefine el carácter público de la educación, al intervenir en ella las comunidades como sujetos sociales resolutamente ‘públicos’”⁴³¹. Isso demonstra, também, o caráter democrático da educação autônoma. Cada comunidade e seus representantes escolhidos para o âmbito educacional podem influir amplamente nos processos de gestão escolar. Os representantes e promotores são submetidos, ainda, a mecanismos de controle e vigilância em relação ao cumprimento de seu trabalho, assim como ocorre nas instâncias de governo zapatistas.

⁴²⁹ BARONNET. *Autonomía y educación indígena: las escuelas zapatistas de la Selva Lacandona de Chiapas, México*, p. 100-102.

⁴³⁰ INTEGRANTES DO CARACOL 2. Discurso, Mesa de trabajo 1 – La Otra Educación. Intervenciones de las Juntas de Buen Gobierno en el Primer Encuentro de los Pueblos Zapatistas con los Pueblos del Mundo, p. 20.

⁴³¹ BARONNET, Bruno; BAYO, Mariana; STAHLER-SHOLK, Richard. *Luchas “muy otras”: zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas*. México: UNAM, 2011, p. 44.

Por sua vez, os alunos são preparados como “verdaderos participantes – y no receptores pasivos – de los procesos sociales propios a sus comunidades, así como del autogobierno de las escuelas.”⁴³² Isso permite enraizar desde cedo, nos jovens, os ideais de resistência, autonomia, questionamento da realidade social, valorização da identidade étnica e outros tantos importantes para o movimento zapatista, projetando-o para o futuro. Nas palavras dos insurgentes, isso permite formar “mujeres y hombres [que] tengan conciencia de su libertad, de su inteligencia, de su dignidad y de su valor como seres humanos, iguales ante el mundo que estamos construyendo por un medio de educación.”⁴³³ É uma educação, em resumo, que possui um caráter plural, crítico, transformador, público, endógeno e autônomo.⁴³⁴

O sistema de saúde autônomo começou a ser pensando e construído antes mesmo da construção dos MAREZ. A zapatista Celia relata que a construção da primeira clínica, na comunidade de Oventik, teve início ainda em 1988 e passou a funcionar em fevereiro de 1992. As comunidades indígenas da região vivenciavam inúmeros problemas de saúde. A falta de clínicas e hospitais em seus territórios fazia com que os indígenas tivessem que se deslocar a lugares muito distantes para receber atenção médica, o que acarretava inúmeras mortes por doenças curáveis. A demanda de um sistema de saúde autônomo que não dependesse do governo já era realidade para os indígenas.⁴³⁵

Atualmente, esse sistema conta com uma estrutura básica: microclínicas, farmácias, clínicas regionais, campanhas de higiene e médicos. Conforme afirmaram os insurgentes, seu foco é dedicado à medicina preventiva, que tem como objetivo reduzir o número de doenças e

⁴³² BARONNET; BAYO; STAHLER-SHOLK. *Luchas “muy otras”: zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas*, p. 46.

⁴³³ INTEGRANTES DO CARACOL 2. Discurso, Mesa de trabajo 1 – La Otra Educación. Intervenciones de las Juntas de Buen Gobierno en el Primer Encuentro de los Pueblos Zapatistas con los Pueblos del Mundo, p. 20.

⁴³⁴ BARONNET; BAYO; STAHLER-SHOLK. *Luchas “muy otras”: zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas*.

⁴³⁵ CELIA. Discurso, Mesa de trabajo 2 – La Otra Salud. Intervenciones de las Juntas de Buen Gobierno en el Primer Encuentro de los Pueblos Zapatistas con los Pueblos del Mundo. In: *Contrahistorias*, nº. 8, mar-ago., 2007, México, p. 23-25, 2007.

o uso de medicamentos industrializados.⁴³⁶ Em 2007, a Clínica Central “La Guadalupe”, localizada no caracol de Oventik, já contava com os seguintes serviços:

un consultorio general, dental, ginecología, quirófano, laboratorio, farmacia y cinco cuartos de hospitalizaciones. Y un cuarto de enfermería, y una sala de partos, una sala de urgencias, oftalmología, óptica, bodega de materiales, y una sala y un laboratorio de medicina herbolaria. Y un salón de capacitación.⁴³⁷

Os responsáveis pela saúde são também chamados de “promotores”, indígenas das comunidades treinados para cuidar dessa área. Segundo os zapatistas, tudo isso se possibilita, em grande medida, por meio do apoio da sociedade civil, que além de fazer doações de remédios e de apoiar financeiramente os projetos, oferece uma

ayuda solidaria (y en no pocos casos heroica) de doctores y doctoras especialistas y enfermeras que, robándole tiempo a su descanso, vienen hasta estas tierras y reparten conocimientos (a parteras, “hueseras”, promotores de salud y laboratoristas) y salud a todas las comunidades.⁴³⁸

O trabalho com saúde dos zapatistas envolve outra concepção sobre o tema, que implica também em “otra forma de hacer salud”⁴³⁹: ser saudável significa uma noção integral do indivíduo, que envolve o âmbito psicológico, espiritual, afetivo, os laços com a comunidade e com a natureza, entre outros.⁴⁴⁰ Além disso, há um trabalho feito a partir de conhecimentos ancestrais de plantas medicinais que, embora não descarte o uso da medicina alopática, tem importante papel no sistema de saúde zapatista. Nas palavras da insurgente Karina, “esto es lo

⁴³⁶ EZLN. Leer un video Sexta Parte: Seis Avances.

⁴³⁷ CELIA. Discurso, Mesa de trabajo 2 – La Otra Salud. Intervenciones de las Juntas de Buen Gobierno en el Primer Encuentro de los Pueblos Zapatistas con los Pueblos del Mundo, p.23-25.

⁴³⁸ EZLN. Leer un video Sexta Parte: Seis Avances.

⁴³⁹ BARONNET; BAYO; STAHLER-SHOLK. *Luchas “muy otras”: zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas*, p. 47.

⁴⁴⁰ NAJLIS, Ximena Antillón. El territorio del alma. Una experiencia de acompañamiento psicossocial en la zona norte de Chiapas. In: BARONNET, Bruno; BAYO, Mariana; STAHLER-SHOLK, Richard. *Luchas “muy otras”: zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas*. México: UNAM, 2011.

que nos há ayudado mucho a seguir resistiendo, y a no depender tanto de medicamentos de farmácia, sólo en casos muy graves y urgentes.”⁴⁴¹

Esse ponto, assim como o da educação autônoma, tem a ver com uma busca pela descolonização do saber, ao valorizar conhecimentos que, por diferirem daqueles baseados na ciência, foram invisibilizados, considerados incomensuráveis e incompreensíveis, taxados de crenças, mitos, magia ou idolatria.⁴⁴² Com isso, os zapatistas buscam recuperar o que foi silenciado desde o processo de colonização, descortinando outras percepções de mundo e práticas que se perderam ou se tornaram marginais dentro da cultura dominante. Alexander Hilsenbeck aponta que, no sistema de saúde zapatista, há uma combinação entre práticas tradicionais e modernas que

se fundem na tentativa de superar o modelo atual que mercantiliza doença e saúde, que fragmenta e separa corpos e sentimentos, que não tem por intuito nem a saúde, nem o bem-estar, mas apenas quantifica o lucro e promove um controle global e higienizador sobre a vida social. Ao decidirem coletivamente as formas de tratamento da saúde, também demonstram a não dependência da comunidade a um corpo tecnocrático externo a ela. Essa organização autônoma dos “de baixo”, dos “excluídos”, de tomarem em suas mãos os aspectos primordiais de suas vidas, como sua própria saúde, demonstra na prática, ainda que por alguns instantes, os desafios e horizontes abertos ao amanhã.⁴⁴³

Outra esfera da autonomia tem a ver com as formas de produção e com a base econômica, um dos pontos centrais que sustentam a experiência autonômica zapatista, pois garante a base da sobrevivência para os povos que ali vivem. Segundo Fábio Alkmin, as terras de uma comunidade zapatista dividem-se entre: 1) uso familiar, cuja produção de alimentos e animais se destina, primordialmente, à subsistência; 2) e uso coletivo, cuja produção é, em

⁴⁴¹ KARINA. Discurso, Mesa de trabajo 2 – La Otra Salud. Intervenciones de las Juntas de Buen Gobierno en el Primer Encuentro de los Pueblos Zapatistas con los Pueblos del Mundo. In: *Contrahistorias*, nº. 8, mar-ago., 2007, México, p. 22-23.

⁴⁴² SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina 2009, p. 25.

⁴⁴³ HILSENBECK FILHO, Alexander M. Outra saúde: a experiência autônoma zapatista. Disponível em: <http://passapalavra.info/2010/02/18399> Acesso em: 20 jul. 2017.

parte, vendida, e em parte destinada a um fundo público da comunidade, que pode ser usado para compra de itens e reforma das escolas e clínicas, entre outros.⁴⁴⁴ Além disso, são desenvolvidas cooperativas de criação de animais e agricultura e capacitação de técnicas de agroecologia. Representantes do caracol La Garrucha informaram que

se han capacitado los promotores de agroecología en nuestros municipios autónomos para que ellos tengan experiencia en cuidar el medio ambiente, cómo cuidar animales, cómo vacunarlos y cómo hacer producir mejor las tierras recuperadas y por eso tenemos avances en cada municipio.⁴⁴⁵

São desenvolvidos também projetos de água potável e maquinaria, projetos de produção e de comercialização de produtos como café, panelas, artesanato e bordados, entre outros, vendidos em lojas regionais.⁴⁴⁶ No que se refere ao comércio, foram criadas algumas cooperativas de mulheres que buscam se coordenar e vender seus produtos (principalmente artesanato) com preços mais favoráveis. Um exemplo, relatado pela zapatista Elena na mesa de trabalho “El otro comercio”, é a Cooperativa Artesanal de Mujeres por la Dignidad, formada em 1997, composta por cerca de quatrocentas mulheres de municípios da região dos Altos de Chiapas.⁴⁴⁷ Juntamente com o trabalho cooperativo, outra fonte de recurso são as doações feitas por movimentos e organizações solidárias ao zapatismo, mexicanas ou internacionais, de dinheiro, equipamentos, remédios e treinamentos. Esse auxílio é crucial para o sustento da autonomia zapatista, visto que ela ainda conta com poucos recursos.

Neste sentido, é importante destacar que a experiência autonômica dos territórios zapatistas possui diversos limites e carências. Isso está relacionado, em grande medida, ao fato de que a autonomia se dá em um contexto hostil, de guerra de desgaste, de pressão e isolamento

⁴⁴⁴ ALKMIN. *Por una geografía da autonomía: a experiencia de autonomía territorial zapatista em Chiapas, México*, p. 155-156.

⁴⁴⁵ EZLN. Leer un video Sexta Parte: Seis Avances.

⁴⁴⁶ EZLN. Leer un video Sexta Parte: Seis Avances.

⁴⁴⁷ ELENA. Discurso, Mesa de trabajo 5 – El Otro Comercio. Intervenciones de las Juntas de Buen Gobierno en el Primer Encuentro de los Pueblos Zapatistas con los Pueblos del Mundo. In: *Contrahistorias*, nº. 8, mar-ago., 2007, México, p. 37-38.

por parte do governo, o que prejudica o processo. A educação colocada em prática, por exemplo, não é reconhecida pelo Estado, logo, indígenas que tenham estudado nas escolas autônomas não recebem um diploma que lhes permita continuar estudando no nível superior.⁴⁴⁸ Em termos de saúde, não há capacitação ou recursos para casos mais graves, portanto, quando é necessário, o paciente tem que se deslocar para hospitais mais distantes. Além disso, especialidades que necessitam de grande capacitação, como odontologia e obstetrícia, não funcionam em diversas regiões.⁴⁴⁹ No geral, as instituições zapatistas de saúde e educação não dispõem de muitos recursos e não conseguem se aprofundar com facilidade.

Embora o EZLN busque certa independência em relação aos recursos externos, é importante frisar que a autonomia não significa autossuficiência. Os zapatistas nunca declararam tal condição e, ao contrário, propõem que haja alocação de recursos estatais nas regiões indígenas de Chiapas, caso a autonomia seja reconhecida constitucionalmente. A experiência autonômica não implica que o Estado deva deixar de ter responsabilidades para com as comunidades indígenas, assim como as últimas não deixariam de participar, por exemplo, da vida política nacional. Um dos objetivos centrais das experiências de autogoverno é não depender do governo, mas não porque os zapatistas não desejam nada, e sim porque não esperam nada. Durante seus vários anos de insurgência, os indígenas chiapanecos perceberam que o reconhecimento constitucional da autonomia e a resolução de suas demandas junto ao Governo Federal seriam difíceis de lograr. Nesse sentido, passaram a exercer a resistência na prática e a criar, eles próprios, um espaço onde possam melhorar suas condições de vida, desenvolver livremente sua cultura, suas formas de organização social, política e econômica. Não obstante, as experiências de autonomia zapatistas não estão dadas, estão em permanente

⁴⁴⁸ ALKMIN. *Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México*, p. 162.

⁴⁴⁹ KARINA. Discurso, Mesa de trabajo 2 – La Otra Salud. Intervenciones de las Juntas de Buen Gobierno en el Primer Encuentro de los Pueblos Zapatistas con los Pueblos del Mundo, p. 22-23.

construção e, por isso, são processos não “lineares ni armoniosos, y por lo tanto, se expresan en sus contradicciones, desequilibrios, avances y retrocesos”⁴⁵⁰.

Outros dois limites levantados pelos zapatistas em 2004, expressos nos comunicados “Leer un video”, referem-se ao lugar das mulheres no processo autonômico e as relações entre a estrutura político-militar e os governos autônomos. Segundo os insurgentes, naquele momento o papel das indígenas nos processos de direção organizativa seguia muito pequeno. Os dados eram:

Si en los Comités Clandestinos Revolucionarios Indígenas de zona el porcentaje de participación femenina está entre 33 por ciento y 40 por ciento, en los consejos autónomos y Juntas de Buen Gobierno anda en menos de uno por ciento en promedio. Las mujeres siguen sin ser tomadas en cuenta para los nombramientos de comisariados ejidales y agentes municipales.⁴⁵¹

No entanto, por meio de relatos posteriores das mulheres zapatistas, sabemos que, a partir de meados dos anos 2000, sua participação nos governos autônomos foi se tornando, pouco a pouco, mais frequente.⁴⁵² Nos territórios rebeldes, as indígenas passam a ter mais direito à palavra e a ocupar papéis ativos de liderança, como conselheiras, delegadas, representantes, promotoras de saúde e de educação. Como abordamos no primeiro capítulo, a transformação das relações de gênero dentro das comunidades zapatistas tem trilhado um longo e lento caminho. A autonomia pode ser vista como um dos pilares dessa transformação, uma vez que, como processo interno das comunidades e dos indivíduos, altera os próprios indígenas nas suas relações com o outro.

Outro limite apontado pelos insurgentes foi a influência negativa da estrutura político-militar do movimento, hierarquizada, nos processos de autonomia. O subcomandante Marcos

⁴⁵⁰ LÓPEZ Y RIVAS. *Autonomía de los pueblos índios y zapatismo en México*, p. 184.

⁴⁵¹ EZLN. Leer un video. Segunda parte: Dos fallas. 21 de agosto de 2004. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2004/08/21/leer-un-video-segunda-parte-dos-fallas/> Acesso em: 20 jul. 2017.

⁴⁵² EZLN. Participación de las mujeres en el gobierno autónomo, p. 19. Disponível em: <https://chiapasbg.files.wordpress.com/2013/09/mujeres-es.pdf> Acesso em: 20 de jul. 2017.

explica que “originalmente, la idea que teníamos era que el EZLN debía acompañar y apoyar a los pueblos en la construcción de su autonomía. Sin embargo, el acompañamiento se convierte a veces en dirección, el consejo en orden... y el apoyo en estorbo.”⁴⁵³ Mesmo com a criação das JBG em 2003, as quais, como comentamos anteriormente, tinham a intenção de resolver este problema, comandantes do CCRI continuaram a envolver-se com questões das Juntas, ao menos até o momento desse comunicado. Posteriormente, tal situação foi se tornando menos frequente nos discursos zapatistas. Na Sexta Declaração da Selva Lacandona, os zapatistas afirmaram que a direção do EZLN já não dava ordens e se envolvia com assuntos civis.⁴⁵⁴ Sobre o assunto, cabe destacar que, embora a hierarquia do exército entre em contradição com a horizontalidade da autonomia zapatista, o braço armado ocupou importante papel na história do movimento. Como vimos no segundo capítulo, as armas possibilitaram chamar a atenção do governo e da sociedade civil, pressionando por mudanças, conquistas e controle de territórios, fazendo frente ao governo e aos grupos paramilitares.

No que se refere à potencialidade da experiência autonômica zapatista, destacamos a formação de *sujeitos* autônomos, capazes de defender seus direitos, escolher seus representantes, fortalecer e ressignificar suas identidades étnicas, culturas, instituições, saberes, patrimônios e territórios.⁴⁵⁵ Sujeitos que querem “imprimirle un sentido comunitario a sus vidas en un momento en el que egoísmo, individualismo y competencia pretenden desplazar solidaridades, dignidad y fraternidad”⁴⁵⁶ Sujeitos, individuais e coletivos, que se preocupam com suas relações com a natureza, que valorizam o equilíbrio, que controlam o território, as formas de produção e de fazer política *desde abajo*. Sujeitos que resistem, em sua essência, à lógica do sistema capitalista neoliberal.

⁴⁵³ EZLN. Leer un video. Segunda parte: Dos fallas.

⁴⁵⁴ EZLN. Sexta Declaración de la Selva Lacandona. 30 de junho de 2005. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2005/06/30/sexta-declaracion-de-la-selva-lacandona/> Acesso em: 21 jul. 2017.

⁴⁵⁵ LÓPEZ Y RIVAS. *Autonomía de los pueblos indígenas y zapatismo en México*, p. 182.

⁴⁵⁶ _____ . *Autonomía de los pueblos indígenas y zapatismo en México*, p. 169.

Como sugeriu Raúl Ornelas, “o desenvolvimento das autonomias mostra que as propostas zapatistas não são ideia para o futuro, mas cuja realização se enraíza no presente, na vida e na luta cotidiana das comunidades em resistência.”⁴⁵⁷ Não só no movimento zapatista, mas também nos projetos políticos defendidos em geral pelos povos indígenas no México e na América Latina, a demanda por autonomia tem ocupado lugar central nas últimas décadas. Ela representa a possibilidade concreta de sociedades mais plurais, justas e democráticas.

⁴⁵⁷ ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos caracoles, p. 22.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar, por meio dos comunicados escritos pelos zapatistas e divulgados na imprensa e na *Internet*, as estratégias de ação política do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), com ênfase na luta armada, nas estratégias utilizadas comumente por movimentos sociais e na construção de territórios autônomos localizados em Chiapas. Ao longo dos capítulos, nos dedicamos a compreender por que tais formas de agir foram escolhidas pelo movimento zapatista e quais histórias, movimentos, temporalidades, contextos, oportunidades e ameaças influíram nas ações zapatistas. Procuramos entender como cada conjunto de estratégias de ação foi colocado em prática, como se deu seu desenvolvimento, quais as suas características gerais, seus limites e potencialidades. Ademais, concentramos nossos esforços em investigar como as formas zapatistas de fazer política se transformaram ao longo dos anos e foram acompanhadas, também, por mudanças nas reivindicações e nos discursos do movimento.

Embora tenhamos nos concentrado no período de atuação do EZLN, optamos também por reconstruir parte da história do México relacionada aos povos indígenas. Refletimos sobre como as relações interétnicas construídas no país desde a chegada dos europeus, a dominação colonial, as origens de um Estado liberal e capitalista e as práticas indigenistas do século XX agrediram os povos indígenas e suas formas de viver, retirando-lhes suas terras e suas autonomias, ferindo suas línguas e desvalorizando seus costumes e identidades étnicas. Ao mesmo tempo, destacamos algumas histórias de resistência protagonizadas por povos indígenas espalhados ao redor do país, como os maias da península de Yucatán, os yaquis do estado de Sonora e os zapatistas do estado de Morelos, que lutaram militarmente para conservar sua capacidade de gerir suas próprias vidas e para recuperar terras que se perdiam com o avanço do capitalismo. Nesse capítulo, percebemos que essa perspectiva de longa duração é fundamental

para compreender os problemas, as reivindicações e as estratégias de ação política do EZLN. Em seus comunicados, o próprio movimento resgatou as diversas histórias de opressão, discriminação, resistência e luta por valorização e respeito, demonstrando uma experiência acumulada de confronto.

Este trabalho mostrou a relação com o passado na prática zapatista, aliado a outras histórias e contextos mais recentes e conectados com outros países do mundo. No capítulo referente à luta armada, vimos que essa *performance* foi crucial para que os indígenas *olvidados* de Chiapas pudessem chamar a atenção do governo mexicano e da população nacional e internacional para a conquista e controle de territórios, fazendo frente às tropas governamentais e aos grupos paramilitares, que tentaram, ao longo desses vários anos, desestabilizar e colocar fim ao movimento zapatista. Ademais, nossa análise de fontes revelou que a luta armada faz parte da identidade do grupo, que carrega ainda o nome de Exército e continua a treinar combatentes e a conceder graus militares. Mostramos também que essa estratégia se relaciona com as guerrilhas de inspiração marxista-leninista ocorridas na América Latina nos anos 1960 e 1970 e também com a história de rebelião armada mexicana, presente primordialmente nas lutas do Exército Libertador do Sul, liderado por Emiliano Zapata. Compreendemos, por meio dos escritos zapatistas, que, embora a luta armada tenha tido inspirações, sentidos e formatos distintos para o grupo urbano fundador do EZLN e para os indígenas que viviam na região, havia um ponto em comum: era vista como a única maneira de lograr suas reivindicações. Além disso, buscamos deixar claro que o fim dos confrontos armados diretos com as tropas governamentais se deu em função da desproporcionalidade de forças entre os dois exércitos e, especialmente, em função da falta de apoio da sociedade civil, que pediu aos insurgentes e ao governo federal outra solução para o conflito. Em rápida resposta a esse contexto, os zapatistas alteraram sua estratégia de confronto e iniciaram um caminho pacífico e político para suas reivindicações.

Neste sentido, vimos que o EZLN, como um movimento social, colocou em prática *performances* do repertório dessa estrutura de confronto, como marchas, petições, consultas, encontros e declarações públicas, criação de organizações dedicadas a causas específicas, entre outras. Além disso, os zapatistas passaram a utilizar também ferramentas e maneiras de agir disponíveis a partir do final do século XX, como a *Internet* e as redes de comunicação e solidariedade de movimentos sociais, organizações e ativistas. Em nossa pesquisa, percebemos que isso contribuiu para ampliar o alcance do movimento, que foi fundamental para pressionar o governo mexicano, evitar um massacre em Chiapas e auxiliar o desenvolvimento das comunidades autônomas rebeldes, que contaram com diferentes tipos de doações, auxílios e projetos oriundos da sociedade civil, mexicana e estrangeira. Sem esse apoio, possivelmente o movimento não teria contado com tanta força e duração.

Por meio da análise das fontes, vimos que a mudança nas maneiras de agir dos insurgentes caminhou lado a lado com transformações nos próprios objetivos, reivindicações e discursos do EZLN. A princípio, como apontamos, o grupo zapatista evitava declarar-se como indígena, pois havia um medo de que, caso identificado como um movimento local e específico de um grupo, a maior parte da população mexicana não apoiasse suas demandas coletivas. Por isso, seu discurso se dirigia à sociedade nacional como um todo e suas ações tinham como objetivo uma reforma política mais ampla no México, que visava à democracia, justiça e liberdade. Conforme vimos, as reivindicações zapatistas, nos primeiros anos após a primeira aparição pública em 1994, se concentravam no fim do sistema de partido de Estado, dominado pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), na realização de novas eleições livres de fraudes em todas as esferas do país e na elaboração de uma nova Constituição. O objetivo delas, não obstante, era principalmente resolver os problemas relativos aos povos indígenas de Chiapas.

Contudo, com a perpetuação dos presidentes do PRI no poder e de eleições pouco competitivas após o levante zapatista, compreendemos que os insurgentes mudaram o foco de suas ações e reivindicações. O EZLN, apesar de não ter deixado de fazer duras críticas ao sistema de partido de Estado e ao modelo de desenvolvimento econômico neoliberal excluyente do país, passou a lutar não por uma mudança imediata de governo, mas por questões específicas relativas aos índios. Principalmente após os Acordos de San Andrés, em 1996, os integrantes do movimento evidenciaram seu caráter majoritariamente indígena e, assim, a defesa pelos seus direitos, pelo reconhecimento de suas identidades étnicas, por autonomia e por uma plena participação política desses cidadãos tomou lugar central na fala dos insurgentes. Nossa análise de fontes revelou que os comunicados escritos pelos zapatistas deixaram de tratar tanto da luta armada e de um novo governo, como ocorria em 1994 e 1995, e passaram a focar nas questões indígenas, na defesa de seus direitos, de suas culturas e de sua organização social própria e autônoma.

Com a ênfase na defesa das questões indígenas, o EZLN passou a adotar ações que iam além das *performances* contidas no repertório dos movimentos sociais. Assim, os insurgentes dedicaram seus esforços à construção da autonomia por vias de fato. Vimos que os territórios autônomos construídos pelos zapatistas em Chiapas já existiam desde 1994, com a criação dos MAREZ. A autonomia, como demanda e como estratégia de ação política, é algo antigo no México e na América Latina, como destacamos nas histórias de resistência dos povos yaquis de Sonora e dos zapatistas de Morelos. Contudo, após o não cumprimento definitivo dos Acordos de San Andrés, em 2001, os territórios autônomos passaram a ser a principal forma de resistência do EZLN. Esta resistência autonômica garante, a nosso ver, a luta dos zapatistas até os dias atuais, por ser uma luta cotidiana, enraizada nas comunidades, que provoca uma participação constante dos membros do grupo e projeta o movimento social para o futuro. Como uma construção de algo inédito para os zapatistas, foi possível observar a experiência

autônômica como um processo que está em constante transformação, permeado de ambiguidades, avanços e retrocessos nos âmbitos da saúde, da educação, do controle da terra ou da produção, das maneiras de tomar decisões e da participação de todos os indígenas.

Após 2005, período que já extrapola nosso recorte temporal, sabemos que o EZLN continuou a transformar suas formas de agir. Com a Sexta Declaração da Selva Lacandona, depois de consolidados os caracóis, o movimento declarou que “llegó a la hora de arriesgarse otra vez y dar un paso peligroso pero que vale la pena.”⁴⁵⁸ Inaugurou, assim, *La Otra Campaña*, enviando delegações zapatistas por todo o território mexicano, para, junto a organizações, coletivos e indivíduos, elaborar um plano de luta nacional anticapitalista e de esquerda e lutar por uma nova Constituição.⁴⁵⁹ Observamos, com isso, o retorno a uma estratégia de amplitude nacional, como quando o EZLN buscou realizar a Convenção Nacional Democrática, o Movimento pela Libertação Nacional ou a Frente Zapatista de Libertação Nacional, abordados no terceiro capítulo. Todas essas experiências, como apontou Alexander Hilsenbeck, acabaram se debilitando com o tempo, “seja por parte da - muitas vezes difusa – ‘sociedade civil’, seja pela tentativa de cooptação e incapacidade de integração dos tradicionais partidos e movimentos de esquerda.”⁴⁶⁰ Não obstante, elas foram tentativas que buscavam construir, *desde abajo*, formas alternativas de fazer política, de se organizar e de resistir.

Recentemente, o apoio do EZLN à candidatura de uma mulher indígena junto ao Congresso Nacional Indígena (CNI) para as eleições presidenciais de 2018 no México⁴⁶¹ suscitou inúmeras controvérsias, especialmente porque ele representa um passo distinto da ideia

⁴⁵⁸ EZLN. Sexta Declaración de la Selva Lacandona.

⁴⁵⁹ Para uma leitura de *La Otra Campaña*, ver: *Contrahistorias: la otra mirada de Clio*, n.º. 6, mar-ago., 2006, México, 2006. Disponível em: <http://contrahistorias.com.mx/>

⁴⁶⁰ HILSENBECK FILHO, Alexander M. Por um mundo onde caibam muitos mundos: O zapatismo e as não-fronteiras da resistência e da esperança. *Lutas Sociais*, São Paulo, N. 19/20, 2008. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/pdf_19_20/9.pdf Acesso em: 25 jul. 2017.

⁴⁶¹ O nome da candidata María de Jesus Patricio Martínez, de etnia náhuatl, foi divulgado em maio de 2017, após uma assembleia ocorrida em San Cristóbal de Las Casas, no estado de Chiapas, onde centenas de delegados e representantes dos 58 povos indígenas mexicanos escolheram quem seria a porta-voz do Conselho Indígena de Governo (CIG). Sua candidatura, que será lançada formalmente para 2018, é desvinculada de qualquer partido político.

de “não tomar o poder”, considerada, por muitos, a principal característica do movimento zapatista ao longo de seus mais de vinte anos de resistência. No entanto, é possível observar que essa estratégia não rompe completamente com outras já utilizadas pelo EZLN e estudadas neste trabalho, uma vez que em diversos momentos os zapatistas se envolveram com a política institucional. No ano de 1994, por exemplo, os insurgentes apoiaram o candidato à presidência Cuauhtémoc Cárdenas e o candidato a governador de Chiapas Amado Avendaño, ambos do Partido da Revolução Democrática (PRD). Em outros tantos, o movimento zapatista divulgou declarações públicas sobre as eleições, dialogou com os representantes dos governos, discursou no Congresso Nacional.

Independente do despertar de críticas ou apoios, devemos interpretar a candidatura de uma mulher indígena à presidência do país como uma estratégia que busca inserir os indígenas no debate público nacional, no centro da agenda política mexicana. Seja qual for o resultado desta ação, os zapatistas já foram capazes de atrair muitos olhares, novamente, para uma parcela da população historicamente relegada ao esquecimento no país. É uma estratégia que demonstra, mais uma vez, a capacidade do EZLN de utilizar diferentes maneiras de agir.

Concluimos, assim, que o EZLN escolheu várias *performances* de ação coletiva, de diferentes tempos, lugares e tipos de conflito, baseado em seus laços sociais e culturais, em experiências cumulativas de confronto e em estruturas de oportunidades políticas. Assim, o EZLN as adaptou para o movimento, construindo seu próprio repertório de confronto de maneira criativa. Como apontamos anteriormente, segundo Charles Tilly, o repertório de confronto pertence não a um grupo específico, mas a uma estrutura de conflito. Por exemplo, os movimentos sociais possuem seu repertório próprio, que, de acordo com o autor, envolvem marchas, petições, reuniões e encontros públicos, declarações públicas de suas reivindicações (orais ou escritas), formação de associações especializadas para certa causa e *lobbying*.⁴⁶²

⁴⁶² TILLY. *Contentious Performances*, p. 121.

Compreendemos, entretanto, que o EZLN não se enquadra somente nessa estrutura de conflito. Embora tenha adotado muitas das *performances* do repertório dos movimentos sociais, mesclou ações muito distintas em si, como luta armada e estratégias de autonomia utilizadas pelas comunidades indígenas.

Tais ações foram baseadas em aspectos de continuidade e também de inovação. Inspiraram-se em movimentos e grupos anteriores, foram construídas a partir de uma tradição cultural própria da organização dos indígenas e foram, ainda, permeadas de improvisos e de alterações contínuas. Os zapatistas possuem uma profunda capacidade de se transformar, aproveitando as oportunidades, respondendo às ameaças, buscando soluções no passado e utilizando as ferramentas oferecidas pelo presente para fazer política. Ao longo de seus muitos anos de resistência, percebemos que os insurgentes ora privilegiaram questões especificamente indígenas, ora buscaram lutar em uma frente anticapitalista e antissistêmica mais ampla. Desde sua gênese, o EZLN foi composto por múltiplas influências, histórias e experiências. Essa riqueza expressou-se também em suas maneiras de agir. Em nossa análise, o que nos chamou a atenção foi justamente a mescla de estratégias de ação e de confronto, que se inspirou em diferentes fontes, dialogou com diferentes públicos-alvo, lutou em diversas frentes e se transformou quando necessário. A partir disso, o EZLN criou seu próprio e complexo repertório de confronto.

ANEXOS

Anexo 1

Leyes Revolucionarias

Ley del Trabajo

Las siguientes leyes serán adicionadas a la Ley Federal del Trabajo vigente en las zonas controladas por el EZLN.

Primera.- Las compañías extranjeras pagarán a sus trabajadores el salario por hora en su equivalente en moneda nacional al que pagan en dólares en el extranjero.

Segunda.- Las empresas nacionales deberán incrementar mensualmente los salarios en el porcentaje que determine una comisión local de precios y salarios. Dicha comisión estará integrada por representantes de trabajadores, colonos, patrones, comerciantes y autoridades libre y democráticamente elegidas.

Tercera.- Todos los trabajadores del campo y la ciudad recibirán atención médica gratuita en cualquier centro de salud, hospital o clínica, públicos o privados. Los gastos médicos serán cubiertos por el patrón.

Cuarta.- Todos los trabajadores tendrán derecho a recibir de la empresa donde trabajan un tanto de acciones intransferibles de acuerdo a los años de servicio, además de su pensión actual. El valor monetario de dichas acciones podrá usarse en la jubilación por el trabajador, su esposa o un beneficiario.

Ley de Industria y Comercio

Primera.- Los precios de los productos básicos serán regulados por una comisión local de precios y salarios. Dicha comisión estará integrada por trabajadores, colonos, patrones, comerciantes y autoridades libre y democráticamente elegidas.

Segunda.- Está prohibido el acaparamiento de cualquier producto. Los acaparadores serán detenidos y entregados a las autoridades militares acusados del delito de sabotaje y traición a la patria.

Tercera.- El comercio de una localidad deberá asegurar el suministro de tortillas y pan para todos en tiempo de guerra.

Cuarta.- Las industrias y comercios que los patrones consideren improductivas e intenten ser cerradas para llevarse la maquinaria y materias primas, pasarán a poder de los trabajadores en su administración y las maquinarias pasarán a ser propiedad de la nación.

Ley de Seguridad Social

Primera.- Los niños abandonados serán alimentados y protegidos por los vecinos más cercanos con cargo al EZLN antes de ser entregados a las autoridades civiles, quienes los cuidarán hasta llegar a la edad de 13 años.

Segunda.- Los ancianos sin familia serán protegidos y tendrán prioridad para recibir habitación y cupones de alimentación gratuita.

Tercera.- Los enfermos incapacitados de guerra recibirán atención y trabajo prioritario a cargo del EZLN.

Cuarta.- Las pensiones de jubilados se igualarán a los salarios mínimos establecidos por las comisiones locales de precios y salarios.

Ley de Justicia

Primera.- Todos los presos en las cárceles serán liberados, exceptuando los culpables de asesinato, violación y los jefes del narcotráfico.

Segunda.- Todos los gobernantes del nivel de presidente municipal hasta el de presidente de la República serán sujetos a auditoría y juzgados por malversación de fondos en caso de encontrarse elementos de culpabilidad.

VIVIR POR LA PATRIA O MORIR POR LA LIBERTAD

Ley de Reforma Urbana

En las zonas urbanas controladas por el Ejército Zapatista de Liberación Nacional entran en vigor las siguientes leyes para proporcionar una vivienda digna a las familias desposeídas:

Primera.- Los habitantes que tengan casa propia o departamento dejarán de pagar los impuestos catastrales.

Segunda.- Los inquilinos que paguen renta y lleven más de 15 años habitando en una vivienda dejarán de pagar la renta al propietario hasta que triunfe el gobierno revolucionario y se legisle.

Tercera.- Los inquilinos que tengan menos de 15 años habitando una vivienda y pagando renta por ello pagarán únicamente el 10% del salario que gane el jefe de la familia y dejarán de pagar al llegar a cumplir los 15 años viviendo en el mismo lugar.

Cuarta.- Los lotes urbanos que cuenten ya con servicios públicos pueden ser ocupados inmediatamente, notificando a las autoridades civiles libre y democráticamente elegidas, para construir en dichos lotes habitaciones así sea en forma provisional.

Quinta.- Los edificios públicos vacíos y las grandes mansiones podrán habitarse en forma provisional por varias familias haciendo divisiones interiores. Para esto las autoridades civiles nombrarán comités de vecinos que decidan sobre las solicitudes que se presenten y otorgarán los derechos a vivienda según las necesidades y los recursos disponibles.

Ley Revolucionaria de Mujeres

En su justa lucha por la liberación de nuestro pueblo, el EZLN incorpora a las mujeres en la lucha revolucionaria sin importar su raza, credo, color o filiación política, con el único requisito de hacer suyas las demandas del pueblo explotado y su compromiso a cumplir y hacer cumplir las leyes y reglamentos de la revolución. Además, tomando en cuenta la situación de la mujer trabajadora en México, se incorporan sus justas demandas de igualdad y justicia en la siguiente LEY REVOLUCIONARIA DE MUJERES:

Primero.- Las mujeres, sin importar su raza, credo, color o filiación política, tienen derecho a participar en la lucha revolucionaria en el lugar y grado que su voluntad y capacidad determinen.

Segundo.- Las mujeres tienen derecho a trabajar y recibir un salario justo.

Tercero.- Las mujeres tienen derecho a decidir el número de hijos que pueden tener y cuidar.

Cuarto.- Las mujeres tienen derecho a participar en los asuntos de la comunidad y tener cargo si son elegidas libre y democráticamente.

Quinto.- Las mujeres y sus hijos tienen derecho a ATENCION PRIMARIA en su salud y alimentación.

Sexto.- Las mujeres tienen derecho a la educación.

Séptimo.- Las mujeres tienen derecho a elegir su pareja y a no ser obligadas por la fuerza a contraer matrimonio.

Octavo.- Ninguna mujer podrá ser golpeada o maltratada físicamente ni por familiares ni por extraños. Los delitos de intento de violación o violación serán castigados severamente.

Noveno.- Las mujeres podrán ocupar cargos de dirección en la organización y tener grados militares en las fuerzas armadas revolucionarias.

Décimo.- Las mujeres tendrán todos los derechos y obligaciones que señala las leyes y reglamentos revolucionarios.

Ley Agraria Revolucionaria

La lucha de los campesinos pobres en México sigue reclamando la tierra para los que la trabajan. Después de Emiliano Zapata y en contra de las reformas al artículo 27 de la Constitución Mexicana, el EZLN retoma la justa lucha del campo mexicano por tierra y libertad. Con el fin de normar el nuevo reparto agrario que la revolución trae a las tierras mexicanas se expide la siguiente LEY AGRARIA REVOLUCIONARIA.

Primero.- Esta ley tiene validez para todo el territorio mexicano y beneficia a todos los campesinos pobres y jornaleros agrícolas mexicanos sin importar su filiación política, credo religioso, sexo, raza o color.

Segundo.- Esta ley afecta todas las propiedades agrícolas y empresas agropecuarias nacionales o extranjeras dentro del territorio mexicano.

Tercero.- Serán objeto de afectación agraria revolucionaria todas las extensiones de tierra que excedan las 100 hectáreas en condiciones de mala calidad y de 50 hectáreas en condiciones de buena calidad. A los propietarios cuyas tierras excedan los límites arriba mencionados se les quitarán los excedentes y quedarán con el mínimo permitido por esta ley pudiendo permanecer como pequeños propietarios o sumarse al movimiento campesino de cooperativas, sociedades campesinas o tierras comunales.

Cuarto.- No serán objeto de afectación agraria las tierras comunales, ejidales o en tenencia de cooperativas populares aunque excedan los límites mencionados en el artículo tercero de esta ley.

Quinto.- Las tierras afectadas por esta ley agraria, serán repartidas a los campesinos sin tierra y jornaleros agrícolas, que así lo soliciten, en PROPIEDAD COLECTIVA para la formación de cooperativas, sociedades campesinas o colectivos de producción agrícola y ganadera. Las tierras afectadas deberán trabajarse en colectivo.

Sexto.- Tienen DERECHO PRIMARIO de solicitud los colectivos de campesinos pobres sin tierra y jornaleros agrícolas, hombres, mujeres y niños, que acrediten debidamente la no tenencia de tierra alguna o de tierra de mala calidad.

Séptimo.- Para la explotación de la tierra en beneficio de los campesinos pobres y jornaleros agrícolas las afectaciones de los grandes latifundios y monopolios agropecuarios incluirán los medios de producción tales como maquinarias, fertilizantes, bodegas, recursos financieros, productos químicos y asesoría técnica.

Todos estos medios deben pasar a manos de los campesinos pobres y jornaleros agrícolas con especial atención a los grupos organizados en cooperativas, colectivos y sociedades.

Octavo.- Los grupos beneficiados con esta Ley Agraria deberán dedicarse preferentemente a la producción en colectivo de alimentos necesarios para el pueblo mexicano: maíz, frijol, arroz, hortalizas y frutas, así como la cría de ganado vacuno, apícola, bovino, porcino y caballar, y a los productos derivados (carne, leche, huevos, etc.).

Noveno.- En tiempo de guerra, una parte de la producción de las tierras afectadas por esta ley se destinará al sostenimiento de huérfanos y viudas de combatientes revolucionarios y al sostenimiento de las fuerzas revolucionarias.

Décimo.- El objetivo de la producción en colectivo es satisfacer primeramente las necesidades del pueblo, formar en los beneficiados la conciencia colectiva de trabajo y beneficio y crear unidades de producción, defensa y ayuda mutua en el campo mexicano. Cuando en una región no se produzca algún bien se intercambiará con otra región donde sí se produzca en condiciones

de justicia e igualdad. Los excedentes de producción podrán ser exportados a otros países si es que no hay demanda nacional para el producto.

Undécimo.- Las grandes empresas agrícolas serán expropiadas y pasarán a manos del pueblo mexicano, y serán administradas en colectivo por los mismos trabajadores. La maquinaria de labranza, aperos, semillas, etc. que se encuentren ociosos en fábricas y negocios u otros lugares, serán distribuidos entre los colectivos rurales, a fin de hacer producir la tierra extensivamente y empezar a erradicar el hambre del pueblo.

Duodécimo.- No se permitirá el acaparamiento individual de tierras y medios de producción.

Décimo Tercero.- Se preservarán las zonas selváticas vírgenes y los bosques y se harán campañas de reforestación en las zonas principales.

Décimo Cuarto.- Los manantiales, ríos, lagunas y mares son propiedad colectiva del pueblo mexicano y se cuidarán evitando la contaminación y castigando su mal uso.

Décimo Quinto.- En beneficio de los campesinos pobres, sin tierra y obreros agrícolas, además del reparto agrario que esta ley establece, se crearán centros de comercio que compren a precio justo los productos del campesino y le vendan a precios justos las mercancías que el campesino necesita para una vida digna. Se crearán centros de salud comunitaria con todos los adelantos de la medicina moderna, con doctores y enfermeras capacitados y conscientes, y con medicinas gratuitas para el pueblo. Se crearán centros de diversión para que los campesinos y sus familias tengan un descanso digno sin cantinas ni burdeles. Se crearán centros de educación y escuelas gratuitas donde los campesinos y sus familias se eduquen sin importar su edad, sexo, raza o filiación política y aprendan la técnica necesaria para su desarrollo. Se crearán centros de construcción de viviendas y carreteras con ingenieros, arquitectos y materiales necesarios para que los campesinos puedan tener una vivienda digna y buenos caminos para el transporte. Se crearán centros de servicios para garantizar que los campesinos y sus familias tengan luz eléctrica, agua entubada y potable, drenaje, radio y televisión, además de todo lo necesario para facilitar el trabajo de la casa, estufa, refrigerador, lavadoras, molinos, etc.

Décimo Sexto.- No habrá impuestos para los campesinos que trabajen en colectivo, ni para ejidatarios, cooperativas y tierras comunales. DESDE EL MOMENTO EN QUE SE EXPIDE ESTA LEY AGRARIA REVOLUCIONARIA SE DESCONOCEN TODAS LAS DEUDAS QUE POR CREDITOS, IMPUESTOS O PRESTAMOS TENGAN LOS CAMPESINOS POBRES Y OBREROS AGRICOLAS CON EL GOBIERNO OPRESOR, CON EL EXTRANJERO O CON LOS CAPITALISTAS.

Ley de Derechos y Obligaciones de las Fuerzas Armadas Revolucionarias

Las fuerzas armadas revolucionarias del EZLN en su lucha contra el gobierno opresor y los grandes explotadores nacionales y extranjeros, y en su avance liberador sobre el territorio mexicano se comprometen a cumplir y hacer cumplir la siguiente LEY DE DERECHOS Y OBLIGACIONES DE LAS FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS:

Primero.- Las tropas revolucionarias del EZLN en su combate contra el opresor tienen los siguientes DERECHOS:

a).- Las tropas que transiten o pasen por una población tendrán derecho a recibir de los pueblos, por conducto de las autoridades democráticamente elegidas, alojamiento, alimentos y medios para el cumplimiento de sus misiones militares, esto en la medida de las posibilidades de los pobladores.

b).- Las tropas que, por órdenes de las Comandancias respectivas, estén de guarnición en alguna plaza tendrán derecho a recibir alojamiento, alimentos y medios según lo establecido en el inciso a) de este artículo.

c).- Los jefes, oficiales o soldados que observen que alguna autoridad no cumple lo establecido por las leyes revolucionarias y falten a la voluntad popular, tendrán derecho a denunciar a esta autoridad con el gobierno revolucionario.

Segundo.- Las tropas revolucionarias del EZLN en su combate contra el opresor tienen las siguientes OBLIGACIONES:

a).- Hacer que los pueblos que no hayan nombrado libre y democráticamente a sus autoridades, procedan inmediatamente a la libre elección de las mismas, sin la intervención de la fuerza armada, la cual, bajo la responsabilidad de su mando militar, dejará obrar a los pobladores sin presión alguna.

b).- Respetar a las autoridades civiles elegidas libre y democráticamente.

c).- No intervenir en asuntos civiles y dejar obrar libremente a las autoridades civiles en estos asuntos.

d).- Respetar el comercio legal que cumpla con las leyes revolucionarias al respecto.

e).- Respetar los repartos agrarios realizados por el gobierno revolucionario.

f).- Respetar los reglamentos, costumbres y acuerdos de los pueblos y sujetarse a ellos en los casos de relación civil-militar.

g).- No cobrar impuestos a los pobladores, bajo ninguna forma ni pretexto, por el uso de sus tierras y aguas.

h).- No apoderarse de las tierras de los pueblos o de los latifundios arrebatados a los opresores para beneficio personal.

i).- Cumplir con todas las leyes y reglamentos emitidos por el gobierno revolucionario.

j).- No exigir a los pobladores servicios personales o trabajos de beneficio personal.

k).- Reportar a los subordinados que cometan algún delito, apresarlos y remitirlos a un tribunal militar revolucionario para que reciban su merecido castigo.

l).- Respetar la justicia civil.

m).- Los jefes y oficiales serán responsables ante las Comandancias respectivas de los abusos o delitos de sus subordinados que no sean remitidos a los tribunales militares revolucionarios.

n).- Dedicarse a hacerle la guerra al enemigo hasta sacarlo definitivamente del territorio en cuestión o aniquilarlo totalmente.

Ley de Derechos y Obligaciones de los Pueblos en Lucha

En su avance liberador por el territorio mexicano y en lucha contra el gobierno opresor y los grandes explotadores nacionales y extranjeros, el EZLN hará valer, con el apoyo de los pueblos en lucha, la siguiente Ley de Derechos y Obligaciones de los Pueblos en Lucha:

Primero.- Los pueblos en lucha contra el gobierno opresor y los grandes explotadores nacionales y extranjeros, sin importar su filiación política, credo religioso, raza o color, tendrá los siguientes DERECHOS:

a).- A elegir, libre y democráticamente, a sus autoridades de cualquier clase que consideren conveniente y a exigir que sean respetadas.

b).- A exigir de las fuerzas armadas revolucionarias que no intervengan en asuntos de orden civil o afectación de capitales agropecuarios, comerciales, financieros e industriales que son competencia exclusiva de las autoridades civiles elegidas libre y democráticamente.

c).- A organizar y ejercer la defensa armada de sus bienes colectivos y particulares, así como a organizar y ejercer la vigilancia del orden público y buen gobierno según la voluntad popular.

d).- A exigir de las fuerzas armadas revolucionarias garantías para personas, familias y propiedades particulares y colectivas de vecinos o transeúntes siempre que no sean enemigos de la revolución.

e).- Los habitantes de cada población tienen derecho a adquirir y poseer armas para defender sus personas, familias y propiedades, de acuerdo a las leyes de afectación de capitales

agropecuarios, comerciales, financieros e industriales, contra los ataques o atentados que cometan o pretendan cometer las fuerzas armadas revolucionarias o las del gobierno opresor. Por lo mismo están ampliamente facultados para hacer uso de las armas contra cualquier hombre o grupo de hombres que asalten sus hogares, atenten contra el honor de sus familias o intenten cometer robos o atropellos de cualquier clase contra sus personas. Esto es válido sólo para los que no son enemigos de la revolución.

Segundo.- Las autoridades civiles de cualquier clase, elegidas democráticamente tendrán, además de los derechos anteriores y de las atribuciones que les señalen las leyes revolucionarias respectivas, los siguientes DERECHOS:

a).- Podrán apresar, desarmar y remitir a las Comandancias respectivas a quienes se sorprenda robando, allanando o saqueando algún domicilio, o cometiendo cualquier otro delito, para que reciban su merecido castigo, aunque sea un miembro de las fuerzas armadas revolucionarias. Igual se procederá contra los que hubieren cometido algún delito aunque no sean sorprendidos en el momento de ejecutarlos, siempre y cuando su culpabilidad sea demostrada suficientemente.

b).- Tendrán derecho a que por su conducto se cobren los impuestos revolucionarios establecidos por la LEY DE IMPUESTOS DE GUERRA.

Tercero.- Los pueblos en lucha contra el gobierno opresor y los grandes explotadores nacionales y extranjeros, sin importar su filiación política, credo religioso, raza o color, tendrán las siguientes OBLIGACIONES:

a).- Prestar sus servicios en los trabajos de vigilancia acordados por voluntad mayoritaria o por necesidades militares de la guerra revolucionaria.

b).- Responder a los llamados de ayuda hechos por las autoridades elegidas democráticamente, las fuerzas armadas revolucionarias o por algún militar revolucionario en casos urgentes para combatir al enemigo.

c).- Prestar sus servicios como correos o guías de las fuerzas armadas revolucionarias.

d).- Prestar sus servicios para llevar alimentos a las tropas revolucionarias cuando estén combatiendo contra el enemigo.

e).- Prestar sus servicios para trasladar heridos, enterrar cadáveres, u otros trabajos semejantes ligados al interés de la causa de la revolución.

f).- Dar alimentos y alojamientos a las fuerzas armadas revolucionarias, que estén de guarnición o de paso en la población respectiva en la medida de sus posibilidades.

g).- Pagar los impuestos y contribuciones que establecen la LEY DE IMPUESTOS DE GUERRA y otras leyes revolucionarias.

h).- No podrán ayudar de ninguna manera al enemigo ni proporcionarle artículos de primera necesidad.

i).- Dedicarse a un trabajo lícito.

Cuarto.- Las autoridades civiles de cualquier tipo, elegidas democráticamente, tendrán, además de las obligaciones anteriores, las siguientes OBLIGACIONES:

a).- Dar cuenta regularmente a la población civil de las actividades de su mandato y del origen y destino de todos los recursos materiales y humanos puestos bajo su administración.

b).- Informar regularmente a la Comandancia respectiva de las fuerzas armadas revolucionarias de las novedades que ocurran en su lugar.

Ley de Impuestos de Guerra

En las zonas controladas por el EZLN se implantará la siguiente LEY DE IMPUESTOS DE GUERRA y se hará valer con la fuerza moral, política y militar de nuestra organización revolucionaria.

Primero.- La LEY DE IMPUESTOS DE GUERRA se aplicará desde el momento que una unidad militar del EZLN se encuentre operando en un territorio específico.

Segundo.- La LEY DE IMPUESTOS DE GUERRA afecta a todos los pobladores civiles, nacionales o extranjeros, asentados o de paso por dicho territorio.

Tercero.- La LEY DE IMPUESTOS DE GUERRA no es obligatoria para los pobladores civiles que vivan de sus propios recursos sin explotar fuerza de trabajo alguna, y sin obtener provecho alguno del pueblo. Para campesinos pobres, jornaleros, obreros, empleados y desocupados el cumplimiento de esta ley es voluntario y de ninguna manera serán obligados moral o físicamente a sujetarse a dicha ley.

Cuarto.- La LEY DE IMPUESTOS DE GUERRA es obligatoria para todos los pobladores civiles que vivan de la explotación de fuerza de trabajo o que obtienen algún provecho del pueblo en sus actividades. Los pequeños, medianos y grandes capitalistas del campo y de la ciudad podrán ser obligados al cumplimiento de esta ley sin excepción, además de sujetarse a las leyes revolucionarias de afectación de capitales agropecuarios, comerciales, financieros e industriales.

Quinto.- Se establecen los siguientes porcentajes de impuestos según el trabajo de cada quien:

a).- Para comerciantes en pequeño, pequeños propietarios, talleres e industrias pequeñas el 7% de sus ingresos mensuales. De ninguna manera podrán ser afectados sus medios de producción para el cobro de este impuesto.

b).- Para profesionistas el 10% de sus ingresos mensuales. De ninguna manera podrán ser afectados los medios materiales estrictamente necesarios para el ejercicio de su profesión.

c).- Para los medianos propietarios el 15% de sus ingresos mensuales. Sus bienes serán afectados según las leyes revolucionarias respectivas de afectación de capitales agropecuarios, comerciales, financieros e industriales.

d).- Para los grandes capitalistas el 20% de sus ingresos mensuales. Sus bienes serán afectados según las leyes revolucionarias respectivas de afectación de capitales agropecuarios, comerciales, financieros e industriales.

Sexto.- Todos los bienes arrebatados a las fuerzas armadas del enemigo serán propiedad del EZLN.

Séptimo.- Todos los bienes recuperados por la Revolución de las manos del gobierno opresor serán de propiedad del gobierno revolucionario según las leyes del gobierno revolucionario.

Octavo.- Se desconocen todos los impuestos y gravámenes del gobierno opresor, así como los adeudos en dinero o especie a los que el pueblo explotado del campo y la ciudad se ve obligado por gobernantes y capitalistas.

Noveno.- Todos los impuestos de guerra recabados por las fuerzas armadas revolucionarias o por el pueblo organizado pasarán a propiedad colectiva de las poblaciones respectivas y serán administrados según la voluntad popular por las autoridades civiles democráticamente elegidas, entregando al EZLN sólo lo necesario para el socorro de las necesidades materiales de las tropas regulares y para la continuación del movimiento liberador según la LEY DE DERECHOS Y OBLIGACIONES DE LOS PUEBLOS EN LUCHA.

Décimo.- Ninguna autoridad civil o militar, sea del gobierno opresor o de las fuerzas revolucionarias, podrá tomar para su beneficio personal o de sus familiares parte de estos impuestos de guerra.

Instrucciones para Jefes y Oficiales del EZLN

Las siguientes órdenes deben cumplirse obligatoriamente por todos los jefes y oficiales de tropas bajo la dirección del Ejército Zapatista de Liberación Nacional.

Primera.- Operarán de acuerdo a las órdenes que reciban de la Comandancia General o Comandancias de Frente de Combate.

Segunda.- Los jefes y oficiales que se encuentren operando militarmente en zonas aisladas o con dificultades de comunicación con las Comandancias deberán efectuar sus trabajos militares, combatir constantemente al enemigo, de acuerdo a su iniciativa propia, teniendo cuidado de procurar el adelanto de la Revolución en los lugares donde se encuentren operando.

Tercera.- Deberán rendir Parte de Guerra siempre que sea posible, o a más tardar mensualmente a las Comandancias respectivas.

Cuarta.- Procurarán guardar, lo más posible, el buen orden de la tropa, especialmente cuando entren a las poblaciones, dando toda clase de garantías a las vidas e intereses de los habitantes que no sean enemigos de la revolución.

Quinta.- Para socorrer a la tropa en sus necesidades materiales hasta donde sea posible, deberán imponer contribuciones de guerra a las negociaciones o propietarios que se hallen en la zona donde operen, siempre que ellos cuenten con capitales de importancia, de acuerdo a la LEY DE IMPUESTOS DE GUERRA y a las leyes revolucionarias de afectación de capitales comerciales, agropecuarios, financieros e industriales.

Sexta.- Los fondos materiales que se recauden por estos medios se emplearán estrictamente para las necesidades materiales de la tropa. El jefe u oficial que tome para su beneficio personal parte de estos fondos, por mínima que sea, será tomado prisionero y juzgado de acuerdo al reglamento del EZLN por un tribunal militar revolucionario.

Séptima.- Para alimentos de la tropa, pastura de la caballada, combustible y refacciones de vehículos, deberán dirigirse a la autoridad democráticamente elegida del lugar que se trate. Esta autoridad recogerá de entre los pobladores civiles lo posible y necesario para las necesidades materiales de la unidad militar zapatista y los entregará al jefe u oficial de más alto grado de dicha unidad militar y sólo a él.

Octava.- Únicamente los oficiales con grado de Mayor o superior a éste, irán cambiando a las autoridades de las plazas que caigan en poder de la revolución, de acuerdo con la voluntad del pueblo y con lo dispuesto por la LEY DE GOBIERNO REVOLUCIONARIO en su parte relativa.

Novena.- Los pueblos, en general, deberán tomar posesión de sus bienes de acuerdo con lo establecido en las Leyes Revolucionarias. Los jefes y oficiales del EZLN prestarán a dichos pueblos su apoyo moral y material a fin de que se cumpla con lo dispuesto en estas leyes revolucionarias siempre y cuando los mismos pueblos soliciten tal ayuda.

Décima.- Absolutamente nadie podrá celebrar entrevistas o tratados con el gobierno opresor o con sus representantes, sin la previa autorización de la Comandancia General del EZLN.

Anexo 2

Primera Declaración de la Selva Lacandona

HOY DECIMOS ¡BASTA!

Al pueblo de México:

Hermanos mexicanos:

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin inmortales que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos.

Pero nosotros HOY DECIMOS ¡BASTA!, somos los herederos de los verdaderos forjadores de nuestra nacionalidad, los desposeídos somos millones y llamamos a todos nuestros hermanos a que se sumen a este llamado como el único camino para no morir de hambre ante la ambición insaciable de una dictadura de más de 70 años encabezada por una camarilla de traidores que representan a los grupos más conservadores y vendepatrias. Son los mismos que se opusieron a Hidalgo y a Morelos, los que traicionaron a Vicente Guerrero, son los mismos que vendieron más de la mitad de nuestro suelo al extranjero invasor, son los mismos que trajeron un príncipe europeo a gobernarnos, son los mismos que formaron la dictadura de los científicos porfiristas, son los mismos que se opusieron a la Expropiación Petrolera, son los mismos que masacraron a los trabajadores ferrocarrileros en 1958 y a los estudiantes en 1968, son los mismos que hoy nos quitan todo, absolutamente todo.

Para evitarlo y como nuestra última esperanza, después de haber intentado todo por poner en práctica la legalidad basada en nuestra Carta Magna, recurrimos a ella, nuestra Constitución, para aplicar el Artículo 39 Constitucional que a la letra dice:

«La soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo el poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno.»

Por tanto, en apego a nuestra Constitución, emitimos la presente al ejército federal mexicano, pilar básico de la dictadura que padecemos, monopolizada por el partido en el poder y encabezada por el ejecutivo federal que hoy detenta su jefe máximo e ilegítimo, Carlos Salinas de Gortari.

Conforme a esta Declaración de guerra pedimos a los otros Poderes de la Nación se aboquen a restaurar la legalidad y la estabilidad de la Nación deponiendo al dictador.

También pedimos a los organismos Internacionales y a la Cruz Roja Internacional que vigilen y regulen los combates que nuestras fuerzas libran protegiendo a la población civil, pues nosotros declaramos ahora y siempre que estamos sujetos a lo estipulado por la Leyes sobre la Guerra de la Convención de Ginebra, formando el EZLN como fuerza beligerante de nuestra lucha de liberación. Tenemos al pueblo mexicano de nuestra parte, tenemos Patria y la Bandera tricolor es amada y respetada por los combatientes INSURGENTES, utilizamos los colores rojo y negro en nuestro uniforme, símbolos del pueblo trabajador en sus luchas de huelga, nuestra

bandera lleva las letras «EZLN», EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL, y con ella iremos a los combates siempre.

Rechazamos de antemano cualquier intento de desvirtuar la justa causa de nuestra lucha acusándola de narcotráfico, narcoguerrilla, bandidaje u otro calificativo que puedan usar nuestros enemigos. Nuestra lucha se apega al derecho constitucional y es abanderada por la justicia y la igualdad.

Por los tanto, y conforme a esta Declaración de guerra, damos a nuestras fuerzas militares del Ejército Zapatista de Liberación Nacional las siguientes órdenes:

Primero. Avanzar hacia la capital del país venciendo al ejército federal mexicano, protegiendo en su avance liberador a la población civil y permitiendo a los pueblos liberados elegir, libre y democráticamente, a sus propias autoridades administrativas.

Segundo. Respetar la vida de los prisioneros y entregar a los heridos a la Cruz Roja Internacional para su atención médica.

Tercero. Iniciar juicios sumarios contra los soldados del ejército federal mexicano y la policía política que hayan recibido cursos y que hayan sido asesorados, entrenados, o pagados por extranjeros, sea dentro de nuestra nación o fuera de ella, acusados de traición a la Patria, y contra todos aquellos que repriman y maltraten a la población civil y roben o atenten contra los bienes del pueblo.

Cuarto. Formar nuevas filas con todos aquellos mexicanos que manifiesten sumarse a nuestra justa lucha, incluidos aquellos que, siendo soldados enemigos, se entreguen sin combatir a nuestras fuerzas y juren responder a las órdenes de esta Comandancia General del EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL.

Quinto. Pedir la rendición incondicional de los cuarteles enemigos antes de entablar los combates.

Sexto. Suspender el saqueo de nuestras riquezas naturales en los lugares controlados por el EZLN.

PUEBLO DE MÉXICO: Nosotros, hombres y mujeres íntegros y libres, estamos conscientes de que la guerra que declaramos es una medida última pero justa. Los dictadores están aplicando una guerra genocida no declarada contra nuestros pueblos desde hace muchos años, por lo que pedimos tu participación decidida apoyando este plan del pueblo mexicano que lucha por trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz. Declaramos que no dejaremos de pelear hasta lograr el cumplimiento de estas demandas básicas de nuestro pueblo formando un gobierno de nuestro país libre y democrático.

INTÉGRATE A LA FUERZAS INSURGENTES DEL EJERCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL

Comandancia General del EZLN

Anexo 3

Lista de demandas do EZLN apresentada no diálogo com os representantes do governo, ocorrido em fevereiro de 1994, em San Cristóbal de Las Casas:

Primero. Demandamos que se convoque a una elección verdaderamente libre y democrática, con igualdad de derechos y obligaciones para las organizaciones políticas que luchan por el poder, con libertad auténtica para elegir una u otra propuesta y con el respeto a la voluntad mayoritaria. La democracia es el derecho fundamental de todos los pueblos indígenas y no indígenas. Sin democracia no puede haber libertad ni justicia ni dignidad. Y sin dignidad nada hay.

Segundo. Para que haya elecciones libres y democráticas verdaderas, es necesario que renuncie el titular del Ejecutivo federal y los titulares de los ejecutivos estatales que llegaron al poder mediante fraudes electorales. No viene su legitimidad del respeto a la voluntad de las mayorías sino de su usurpación. En consecuencia, es necesario que se forme un gobierno de transición para que haya igualdad y respeto a todas las corrientes políticas. Los poderes legislativos federales y estatales, elegidos libre y democráticamente, deben asumir su verdadera función de dar leyes justas para todos y vigilar su cumplimiento.

Otro camino para garantizar la realización de elecciones libres y democráticas verdaderas es que se haga realidad, en las grandes leyes de la nación y en las locales, la legitimidad de la existencia y trabajo de ciudadanos y grupos de ciudadanos que, sin militancia partidaria, vigilen todo el proceso electoral, sancionen su legalidad y resultados, y den garantía, como autoridad real máxima, de la legitimidad de todo el proceso electoral.

Tercero. Reconocimiento del Ejército Zapatista de Liberación Nacional como fuerza beligerante y de sus tropas como auténticos combatientes y aplicación de todos los tratados internacionales para regular conflictos bélicos.

Cuarto. Nuevo pacto entre los integrantes de la federación que acabe con el centralismo y permita a regiones, comunidades indígenas y municipios autogobernarse con autonomía política, económica y cultural.

Quinto. Elecciones generales para todo el estado de Chiapas y reconocimiento legal de todas las fuerzas políticas en el estado.

Sexto. Productor de electricidad y petróleo, el estado de Chiapas rinde tributo a la federación sin recibir nada a cambio. Nuestras comunidades no tienen energía eléctrica, el derrame económico producto de las exportaciones petroleras y las 'ventas internas no produce ningún beneficio al pueblo chiapaneco. Por tanto, es primordial que todas las comunidades chiapanecas reciban el beneficio de la energía eléctrica y que un porcentaje de los ingresos económicos por la comercialización del petróleo chiapaneco se aplique a obras de infraestructura industrial agrícola, comercial y social en beneficio de todos los chiapanecos.

Séptimo. Revisión del Tratado de Libre Comercio firmado con Canadá y Estados Unidos pues en su estado actual no considera a las poblaciones indígenas y las sentencia a la muerte por no tener calificación laboral alguna.

Octavo. El artículo 27 de la Carta Magna debe respetar el espíritu original de Emiliano Zapata: la tierra es para los indígenas y campesinos que la trabajan. No para los latifundistas. Queremos que las grandes cantidades de tierras que están en manos de finqueros y terratenientes nacionales y extranjeros y de otras personas que ocupan muchas tierras pero no son campesinos, pasen a manos de nuestros pueblos que carecen totalmente de tierras, así como está establecido en nuestra ley agraria revolucionaria. La dotación de tierras debe incluir maquinaria agrícola, fertilizantes, insecticidas, créditos, asesoría técnica, semillas mejoradas, ganado, precios justos a los productos del campo como el café, maíz y frijol. La tierra que se reparta debe ser de buena calidad y debe contar con carreteras, transporte y sistemas, de riego. Los campesinos que ya tienen tierras también tienen derecho a todos los apoyos que se mencionan arriba para facilitar el trabajo en el campo y mejorar la producción. Que se formen nuevos ejidos y comunidades. La reforma salinista al 27 constitucional debe ser anulada y el derecho a la tierra debe volver a nuestra Carta Magna.

Noveno. Queremos que se construyan hospitales en las cabeceras municipales y que cuenten con médicos especializados y con suficiente medicamento para atender a los pacientes, y clínicas de campo en los ejidos, comunidades y parajes, así como capacitación y sueldo justo para los agentes de salud. Que donde ya hay hospitales, que se rehabiliten lo más pronto posible y que cuenten con servicio de cirugía completa. Que en las comunidades grandes se construyan clínicas y que tengan también doctores y medicinas para atender más de cerca al pueblo.

Décimo. Que se garantice el derecho de los indígenas a la información veraz de lo que ocurre a nivel local, regional, estatal, nacional e internacional con una radiodifusora indígena independiente del gobierno, dirigida por indígenas y manejada por indígenas.

Décimo primero. Queremos que se construyan viviendas en todas las comunidades rurales de México y que cuenten con los servicios necesarios como: luz, agua potable, caminos, drenaje, teléfono, transporte, etcétera. Y también que tengan las ventajas de la ciudad como televisión, estufa, refrigerador, lavadora, etcétera. Las comunidades deben contar con centros recreativos para el sano esparcimiento de los pobladores: deporte y cultura que dignifiquen la condición humana de los indígenas.

Décimo segundo. Queremos que se acabe con el analfabetismo en los pueblos indígenas. Para esto necesitamos mejores escuelas de primaria y secundaria en nuestras comunidades, que cuenten con material didáctico gratuito, y maestros con preparación universitaria, que estén al servicio del pueblo y no sólo para defender los intereses de los ricos. Que en las cabeceras municipales haya primaria, secundaria y preparatoria gratuitas, que el gobierno les dé a los alumnos uniformes, zapatos, alimentación y todo el material de estudio en forma gratuita. En las comunidades céntricas que se encuentran muy alejadas de las cabeceras municipales debe haber secundarias de internado. La educación debe ser totalmente gratuita, desde el preescolar hasta la universidad, y se debe otorgar a todos los mexicanos sin importar raza; credo, edad, sexo o filiación política.

Décimo tercero. Que las lenguas de todas las etnias sean oficiales y que sea obligatoria su enseñanza en las escuelas primaria, secundaria, preparatoria y universidad.

Décimo cuarto. Que se respeten nuestros derechos y dignidad como pueblos indígenas, tomando en cuenta nuestra cultura y tradición.

Décimo quinto. Ya no queremos seguir siendo objeto de discriminación y desprecio que hemos venido sufriendo desde siempre los indígenas.

Décimo sexto. Como pueblo indígena que somos, que nos dejen organizarnos y gobernarnos con autonomía propia, porque ya no queremos ser sometidos a la voluntad de los poderosos nacionales y extranjeros.

Décimo séptimo. Que la justicia sea administrada por los propios pueblos indígenas, según sus costumbres y tradiciones, sin intervención de gobiernos ilegítimos y corruptos.

Décimo octavo. Queremos tener siempre un trabajo digno con salario justo para todos los trabajadores del campo y de la ciudad de la República Mexicana, para que nuestros hermanos no tengan que dedicarse a cosas malas, como el narcotráfico, la delincuencia y la prostitución, para poder sobrevivir. Que se aplique la Ley Federal del Trabajo para los trabajadores del campo y de la ciudad con aguinaldos, prestaciones, vacaciones y derecho real de huelga.

Décimo noveno. Queremos precio justo para nuestros productos del campo. Para esto necesitamos libremente buscar o tener un mercado donde vender y comprar y no estar sujetos a coyotes explotadores.

Vigésimo. Que se acabe con el saqueo de la riqueza de nuestro México y, sobre todo, de Chiapas, uno de los estados más ricos de la República, pero que es donde el hambre y la miseria cada día abundan más.

Vigésimo primero. Queremos la anulación de todas las deudas por créditos, préstamos e impuestos con altos intereses porque ya no pueden pagarse debido a la gran pobreza del pueblo mexicano.

Vigésimo segundo. Queremos que se acabe con el hambre y la desnutrición porque solamente han causado la muerte de miles de nuestros hermanos del campo y de la ciudad. En cada comunidad rural debe haber tiendas cooperativas, apoyadas económicamente por el gobierno federal, estatal o municipal, y que los precios sean justos. Además debe haber vehículos de transporte, propiedad de las cooperativas, para el transporte de mercancías. Además el gobierno debe enviar alimentación gratuita para todos los niños menores de 14 años.

Vigésimo tercero. Pedimos la libertad inmediata e incondicional de todos los presos políticos y de los pobres presos injustamente en todas las cárceles de Chiapas y de México.

Vigésimo cuarto. Pedimos que el Ejército Federal y las policías de seguridad pública y judiciales ya no entren en las zonas rurales porque solamente van a intimidar, desalojar, robar, reprimir y bombardear a los campesinos que se organizan para defender sus derechos. Por eso nuestros pueblos están cansados de la presencia de los soldados y seguridad pública y judiciales porque son tan abusivos y represores. Que el gobierno federal regrese al gobierno suizo los aviones pilatus usados para bombardear a nuestro pueblo y que el dinero producto de la devolución sea aplicado en programas para mejorar la vida de los trabajadores del campo y de la ciudad. También pedimos que el gobierno de Estados Unidos de Norteamérica retire sus helicópteros porque son usados para reprimir al pueblo de México.

Vigésimo quinto. El pueblo campesino indígena se levantó en armas y es que de por sí no tiene más que sus humildes chozas, pero cuando el Ejército federal bombardea poblaciones civiles

destruye estas humildes casas y todas sus pocas pertenencias. Por eso pedimos y exigimos al gobierno federal indemnizar a las familias que hayan sufrido daños materiales causados por los bombardeos y la acción de las tropas federales. Y también pedimos indemnización para las viudas y huérfanos por' la guerra, tanto civiles como zapatistas.

Vigésimo sexto. Nosotros, como campesinos indígenas, queremos vivir en paz y tranquilidad y que nos dejen vivir según nuestros derechos a la libertad y a una vida digna.

Vigésimo séptimo. Que se quite el Código Penal del estado de Chiapas porque no nos deja organizarnos más que con las armas, porque toda la lucha legal y pacífica la castigan y reprimen.

Vigésimo octavo. Pedimos y exigimos el cese de las expulsiones de indígenas de sus comunidades por los caciques apoyados por el Estado. Exigimos que se garantice el retorno libre y voluntario de todos los expulsados a sus tierras de origen y la indemnización por sus bienes perdidos.

Vigésimo noveno. Petición de las mujeres indígenas:

Nosotras, las mujeres campesinas indígenas, pedimos la solución inmediata de nuestras necesidades urgentes, a las que el gobierno nunca ha dado solución:

a) Clínicas de partos con ginecólogos para que las mujeres campesinas reciban la atención médica necesaria.

b) Que se construyan guarderías de niños en las comunidades.

c) Pedimos al gobierno que mande alimentos suficientes para los niños en todas las comunidades rurales como: leche, maicena, arroz, maíz, soya, aceite, frijol, queso, huevos, azúcar, sopa, avena, etcétera.

d) Que se construyan cocinas y comedores para los niños en las comunidades, que cuenten con todos los servicios.

e) Que se pongan molinos de nixtamal y tortillerías en las comunidades, dependiendo del número de familias que tengan.

O Que nos den proyectos de granjas de pollos, conejos, borregos, puercos, etcétera, y que cuenten con asesoría técnica y médicos veterinarios.

g) Pedimos proyectos de panadería que cuenten con hornos y materiales.

h) Queremos que se construyan talleres de artesanías que cuenten con maquinaria y materias primas.

i) Para la artesanía, que haya mercado donde se pueda vender con precio justo.

j) Que se construyan escuelas donde puedan recibir capacitación técnica las mujeres.

k) Que haya escuelas de preescolar y maternal en las comunidades rurales, donde los niños puedan divertirse y crecer sanos moral y físicamente.

1) Que como mujeres tengamos transportes suficientes para trasladarnos y para transportar nuestros productos de los diferentes proyectos que tengamos.

Trigésimo. Exigimos juicio político a los señores Patrocinio González Garrido, Absalón Castellanos Domínguez y Elmar Setzer M.

Trigésimo primero. Exigimos respeto a la vida de todos los miembros del EZLN y que se garantice que no habrá proceso penal alguno o acción represiva en contra de ninguno de los miembros del EZLN, combatientes, simpatizantes o colaboradores.

Trigésimo segundo. Que todas las agrupaciones y comisiones de defensa de los derechos humanos sean independientes, o sea no gubernamentales, porque las que son del gobierno sólo esconden las arbitrariedades del gobierno.

Trigésimo tercero. Que se forme una Comisión Nacional de Paz con Justicia y Dignidad formada mayoritariamente por gentes que no pertenezcan al gobierno ni a ningún partido político. Y que esta Comisión Nacional de Paz con Justicia y Dignidad sea la que vigile el cumplimiento de los acuerdos a los que lleguen entre el EZLN y el gobierno federal.

Trigésimo cuarto. Que la ayuda humanitaria para las víctimas del conflicto sea canalizada a través de representantes auténticos de las comunidades indígenas.

Fonte: *Al pueblo de México: demandas del EZLN*, 1º de marzo de 1994. Disponible en: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1994/03/01/al-pueblo-de-mexico-las-demandas-del-ezln/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUERO RODRÍGUEZ, José Cruz & LEÓN FUENTES, Nelly Josefa. *Reparto agrario e institucionalización de la organización campesina*. Disponível em: <http://www.sev.gob.mx/servicios/publicaciones/colec_veracruzsigloXXI/AtlasPatrimonioHistorico/Reparto.pdf> Acesso em: 29 mar. 2017.

AGUILAR CAMÍN, Héctor. *México: a cinza e a semente*. Tradução de BEI. São Paulo: Bei Comunicação, 2002.

AGUILLAR CAMÍN, Héctor; MEYER, Lorenzo. *À Sombra da Revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

ALKMIN, Fábio. *Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México*. 2015. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia e Antropologia*, V. 02.03: 21 – 41, 2012.

_____. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

ALTMANN, Werner. A rebelião indígena de Chiapas: anti-neoliberalismo orgânico da América Latina. In: Paulo Barsotti; Luiz Bernardo Pericás. (org.). *América Latina: história, ideias e revolução*. 1 ed. São Paulo: Xamã, 1998.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ANDREO, Igor Luis. *Teologia da Libertação e Cultura Política Maia Chiapaneca: o Congresso Indígena de 1974 e as raízes do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. 2010. 192f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Assis, Faculdade de Ciências e Letras, 2010.

ÁVILA ESPINOSA, Felipe Arturo. *Las corrientes revolucionarias y la soberana convención*. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México (INEHRM), 2014.

BAIÃO, FÁBIO. *Uma longa Revolução - história, memória e usos políticos do passado na guerra simbólica entre Estado e zapatistas no México*. Monografia (Graduação em História) – ICHS-UFOP, Departamento de História, Mariana, 2012.

_____. *“Arautos da Revolução”: os presidentes mexicanos e os usos da história nacional (1940-1994)*. 2016. 254 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, Brasília, mai-ago 2013.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; LOPES, Maria Aparecida de S. A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e novas perspectivas. In: *História*. São Paulo: Editora UNESP, v. 20, p. 163-198, 2001.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A Revolução Mexicana*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Educação rebelde e autônoma na *práxis* revolucionária zapatista: aportes ao debate contemporâneo acerca do campo de disputa hegemônica na América Latina. Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente. Universidade Federal Fluminense, 2015. *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*. Niterói: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx), 2015. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2015/anais2015/mc1/Tc13.pdf> Acesso em: 18 jul. 2017.

BÁRCENAS, Francisco López. *Autonomías y derechos indígenas en México*. México: MC Editores, 2009.

BARONNET, Bruno. *Autonomía y educación indígena: las escuelas zapatistas de la Selva Lacandona de Chiapas, México*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2012.

BARONNET, Bruno; BAYO, Mariana; STAHLER-SHOLK, Richard. *Luchas “muy otras”: zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas*. México: UNAM, 2011.

BARTH, Fredrik. *Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BEAUCAGE, Pierre. Zapatismo, Iglesia, ONG en Chiapas: la construcción de un nuevo imaginario de lo indio. *Revista del Centro de Estudios Superiores de Latinoamerica (CESLA)*, 2007, n. 10, p. 71-94. Disponível em: http://revistadelcesla.com/web/files/Archivos_10_2007/RdC_10_71-94_BEAUCAGE.pdf Acesso em: 20 set. 2016.

BELLINGHAUSEN, Hermann. Rinde Marcos homenaje público a los fundadores del Ejército Zapatista. *La Jornada*, 2006. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2006/11/19/index.php?article=012n1pol§ion=politica> Acesso em: 30 mar. 2017.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al (org). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONFIL BATALLA, Guillermo. *México profundo. Una civilización negada*. México: Editorial Grijalbo, 1990.

BRIDGE, Marco. FERRARI, Rogério. ORTIZ, Pedro. *Zapatistas: a velocidade do sonho*. Brasília: Entrelivros, 2006.

BRIDGE, Marco. FELICE, Massimo Di. *Votán-Zapata: a marcha indígena e a sublevação temporária*. São Paulo: Xamã Editora, 2002.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia e Antropologia*, V. 02.03: 43 – 67, 2012.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. *As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. São Paulo: Alfarrabio Editora, 2002.

BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CANCLINI, Néstor García. *A globalização imaginada*. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

CARBONELL, José. *El fin de las certezas autoritarias: hacia la construcción de un nuevo sistema político y constitucional para México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2002.

CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade, Volume II*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CECEÑA, Ana Esther; ZARAGOZA, José. Cronología del Conflicto, 1 enero – 1 diciembre de 1994. *Revista Chiapas*, vol. 1, 1995. Disponível em: <www.revistachiapas.org/No1/ch1cecena-zaragoza.html> Acesso em: 20 dez. 2016.

CECEÑA, Ana Esther. Neoliberalismo y insubordinación. *Revista Chiapas*, v. 4, 1997. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/ch4cecena.html>> Acesso em: 30 mai. 2016.

CHAUVEAU, A., TETÁRT, P. (orgs.). *Questões para história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CONCHA MALO, Miguel. Discurso en el zócalo del Padre Domingo Miguel Concha Malo, 12 de janeiro de 1994. Disponível em: <<http://www.bibliotecas.tv/chiapas/ene94/12ene94d.html>> Acesso em: 30 mai. 2016.

Contrahistorias: la otra mirada de Clio, nº. 6, mar-ago., 2006, México, 2006. Disponível em: <http://contrahistorias.com.mx/>

Contrahistorias: la otra mirada de Clio, nº. 8, mar-ago., 2007, México, 2007. Disponível em: <http://contrahistorias.com.mx/>

CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana*. México: Ediciones Era, 2011.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. *Usos sociais das rádios zapatistas: o mapa noturno da construção da autonomia nas mediações comunicativas da cultura*. 2016. 339 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2016.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DÍAZ POLANCO, Héctor. *Autonomía regional: la libredeterminación de los pueblos índios*. México: Siglo XXI, 1991.

_____. Los dilemas del pluralismo. In: *Pueblos indígenas, Estado y democracia*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101026125122/4DiazPolanco.pdf>>

DÍAZ POLANCO, Héctor; SÁNCHEZ, Consuelo. *México diverso: el debate por la autonomía*. México: Siglo XXI editores, 2002.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. *Tempo e Argumento*: Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.

ECHEVERRÍA, Bolívar. Qué és la modernidade? In: Seminario Universitario Modernidad: versiones y dimensiones, 2005, Universidade Nacional Autônoma do México. *Cuadernos del Seminario Universitario Modernidad: versiones y dimensiones*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, p.265-271, 1992.

FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Ciência Política, Campinas, 2003.

GAMBINA, Julio. Resistencia internacional a la globalización neoliberal. *Revista Chiapas*, v. 12, 2001. Disponível em <http://www.revistachiapas.org/No12/ch12gambina.html> Acesso em: 30 mai. 2016.

GARCÍA DE LEÓN, Antonio. *Resistencia y utopía: memorial de agravios y crónica de revueltas y profecías acaecidas en la provincia de Chiapas durante los últimos quinientos años de su historia*. México: Ediciones Era, 2002.

GARCIADIEGO, Javier. *Textos de Revolución Mexicana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 2010, p. XLIV – XLV. Disponível em: www.bibliotecayacucho.gob.ve Acesso em: 20 set. 2016.

GENNARI, Emilio. *Chiapas: as comunidades Zapatistas reescrevem a história*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

_____. *EZLN: passos de uma rebeldia*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GIL, Antonio Carlos Amador. *O lugar dos indígenas na nação mexicana: tensões e reconfigurações da identidade nacional mexicana no século XX*. Vitória: Aquarius, 2013.

GILLY, Adolf. *Chiapas: la razón ardiente. Ensayo sobre la rebelión del mundo encantado*. México, DF: Ediciones Era, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, mai-ago 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2016.

GONZÁLEZ ESPONDA, Juan; PÓLITO BARRIOS, Elizabeth. Notas para comprender la rebelión zapatista. *Revista Chiapas*, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No1/ch1gonzalez-polito.html>> Acesso em: 29 mar. 2017.

GONZÁLES GALVÁN, Jorge Alberto. La reforma constitucional en materia indígena. *Cuestiones Constitucionales*, n. 7, México, jul-dez 2002. Disponível em: <https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/cuestiones-constitucionales/article/view/5654/7387> Acesso em: 20 dez. 2017.

GOUY-GILBERT, Cécile. *Una resistencia india: los yaquis*. México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2015. Disponível em: <<http://books.openedition.org/cemca/3352>> Acesso em: 21 de março de 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE CHIAPAS. *Plan estatal de desarrollo 2013-2018*. Disponível em: <<http://www.chiapas.gob.mx/media/ped/ped-chiapas-2013-2018.pdf>> Acesso em: 29 de março de 2017.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HALE, Charles. El protagonismo indígena, las políticas estatales y el nuevo racismo en la época del “indio permitido”. Disponível em: http://www.cedet.edu.ar/Archivos/Bibliotecas_Archivos/id40/hale%20protagonismo%20indigena.pdf Acesso em: 20 dez. 2017.

HAMILTON, Nora. *Mexico: political, social and economic evolution*. New York: Oxford University Press, 2011.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HERNÁNDEZ MARTÍNEZ, María del Pilar. México, las reformas constitucionales de 1992. *Boletín Mexicano de Derecho Comparado*, n. 76, México, jan-abr 1993. Disponível em: <https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/derecho-comparado/article/view/3036/3293> Acesso em: 20 dez. 2017.

HILSENBECK FILHO, Alexander M. *Abaixo e à esquerda: uma análise histórico-social da práxis do Exército Zapatista de Libertação Nacional*. 2007. 247 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2007.

_____. Por um mundo onde caibam muitos mundos: O zapatismo e as não-fronteiras da resistência e da esperança. *Lutas Sociais*, São Paulo, N. 19/20, 2008. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/pdf_19_20/9.pdf Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. Os zapatistas e as eleições. 2016. Disponível em: <http://passapalavra.info/2016/11/109808> Acesso em; 20 jul. 2017.

_____. Outra saúde: a experiência autônoma zapatista. Disponível em: <http://passapalavra.info/2010/02/18399> Acesso em: 20 jul. 2017.

HILSENBECK FILHO, A.; CABRAL, F. “Democracia e governos autônomos – Uma reflexão a partir da experiência do Exército Zapatista de Libertação Nacional”. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n. 2, jul/dez 2005.

_____. Algumas considerações sobre a relação do Exército Zapatista de Libertação Nacional com o Estado e a sociedade civil. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/alexandermaximilianhilsenbeckfilho.pdf>>

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.

HU-DEHART, Evelyn. Rebelión campesina en el noroeste: los indios yaquis de Sonora, 1740-1976. In: KATZ, Friederich (comp.). *Revolución, rebelión y revolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*. México: Era, 1990, Tomo 2.

INALI (Instituto Nacional de Lenguas Indígenas). Programa de revitalización, fortalecimiento y desarrollo de las lenguas indígenas nacionales 2008-2012, PINALI. México. Disponível em: <<http://www.inali.gob.mx/pdf/PINALI-2008-2012.pdf>> Acesso em: 29 de março de 2017.

JIMÉNEZ RICARDEZ, Rubén. La guerra de enero. *Revista Chiapas*, México, n. 2, 1996. Disponível em: <<http://revistachiapas.org/No2/ch2jimenez.html>> Acesso em: 20 dez. 2016.

KATZ, Friedrich. *De Díaz a Madero: Orígenes y estalido de la Revolución Mexicana*. México: Ediciones Era, 2011.

KATZ, Isaac M. La Constitución y los derechos privados de propiedad. *Cuestiones Constitucionales – Revista Mexicana de Derecho Constitucional*, n. 4, jan./jun. 2001. Disponível em: <<https://revistas.juridicas.unam.mx/index.php/cuestiones-constitucionales/article/view/5609/7302>>

KNOWLTON, Robert. El ejido mexicano en el siglo XIX. *HMex*, vol. XLVIII, n. 1, 1998.

KOURÍ, Emílio. La invención del ejido. *Revista Nexos*: 1º de en. 2015. Disponível em: <<http://www.nexos.com.mx/?p=23778>> Acesso em: 20 dez. 2017.

KRAUZE, Enrique. *Os redentores: ideias e poder na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2011.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente. In: PÔRTO JR., Gilson (org.). *História do tempo presente*. São Paulo: Edusc, 2007.

LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005.

LE BOT, Yvon. *O sonho zapatista*. Lisboa: Edições ASA, 1997.

_____. *El sueño zapatista*. 1997. Disponível em: <[http://www.iberopuebla.mx/microSitios/catedraTouraine/articulos/Yvon%20Le%20Bot%20El%20sue%C3%B1o%20zapatista%20\(libro%20completo\).pdf](http://www.iberopuebla.mx/microSitios/catedraTouraine/articulos/Yvon%20Le%20Bot%20El%20sue%C3%B1o%20zapatista%20(libro%20completo).pdf)> Acesso em: 20 set. 2016.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. *Autonomía de los pueblos índios y zapatismo en México*. México: Ocean Sur, 2014.

MALLON, Florencia. *Campesino y nación: la construcción de México y Perú poscoloniales*. México: CIESAS, 2003.

Manifiesto a la nación y Programa de Reformas Político-Sociales de la Revolución, aprobado por la Soberana Convención Revolucionaria. Disponível em: <http://constitucion1917.gob.mx/work/models/Constitucion1917/Resource/452/1/images/rev_social-45.pdf> Acesso em: 29 de março de 2017.

MARTINEZ ESPINOZA, Manuel Ignacio. El movimiento zapatista: un análisis desde la teoría de movilización de recursos. *Revista Kairos*, San Luis, ano 10, n. 18, 2006.

MATTERN, Jochen. Autonomía regional en nicaragua: Una Aproximación Descriptiva Disponível em: http://www.pueblosindigenaspcn.net/biblioteca/doc_view/40-autonomia-regional-en-nicaragua-una-aproximacion-descriptiva.html Acesso em: 20 jul. 2017.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Comparative perspectives on contentious politics. In: *Comparative Politics: Rationality, Culture, and Structure: Advancing Theory in Comparative Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MÉXICO. Constituição (1857). Constitución Federal de los Estados Unidos Mexicanos. Disponível em: <<http://www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/1857.pdf>>

MÉXICO. Constituição (1917). Constitución política de los Estados Unidos Mexicanos, que reforma la de 5 de febrero de 1857. Disponível em: <www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/1917.pdf> Acesso em: 19 set. 2016.

MÉXICO. Constituição (1917). Constitución política de los Estados Unidos Mexicanos. Disponível em: <<http://www.ordenjuridico.gob.mx/constitucion.php>> Acesso em: 29 de março 2016.

MIDDLEBROOK, Kevin J. (ed.). *Dilemmas of political change in Mexico*. London: Institute of Latin American Studies, 2004.

MILLÁN, Mária. Las zapatistas de fin del milenio. Hacia políticas de autorepresentación de las mujeres indígenas. *Revista Chiapas*, México, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://www.revistachiapas.org/No3/ch3millan.html>> Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. *Participación política de mujeres indígenas en América Latina: el movimiento Zapatista en México*. República Dominicana: Instituto Internacional de Investigaciones y Capacitación de las Naciones Unidas para la Promoción de la Mujer (INSTRAW), 2006. Disponível em: <http://genero.ife.org.mx/docs_marco/19_ParticipacionPoliticaALMujeresZapatistas.pdf> Acesso em: 20 dez. 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MULLER, Helena I. História do tempo presente: algumas reflexões. In: PÔRTO JR., Gilson (org.). *História do tempo presente*. São Paulo: Edusc, 2007.

NAJLIS, Ximena Antillón. El territorio del alma. Una experiencia de acompañamiento psicossocial en la zona norte de Chiapas. In: BARONNET, Bruno; BAYO, Mariana; STAHLER-SHOLK, Richard. *Luchas “muy otras”: zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas*. México: UNAM, 2011.

NASCIMENTO, Priscila da Silva. *Mulheres zapatistas: poderes e saberes – uma análise das reivindicações das mulheres indígenas mexicanas na luta por seus direitos*. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Marília, 2012.

NAVARRETE, Federico. *Las relaciones interétnicas en México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

_____. La construcción histórica de una discriminación étnica. In: DI CASTRO, Elisabetta (coord.). *Justicia, desigualdad y exclusión*. México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2009.

NIGRI, Sarah Domingues da Rocha. *Nunca más un México sin nosotros!: um estudo sobre as novas representações do indígena construídas pelo movimento zapatista mexicano (1994-1996)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2009.

NOLASCO, Patricio. Cambio político, Estado y poder: um bosquejo de la posición zapatista. *Revista Chiapas*, v. 5, 1997. Disponível em <<http://www.revistachiapas.org/ch5nolasco.html>> Acesso em: 30 mai. 2016.

ORNELAS, Raúl. A autonomia como eixo da resistência zapatista. Do levante armado ao nascimento dos caracoles. In: *Hegemonias e emancipações no século XXI*. CECEÑA, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/08_ornelas.pdf

ORTEGA, Enrique Montalvo. Revueltas y movilizaciones campesinas en Yucatán: Indios, peones y campesinos de la Guerra de Castas a la Revolución. In: KATZ, Friederich (comp.). *Revolución, rebelión y revolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*. México: Era, 1990, Tomo 2.

PAULSON, Justin. EZLN y la guerra en *Internet*. Entrevista a Justin Paulson (creador del sitio web del EZLN). México: *Razón y palabra*, n. 13, ano 4, jan./mar. 1999. Entrevista concedida a Carlos de la Guardia. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n13/ezln13.html>> Acesso em: 18 abr. 2017.

PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINEDA, Francisco. La guerra de baja intensidad. *Revista Chiapas*, México, DF, n. 2, 1996. Disponível em: <<http://revistachiapas.org/No2/ch2pineda.html>> Acesso em: 25 jan. 2017.

Plan de Ayala. Disponível em: <<http://www.ordenjuridico.gob.mx/Constitucion/CH8.pdf>> Acesso em: 29 mar. 2017.

PÔRTO JR., Gilson (org.). *História do tempo presente*. São Paulo: Edusc, 2007.

PRADO, Adonia Antunes. O Zapatismo na Revolução Mexicana: uma leitura da Revolução Agrária do Sul. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 20, abril, 2003.

Pronunciamento Conjunto que el Gobierno Federal y el EZLN enviarán a las instancias de debate y decisión nacional. Disponível em <<http://zedillo.presidencia.gob.mx/pages/chiapas/docs/sanandres/pronuncia.html>> Acesso em: 30 mai. 2016.

RAMÍREZ, Gloria Muñoz. *EZLN: 20 Y 10, el fuego y la palabra*. México: La Jornada Ediciones, 2003.

RAMOS, María Eugenia Reyes. *El reparto de tierras y la política agraria en Chiapas: 1914 – 1988*. México: Universidade Nacional Autónoma do México, 1992.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FVG, 2003.

ROMERO, Raúl. EZLN: Una mirada a su historia. Disponível em: <<http://www.rua.unam.mx/objeto/21037/ezln-una-mirada-a-su-historia>> Acesso em: 30 mar. 2017.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

ROVIRA, Guiomar. El Zapatismo y la red transnacional. *Razón y Palabra*, n. 47, out./nov. 2005. Disponível em <<http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n47/grovira.html>> Acesso em: 30 mai. 2016.

SAINT-PIERRE, Héctor Luís. O paramilitarismo comovetor da guerra de contra-insurgência. *Crítica Marxista*, São Paulo, 1999, n. 9, p. 100-123.

SALES, Pau Pérez; SANTIAGO, Cecilia; ALVAREZ, Rafael. *Ahora apuestan al cansacio. Chiapas: fundamentos psicológicos de una guerra contemporánea*. Grupo de Acción Comunitaria – Centro de Derechos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez, A.C., México, 2002.

SÁNCHEZ, Waldo Lao. *Autonomia zapatista: o projeto de integração dos movimentos latino-americanos a partir de baixo e junto com os de fora*. 2012. 204 f. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2012.

SANTIAGO, Cecilia. La Mirada Psicosocial en un Contexto de Guerra Integral de Desgaste. *Journal for Social Action in Counselling and Psychology*, vol. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.psysr.org/jsacp/santiago.v1n1.pdf> Acesso em: 25 set. 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina 2009.

SARGENTINI, Vanice & NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004.

- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- SEMO, Enrique. El EZLN y la transición a la democracia. *Revista Chiapas*, vol. 2, 1995. Disponível em: <<http://revistachiapas.org/No2/ch2semo.html#7>> Acesso em: 30 mai. 2016.
- TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. New York: Newbery Award Records, 1978.
- _____. *Social Movements, 1768 – 2004*. London: Paradigm Publishers, 2004.
- _____. Los movimientos sociales entran en el siglo veintiuno. Trad. Marta Latorre Catalán. *Política y Sociedad*, v. 42, n. 2, p. 11-35, 2005.
- _____. *Regimes and Repertoires*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- _____. *Contentious Performances*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- _____. Movimentos sociais como política. Trad. André Villalobos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 133-160, janeiro-julho 2010.
- _____. Acción Colectiva. *Apuntes de Investigación del CECyP*, Buenos Aires, n. 6, p. 9-32.
- TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. Trad. Ana Liési Thurler. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p.17-28, jan./abr. 2006.
- TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Trad. Marili da Cunha Bezerra. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, jun. 1989.
- VITALI, Marcela Araújo. *A identidade étnica indígena no discurso político do movimento zapatista: a voz do “Viejo antonio” (1994-1998)*. 2014. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014.
- VRIJEA, María Jaidopulu. Las mujeres indígenas como sujetos políticos. *Revista Chiapas*, México, n.9, 2000. Disponível em <http://revistachiapas.org/No9/ch9jaidopulu.html> Acesso em: 20 dez. 2016.
- WADGYMAR, Arturo O. *Política económica de México (1982 – 2000): el fracaso neoliberal*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 2001.
- WARMAN, Arturo. El proyecto político del zapatismo. In: KATZ, Friederich (comp.). *Revolución, rebelión y revolución. La lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX*. México: Era, 1990, Tomo 2.
- WOMACK Jr., John. *Zapata e a Revolução Mexicana*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- YANKELEVICH, Pablo. *México, país refugio: las experiEncias de los exilios en el siglo XX*. México: Instituto Nacional de Antropología y Historia (INAH), 2002.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS⁴⁶³

EZLN. Primera Declaración de la Selva Lacandona, 1° de janeiro de 1994. Disponível em <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>> Acesso em: 10 set. 2016.

EZLN. Subcomandante Marcos: Nos hemos estado preparando en la montaña desde hace diez años. 4 de janeiro de 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/04/subcomandante-marcos-nos-hemos-estado-preparando-en-la-montana-desde-hace-diez-anos/> Acesso em: 12 abr. 2017.

EZLN. Sobre el EZLN y las condiciones para el diálogo. 6 de janeiro de 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/06/sobre-el-ezln-y-las-condiciones-para-el-dialogo/> Acesso em: 20 set. 2016.

EZLN. Sobre el alto al fuego. 12 de janeiro de 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/12/sobre-el-alto-al-fuego/> Acesso em: 20 jan. 2017.

EZLN. Entrevista com *La Jornada*. CCRI-CG: Hay en nosotros un solo rostro y un solo pensamiento. Nuestra palabra camina con verdade. 3 de fevereiro de 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/03/entrevista-con-la-jornada-ccri-cg-hay-en-nosotros-un-solo-rostro-y-un-solo-pensamiento-nuestra-palabra-camina-con-verdad/> Acesso em: 11 abr. 2017.

EZLN. Entrevista com *La Jornada*: subcomandante Marcos: lo decisivo en una guerra no es el enfrentamiento militar, sino la política que se pone en juego en ese enfrentamiento. 4 de fevereiro de 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/04/entrevista-con-la-jornada-subcomandante-marcos-lo-decisivo-en-una-guerra-no-es-el-enfrentamiento-militar-sino-la-politica-que-se-pone-en-juego-en-ese-enfrentamiento/> Acesso em: 10 nov. 2016.

EZLN. Informe: posición del EZLN respecto al diálogo y a la paz. 23 de fevereiro de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/23/informe-posicion-del-ezln-respecto-al-dialogo-y-a-la-paz/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

EZLN. Conferencia de prensa: los partidos políticos se están acercando a nosotros sólo para la foto. 24 de fevereiro de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/02/24/conferencia-de-prensa-los-partidos-politicos-se-estan-acercando-a-nosotros-solo-para-la-foto/>> Acesso em: 30 mai. 2016.

EZLN. Al pueblo de México: demandas del EZLN. 1° de março de 1994. Disponível em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/03/01/al-pueblo-de-mexico-las-demandas-del-ezln/>>

EZLN. Entrevista subcomandante Marcos: Tenemos un territorio controlado con nuestras unidades distribuidas y ejercemos el gobierno en éste a través del CCRI. 15 de março de 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/03/15/subcomandante-marcos->

⁴⁶³ Organizadas cronologicamente.

tenemos-un-territorio-controlado-con-nuestras-unidades-distribuidas-y-ejercemos-el-gobierno-en-este-a-traves-del-ccri/ Acceso em: 30 nov. 2016.

EZLN. Aniversario del asesinato de Zapata: ¡Miente el supremo gobierno! 10 de abril de 1994. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>. Acceso em: 12 nov. 2016.

EZLN. CCRI otorga grado militar. 10 de abril de 1994. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/04/10/ccri-otorga-grado-militar/> Acceso em: 20 jan. 2017.

EZLN. Segunda Declaración de la Selva Lacandona. 10 de junho de 1994. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/10/segunda-declaracion-de-la-selva-lacandona/> Acceso em: 30 mai. 2016.

EZLN. Sobre la consulta: para todos todo, nada para nosotros. 10 de junho de 1994. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/10/sobre-la-consulta-para-todos-todo-nada-para-nosotros/> Acceso em: 30 mai. 2016.

EZLN. Réplica a las propuestas del gobierno. 10 de junho de 1994. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/10/replica-a-las-propuestas-del-gobierno/> Acceso em: 30 mai. 2016.

EZLN. Presentación o prólogo a los comunicados. 28 de junho de 1994. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/06/28/presentacion-o-prologo-a-los-comunicados/> Acceso em: 12 abr. 2017.

EZLN. Alerta roja. 15 de setembro de 1994. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/09/15/alerta-roja/> Acceso em: 24 jan. 2017.

EZLN. Hoy venimos a levantar nuestras armas para recordarle a todos que somos el Ejército Zapatista de Liberación Nacional. 15 de setembro de 1994. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/09/15/hoy-venimos-a-levantar-nuestras-armas-para-recordarle-a-todos-que-somos-el-ejercito-zapatista-de-liberacion-nacional/> Acceso em: 24 jan. 2017.

EZLN. Sobre el programa de lucha de la CND. 8 de outubro de 1994. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/10/06/sobre-el-programa-de-lucha-de-la-cnd/> Acceso em: 30 mai. 2016.

EZLN. XI Aniversario del EZLN: hoy habla nuestro corazón mirando para dentro, para encontrar dentro de nuestro dolor y nuestra sangre el paso que habrá de andar nuestra palabra y nuestro fuego. 17 de novembro de 1994. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/11/17/xi-aniversario-del-ezln-hoy-habla-nuestro-corazon-mirando-para-dentro-para-encontrar-dentro-de-nuestro-dolor-y-nuestra-sangre-el-paso-que-habra-de-andar-nuestra-palabra-y-nuestro-fuego/> Acceso em: 20 jan. 2017.

EZLN. Creación de municipios autónomos. 19 de dezembro de 1994. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/12/19/creacion-de-municipios-autonomos/> Acceso em: 20 jan. 2017.

EZLN. La historia de las palabras. 30 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/12/30/la-historia-de-las-palabras/> Acesso em: 15 jul. 2017.

EZLN. Tercera Declaración de la Selva Lacandona. 1º de janeiro de 1995. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/01/01/tercera-declaracion-de-la-selva-lacandona/> Acesso em: 30 mai. 2016.

EZLN. Votán-Zapata, Guardián y Corazón del Pueblo. 10 de abril de 1995. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/04/10/votan-zapata-guardian-y-corazon-del-pueblo/> Acesso em: 12 nov. 2016.

EZLN. Convocatoria del EZLN para la Consulta Nacional e Internacional. 8 de junho de 1995. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/06/08/convocatoria-del-ezln-para-la-consulta-nacional-e-internacional/> Acesso em: 30 mai. 2016.

EZLN. Llamado a participar en la Consulta Nacional. 25 de agosto de 1995. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1995/08/25/llamado-a-participar-en-la-consulta-nacional/> Acesso em: 30 mai. 2016.

EZLN. Primera Declaración de la Realidad contra el Neoliberalismo y por la Humanidad. 1º de janeiro de 1996. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/primera-declaracion-de-la-realidad-contra-el-neoliberalismo-y-por-la-humanidad/> Acessado em: 30 de maio de 2016.

EZLN. Cuarta Declaración de la Selva Lacandona. 1º de janeiro de 1996. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona/> Acesso em: 30 mai. 2016.

EZLN. La historia de los 7 arcoiris. 7 de janeiro de 1996. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/07/la-historia-de-los-7-arcoiris/> Acesso em: 30 mai. 2016.

EZLN. El Diálogo de San Andrés y los Derechos y Cultura Indígena. Punto y seguido. 15 de fevereiro de 1996. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/02/15/el-dialogo-de-san-andres-y-los-derechos-y-cultura-indigena-punto-y-seguido/> Acesso em: 12 jul. 2017.

EZLN. Invitación al Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo. 9 de junho de 1996. Disponível em <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/06/09/invitacion-al-encuentro-intercontinental-por-la-humanidad-y-contra-el-neoliberalismo/> Acesso em: 30 mai. 2016.

EZLN. A Emiliano Zapata: Aquí estamos mi General, aquí seguimos. 10 de abril de 1997. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1997/04/10/a-emiliano-zapata-aqui-estamos-mi-general-aqui-seguimos/> Acesso em: 12 nov. 2016.

EZLN. Sobre el 2o. Encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo en el autodenominado “Estado Español”. 17 de julho de 1997. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1997/07/17/sobre-el-2o-encuentro-intercontinental-por->

la-humanidad-y-contra-el-neoliberalismo-en-el-autodenominado-estado-espanol/> Acceso em: 30 mai. 2016.

EZLN. Informe de los últimos resultados de nuestras investigaciones sobre la matanza de Acteal. 26 de dezembro de 1997. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1997/12/26/informe-de-los-ultimos-resultados-de-nuestras-investigaciones-sobre-la-matanza-de-acteal/> Acceso em: 25 jan. 2017.

EZLN. Respuesta a Gobernación: entre el palabrerío gubernamental, el Ejército prepara el siguiente golpe. 29 de dezembro de 1997. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1997/12/29/respuesta-a-gobernacion-entre-el-palabrerio-gubernamental-el-ejercito-prepara-el-siguiente-golpe/> Acceso em: 25 jan. 2017.

EZLN. La lucha por la paz y por la humanidad, es intercontinental. La historia de los otros. 20 de janeiro de 1998. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1998/01/20/la-lucha-por-la-paz-y-por-la-humanidad-es-intercontinental-la-historia-de-los-otros/> Acceso em: 20 jul. 2017.

EZLN. Después de haber ordenado el asesinato masivo de 45 indígenas en la comunidad tzotzil de Acteal, el gobierno mexicano ha decidido romper el diálogo con el EZLN. 5 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1998/01/05/despues-de-haber-ordenado-el-asesinato-masivo-de-45-indigenas-en-la-comunidad-tzotzil-de-acteal-el-gobierno-mexicano-ha-decidido-romper-el-dialogo-con-el-ezln/> Acceso em: 25 jan. 2017.

EZLN. Quinta Declaración de la Selva Lacandona, 17 de julho de 1998. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1998/07/17/v-declaracion-de-la-selva-lacandona/> Acceso em: 30 mai. 2016.

EZLN. Convocatoria a la Consulta por el Reconocimiento de los Derechos de los Pueblos Indios y por el Fin de la Guerra de Exterminio. 11 de dezembro de 1998. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1998/12/11/convocatoria-a-la-consulta-por-el-reconocimiento-de-los-derechos-de-los-pueblos-indios-y-por-el-fin-de-la-guerra-de-extermínio/> Acceso em: 11 abr. 2017.

EZLN. 1999: la vieja y la nueva política. 1º de janeiro de 1999. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1999/01/01/la-vieja-y-la-nueva-politica/> Acceso em: 11 abr. 2017.

EZLN. Chiapas: la guerra. II. La máquina del etnocidio (Carta 5.2). 20 de novembro de 1999. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1999/11/20/chiapas-la-guerra-ii-la-maquina-del-etnocidio-carta-5-2/> Acceso em: 25 jan. 2017.

EZLN. El EZLN responde a preguntas que han llegado a través de la página web y correo electrónico. 9 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/2001/02/09/el-ezln-responde-a-preguntas-que-han-llegado-a-traves-de-la-pagina-web-y-correo-electronico/> Acceso em: 18 abr. 2017.

EZLN. Por la cerrazón de la clase política, el EZLN ha decidido dar por terminada su estancia en la ciudad de México e iniciar el retorno a las montañas del sureste mexicano, 19 de março de 2001. Disponível em: <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/2001/03/19/por-la-cerrazon-de>

la-clase-politica-el-ezln-ha-decidi-do-dar-por-terminada-su-estancia-en-la-ciudad-de-mexico-e-iniciar-el-retorno-a-las-montanas-del-sureste-mexicano/> Acceso em: 30 mai. 2016.

EZLN. Discurso de la Comandanta Esther en la tribuna del Congreso de la Unión, 28 de marzo de 2001. Disponible em: <<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/03/28/discurso-de-la-comandanta-esther-en-la-tribuna-del-congreso-de-la-union/>> Acceso em: 30 mai. 2016.

EZLN. La reforma constitucional aprobada en el Congreso de la Unión no responde en absoluto a las demandas de los pueblos indios de México, del Congreso Nacional Indígena, del EZLN, ni de la sociedad civil que se movilizó. 29 de abril de 2001. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2001/04/29/la-reforma-constitucional-aprobada-en-el-congreso-de-la-union-no-responde-en-absoluto-a-las-demandas-de-los-pueblos-indios-de-mexico-del-congreso-nacional-indigena-del-ezln-ni-de-la-sociedad-civil/> Acceso em: 13 jul. 2017.

EZLN. El EZLN decidió suspender totalmente cualquier contacto con el gobierno federal mexicano y los partidos políticos. 19 de julio de 2003. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/07/19/el-ezln-decidio-suspender-totalmente-cualquier-contacto-con-el-gobierno-federal-mexicano-y-los-partidos-politicos/> Acceso em: 14 jul. 2017.

EZLN. Chiapas: la treceava estela. Primera parte: un caracol. 21 de julio de 2003. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/07/21/chiapas-la-treceava-estela-primera-parte-un-caracol/> Acceso em: 17 jul. 2017.

EZLN. Chiapas: la treceava estela. Quinta parte: una historia. 21 de julio de 2003. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/07/21/chiapas-la-treceava-estela-quinta-parte-una-historia/> Acceso em: 05 abr. 2017.

EZLN. Chiapas: la treceava estela. Sexta parte: un buen gobierno. 21 de julio de 2003. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/07/21/chiapas-la-treceava-estela-sexta-parte-un-buen-gobierno/> Acceso em: 17 jul. 2003.

EZLN. Subcomandante Marcos: Introducción o presentación (o las dos cosas) al libro “EZLN: 20 y 10, el fuego y la palabra”. 1º de octubre de 2003. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/10/01/subcomandante-marcos-introduccion-o-presentacion-o-las-dos-cosas-al-libro-ezln-20-y-10-el-fuego-y-la-palabra/> Acceso em: 30 mar. 2017.

EZLN. Subcomandante Marcos: Según nuestro calendario, la historia del EZLN, previa al inicio de la guerra, tuvo 7 etapas. 10 de noviembre de 2003. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2003/11/10/subcomandante-marcos-segun-nuestro-calendario-la-historia-del-ezln-previa-al-inicio-de-la-guerra-tuvo-7-etapas/> Acceso em: 30 mar. 2017.

EZLN. Leer un video. Primera parte: un islote. 20 de agosto de 2004. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2004/08/20/leer-un-video-primera-parte-un-islote/> Acceso em: 20 jul. 2017.

EZLN. Leer un video. Segunda parte: Dos fallas. 21 de agosto de 2004. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2004/08/21/leer-un-video-segunda-parte-dos-fallas/> Acceso em: 20 jul. 2017.

EZLN. Leer un video Sexta Parte: Seis Avances. 25 de agosto de 2004. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2004/08/25/leer-un-video-sexta-parte-seis-avances/> Acceso em: 17 jul. 2017.

EZLN. Sexta Declaración de la Selva Lacandona. 30 de junho de 2005. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2005/06/30/sexta-declaracion-de-la-selva-lacandona/> Acceso em: 21 jul. 2017.

EZLN. El CCRI-CG del EZLN manifiesta pesar por Don Samuel Ruíz García. 26 de janeiro de 2011. Disponible em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2011/01/26/26-enero-el-ccri-cg-del-ezln-manifiesta-pesar-por-don-samuel-ruiz-garcia/> Acceso em: 26 set. 2016.

EZLN. Participación de las mujeres en el gobierno autónomo. Disponible em: <https://chiapasbg.files.wordpress.com/2013/09/mujeres-es.pdf> Acceso em: 20 dez. 2016.